FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.295 | SEXTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2023 | R$ 6,00

ilustrada C4 e C5

Fé na diferença

Novela da Globo sobre universo evangélico desafia conservadorismo

guia C11

De praças até bares, onde jogar xadrez cara a cara com o adversário em SP

guia C12

Nem biscoito nem bolacha, cookie ganha mais fãs e lojas especializadas

Cookies de sabores variados em loja paulistana Divulgação

Tarcísio promete sirenes em áreas de risco do estado

Governador de SP admite falha em alertas via celular; mortos chegam a 50

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que o estado adotará sistema de sirenes para alertar a população de áreas de risco quando há previsão de desastre. Ele admitiu que os avisos por mensagem de celular (SMS) falharam no caso da tempestade no litoral nesta semana.

Ao menos 49 pessoas morreram em São Sebastião e uma em Ubatuba em decorrência das chuvas dos dias 18 e 19. As buscas por dezenas de desaparecidos persistem, embora a expectativa de encontrar sobreviventes seja virtualmente nula. Mais de 4.000 pessoas foram desalojadas ou desabrigadas.

O Exército e os bombeiros isolaram ontem a área de Vila Sahy, mais afetada, para entrar com máquinas pesadas na tentativa de resgatar pelo menos 16 corpos que estariam soterrados.

Entre as vítimas, já foram identificadas 13 crianças. Muitas morreram com irmãos, avós, primos, pais.

Tarcísio disse também que a população dessas regiões receberá treinamento para saber como proceder se há risco iminente. "Disparou a sirene, a pessoa tem que saber para onde ir, qual o ponto de apoio, tem que ter confiança de que o suprimento vai chegar no ponto de apoio." **Cotidiano B1 e B2**

Soma de fatores meteorológicos provocou temporais em SP B3

Avó, mãe e neta estão entre mortos no desastre paulista B3

Militares ucranianos operam tanque camuflado perto de Bakhmut, na província de Donetsk, leste da Ucrânia, em área disputada pela Rússia; guerra faz 1 ano sem fim à vista Marko Djurica/Reuters

Regras de transparência têm fragilidade legal

Novas diretrizes da CGU para a Lei de Acesso à Informação trazem avanços, mas são ainda insuficientes para conter o uso indevido da legislação, como na gestão Bolsonaro. **A4**

STF facilita acesso a dado sigiloso de usuário de plataformas A5

MÔNICA BERGAMO

Bolsonaro diz que Zambelli o traiu para não ser presa

Ex-presidente afirmou a interlocutores no Brasil que a deputada Carla Zambelli (PL-SP), que o criticou em entrevista à **Folha**, fez acordo com Alexandre de Moraes, do STF, para voltar às redes sociais e se livrar da ameaça de prisão. **C2**

Guerra da Ucrânia sela nova ordem mundial em seu 1º ano

A invasão russa, que completa hoje 1 ano, uniu as potências ocidentais em apoio à Ucrânia, acirrou a disputa entre EUA e China e levou à emergência de polos alternativos, como a Índia. O Brasil propôs grupo de países não envolvidos para mediar saída pacífica. Moscou avalia. **A8 a A11**

Juro e inflação puxam explosão de crises nas empresas

Mercado p. 4

Priscilla Bacalhau

Para quando o Carnaval passar

Melhorar as condições das populações menos favorecidas é papel da celebrada democracia. Hoje, trabalhadores informais voltam à luta diária de não saber como será o dia de amanhã, enquanto aguardam, esperançosos, pelo próximo Carnaval. **Opinião A2**

Passa a escrever às sextas

EDITORIAIS A2

Arautos da gastança

Sobre assédio aos ministros econômicos de Lula.

Batalha errada

Acerca de artigo da Carta que trata dos militares.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jaguar

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Arautos da gastança

Gestão ministerial da economia ficará melhor se for protegida do assédio do grupo de Mercadante

A terceira encarnação do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) repetiu o estratagema de escalar equipes com orientações divergentes para administrar a economia.

Desse modo o presidente, que nunca tolerou quem lhe fizesse sombra por perto, fragmenta o poder de cada ministro e talvez espere beneficiar-se da variedade de opiniões na hora de tomar decisões.

Como toda fórmula pré-fabricada aplicada à dinâmica administrativa, essa também não garante por si só o sucesso. Em doses excessivas, semeia impasses que atravancam e desgastam toda a gestão. Garantido mesmo é o conflito entre as equipes, que já mostra sua face quando o mandato nem sequer completou o segundo mês.

Há divergências de amplitude moderada entre os perfis da Fazenda, sob Fernando Haddad (PT), e os do Planejamento, sob Simone Tebet (MDB). E há a mãe de todas as clivagens, que se dá entre esses dois ministérios, de um lado, e o BNDES comandado por Aloizio Mercadante, do outro.

No primeiro grupo, pacificou-se o entendimento de que é necessário controlar o déficit e o endividamento público a fim de que a economia possa recobrar o crescimento sustentado, de que o governo e a popularidade presidencial seriam beneficiários diretos.

No segundo, repousa uma cogitação estapafúrdia, na contramão do acervo das evidências, de que não há problema em o governo torrar dinheiro a descoberto quando a sua dívida está denominada em moeda local. Tampouco faz sentido, alardeiam os arautos da gastança, o Banco Central aumentar os juros para controlar a inflação.

Nas suas duas primeiras passagens pela Presidência, Lula soube manter Mercadante à distância das manivelas da política econômica. A sucessora, Dilma Rousseff, não teve o mesmo tirocínio, decerto porque concorda com as teses do economista do PT e as aplicou até as últimas consequências, que foram a profunda recessão de 2014-2016.

Sob Dilma, o atual presidente do BNDES foi mais longe e tornou-se auxiliar e conselheiro na área política da administração. Não evitou o impeachment. Na campanha de 2022, Mercadante coordenou um programa de governo que propôs a retomada de diretrizes que produziram o descalabro dilmista.

Com a falta de sutileza habitual, o petista abriga no banco de desenvolvimento próceres da farra orçamentária, que criticam o arcabouço vigente e a atuação do Banco Central. Enfiou o BNDES no debate da nova âncora fiscal, em que não é chamado, por meio de um seminário para avaliar a proposta da Fazenda, diretamente afrontada.

Seria melhor, para o país e o governo, que Lula freasse o assédio contra seus ministros da economia.

Batalha errada

Ideia de mudar artigo da Carta sobre militares reavivaria teses tresloucadas do bolsonarismo

Boa parte do golpismo bolsonarista se ampara em uma interpretação tresloucada do artigo 142 da Constituição, que trata das Forças Armadas e suas atribuições na democracia brasileira.

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem", reza o caput do artigo.

O texto, decerto, poderia ser mais sucinto e claro —o que é compreensível, dado que os constituintes de 1988 precisavam se equilibrar entre a necessidade de superar a ditadura e a de evitar crises com os militares que deixavam o poder.

Mas daí a entender que a Carta autoriza uma intervenção da caserna contra algum dos Poderes, como querem seguidores extremistas de Jair Bolsonaro (PL), há uma distância que só se percorre com fanatismo ou má-fé.

É preciso ignorar o espírito inequivocamente democrático de todo o texto constitucional para fazer a leitura de que o trecho em questão daria às Forças o papel de arbitrar eventuais conflitos entre os Poderes. Argumentos, porém, não convencerão os que rejeitam o resultado das urnas e querem impor sua vontade a qualquer custo.

Não se justifica, do mesmo modo, a intenção de parte da bancada do PT e de aliados à esquerda de trabalhar por uma emenda constitucional para reformular o artigo 142 —retirando, por exemplo, a menção à garantia da lei e da ordem.

Para as agremiações, a empreitada talvez tenha a utilidade de fomentar a polarização ideológica, que afinal as beneficia. Mesmo essa suposta vantagem, porém, não compensa os riscos envolvidos.

Se o texto da Carta não autoriza intervenção militar, não há por que alterá-lo. Uma eventual tentativa nesse sentido, se é que seria bem-sucedida em um Congresso de expressiva presença bolsonarista, reavivaria a babel de teses e interpretações estapafúrdias.

No que diz respeito às Forças Armadas, o aperfeiçoamento institucional mais relevante a ser buscado é restringir legalmente, de forma drástica, a presença de militares da ativa em postos de governo. Esse avanço depende de debate amadurecido e entendimento político, não de embates viscerais.

Clima na história

Hélio Schwartsman

A tragédia em São Sebastião mostra nossa fragilidade diante da inclemência da natureza. Ela também nos faz lembrar dos altos riscos envolvidos na utilização irresponsável do solo. Mas, dentro de mais alguns dias, esse ciclo noticioso estará encerrado, e a maioria de nós não voltará a pensar no assunto, até o próximo desastre.

Não temos dificuldade em ligar intempéries e outros fenômenos naturais a eventos catastróficos específicos, mas raramente os concebemos como forças a moldar a marcha da história. Não é que nossos historiadores sejam cegos para esses efeitos, mas a academia, por aqui, tem outros favoritos. A esquerda valoriza explicações de cunho econômico, na melhor tradição marxista. Liberais são fãs do institucionalismo. Autores que colocam o clima e, de modo mais geral, a própria geografia como elementos definidores do surgimento, expansão e desaparecimento de civilizações, como Jared Diamond, não encontram muitos adeptos.

Não vejo maiores problemas em pôr explicações de todas essas e de outras escolas para conviver. E os "geografistas" têm alguns achados interessantes. Raymond Fisman e Edward Miguel, por exemplo, mostram que o clima explica conflitos civis na África melhor do que as divisões étnicas e religiosas. Para esses economistas, uma queda de 5% no PIB, comum em vários países nos anos de seca mais severa, eleva em 50% o risco de ocorrer uma guerra nos 12 meses seguintes.

Na mesma linha, eles descobriram que a estiagem também faz com que aumente o número de mulheres assassinadas por bruxaria na Tanzânia. A deterioração das condições econômicas leva as famílias a sacrificar membros. A escolha acaba recaindo sobre as "bruxas", isto é, as duplamente vulneráveis: mulheres e idosas.

O aquecimento global está aumentando a ocorrência de eventos climáticos extremos. Não será surpresa se a historiografia "geografista" ganhar mais relevo nos próximos anos.

helio@uol.com.br

Lula diversifica o cardápio

Bruno Boghossian

A farra das emendas de relator concentrou na cúpula do Congresso a moeda de troca dos acordos políticos com o governo. O Executivo liberava a verba, mas os cardeais do Legislativo determinavam a partilha do dinheiro. O fim do mecanismo deu ao Planalto a chance de investir em outras ferramentas.

Lula trabalha para reformular o cardápio que alimenta a rede de apoio político do governo. Nas últimas semanas, o presidente fez movimentos com o objetivo de pulverizar a distribuição de recursos, reforçar impressões digitais do Planalto na canalização de verba oficial e renegociar a ocupação de órgãos que distribuem esse dinheiro.

Um instrumento que ganhou atenção do petista foi a articulação do Planalto com os municípios. As emendas de relator haviam tornado prefeitos de pequenas cidades mais dependentes das remessas feitas por deputados e senadores, mas o novo governo parece interessado em recuperar influência nessa relação.

O presidente quer que os bancos federais abasteçam as prefeituras, sob orientação do Planalto. "Vamos reconstruir em cada superintendência da Caixa uma sala para que os prefeitos do interior visitem a Caixa e discutam [projetos] sem precisar ficar correndo atrás de deputado aqui em Brasília", disse Lula em uma reunião no fim de janeiro.

No mesmo evento, o presidente prometeu a governadores recursos do BNDES e do Banco do Nordeste para obras. "Se o governo estiver com as contas em ordem e tiver a possibilidade de endividamento, não há por que o governo federal, através dos bancos públicos, [não] facilitar que esses governadores tenham acesso a recursos", declarou.

Apesar da diversificação, Lula não pretende abrir mão dos serviços do centrão. Na Câmara, o governo renovou os termos de uma aliança com o grupo. Fechou acordo para distribuir verba a deputados novatos e se comprometeu a entregar a aliados de Arthur Lira a chefia da Codevasf e do Dnocs —escoadouros de recursos indicados por parlamentares.

Arquibancadas racistas

Ruy Castro

Vinicius Jr., ex-Flamengo e estrela do Real Madrid, está sendo massacrado nos estádios espanhóis por torcedores racistas dos clubes que ele goleia e derrota. Em setembro, uma horda com a camisa do Atlético de Madrid juntou-se para ofendê-lo. Há semanas, torcedores do dito Atlético inspiraram-se na Ku Klux Klan e encenaram o seu enforcamento, pendurando de uma ponte um boneco alusivo a ele —como que pedindo a sua morte. E, outro dia, ele foi ofendido durante um minuto de silêncio. A cada agressão, Vinicius Jr. responde com gols, dribles e danças.

No grave caso da ponte, a polícia diz ter colhido impressões digitais e amostras de DNA dos ofensores. Resta ver o que fará quando eles forem identificados e presos —se forem. Do governo espanhol, Vinicius Jr. e outros atletas brasileiros e africanos ofendidos pelos nativos já sabem o que esperar: nada. O que diriam os supremacistas espanhóis se soubessem que, na Inglaterra, eles mesmos, assim como os seus jogadores brancos que atuam lá, não são vistos como tão brancos? São "hispânicos".

Mas o pior silêncio, para mim, é o que vem dos colegas de profissão de Vinicius. Eles não se dão conta de que o insulto atinge a essência do próprio futebol, já que todos os grandes clubes do mundo têm jogadores negros.

Como impedir que o racismo continue a envenenar o futebol? Tenho uma ideia, não sei se prática. Assim que se ouvisse uma ofensa contra um jogador, em qualquer país, o juiz paralisaria a partida. Cada jogador se imobilizaria onde estivesse. A paralisação seria por quanto tempo levasse para se identificar o racista ou racistas na arquibancada. Ela simbolizaria a revolta da categoria contra a agressão a um colega.

Talvez o time do jogador agredido estivesse a pique de marcar um gol e fosse prejudicado pela paralisação. Nesse caso, o juiz marcaria pênalti contra o time agressor. OK, foi só uma ideia.

Depois do Carnaval

Priscilla Bacalhau

Economista, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

"Estou em frente à igreja de São Pedro" ou "A gente se encontra na esquina do fiteiro, do lado do vendedor de cerveja".

Era assim que eu tentava encontrar meus amigos nos Carnavais de Olinda e Recife durante a minha adolescência. Nem sempre éramos bem-sucedidos, mas fomos evoluindo as técnicas ao longo dos anos.

Agora, após dois anos sem Carnaval, eu, meus amigos e nossas cidades pudemos enfim brincar a folia de Momo novamente. Havia muito a celebrar.

Milhões de pessoas celebraram a alegria de retornar com seu bloco à rua. Outras festejaram a vida, em memória das quase 700 mil mortes por Covid-19 em três anos de pandemia. Há quem tenha ido às ruas para exaltar a democracia, como os foliões do bloco Eu Acho É Pouco, em Olinda, ou Daniela Mercury, em seu trio elétrico em Salvador.

Me pergunto ainda como passaram o Carnaval os personagens do documentário "Estou Me Guardando para Quando o Carnaval Chegar", de Marcelo Gomes, de 2019. O filme mostra pessoas que trabalham até 18 horas por dia durante todo o ano produzindo jeans no agreste pernambucano e, quando chega o Carnaval, vendem até eletrodomésticos para curtir no litoral. Será que conseguiram aproveitar este sopro de liberdade carnavalesca?

Mas nem só de folia vive um Carnaval. Segundo a Prefeitura do Recife, por exemplo, 50 mil postos de trabalho temporário foram criados neste retorno e R$ 2 bilhões injetados na economia local. Para quem depende do trabalho informal, os dias de festa são uma ótima oportunidade para catar mais latinhas para reciclagem ou vender mais cerveja ou artesanato.

Muitas vezes, trata-se de população em situação de vulnerabilidade e que é, portanto, mais afetada por crises socioeconômicas. A volta do Carnaval para elas representa uma chance de faturar recursos indispensáveis para sua sobrevivência, num ciclo que se repete a cada ano —ou demora três anos, em caso de pandemia.

Depois do Carnaval, o ano recomeça. Alunos voltam às aulas, o ritmo de trabalho volta ao regular. Para o poder público, há também o retorno aos trabalhos. Esperamos que a volta do Carnaval depois dos anos de hiato tenha dado energia necessária para os governantes.

Além de técnicas para se encontrar no meio do Carnaval, é preciso evoluir no modo de fazer política pública para garantir o direito à cultura, educação, assistência social e trabalho digno.

Melhorar as condições das populações menos favorecidas é papel da celebrada democracia, antes ou depois da folia. Porque, hoje, trabalhadores informais voltam à luta diária de não saber como será o dia de amanhã, enquanto aguardam, esperançosos, pelo próximo Carnaval.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

TCU, 130 anos: missão é fiscalizar a gestão pública

Ao longo da história, busca é por transparência, responsabilidade e eficiência

Bruno Dantas
Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

As nossas Cartas republicanas consagram o equilíbrio, a harmonia, a independência e a cooperação mútua dos Poderes em um sólido modelo de freios e contrapesos que funciona como anteparo do Estado de Direito contra eventuais fantasias arbitrárias de algum governante.

A concepção de Orçamento remete à necessidade de o governante ter o seu poder de disposição sobre os bens e dinheiros públicos limitado àquilo que foi expressamente autorizado pelos representantes do povo.

Em 1890, quando a República nascia, o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, destacou a importância de o Brasil alcançar o ideal republicano de equilíbrio entre os Poderes.

Segundo Rui, embora as demais instituições democráticas já estivessem criadas, "faltava ao governo coroar a sua obra com a mais importante providência que uma sociedade política bem constituída pode exigir de seus representantes".

Sua importância para o controle externo resulta como consequência do papel para a implantação e aceitação da República brasileira. Para coroar a obra do governo provisório de reorganização das finanças públicas, foi dele a iniciativa de cotejar os modelos de cortes de Contas existentes (notadamente Itália, França e Bélgica).

Criado por meio do decreto 966-A, de 7 de novembro de 1890, o Tribunal de Contas começou a funcionar três anos depois, exatamente 130 anos atrás. Desempenha a missão constitucional de fiscalizar juntamente com o Congresso o exercício do controle externo, conceituado por Rui Barbosa como "obstáculo insuperável às aberrações da despesa, garantia da verdade orçamentária, fiel permanente do equilíbrio financeiro".

Cem anos depois da morte de Rui, muitos de seus projetos foram descontinuados ou desvirtuados. Felizmente, a realização que coroou sua obra permanece na República, o Tribunal de Contas. Foi talvez a maior contribuição que qualquer ministro da Fazenda pudesse fazer em defesa do dinheiro público.

Ao longo de sua história, a corte de Contas tem desempenhado um papel fundamental para garantir a transparência, a responsabilidade e a eficiência na administração pública, gerando impactos significativos na qualidade dos serviços públicos e na vida dos cidadãos.

A missão constitucional de fiscalização da gestão pública foi atribuída a um órgão de apoio do Poder Legislativo para garantir que a liberdade conferida pelo povo aos gestores públicos fosse usada dentro dos limites democráticos.

A atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) realmente faz diferença para o Brasil? A resposta pode ser expressa em números. Em 2022, foram concluídas 228 fiscalizações, julgados 4.568 processos de controle externo e examinados 16.168 atos de pessoal. Além disso, a atuação do TCU gerou benefícios provenientes das ações de controle externo no montante de R$ 87 bilhões, ressarcimento de danos ao erário de R$ 5 bilhões e multas aplicadas no valor total de R$ 577 milhões.

O TCU tem percebido a necessidade de se modernizar e ampliar sua atuação de forma eficiente e eficaz. É com esse espírito de inovação e modernização que esperamos conduzir a atuação do tribunal para o futuro, inaugurando uma nova era, baseada na cooperação e contribuindo efetivamente para o Estado satisfazer as necessidades do povo brasileiro. São grandes os desafios pela frente. Continuaremos trabalhando com excelência para desempenhar o nosso papel na fiscalização da gestão e do patrimônio públicos. Nosso compromisso é com a transparência e a eficiência, preservando o uso correto dos recursos em benefício da sociedade.

Comemorar 130 anos de existência do TCU é celebrar a história e a trajetória de uma instituição sólida, comprometida com o desenvolvimento do país e com a proteção do interesse público. É um momento para refletir sobre o passado e sobretudo planejar o futuro para continuarmos a desempenhar nossa missão com excelência e integridade.

[...]
É com esse espírito de inovação e modernização que esperamos conduzir a atuação do tribunal para o futuro, inaugurando uma nova era, baseada na cooperação e contribuindo efetivamente para o Estado satisfazer as necessidades do povo brasileiro

Justiça no caso Alex Silveira

Fotógrafo baleado no olho pela PM enfim deverá receber a pensão devida

Virginia Veridiana Barbosa Garcia
Advogada, é sócia do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian Advogados

Muitos certamente se lembram do trágico caso do repórter fotográfico Alex Silveira, que em 2000 foi atingido no olho esquerdo por uma bala de borracha disparada por um policial militar de São Paulo. O profissional cobria uma manifestação de professores na avenida Paulista para o extinto jornal Agora, do Grupo Folha. A lesão o deixou com apenas 15% da visão do olho ferido.

O caso comoveu muita gente e também mobilizou diversas organizações nacionais e internacionais. Até que, depois de quase 20 anos de batalha judicial, finalmente em 2021 o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que o Estado é responsável pelo ocorrido e que deve indenizar o jornalista. Mas a saga de Silveira não acabou. Mesmo depois do julgamento definitivo pelo STF, o estado de São Paulo, réu no processo, utiliza de expedientes e recursos protelatórios para não pagar o quanto foi determinado na decisão do Supremo.

O estado de São Paulo demorou inacreditáveis sete meses para começar a cumprir a ordem do Supremo. E, quando passou a pagar algum valor a Silveira, o fez num importe muito, muito menor que o devido. Pior: sem apresentar um cálculo sequer no processo, ou seja, trazendo um valor completamente aleatório. O Poder Judiciário tem, na medida do possível, reprimido essas condutas protelatórias do estado de São Paulo. O magistrado Marcos de Lima Porta proferiu duas decisões, uma impondo multa diária e outra majorando seu valor. Aliás, a multa só foi majorada pelo reiterado descumprimento da obrigação de pagar. E nem isso impediu o réu de apresentar mais um recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para tentar afastar as multas e desfazer tudo o que já havia sido decidido.

O réu, para espanto geral, alegou no processo (já agora, em 2022, mais de 22 anos depois do ocorrido) que a lesão sofrida por Silveira não foi incapacitante —ora, vejam só, trata-se de repórter fotográfico que perdeu quase toda a visão! Não bastasse, alegou que o pouco que o profissional conseguiu receber com algum trabalho e enorme esforço nestes anos todos demonstraria que a pensão não é necessária. Como se o repórter devesse ser penalizado por ter conseguido sobreviver até aqui.

Felizmente, o circo foi desarmado pelo Judiciário. Em decisão recente, de autoria do desembargador Jayme de Oliveira, acompanhado pelos demais magistrados por unanimidade, o TJ-SP rejeitou os argumentos estapafúrdios do recurso do réu. Trata-se de uma vitória, sem dúvida, mas com sabor amargo.

Após 20 anos de tramitação, nenhuma decisão judicial pode ser considerada justa, muito menos pode recompor qualquer tipo de dano, especialmente dessa magnitude. Mas a conduta do estado de São Paulo, ao negar o correto pagamento da pensão alimentar concedida por decisão definitiva a Silveira, depois de todos estes anos, chega a ser desumana.

Que o caso ao menos abra caminhos para que outros jornalistas, caso acidentados, não passem por essa cruzada. E, sobretudo, para que se dê um basta no mau uso do Poder Judiciário. É inadmissível que as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório sejam desvirtuadas pelo próprio poder público para se eximir do cumprimento de obrigações reconhecidas por decisão definitiva do Judiciário, o que atenta contra a efetividade da Justiça.

[...]
A conduta do estado de São Paulo, ao negar o correto pagamento da pensão alimentar concedida por decisão definitiva a Silveira, depois de todos estes anos, chega a ser desumana. Que o caso ao menos abra caminhos para que outros jornalistas, caso acidentados, não passem por essa cruzada

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

A deputada federal Carla Zambelli em um salão de beleza na Asa Sul, em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

Zambelli

"Zambelli critica Bolsonaro, diz que pode ser presa e pede trégua ao STF e foco em Lula" (Política, 22/2). Li diversos comentários criticando a publicação da reportagem ou ameaçando cancelar a assinatura, o que indica uma posição rasa e superficial. Afinal, sem conhecer minimamente argumentos opostos, não se pode criticá-los em profundidade. E toda proposta ou postura política deve sofrer críticas, afinal estamos em uma democracia. Mais vale entender o que leva uma pessoa a acreditar que a Terra é plana ou votar nessa deputada maluca do que jogar pedra em quem fez isso.
Jose Rada Neto (Florianópolis, SC)

*

Isso não é amplo debate. Em tempos de avanço da desinformação não faz sentido dar voz ao absurdo. Eles defendem diuturnamente a barbárie e ruptura das bases civilizatórias e republicanas. É papel da imprensa não dar voz a essas mensagens disruptivas e criminosas.
Andre Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

Rompimento

"Bolsonaro afirma que Zambelli o traiu e fez acordo com Alexandre de Moraes" (Mônica Bergamo, 23/2). O ministro Alexandre de Moraes, a meu ver, jamais faria acordo com criminosos ou com os seus réus. Gosto de ver a extrema direita se autodestruindo para tentar salvar a própria pele.
Lucinio Manuel Nones (Blumenau, SC)

*

Que pena esse espaço todo para dois inimigos da democracia. Há muito o que se trabalhar para melhorarmos o país. Que a **Folha** divulgue quem trabalha por isso.
Maria da Graça Pimentel (São Carlos, SP)

*

Político na política não tem amigos, tem interesses. Portanto, cada um faz aquilo que lhe interessa, não existe traição!
Jose Celso Righi (São Bernardo do Campo, SP)

Ponderação

"Rússia avalia proposta de paz de Lula para Guerra da Ucrânia" (Mundo, 23/2). Lula sabe como ninguém ajudar a negociar. Em certo momento, se fez uma comparação com o Bolsonaro, assim não vale: Lula é um líder político mundial, Bolsonaro é um fascista que veio do esgoto das milícias do Rio.
Marcos de Medeiros (São Paulo, SP)

*

Ótima iniciativa de Lula, honra a tradição da diplomacia brasileira de não interferência e busca da paz através do diálogo. O Brasil, junto com Índia e outros países neutros com peso global, pode propor uma negociação em busca da paz.
Felipe Araújo Braga (Caieiras, SP)

*

Estou na torcida para que o presidente Lula tenha todo o sucesso em sua meritória disposição de mediar acordo entre as partes envolvidas na guerra da Ucrânia. Já que EUA e União Europeia não se movem nessa direção —bem ao contrário—, talvez um governante com maior distanciamento seja capaz de liderar um movimento de paz, com apoio de outros países periféricos.
Patricia Porto da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Congresso fantasma

"Lira e Pacheco silenciam sobre 'mudança fantasma' bancada pelo Congresso" (Política, 21/2). Isso acontece porque as pessoas votam em deputados e senadores sem prestar a menor atenção no que estão fazendo. Toda a campanha eleitoral visa os candidatos a governador e presidente, enquanto devia focar os deputados e senadores, que fazem o Executivo refém de manobras a fim de conseguir verbas e privilégios para protegidos.
Rute Maria Miranda da Silva (Franca, SP)

*

A cada legislatura praticamente os mesmos são eleitos. Portanto, temos culpa deste assalto que fazem com nosso dinheiro sem o menor constrangimento.
Heloisa Helena Cidrin Gama (São Paulo, SP)

Vencedora do Rio

"Imperatriz Leopoldinense é a campeã do Carnaval do Rio de 2023" (Cotidiano, 22/2). Uma coisa Glauber Rocha do avesso! Ou um sonho technicolor glauberiano... Um "Deus e o Diabo na Terra do Sol" bollywoodiano com final feliz, em um país que voltou a ser uma nação esperançosa de dias melhores, sendo salva do abismo pelo nordestino por um triz. Uau!
Jose Ribamar Vieira Cardoso (Campinas, SP)

Carro de aplicativo

"Elize Matsunaga vira motorista de aplicativo no interior de SP" (Eliane Trindade, 23/2). Tem absoluto direito de viver sua vida privada e seguir em frente.
Rogerio Cerqueira (Diadema, SP)

Passeio

"PM flagra turistas indo para o litoral norte e pede que ninguém vá para a região" (Cotidiano, 23/2). Para ajudar ninguém quer ir, mas para curtir sabendo que a catástrofe ainda está no ar, são os primeiros... Deveriam ser multados pela falta de empatia.
Luis Cesar dos Santos Castro (Cabo Frio, RJ)

Serotonina

"Compositor João Donato apresenta 'Serotonina' em show" (Música em Letras, 22/2). Grande João! Estive num show dele com o Macalé ano passado no Sesc Pompéia. Que coisa maravilhosa! Boa sorte, que "Serotonina" serotoninize você e a todos nós!
Mauro Assis (São José dos Campos, SP)

102 anos

Parabéns, **Folha**! 19 de fevereiro o jornal **Folha**, que nasceu como **Folha da Noite** em fevereiro de 1921, completou 102 anos de existência e circulação.
Vida longa e próspera.
José Ribamar Pinheiro Filho (Brasília, DF)

*

A Academia Brasileira de Ciências parabeniza a **Folha** pelos seus 102 anos. A ABC cumprimenta o jornal pelo trabalho de excelência, ao longo de sua história, notadamente em prol da ciência, da educação e da democracia. Que venham ainda muito mais décadas de serviço ao bom jornalismo no Brasil.
Helena Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Pasto

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende rediscutir com representantes da China um protocolo firmado em 2015 que estabelece embargo imediato nas exportações de carne quando uma nova ocorrência da doença da vaca louca é identificada no Brasil, como ocorre agora. Representantes brasileiros têm reunião virtual marcada para terça-feira (28) com os chineses para tratar do tema. Na semana seguinte, o encontro deverá acontecer presencialmente no país asiático.

PROPORCIONAL O governo brasileiro pretende sugerir que a notificação de um caso não interrompa totalmente a exportação de carne. A avaliação de necessidade do embargo se daria a partir da análise do risco de contaminação. A atual paralisação está relacionada a um caso provavelmente atípico, desenvolvido durante o processo degenerativo de um único animal no Pará.

QUEM AVISA... Coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues criticou, em mensagem em uma rede social, a demora do governo Lula (PT) em escolher a direção do Incra e afirmou que está "começando a acender a luz amarela". Como mostrou o Painel, o MST está incomodado com o que tem visto como falta de prioridade à questão agrária.

...AMIGO É O movimento tinha a expectativa de que Rose Rodrigues, ex-secretária de Agricultura de Sergipe, fosse escolhida para o comando do Incra. Nesta semana, no entanto, o deputado federal Airton Faleiro (PT-PA), coordenador do núcleo agrário do PT na Câmara, disse que ela não será mais a escolhida, gerando frustração no MST.

REALISMO Embora a aprovação na ONU de uma resolução pedindo a retirada das tropas da Ucrânia esteja sendo vista como um gol da diplomacia brasileira, o Itamaraty adota cautela em relação ao fim do conflito. A cúpula da pasta avalia que se trata apenas do primeiro passo. No curto prazo, a expectativa é de que a guerra ainda escale.

LINHA DIRETA Lula deve conversar com o ucraniano Volodimir Zelenski na próxima semana. Só a partir daí deve-se caminhar em direção à construção de um grupo que trabalhe mediando um acordo —ainda assim, a médio prazo.

AMORTECEDOR O governo Lula nomeou Marcos Perioto como secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. Ele foi uma indicação da Força Sindical, que é presidida por Miguel Torres e tem o ex-deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP) como membro mais conhecido. O gesto ameniza o desgaste com a central sindical, que criticou a falta de interlocução do governo ao decidir o novo valor do salário mínimo.

BLITZ A Polícia Civil de SP deslocou 16 policiais para reforçar o trabalho dos Procons municipal e estadual em São Sebastião no combate à prática de preços abusivos. Após as fortes chuvas, que provocaram deslizamentos e escassez de produtos, sobreviventes relataram a prática de preços muito acima do mercado.

SOCORRO O governo de SP liberou R$ 30 milhões do Banco do Povo, para atender a trabalhadores informais e microempreendedores das áreas afetadas pela tragédia. Os empréstimos têm limite de R$ 21 mil e prazo de 48 meses para pagamento com taxa zero. Além disso, a Desenvolve SP, agência de fomento do estado, disponibilizou mais R$ 583 milhões para empresas e cidades da região.

PONTE Elo entre os governos Lula e Tarcísio, o secretário de Governo de SP, Gilberto Kassab, diz que a sociedade está orgulhosa ao perceber o trabalho conjunto das gestões municipal, estadual e federal para enfrentar as consequências das chuvas. Além de membro do primeiro escalão paulista, ele preside o PSD, que tem três ministros no governo do petista.

DIGA XIS O juiz Marcelo Bretas, que foi o responsável por ações da Lava Jato no Rio, postou uma foto no último domingo (19) com um grupo que incluía o governador do estado, Claudio Castro (PL). O evento era a tradicional Feijoada do Amaral, que reúne famosos no Carnaval. O juiz depois apagou a imagem.

REINCIDENTE A foto foi publicada às vésperas do início de um julgamento sobre a conduta do magistrado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Uma das alegações contra o juiz é justamente que ele se comportou de forma imprópria ao se relacionar com políticos de direita no passado, como Jair Bolsonaro e o ex-governador Wilson Witzel.

MATCH Marqueteiro de Bolsonaro em 2022, Duda Lima tem conversas avançadas para comandar a campanha à reeleição do prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB). Lima já se reuniu algumas vezes com secretários do emedebista, que enxergam as redes sociais como ponte forte do trabalho do marqueteiro e fraco do prefeito.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Novas regras do governo Lula sobre transparência têm fragilidade legal

Sem obrigatoriedade, efetividade de diretrizes da CGU para acesso à informação é questionada, mas especialistas veem avanços

Géssica Brandino

SÃO PAULO As novas regras da CGU (Controladoria Geral da União) para a aplicação da LAI (Lei de Acesso à Informação) trazem avanços, mas ainda são insuficientes para evitar o uso indevido da legislação.

A avaliação de organizações que atuam com a aplicação da lei é que a fragilidade do pacote de 12 diretrizes está na não obrigatoriedade das recomendações, divulgadas no início do mês junto com o anúncio de revisão de 234 casos de sigilos impostos na gestão anterior.

As orientações feitas pela CGU são direcionadas a funcionários públicos federais e podem embasar recursos diante de negativas de acesso. Um exemplo é a diretriz sobre "desarrazoabilidade do pedido", que orienta órgãos a apresentar quais são os riscos ou evidenciar a falta de recursos ao usar esse argumento.

Segundo a CGU, em caso de descumprimento das diretrizes, um procedimento pode ser encaminhado ao órgão para apurar responsabilidade.

Porém, parte dos especialistas considera que medidas mais efetivas precisarão ser tomadas para evitar negativas indevidas em casos que envolvam informações pessoais, a exemplo do que aconteceu na gestão Bolsonaro, marcada pelos chamados sigilos de cem anos, em uma interpretação equivocada da LAI.

Na diretriz sobre informações pessoais, a CGU diz que o fato de documentos conterem tais dados não é suficiente para negar o pedido de acesso. A orientação é proteger dados sensíveis com o uso de tarjas, por exemplo, e disponibilizar o restante.

Presidente do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, Kátia Brembatti cita que em março do ano passado, por exemplo, a CGU havia orientado que a lei era compatível com a LAI, mas o problema continuou.

Presidente do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, Kátia Brembatti cita que em março do ano passado, para evitar negativas com base na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a CGU havia orientado que a lei era compatível com a LAI, mas o problema continuou.

"O enunciado [diretriz] do ano passado não foi suficiente e parece que esse também não será", afirma.

Brembatti diz que a fragilidade dessas orientações ficará clara caso o descumprimento se repita após os anúncios da gestão do ministro Vinícius de Carvalho. Mudar isso demandará treinamento e boa vontade política, afirma.

Marina Atoji, diretora de programas da ONG Transparência Brasil, diz que as orientações mitigam o problema, mas não são suficientes.

Para isso, ela diz que é preciso estabelecer um teste de danos por meio de um decreto ou portaria. O procedimento serviria para determinar se o dano que poderia ser causado pela divulgação da informação é maior do que o interesse público envolvido. A partir dessa análise, o servidor pode decidir se libera o acesso.

O advogado Bruno Morassuti, cofundador da agência Fiquem Sabendo, diz que as orientações representam o início de um processo mais profundo de revisão de políticas de acesso à informação.

"É um ato da CGU e não uma determinação do presidente. Seria importante que de alguma forma a gente incluísse esses enunciados no decreto que regula a LAI e, eventualmente, na própria lei", diz.

Outra via, acrescenta, dependeria da interlocução entre a Presidência, AGU (Advocacia-Geral da União) e PGU (Procuradoria-Geral da União) para emitir uma regra que valesse para toda a administração.

A alteração do decreto 7.724 de 2012, que regulamenta a LAI, também demandaria uma ação de Lula, enquanto a alteração da lei ficaria a cargo do Congresso Nacional.

A CGU diz que não descarta a futura incorporação no decreto, mas que não há encaminhamento nesse sentido porque a força para o cumprimento das orientações se dará pelo poder de revisão da própria controladoria.

O órgão diz ainda que criou uma diretoria responsável por monitorar a aplicação da LAI e que atua na capacitação dos demais entes da administração federal para que os entendimentos sejam incorporados.

A mudança de orientação adotada pela CGU é vista de forma positiva. Danielle Bello, coordenadora de Advocacy e pesquisa da Open Knowledge Brasil, afirma que há um movimento cuidadoso para se distanciar de discursos políticos e boas sinalizações.

Bello não vê necessidade de mudar a LAI. Para ela, basta uma atuação efetiva da CGU no processo de formação de servidores e monitoramento do cumprimento das orientações, especialmente em órgãos que tendem a não seguir a LAI, por exemplo o Itamaraty.

A CGU afirma que a orientação enfrenta essa questão dando um reforço para a transparência neste órgão.

Uma das diretrizes afirma que os telegramas, despachos e circulares telegráficas produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores também estão sujeitos à regra geral da LAI, de que o sigilo é a exceção.

Esse princípio, diz Marina Atoji, da Transparência Brasil, não foi seguido na redação da diretriz sobre registros de entrada e saída de residências oficiais. O texto afirma que tais informações devem ser protegidas devido a "aspectos da intimidade e vida privada das autoridades públicas", exceto em caso de agendas oficiais ou de agentes privados.

"Tem que ser o inverso, porque mesmo que sejam encontros informais ou visitas é interesse público saber quem frequenta a casa do presidente", afirma.

A CGU diz que, apesar da crítica, a ordem da frase não altera o conteúdo principal de que as informações de registro são públicas.

O ministro-chefe da CGU (Controladoria-Geral da União), Vinicius Marques de Carvalho, durante entrevista Gabriela Biló - 3.fev.23/Folhapress

Entenda a LAI e os sigilos

O que diz a lei?

- A Lei de Acesso à Informação (LAI) define informação sigilosa como aquela que tem o acesso ao público restrito de forma temporária por representar risco à segurança da sociedade ou do Estado. A transparência é a regra e o sigilo, a exceção
- Qualquer pessoa pode fazer um pedido de acesso à informação para órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público e também para entidades privadas sem fins lucrativos que recebam dinheiro público para realizar projetos
- A LAI estabelece prazo de até 20 dias para resposta. A negativa de acesso deve ser justificada e cabe recurso, no prazo de dez dias

Quais são os graus de sigilo?

Há três graus de classificação de sigilo que podem ser adotados para informações que coloquem em risco a defesa e integridade nacional, a vida da população, a integridade financeira do país e atividades de inteligência, entre outros casos

- **Ultrassecreto** sigilo de 25 anos que pode ser determinado pelo presidente e vice-presidente, ministros e autoridades com a mesma prerrogativa, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas e consulares
- **Secreto** sigilo de 15 anos. Além das autoridades citadas, pode ser determinado por titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista
- **Reservado** sigilo de 5 anos. Pode ser determinado pelas autoridades mencionadas e por aquelas que exercem funções de direção e comando

Além das informações classificadas, a lei prevê sigilo até o término do mandato para informações que possam colocar em risco a segurança do presidente e vice-presidente da República, esposas e filhos

O que são os sigilos de cem anos?

Não há na Lei de Acesso à Informação o chamado sigilo de cem anos. O prazo máximo de restrição previsto pela lei é de 25 anos para informações ultrassecretas. Especialistas em transparência dizem que o termo recorrente durante a gestão Bolsonaro veio da interpretação distorcida de um dispositivo do artigo 31 da lei. O trecho diz que informações pessoais que atinjam a intimidade, vida privada, honra e imagem de alguém podem ter seu acesso restrito por até cem anos

Soterramento, juros e ortodoxia

Litoral norte de SP remete a iniquidades anteriores à PEC da Transição

Reinaldo Azevedo
Jornalista, autor de "O País dos Petralhas".

O Brasil real insiste em desafiar algumas ideias "magras e severas" (Musil) sobre Orçamento, juros e outras réguas da economia que decidem o destino da carne dos pobres. Lembro um caso. Na imprensa, eu me senti quase um ET ao defender a PEC de Transição. O Orçamento do Biltre Homiziado de Orlando havia reservado, por exemplo, R$ 34,1 milhões para o Minha Casa, Minha Vida neste ano. A PEC, que apelidei "da Realidade Orçamentária", definiu R$ 9,5 bilhões para o programa. Negociações no Congresso, no âmbito desse texto, elevaram a verba para a prevenção de desastres de R$ 671,54 milhões para R$ 1,2 bilhão — ainda assim, a mais baixa desde 2010.

Isso tudo se deu antes de o litoral norte de São Paulo desabar sob o peso da iniquidade. Muita gente sofreu e sofre com isso. Mas foram os pobres, de novo, a morrer soterrados. Para reservar recursos ao programa, foi preciso vencer a tese, digamos, exótica —que se vendia como ortodoxa— de que aquele Orçamento doidivanas de Bolsonaro-Paulo Guedes era exequível. No ano passado, as chuvas mataram quase 500 pessoas. Há 40 mil áreas de risco, onde vivem 10 milhões. Todo ano, as águas deslocam de suas moradias mais de 300 mil. Depois voltam, com o céu de anil. O debate, para alguns, jamais deveria sair do mundo como ideia, desprezada a realidade, para não turvar a limpidez dos princípios com essa gente morena.

Querem ver? Nunca antes perder um debate rendeu tantos apoios, aplausos e elogios, em certos nichos ao menos, como aconteceu, por exemplo, com Roberto Campos Neto, presidente do BC, no caso dos juros estelares. Seus entusiastas decidiram fundar já não uma teoria, mas um teorema. Qualquer que seja a natureza da inflação, a taxa cavalar é a hipotenusa inescapável porque ela corresponde à soma dos quadrados dos catetos. Mas e a hipótese de os fatores que concorrem para a elevação dos preços não espelharem tal soma? Se for assim, pior para os fatos.

Ousar uma discordância torna aquele que dissente um dragão da maldade contra santos guerreiros. Ou, claro!, um "populista", palavra que serve para amaldiçoar a divergência. Nessas horas, sempre me lembro do preâmbulo do AI-5. Como é mesmo? O regime buscava combater as "ideologias contrárias às tradições de nosso povo". E se deixar a pobrada entregue ao humor dos morros ou manter o maior juro da Terra forem "tradições do nosso povo"? A propósito: o tal boletim Focus desta quarta (22) prevê uma piora nas expectativas de inflação —aquela não derivada da soma dos quadrados dos catetos da demanda. E daí? Contestar a hipotenusa significaria afrontar a geometria. Criticar o BC seria um ataque às instituições, como os perpetrados por Bolsonaro contra o STF.

Nessas pouco mais de três semanas, restou evidente que o BC é administrado pelas expectativas dos mercados —e se diz ser heresia atuar para administrá-las. Logo, sabe-se o limite de sua autonomia. Assim, o Focus já leva à conjectura de que uma eventual queda da Selic só deva ocorrer no segundo trimestre do ano que vem. Se o remédio está matando o paciente, aumente-se a dose. O importante é demonstrar convicção para enfrentar as "ideologias contrárias às tradições do nosso povo".

Essas considerações, não ignoro, trazem o cheiro de enxofre da heterodoxia. Seriam também uma tentativa de repisar aquilo que já deu errado em outros Carnavais. Na linha, pois, do que é líquido e certo, ouso indagar quando juros reais de 8% já se mostraram eficazes no combate a uma inflação derivada de choque de oferta? Nunca. Assim, no terreno das metáforas influentes, obrigo-me a concluir que a Selic a 13,75% está para a inflação em curso como estava a cloroquina para o combate à Covid. Não é ciência. Não cura e tem efeitos colaterais. Parece bem pouco ortodoxo.

E se os fatos indicarem que, nesses assuntos, há um erro não no teorema, mas de teorema? Bem, restaria a seus defensores apelar a uma blague genial de Nelson Rodrigues numa crônica de 1963: "Amigos, eu sei que os fatos não confirmaram a profecia. Ao que o profeta pode responder: 'Pior para os fatos!'" Até a próxima catástrofe.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Ministros do STF decidem que autoridades podem requisitar dados de usuários das plataformas Nelson Jr./SCO/STF

STF facilita pedido de acesso a dados de usuários de big techs

Autoridades poderão fazer requisição a representantes das empresas no Brasil

Constança Rezende

BRASÍLIA Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram, por unanimidade de votos, que autoridades brasileiras podem requisitar dados sigilosos de usuários diretamente a representantes no país de grandes empresas de tecnologia, como Facebook e Google.

Em julgamento finalizado no final da tarde desta quinta-feira (23), os ministros analisaram se esses pedidos de informação deveriam ser feitos por meio de uma cooperação internacional chamada MLAT (sigla em inglês para tratado de assistência jurídica mútua); ou se poderiam ser endereçados diretamente a representantes das empresas no Brasil.

Os ministros entenderam que as duas opções são possíveis. Na prática, solicitações diretas a representantes das empresas aumentam a capacidade das autoridades de obter os dados desejados, uma vez que a cooperação internacional tem um trâmite mais demorado e as sedes das big techs no exterior possuem meios de protelar ou mesmo não atender às solicitações.

O ministro Luís Roberto Barroso se declarou suspeito no julgamento porque já advogou para uma empresa de tecnologia em processo sobre o acordo de cooperação, antes de virar ministro. O relator do caso foi o ministro Gilmar Mendes.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes defendeu que os dispositivos que disciplinam o cumprimento de cartas rogatórias e pedidos de cooperação internacional para requisitar informações às plataformas devem continuar existindo.

Porém, disse que, para maior eficiência da Justiça brasileira, também deve ser "absolutamente possível" a obtenção direta da requisição direta pelas autoridades judiciais brasileiras, inclusive com aplicação de multa em casos de descumprimento.

Ele citou como justificativa a responsabilidade das plataformas nas investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, quando militantes bolsonaristas invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF e na divulgação de notícias falsas.

Como exemplos de distorção da realidade que esse tipo de uso das plataformas pode provocar, ele citou o caso da disseminação de uma informação falsa de que uma idosa teria morrido detida na Polícia Federal.

Também falou de um detido que, na audiência de custódia, disse que havia sido preso contra a sua vontade. O juiz, segundo o ministro, lhe respondeu que a prisão é exatamente para isso: a pessoa é trazida contra a vontade.

"E essa pessoa diz: não, eu sou um patriota que luta pela liberdade e eu não posso ser preso. É de uma alienação total, exatamente porque vivem nessas bolhas. Se não for possível à Justiça ter acesso a essas provas, se for esperar a carta rogatória, os Estados Unidos já demoram, imagina se for preciso para Dubai, que nem aceita alguns tipos de cartas rogatórias de determinados países", disse.

Gilmar Mendes também declarou que, inicialmente, houve uma cooperação ou uma complacência dos provedores ao fazer toda a transmissão dos atos golpistas, inclusive marcar a "Festa da Selma", código usado num grupo no Telegram em referência à mobilização dos atos golpistas.

O processo foi apresentado ao STF pela Assespro (Federação das Associações das Empresas de Tecnologia de Informação), que à época contratou o escritório de advocacia do ministro aposentado Ayres Britto para defender a causa à corte da qual ele fez parte.

> Se não for possível à Justiça ter acesso a essas provas, se for esperar a carta rogatória, os Estados Unidos já demoram, imagina se for preciso para Dubai, que nem aceita alguns tipos de cartas rogatórias de determinados países
>
> **Alexandre de Moraes**
> ministro do STF, sobre os entraves a se acessar as sedes das plataformas em outros países

Na interpretação da associação, não se pode pedir a uma empresa afiliada no Brasil o cumprimento de ordens judiciais que deveriam ser encaminhadas a firmas dos Estados Unidos ou de outros países, por meio de acordo de cooperação jurídica internacional.

Essas empresas, argumenta o pedido, "têm o seu próprio direito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, no âmbito de um peculiar 'devido processo legal'".

Já a PGR (Procuradoria-Geral da República) defendeu que restrições à capacidade de autoridades brasileiras de obterem diretamente dados e comunicações coletados por empresas que prestam serviços no Brasil gerariam "imenso prejuízo a investigações em andamento e ações penais já transitadas em julgado".

O Ministério da Justiça já classificou os pedidos via MLAT de "insatisfatórios" para a obtenção desse tipo de informação com o objetivo de subsidiar inquéritos criminais.

A ferramenta é usada em investigações criminais e instruções penais em curso no Brasil sobre pessoas, bens e haveres situados nos Estados Unidos. O acordo bilateral trata da obtenção de conteúdo de comunicação privada sob controle de provedores de aplicativos de internet sediados fora do país.

Investigadores de casos que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores afirmaram que uma decisão do STF pelo uso da MLAT poderia impactar diretamente nos casos porque o uso da cooperação internacional facilita o descumprimento ou acarreta em demora no envio dos dados.

O inquérito que investiga os atos antidemocráticos, por exemplo, conseguiu de forma inédita acessar dados do Facebook sem a necessidade de uso da cooperação internacional. A plataforma é parte no processo que será analisado pelo STF.

Nesse caso, a PF solicitava dados das mais de 80 contas de apoiadores do presidente que haviam sido suspensas pela plataforma. Após negativa do Facebook em fornecer os dados sem a MLAT, o ministro estipulou uma multa para obrigar a plataforma a enviar as informações.

À época, a empresa disse que não iria cumprir a decisão. "Respeitamos as leis dos países em que atuamos", disse em nota divulgada após o episódio. Moraes, então, aumentou o valor da multa da empresa sob acusação de descumprimento.

Barroso pede punição a redes sociais que não apagarem conteúdo ilegal

Patrícia Campos Mello

PARIS Em conferência da Unesco, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu responsabilização das plataformas da internet antes de ordem judicial em casos de incitação a crimes, terrorismo e pornografia infantil. Isso, na prática, seria uma flexibilização do Marco Civil da Internet.

O Marco Civil do Brasil diz que plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros se não cumprirem ordens judiciais de remoção.

Para Barroso, as empresas deveriam ter de agir mesmo antes de ordem judicial em casos de postagens ilegais, inclusive conteúdo que viole a lei do Estado democrático de Direito, que proíbe pedidos de abolição do Estado de Direito, estímulo à violência para deposição do governo ou incitação de animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes.

"No caso de comportamento criminoso claro, como pornografia infantil, terrorismo e incitação a crimes, as plataformas deveriam ter o dever de cuidado de usar todos os meios possíveis para identificar e remover esse tipo de conteúdo, independentemente de provocação (judicial)", disse em plenário da conferência "Internet for Trust", que debate diretrizes globais para regulação da internet.

A responsabilização das plataformas antes de ordem judicial é foco da controvérsia sobre a nova regulação da internet em discussão pelo governo. O Ministério da Justiça quer incluir no projeto de lei das Fake News punição às plataformas que não agirem contra conteúdo que viole a lei.

Para parte do governo, sem isso a regulação será inócua, pois manterá a imunidade das redes. Já parte da sociedade e as plataformas dizem que levaria empresas a se censurarem ao remover conteúdos legítimos para evitar sanções.

Para Barroso, a responsabilidade das plataformas deve ser "razoável e proporcional". Para isso, haveria o dever de remoção pró-ativa de conteúdo ilegal.

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) posa para foto em salão de beleza, em Brasília Gabriela Biló - 6.fev.23/Folhapress

Bolsonaristas reagem a Zambelli e falam em traição

Deputada disse à Folha que Bolsonaro deveria liderar oposição no Brasil

SÃO PAULO Parlamentares conservadores que apoiam o Jair Bolsonaro (PL) criticaram a opinião da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) de que o ex-presidente deveria estar no Brasil para liderar a oposição ao governo federal e de que o foco dos conservadores deve ser o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e não mais o STF (Supremo Tribunal Federal).

Em entrevista à **Folha**, Zambelli fez críticas a Bolsonaro e levantou a bandeira branca ao ministro Alexandre de Moraes, do STF.

"Tenho dito que, como deputada, minha briga não pode ser a mesma da legislatura passada. Eu tinha o papel de defender Bolsonaro e o governo, qualquer um que os atacasse tinha que virar um alvo meu. Nesta legislatura, Bolsonaro não é mais presidente, então nosso alvo tem que ser Lula, seus feitos e desfeitos", afirmou Zambelli.

"A gente está em outro patamar, agora não é hora de bater no STF", completou.

Na mesma entrevista, Zambelli fez uma outra crítica a Bolsonaro. "Na live que Bolsonaro fez em 30 de dezembro, ele tinha que ter deixado claro o que pensava. Ele seria um remédio [contra o golpismo] se tivesse dito que era para as pessoas saírem dos quartéis."

A deputada disse que achou que seria presa e que procurou o gabinete de Moraes para distensionar a relação.

Como revelou a coluna Mônica Bergamo, da **Folha**, Bolsonaro disse a aliados acreditar que a parlamentar fez um acordo com Moraes para retornar às redes sociais e se ver livre da ameaça de ser presa.

Nesta quinta-feira (23), o ex-presidente afirmou não ter conversado com ninguém a respeito da entrevista. "Não discuti o assunto dessa notícia com ninguém. Eu não li essa entrevista, nem vou ler", disse à CNN Brasil.

Nas redes sociais, Zambelli disse que não criticou Bolsonaro e pediu que seus seguidores leiam a entrevista.

Nos bastidores, deputados bolsonaristas que já eram críticos à deputada dizem que ela não era fiel ao ex-presidente e queria apenas se promover. No círculo de Bolsonaro, Zambelli vem sendo chamada de "nova Joice", em referência à ex-deputada Joice Hasselmann, que era fiel aliada do ex-presidente, mas passou a ser uma opositora.

> **Eu tinha o papel de defender Bolsonaro e o governo, qualquer um que os atacasse tinha que virar um alvo meu. Nesta legislatura, Bolsonaro não é mais presidente, então nosso alvo tem que ser Lula, seus feitos e desfeitos**

> **A gente está em outro patamar, agora não é hora de bater no STF**

> **Na live que Bolsonaro fez em 30 de dezembro, ele tinha que ter deixado claro o que pensava. Ele seria um remédio [contra o golpismo] se tivesse dito que era para as pessoas saírem dos quartéis**
>
> **Carla Zambelli (PL-SP)** deputada federal, em entrevista à Folha

Para esses deputados, Zambelli está aderindo ao pragmatismo político pelo medo de ser presa e, atualmente, é consenso que os ataques têm que ser concentrados em Lula em vez do STF.

No PL, parte dos parlamentares faz pressão para que Bolsonaro volte ao Brasil mesmo sob o risco de ser preso, enquanto parte acredita que ele deve se preservar, descansar e esfriar a cabeça na Flórida, onde está desde o fim de dezembro.

O vereador Fernando Holiday (Republicanos), ex-MBL agora convertido ao bolsonarismo, afirmou nas redes que "é fácil criticar Bolsonaro agora que o cerco apertou".

"Mas para conseguir votos eram só sorrisos e fotos. Carla Zambelli é deputada graças a Bolsonaro e ajudou a detonar sua campanha na reta final", disse no Twitter.

À reportagem ele classificou a entrevista de Zambelli como "covardia" e "traição". "É dever da direita que ainda preserva o seu caráter defender o legado do único governo de direita das últimas décadas", disse.

Em relação ao gesto de Zambelli ao STF, Holiday afirmou que outros parlamentares também tiveram redes sociais bloqueadas, como Nikolas Ferreira (PL-MG), e não agiram da mesma maneira.

"Acredito que a grande maioria vai continuar defendendo não só o legado do presidente [Bolsonaro] como seguirá na direita mais conservadora. É um grupo consistente e foi o único capaz de fazer frente ao Lula", disse ele.

O comentarista Caio Coppolla, ligado à direita, criticou a posição da deputada a respeito das concentrações bolsonaristas nos quartéis.

"Era só o que faltava! O povo ficou mais de dois meses pacificamente em frente aos QGs, tudo dentro da lei. Então o povo não pode questionar o processo eleitoral, deputada?", escreveu no Telegram.

Questionado sobre o foco da oposição com Lula na Presidência, o deputado federal Junio Amaral (PL-MG) disse discordar da deputada. "Acho que os ataques têm que ser direcionados a tudo que estiver errado, seja Lula, seja o STF, até à oposição, se agir de maneira errada", afirmou.

"Para que a gente seja o mais correto possível e correspondа à expectativa dos nossos eleitores, temos que ser fiel aos nossos valores. Não estou dizendo que vale a pena continuar os ataques ao STF, mas não dá para se pautar em estratégia e não manter a nossa essência, que é lutar contra tudo que esteja em oposição aos nossos valores", completou.

Amaral diz ainda que só Bolsonaro pode avaliar se é melhor estar no Brasil ou nos Estados Unidos e que não vê outros nomes com a mesma capacidade de representação que o ex-presidente para os eleitores conservadores em 2026 —Zambelli afirma que a direita deve trabalhar em outras opções em 2026, caso o ex-presidente esteja inelegível.

A deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB-SP), que mantém independência em relação a Bolsonaro e faz críticas a ele e a seus aliados, diz que as declarações de Zambelli vão na direção de problemas do bolsonarismo que ela aponta há muito tempo.

Janaina já repudiou a postura beligerante e disse que a derrota para o PT foi, em parte, culpa do ex-presidente e de apoiadores radicais.

"Tudo que ela [Zambelli] diz ter percebido agora, eu alertei", afirma a deputada. "Alertei em plenário, alertei nas redes, alertei diretamente a ela e fui tratada por ela feito um cão sarnento. Eu alertei o próprio presidente, que preferiu mandar seus apoiadores não votarem em mim", segue ela, que concorreu ao Senado em 2022.

"Sou uma pobre deputada em final de mandato. Ela disse o que era preciso para se eleger. E agora diz o que é preciso para se manter no poder. E assim caminha o Brasil."

Artur Rodrigues, Carolina Linhares, Joelmir Tavares e Paula Soprana

> **Para conseguir votos eram só sorrisos e fotos. Carla Zambelli é deputada graças a Bolsonaro e ajudou a detonar sua campanha na reta final**
>
> **Fernando Holiday (Republicanos-SP)** vereador, no Twitter

> **Era só o que faltava! O povo ficou mais de dois meses pacificamente em frente aos QGs, tudo dentro da lei. Então o povo não pode questionar o processo eleitoral, deputada?**
>
> **Caio Copolla** comentarista de direita, no Telegram

> **Sou uma pobre deputada em final de mandato. Ela disse o que era preciso para se eleger. E agora diz o que é preciso para se manter no poder. E assim caminha o Brasil**
>
> **Janaína Paschoal (PRTB-SP)** deputada estadual

Deputada mais jovem do país toma posse aos 21 com pauta conservadora

Pedro Lovisi

SÃO PAULO Com 21 anos e 1 dia, a deputada mais jovem do país tomou posse nesta quinta (23) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Chiara Biondini (PP) promete defender pautas conservadoras, como manutenção da proibição do aborto e da criminalização das drogas, e repulsa à identidade de gênero.

"[Ser uma jovem conservadora] não é contradição. É o que eu acredito e é o que faz parte da minha vida", diz.

"Há coisas que podemos inovar, mas há outras imutáveis, como a proibição do aborto, das drogas e a ideologia de gênero", acrescenta a deputada mais jovem da história de Minas Gerais.

Chiara teve mais de 34 mil votos no ano passado; foi a 73ª eleita com mais votos em Minas —a Assembleia mineira tem 77 parlamentares.

Sua base de apoio vem do pai, Eros Biondini (PL), deputado federal há 12 anos pelo estado e líder de uma fundação que ressocializa dependentes químicos por meio da religião em Belo Horizonte.

Eros é ligado à Igreja Católica e cantor gospel. Durante as eleições, aliás, pai e filha receberam apoio de Tony Allysson, músico gospel com mais de 1 milhão de seguidores no Instagram e quase a mesma quantidade de inscritos em seu canal no YouTube.

No final de agosto, por exemplo, Chiara publicou em sua conta no Instagram um vídeo durante uma celebração religiosa, onde Tony pede aos fiéis, com braços levantados, que rezem para a então candidata e para a família Biondini. "Ela está assumindo uma nova missão diante de Deus", diz o cantor.

Logo após o resultado das eleições, Tony parabenizou Chiara e Eros em uma live na rede social —o pai foi reeleito com 78 mil votos, menos que a metade do que recebeu em 2018.

Em janeiro, no mesmo dia em que uma multidão bolsonarista invadiu o Congresso, o Palácio do Planalto e o STF, Eros publicou em sua rede social uma foto do Congresso lotado de manifestantes e escreveu "A Casa do povo!". Ele apagou a publicação horas depois.

"Meu pai não apoiou a invasão do Congresso; quando ele fez as postagens, ainda não tinha acontecido nada de grave. Logo quando a gente viu a destruição, que somos totalmente contra, ele apagou. Também não concordo com vandalismo; concordamos com manifestações pacíficas", diz Chiara.

Foi Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e também ministro do STF, que garantiu que Chiara tomasse posse nesta quinta.

No final de janeiro, o ministro negou um pedido de liminar impetrado pelo suplente de Chiara, que alegava que a deputada eleita não poderia tomar posse em 1º de fevereiro, já que naquela data ela teria 20 anos —um deputado estadual precisa ter 21 anos ou mais. Na ocasião, Moraes determinou que Chiara fosse empossada após o dia 22, quando ela completaria a idade mínima.

Agora, na Assembleia, a deputada mais jovem do país diz ter como principais bandeiras a juventude e o empreendedorismo. Pouco antes de ser eleita, ela estudava administração de empresas na Unicamp, mas agora pretende transferir o curso para Belo Horizonte.

Ao menos em seu início do mandato, Chiara fará parte da bancada governista. No último dia 10, ela publicou em seu Instagram um vídeo ao lado do governador de Minas, Romeu Zema (Novo). "Minas Gerais tem um orgulho muito grande: a de ter a parlamentar mais jovem do Brasil", diz o governador.

A deputada estadual Chiara Biondini (PP-MG) toma posse na Assembleia de Minas Gerais Guilherme Bergamini/Divulgação ALMG

Caiado fala em 'convivência pacífica e respeitosa' com Lula

BRASÍLIA Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), falou nesta quinta (23) da importância do diálogo com o governo Lula, e que estados não sobrevivem sem a União.

Acrescentou ser importante uma "convivência pacífica e respeitosa" e que governar com todos os entes federados, independentemente de se são aliados ou opositores, é a "maneira republicana de se governar".

Ele foi ao Palácio do Planalto para reunião com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais). A governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão (PP), também participou do encontro, para tratar do transporte público entre as unidades da federação.

Sobre sua visão da relação do governo federal com os governadores, incluindo a oposição, nesse início de gestão, disse ser "importante essa convivência pacífica e respeitosa ao resultado das urnas. Não teria outra maneira de responder que não seja essa. Eu, quando governador de Goiás, tive apoio de 14 prefeitos e governei com 246. Nunca discriminei alguém por não ter tido apoio dele. Essa é a maneira republicana de se governar", afirmou.

Caiado e Celina propuseram formar um consórcio para gerenciar o transporte na região de DF e cidades do entorno, subsidiado pelas duas unidades da federação e pelo governo federal, e o adiamento do reajuste de 40% na tarifa anunciado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Renato Machado

Guilherme Carnelós

Tanto Moro quanto Moraes exerceram papel quase que de heróis nacionais

Primeiro gay a presidir IDDD, advogado compara atuação de ministro do STF com a de ex-juiz da Lava Jato e relembra 'piadinhas'

ENTREVISTA

Géssica Brandino

SÃO PAULO Ao decretar o afastamento do governador Ibaneis Rocha (DF) sem provocação de órgão de investigação e se tornar protagonista de investigações, o ministro Alexandre de Moraes (STF) emula o comportamento adotado pelo ex-juiz Sergio Moro, hoje senador, nos processos da extinta Operação Lava Jato.

A avaliação é feita pelo advogado Guilherme Carnelós, 43, que há 20 anos atua na defesa de réus por crime econômico, inclusive casos da operação, que ele classifica como tribunal de exceção brasileiro.

Eleito em dezembro como novo presidente do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa), Carnelós acompanha com preocupação a movimentação de Moro para retomar a prisão após condenação em segunda instância em um Congresso Nacional ainda mais conservador.

Primeiro gay à frente do instituto, ele relata o preconceito enfrentado na carreira, defende a diversidade nas indicações para o STF e cobra pressão da OAB no Legislativo em prol das pautas LGBTQIA+.

*

O sr. atuou em casos da operação Lava Jato, criticada por cercear a defesa dos acusados. Após os ataques do dia 8 de janeiro, há um esforço conjunto para responsabilizar os envolvidos. Há preocupações semelhantes em relação à defesa? Há algum tipo de comparativo, mas com olhares muito diferentes. Em ambos os casos existem dois juízes centrais exercendo o papel quase que de heróis nacionais. Na Lava Jato, o Sergio Moro era um juiz que gozava de uma unanimidade. O Alexandre Moraes, não. Na Lava Jato, eu dizia que Moro estava criando um monstro do ponto de vista ideológico. Muito se fez para acomodar os anseios do lava-jatismo e quem pagou a conta é o cliente mais presente na Justiça Criminal, que são as pessoas de baixa renda, sem acesso a uma defesa efetiva. Um exemplo foi a execução da pena em segunda instância. O STF mudou o entendimento para acomodar os interesses da Lava Jato e depois voltou atrás, mas, até voltar, isso impactou o sistema carcerário.

Zanone Fraissat/Folhapress

Guilherme Ziliani Carnelós, 43
Presidente do IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa, sócio do escritório Rahal, Carnelós, Vargas do Amaral e associado fundador do Innocence Project Brasil. É graduado pela PUC-SP e mestre em direito penal econômico pela FGV-SP

> Em ambos os casos [Lava Jato e 8 de janeiro] existem dois juízes centrais exercendo o papel quase que de heróis nacionais

> A advocacia criminal começa na delegacia de polícia, que é um espaço extremamente machista e homofóbico

As prisões do ex-secretário Anderson Torres e do ex-comandante da PM Fábio Augusto Vieira foram necessárias ou há banalização? Não conheço o processo, mas um dos precedentes perigosos que o 8 de janeiro pode deixar é que algumas cautelares foram tomadas de ofício, caso do governador afastado Ibaneis Rocha. As medidas cautelares são alternativas às prisões, então são cabíveis se fosse necessário tomar alguma medida processual penal.

Moro chegou a decretar prisão de ofício na Lava Jato, mas isso foi muito isolado. Só que aqui se cria um precedente perigoso, porque não estou falando de um juiz lá de Curitiba, mas de um ministro do STF que tem suas decisões chanceladas pelo colegiado.

O Supremo errou ao chancelar essa decisão? Sim, porque não cabe uma cautelar processual penal na fase de inquérito policial.

Um levantamento da Defensoria Pública da União mostrou que Moraes manteve a prisão de ao menos seis investigados, apesar da recomendação contrária do Ministério Público Federal. Há excesso por parte do ministro? Não sei se há do ponto de vista de mérito, mas, se o Ministério Público afirma que a prisão não é necessária, [o ministro] praticamente está decretando de ofício uma prisão. Do ponto de vista formal, eu discordo.

O sr. avalia que o ministro age corretamente na condução dos inquéritos no STF? O sr. fez um paralelo com Sergio Moro. Em que ponto há semelhanças? O Sergio Moro tomou medidas completamente equivocadas do ponto de vista técnico e que acabaram sendo mantidas porque ele foi estrategista: usou a mídia em favor dele e, depois que estava forte, tomou as decisões do jeito que queria. Ao fazer isso, os tribunais, a começar pelo TRF-4 [Tribunal Regional Federal da 4ª Região] e subindo para o STJ e para o Supremo, não tinham coragem de enfrentar a popularidade dele.

Acho muito problemático um protagonismo do juízo nas investigações de forma generalizada. Esse é um problema que vejo no Moraes. No Brasil não temos o juiz de garantias, porque o ministro Fux há mais de dois anos não libera para julgamento.

O juiz deveria se poupar dos atos investigativos, quem tem que investigar é o Ministério Público. Mas existe uma razão para isso. Talvez se tivéssemos uma PGR [Procuradoria Geral da República] mais atuante, não haveria necessidade de um ministro que precisasse assumir esse papel.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, teve como marcas de sua gestão a dissolução da Lava Jato e a inação diante do governo de Jair Bolsonaro. Como avalia essas condutas? Ele não deixa de ser um funcionário público e uma das regras do funcionalismo é que ele não pode tomar atitudes baseadas em posicionamento político. Não estou dizendo que foi o caso, mas, se ele recebe uma denúncia de um fato que necessita de apuração, ele tem obrigação de prosseguir, ainda que aquilo cause desconforto. Cabe a ele determinar à polícia que investigue.

Sobre a Lava Jato, não tenho como avaliar a atitude nem como ruim nem como boa, mas a operação tem fim. A Lava Jato foi o grande tribunal de exceção que a gente teve no país. Existe uma costura técnica feita pelo Sergio Moro e que o STF chancelou, mas é inimaginável, como um juiz de Curitiba pode julgar fatos de uma refinaria em Pernambuco sendo que a sede da Petrobras também não é em Curitiba, tudo por conta de um posto de gasolina. Não sei dizer os motivos que levaram o Aras a fazer isso, mas a dissolução vem em boa hora.

Agora no Senado, Moro conseguiu desarquivar o projeto que prevê a prisão em segunda instância. Há chances dessa e outras pautas da operação avançarem no Congresso? A gente está com uma bancada super conservadora, com ícones da extrema-direita brasileira chegando ao Legislativo, então há chances sim.

Quais são as pautas mais preocupam? A audiência de custódia por videoconferência. Tem uma proibição expressa, mas desde a pandemia juízes se acomodaram porque é difícil sentir cheiro de preso. É difícil olhar cara a cara para o preso.

É muito duro imaginar uma concordância com audiência de custódia de forma virtual quando ela foi concebida internacionalmente e trazida para o Brasil com o objetivo de coibir a tortura. Como alguém na cadeia, com uma câmera na frente e o teu algoz do outro lado, você vai contar para o juiz: ele me bateu. Tem que providenciar um ambiente seguro. Se não, é para inglês ver, não adianta nada.

De que forma a homofobia se manifesta no meio jurídico? É muito subliminar. A advocacia é um ambiente tradicionalista, patriarcal e homofóbico.

A advocacia criminal começa na delegacia de polícia, que é um espaço extremamente machista e homofóbico.

Quando você acompanha um inquérito policial é natural uma aproximação. Você vai dez vezes para ver o mesmo caso, na primeira vez é "bom dia". Na segunda, já vem: "Bom dia, como vai?". E daí perguntam: "Qual é o nome da sua mulher?" Invento? Porque tenho uma aliança no dedo. Ou digo: não é uma mulher, sou casado com um homem e o nome dele é Dom Magri. E aí?

Graças a Deus consegui construir a minha vida e hoje, só hoje, dizer "não tenho mulher" e não completar o discurso. A pessoa fica olhando para sua aliança assim: como não? Deixa tirar as próprias conclusões, mas é muito difícil. Eu já inventei muito nome.

E como avalia a atitude da OAB diante disso? A OAB paulista tem uma comissão que trabalha essas questões, mas ainda precisa de letramento individual. No interior de São Paulo é muito mais tradicionalista. Eu vivi no interior. Eu sei como as pessoas apontavam para o fulano que desconfiavam que era gay. Para um advogado assumir numa cidade de 45 mil habitantes que vai se casar com outro homem é bem difícil.

Um dos papeis da OAB, nesse sentido, é cobrar do Congresso a regulamentação do casamento gay, se bem que com essa bancada não vejo muita possibilidade de acontecer.

O critério da diversidade deveria ser considerado para futuras nomeações para o STF? Não tenho dúvida. Eu sou o primeiro presidente gay do IDDD e isso manda um recado para os advogados jovens. Quando vou a um evento, meu marido está comigo. Eu não tenho dúvida de que é importante a representatividade em qualquer lugar.

No Judiciário existe uma falta de conscientização para conviver com a diversidade? Existe. A diversidade gera medo, choca. Por que as pessoas trans chocam tanto com pessoas trans? Porque elas não convivem.

O que falta para ter um espaço respeitoso? Tem que haver um trabalho de conscientização muito forte. Uma campanha política não pode admitir que um candidato [Onyx Lorenzoni (PL)] diga que o Rio Grande do Sul vai ter uma primeira-dama de verdade. Se a campanha de conscientização não for 100% eficaz, tem que ter enfrentamento pelo Poder Judiciário, ainda que aquela pessoa tenha que modular o discurso só para não ser pega.

PF diz ao STF que não há provas de que Renan Calheiros recebeu propina em caso da Lava Jato

BRASÍLIA A Polícia Federal informou, em um relatório encaminhado ao STF (Supremo Tribunal Federal), que não tem provas de que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) recebeu propinas em um suposto esquema relacionado à Transpetro, subsidiária da Petrobras, apontado em desdobramento da Operação Lava Jato.

O relatório sobre o caso foi enviado ao ministro Edson Fachin, relator dos casos da operação na corte, na última quarta-feira (22).

As investigações, que apuravam suspeitas da prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, foram iniciadas a partir das delações premiadas.

Entre elas, estavam a de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, e de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, morto no ano passado.

Segundo a delegada Lorena Lima Nascimento, "após analisadas as provas materiais e ouvidos os supostos envolvidos, não se observou a existência de elementos que pudessem corroborar a hipótese criminal objeto da presente investigação".

"Os colaboradores ouvidos apresentaram versões, em parte, concordantes com os fatos, mas não foram aptas a trazerem aos autos ou a produzirem a partir delas, elementos de prova capazes de corroborá-las."

De acordo com a delegada, os documentos apresentados nos autos da investigação também não foram capazes de "demonstrar uma ligação direta entre os pagamentos de propina destinados ao então presidente da Transpetro e sua destinação final, ainda que parcialmente, ao parlamentar investigado José Renan Vasconcelos Calheiros".

"O rastreamento do caminho do dinheiro em espécie pereceu no tempo, tanto em razão do longo lapso temporal, como em razão de não se vislumbrar um liame direto de que os valores entregues supostamente por Wilson Quintella Filho, ou por terceiros designados sob as orientações de Sérgio Machado, tinham como destinatário final o parlamentar investigado", disse a delegada da Polícia Federal.

Fachin, agora, deve pedir que o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifeste sobre o caso.

TJ reverte condenação a jornalista em ação movida por bolsonarista

SÃO PAULO O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) decidiu, em segunda instância, reverter a condenação da jornalista Barbara Gancia por uma publicação, em suas redes sociais, na qual chamou o ex-assessor internacional da Presidência Filipe Martins de supremacista após um gesto por ele feito em sessão no Senado.

A jornalista escreveu no Twitter em 2021 que "nenhuma sociedade minimamente civilizada permitiria a um supremacista metido a engomadinho, discípulo de astrólogo charlatão fazer parte do círculo íntimo do presidente da República e interferir em políticas de Estado", dizendo ainda que todos estariam presos em outros países.

"Manter a indenização e a derrubada do texto é, de forma sublinear, restringir a atuação da recorrente, como se fosse uma censura disfarçada", afirmou o desembargador Enio Zuliani na decisão.

"Pode levar mais um tempo, mas a verdade já está prevalecendo", disse a jornalista após a decisão. Procurado pela **Folha** por mensagem e por telefone, o ex-assessor Filipe Martins não respondeu à reportagem.

Matheus Tupina

Primeiro ano da Guerra da Ucrânia consolida nova ordem mundial

Agressão russa une Ocidente, amplia disputa entre EUA e China e vê novos atores no palco geopolítico

Igor Gielow

SÃO PAULO Um ano após os primeiros mísseis russos atingirem a Ucrânia, o mundo passa por uma transformação geopolítica tão incerta quanto o desfecho do maior conflito na Europa desde o fim da Segunda Guerra.

A invasão, que chega ao seu aniversário de um ano nesta sexta-feira (24), enterrou de vez a ordem global do pós-Guerra Fria, que assistiu à hegemonia ocidental liderada pelos EUA. Esse cenário figura em qualquer discurso do presidente russo, Vladimir Putin, mas talvez não da forma como ele pretendia.

O objetivo do Kremlin era refazer as fronteiras neutras ou vassalas em torno do país, retomando a visão imperial e soviética de Moscou. Militarmente, fracassou no ímpeto inicial, mas ainda pode colher uma vitória parcial para se dizer triunfante, caso a guerra termine com perdas territoriais para a Ucrânia.

Num esforço não tão secundário, pretendia desmoralizar o que vê como arrogância ocidental, após anos de expansão da Otan e da UE rumo à antiga área de influência russa.

Aqui, o fracasso de Putin é mais claro: o Ocidente está mais unido do que nunca, algo aferível numa nova pesquisa do Conselho Europeu de Relações Exteriores, que ouviu quase 20 mil pessoas nos EUA, na Rússia, no Reino Unido, na China, na Índia e num bloco de nove países europeus em dezembro e janeiro.

Visões ocidentais convergem. Concordam que a guerra tem de continuar até a desocupação dos 20% da Ucrânia ora com soldados russos 44% dos britânicos, 38% dos europeus e 34% dos americanos. Veem a Rússia como adversária 65% no Reino Unido, 55% nos EUA e 54% no grupo da Europa.

A má notícia para defensores de uma Europa mais independente, como o francês Emmanuel Macron ou o alemão Olaf Scholz, é a percepção de que Estados Unidos e UE pensam igual: 72% dos turcos veem isso, por exemplo.

Talvez porque a guerra agora seja nas suas fronteiras, os europeus se submeteram ao domínio americano, ainda que protelando sempre que possível decisões difíceis, em especial no apoio militar a Kiev. Assim, 75% dos US$ 62 bilhões (R$ 317 bilhões) em armas enviados aos ucranianos partiram de Washington.

Tão importante quanto o fracasso de dividir o Ocidente, visível também no pedido de acesso à Otan das neutras Suécia e Finlândia, é a emergência de polos alternativos de poder que a Guerra Fria 2.0 entre EUA e China não parecia antever. No estudo do centro europeu, 54% dos indianos, 48% dos turcos, 44% dos russos e 42% dos chineses querem o fim das hostilidades mesmo com perda territorial para Kiev. Se no caso dos russos isso parece óbvio, chama a atenção os números de outros líderes do chamado Sul Global.

Curiosamente, há um descolamento da China, que viu seu embate com os EUA crescer neste ano. Afinal de contas, Xi Jinping é o maior aliado de Putin, e os países dão demonstrações seguidas de união contra o Ocidente, ainda que o apoio chinês seja bastante ambíguo, de acordo com seus interesses.

Por essa lógica, o conflito europeu se insere na Guerra Fria 2.0, tanto que Joe Biden advertiu Xi a não se animar a fazer de Taiwan uma Ucrânia. O dirigente chinês deu de ombros, até porque os casos são díspares, mas certamente prestou atenção às dificuldades militares do parceiro.

Ocorre que a realidade talvez não seja bem essa. A Índia, por exemplo, é uma crítica da invasão russa, mas trata Putin como aliado na sua busca de se contrapor a Pequim como potência asiática dominante.

Não menos importantes, os dois países mais populosos do mundo travaram escaramuças fronteiriças graves nos últimos anos, e os indianos aumentaram sua integração ao Quad, grupo com EUA, Japão e Austrália que visa conter a China. Com efeito, 39% dos indianos ouvidos no estudo veem os chineses como adversários, e 37%, como rivais, o maior grau de animosidade captado no levantamento.

Nova Déli navega numa agenda própria. Absteve-se de condenar a invasão russa na ONU, mas o premiê Narendra Modi pediu o fim da guerra a Putin. Ao mesmo tempo, aumentou em 14 vezes o volume de petróleo que compra, com desconto, de russos atrás de novos mercados, já que a galinha dos ovos de ouro da dependência energética europeia de Moscou foi sacrificada no altar da invasão.

Assim, ao lado dos chineses, que aumentaram em quase 50% a importação dos russos, viraram os principais atores da sobrevivência externa da economia russa, submetida a um regime nunca antes visto de sanções econômicas lideradas pelo Ocidente.

No Oriente Médio, sobram novos negócios para a Rússia, a começar pela renovada aliança no campo energético com a Arábia Saudita, de resto um regime próximo do Ocidente também. Países árabes e africanos, no geral, mantiveram boa relação com Putin, e a conexão com o beligerante Irã subiu a um novo patamar militar, com os drones de Teerã se espatifando sobre ucranianos.

A arbitrariedade da aplicação das sanções assusta países mundo afora, a começar pelo Brasil, que votou com as 141 nações que condenaram a guerra. Mas da polêmica visita de Jair Bolsonaro (PL) a Putin na semana anterior à invasão à negativa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em fornecer munição para Kiev neste ano, a posição brasileira segue a tradição da diplomacia do país: neutralidade.

O motivo mais imediato é mais comezinho do que as pretensões de potência de Modi, a necessidade de manter fertilizantes russos para o agronegócio, ainda que haja pretensões megalômanas de mediação. Mas a razão subjacente é a negativa a um mundo em que você pode ser desconectado caso desagrade um clube de países ricos, uma visão corrente na Rússia. Como disse Macron na Conferência de Segurança de Munique, no final de semana passado, o Sul Global está desconfiado do Ocidente.

O estudo europeu, liderado pelo historiador britânico Timothy Garton Ash, faz leitura semelhante. "O Ocidente fará bem se tratar Índia, Turquia, Brasil e outras potências comparáveis como novos sujeitos soberanos, em vez de objetos a serem forçados ao lado certo da história", diz seu relatório.

Diferentemente da Guerra Fria, em que havia um bloco de não alinhados a EUA ou União Soviética, "esses países não comungam da mesma ideologia e em geral têm interesses divergentes ou concorrentes". "Mas eles certamente não estarão contentes em se ajustar aos caprichos e planos das superpotências", afirma.

Como toda pesquisa, trata-se de uma fotografia. Muito depende do destino militar da guerra, hoje em uma ofensiva russa no leste ucraniano que pode acabar num golpe definitivo para controlar as áreas anexadas ilegalmente por Putin ou em um exercício de desperdício de vida humana em nome de vaidade política.

Mesmo com o renovado apoio ocidental, nem mesmo os EUA veem a Ucrânia em condições de retomar o que perdeu agora, para não falar na Crimeia anexada em 2014, na gênese da crise que levou à guerra quando o governo pró-russo de Kiev foi derrubado e Putin se mexeu para não ver o Ocidente por perto.

Até aqui, a Rússia sobrevive às sanções, e 2022 viu uma queda do PIB de 2,1%, bem menos do que o esperado no exterior. Mas há sinais de alerta, como o déficit fiscal recorde do país em janeiro deste ano.

Se conseguirá manter o fôlego militar, é algo a ver. Há muitas coisas que podem dar errado em termos de escalada da crise, como um entrechoque entre russos e a Otan ou o emprego de armas nucleares por Putin, num hipotético dissolvimento de suas Forças Armadas que arriscaria seu até agora sólido controle da Rússia. Daí para a Terceira Guerra Mundial, que voltou a ser assunto normalizado, é um pulo.

Ninguém sabe se Putin se contentaria com o pedaço que fatiou da Ucrânia, e tanto Volodimir Zelenski como líderes europeus mais alarmados são unânimes em afirmar que uma vitória parcial seria a antessala para agressões futuras. "É óbvio que ele não vai parar", disse o ucraniano recentemente.

Na visão de Moscou, o ucraniano quer se transformar num bastião. "Ele está sinceramente convencido de que fará da Ucrânia uma espécie de Israel, um Estado paramilitar com um senso de constante ameaça militar", afirma Andrei Chuchentov, diretor de pesquisas do Clube Valdai, think tank próximo do Kremlin.

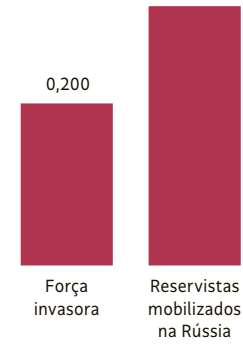
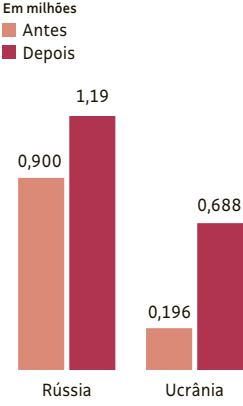
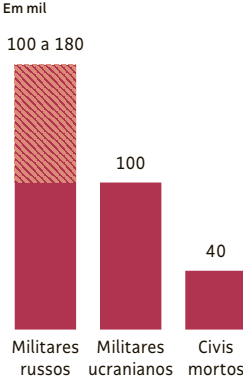
De uma forma ou de outra, isso tudo torna a guerra insolúvel a esta altura, comprovando a previsão feita em reserva por um diplomata que estava em Munique: as coisas ainda vão piorar muito antes de poder melhorar. Enquanto isso, um incógnito mundo vai sendo moldado pela guerra, da nova política energética europeia ao militarismo redivivo no Japão, como é usual na história humana.

[...] Há muitas coisas que podem dar errado em termos de escalada da crise, como um entrechoque entre russos e a Otan ou o emprego de armas nucleares por Putin

A Guerra da Ucrânia em números

Forças de guerra
Em milhões
Antes
Depois

Baixas (mortos e feridos)*
Em mil

*Estimativa ocidental

1.500 km
de linha de frente

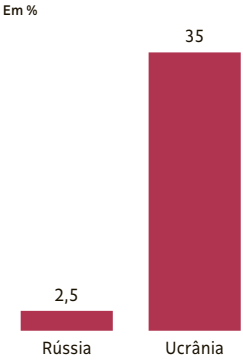
30%
da Ucrânia com campos minados

65 mil
casos de crimes de guerra

8 milhões
de refugiados

2,8 milhões
de refugiados somente na Rússia

5 milhões
deslocados internos

Queda no PIB
Em %

US$ 138 bilhões
de danos à infraestrutura (até jan.23)

3.000
escolas atingidas

239
sítios culturais atingidos

Fontes: Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Escola de Economia de Kiev, governo da Noruega, ONU, Banco Mundial

Relembre a linha do tempo do conflito

ANTECEDENTES

1991 A Ucrânia se separa da União Soviética, consolidando o fim do império comunista.

2008 A Otan convida a Ucrânia e a Geórgia a se unir à aliança; a Rússia protesta e, no caso georgiano, lança uma guerra para inviabilizar o acesso.

2014 Revolta derruba o governo pró-Kremlin em Kiev, Putin anexa a Crimeia e incita separatistas a uma guerra civil no Donbass, o leste ucraniano.

2021 Putin faz um ensaio geral da invasão e volta atrás. Em dezembro, faz um ultimato ao Ocidente para um acordo que deixa a Ucrânia neutra.

A GUERRA

Jan e fev/2022 Rússia cerca a Ucrânia com tropas; EUA dizem que Putin vai invadir.

24.fev Putin ordena a invasão total da Ucrânia e sugere uso de armas nucleares contra quem interferir.

28.fev Início das novas rodadas de sanções à Rússia, ampliadas ao longo do ano.

2.mar Rússia conquista Kherson, primeira grande cidade a cair. Duas semanas depois, ocupa toda a província homônima, no sul do país.

3.mar Moscou ataca e ocupa a usina nuclear de Zaporíjia, a maior da Europa.

29.mar Rússia anuncia que iria focar a guerra no Donbass, recuando de posições em torno de Kiev.

NOVO FOCO

12.mai Finlândia pede para aderir à Otan, sendo seguida na semana seguinte pela Suécia. Turquia resiste.

20.mai Rússia conquista Mariupol, no maior cerco da guerra até então.

4-16.jul Com forças exaustas, Rússia declara pausa em grandes operações.

A REAÇÃO DE KIEV

9-11.set Após sugerir por um mês que atacaria no sul, Kiev faz ofensiva surpresa e retoma áreas em Kharkiv, no nordeste ucraniano.

21.set Pressionado, Putin declara mobilização de 320 reservistas.

23-27.set Referendos considerados fraudulentos confirmam anexação de Kherson, Zaporíjia, Donetsk e Lugansk à Rússia, mesmo sem controle total de Moscou.

9.nov Rússia abandona a capital Kherson e realoca tropas na margem leste do rio Dnieper, que vira uma linha de frente natural entre as duas forças no sul.

RÚSSIA SE REAGRUPA

14.dez Após ataques com drones iranianos a Kiev, EUA admite enviar baterias antiaéreas Patriot.

20.dez Forças russas começam a investir mais fortemente contra Bakhmut, cidade chave em Donetsk.

25.jan Com anúncios de envio de tanques britânicos, EUA e Alemanha concordam em fornecer modelos do tipo para Kiev, escalando sua ajuda militar.

9-10.fev Com ataques em Lugansk e Zaporíjia, Putin escala esforços apoiado pelas novas tropas à disposição.

12.fev "Moedor de carne" de Vuhledar causa pesadas baixas de lado a lado. Putin pressiona Bakhmut.

20.fev Biden desafia Putin e faz visita surpresa a Kiev às vésperas do 1º ano da guerra.

21.fev Em discurso anual à Assembleia Federal, Putin critica os EUA e suspende participação de seu país em tratado sobre controle de armas nucleares.

Soldado russo observa destruição dentro do teatro de Mariupol, bombardeado nas primeiras semanas da guerra Alexander Nemenov - 16.mar.22/AFP

Padrões duplos do Ocidente explicam apatia do Sul Global

História escancara contradições entre retórica e ação de europeus e americanos ante normas internacionais

ANÁLISE

Felipe Loureiro
Professor de história das relações internacionais na USP e organizador do livro "Linha Vermelha: a Guerra da Ucrânia e as Relações Internacionais no século 21"

Após um ano e, ao contrário de todas as expectativas, a Ucrânia segue de pé diante da agressão russa. Sustentado por um revigoramento da aliança entre EUA e Europa, o país manteve o Ocidente unido em torno de si, tarefa que muitos imaginavam difícil diante dos impactos econômicos globais da guerra.

Se no Norte Global a Ucrânia está vencendo a batalha por corações e mentes, congregando governos e grupos sociais das mais diferentes posições políticas, no resto do mundo o cenário é outro.

Em que pese o fato de a maioria das nações do Sul Global ter apoiado resoluções na ONU condenando a invasão russa e a anexação de porções do território ucraniano, esse movimento parou aí. Nada de adesão às sanções ocidentais contra a Rússia, muito menos apoio econômico e militar à Ucrânia.

Mais: a opinião pública nesses países é pouco simpática à Ucrânia. A guerra é vista como mero palco no embate entre Rússia e Otan, a aliança militar do Ocidente, extirpando-se qualquer atuação de Kiev.

Essa relativa apatia — quando não indisposição— chama a atenção. Em teoria, os países do Sul Global são os que deveriam fortalecer o princípio de segurança coletiva no sistema internacional. Afinal, num mundo do cada um por si, são essas as nações que tenderão a ficar mais vulneráveis a intervenções.

Por que, então, não cerrar fileiras em torno de Kiev, ainda mais diante de um caso de manual de violação da Carta da ONU por parte de Moscou? A natureza da relação econômica e estratégica desses países com a Rússia e a tradição de neutralidade em política externa são parte da equação, mas explicam menos quando olhamos para percepções gerais sobre a guerra dentro dessas sociedades.

Para além do legado do colonialismo e do neocolonialismo, a história mais recente escancara contradições entre retórica e ação de europeus e americanos sob o prisma do direito internacional.

Mesmo tirando o bode da sala —a ilegal e catastrófica invasão do Iraque em 2003—, o saldo é de um histórico de desrespeitos sistemáticos a normas internacionais. A Carta da ONU é clara: excetuando-se a prerrogativa da autodefesa, apenas o Conselho de Segurança tem o poder de autorizar o uso da força.

Apesar disso, EUA e seus aliados da Otan, especialmente Reino Unido e França, desrespeitaram essa máxima inúmeras vezes nas últimas décadas. Os casos mais emblemáticos foram as intervenções da aliança militar na Sérvia em 1999 e na Líbia em 2011. Enquanto a primeira foi realizada sem autorização da ONU, a segunda desvirtuou uma resolução com fins humanitários visando a derrubar o regime líbio.

Isso sem contar o abuso do direito de autodefesa pelos Estados Unidos no contexto da Guerra ao Terror, que normalizaria o princípio de ataques preventivos contra alvos designados como terroristas em países da África, da Ásia e do Oriente Médio, com impactos dramáticos.

Soma-se a isso a sensação de que o Ocidente não dá a mesma importância a ameaças de segurança e a crises humanitárias quando elas ocorrem no Sul Global, algo escancarado em diversos exemplos.

Talvez nenhum maior do que a negligência ocidental frente ao genocídio em Ruanda, em 1994, apesar de o atual descaso com o caos na Líbia pós-Gaddafi e o cenário distópico de um Iêmen constantemente alvejado pela Arábia Saudita merecerem destaque nessa infindável lista.

Diante de tantos padrões duplos, como esperar uma adesão apaixonada de governos e sociedades do Sul Global em apoio à Ucrânia? Não é à toa que uma retórica ocidental principialista e moralista, como a que vem predominando até aqui, acaba soando hipócrita, ressuscitando velhos fantasmas coloniais.

Indicadores russos em 2022

Cotação do rublo
Valor de US$ 1 em rublos

Déficit público Em % do PIB

Crescimento do PIB Em %

1 **2014** Anexação da Crimeia
2 **2015** Recessão
3 **2018** Copa do Mundo
4 **2020** Pandemia
5 **2022** Guerra na Ucrânia

11,8%
é a taxa de inflação anualizada, que chegou a 18% após a guerra

7,5%
é a taxa de juros desde outubro; ela chegou a 20% após a invasão

3,7%
é o desemprego, estável ao longo do ano

Fontes: Escritório Federal de Estatísticas da Rússia, Trading Economics

Rússia avalia proposta de Lula para criar clube de países pela paz

SÃO PAULO O governo da Rússia está analisando a proposta feita pelo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para a criação de um grupo de países não envolvidos na Guerra da Ucrânia para tentar mediar uma saída pacífica para o conflito que completa um ano nesta sexta (24).

A informação foi dada pelo vice-chanceler Mikhail Galuzin à agência estatal russa Tass nesta quinta. Ele fez ressalvas à viabilidade da ideia, dizendo ser necessário levar em consideração a evolução do conflito.

"Notamos as declarações do presidente do Brasil sobre o tema de uma mediação para tentar encontrar meios políticos de evitar uma escalada na Ucrânia, corrigindo erros de cálculo no campo da segurança internacional com base no multilateralismo e considerando os interesses de todos os atores", afirmou.

"Estamos examinando iniciativas, principalmente sob o ponto de vista da política equilibrada do Brasil e, claro, levando em consideração a situação em campo", completou Galuzin.

A proposta de Lula, feita inicialmente ao premiê alemão, Olaf Scholz, em Brasília e levada ao presidente Joe Biden em visita à Casa Branca, prevê uma tentativa de solução do conflito por meio de um "clube de paz" que inclua países como Índia e China. A ideia foi recebida de forma fria pelos líderes, que mantêm a posição de buscar derrotar a Rússia militarmente.

À **Folha** o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, disse que o país está "propondo o início de um esforço de construção de uma solução negociada". "A comunidade internacional e as partes envolvidas entenderam isso e sabem que não se trata de uma proposta pronta e acabada. Vamos evoluir, junto com países que tenham condições de participar, para que essas propostas abram caminho para um entendimento."

Em debate na ONU nesta quinta, o embaixador-adjunto de Pequim no órgão, Dai Bing, disse que "os fatos brutais oferecem ampla prova de que enviar armas não trará paz", cutucando os EUA. Nesta sexta-feira (24), há a expectativa de que a China fale sobre um plano de mediação.

A deferência russa a Lula é também tributo à posição brasileira na guerra, criticada nos EUA. Gulazin citou até a negativa do petista de vender munição brasileira de tanques Leopard-1 para a Alemanha repassar à Ucrânia, revelada pela **Folha** em janeiro. "Destaco que a Rússia valoriza a posição equilibrada do Brasil, sua rejeição a medidas de coerção tomadas pelos EUA e por seus satélites contra nosso país e a recusa dos nossos parceiros brasileiros em fornecer armas, equipamento militar ou munição ao regime de Kiev".

O Brasil foi um dos 141 países que condenaram a invasão russa em votação na ONU, mas recusou-se a adotar o draconiano regime de sanções econômicas liderado pelo Ocidente contra a Rússia. Nesta quinta, foi novamente 1 dos 141 países a apoiar a resolução pedindo o fim do conflito e teve participação específica no parágrafo 5º do texto, que reitera a necessidade de desocupação da Ucrânia.

Igor Gielow

Sombra da Terceira Guerra Mundial cobre conflito atual

Fracasso inicial da invasão levou Putin a misturar táticas modernas às do embate terminado em 1945

Igor Gielow

SÃO PAULO Chamado a uma sessão secreta do Congresso dos EUA para avaliar a possibilidade de uma invasão russa da Ucrânia, o principal general americano previu no início de fevereiro de 2022 que Kiev cairia em 72 horas.

As imagens após o dia 24 daquele mês sugeriam que Mark Milley estava certo: helicópteros russos cruzavam a fronteira da Belarus e despachavam comandos para Hostomel, aeroporto a noroeste da capital, forças avançavam por três frentes com colunas blindadas, tudo coberto por um ataque de mísseis semelhante ao que o mundo se acostumou a ver sendo feito pelos EUA desde a Guerra do Golfo.

Um ano depois, o cenário de uma dura guerra de atrito é espelho do preço que a soberba cobra. "Nenhum de nós achou que não venceríamos rapidamente", afirma Ivan Barabanov, analista militar em Moscou.

Os motivos do fiasco inicial da operação russa já foram necropsiados: anemia de tropas, erros táticos no emprego unitário de forças blindadas sem apoio de infantaria, timidez na cobertura aérea e logística pobre: metade dos tanques perdidos no começo da guerra foi abandonada por falta de combustível.

A isso se somou, como mostrou estudo do britânico Royal United Services Institute, a eficácia de batalhões de artilharia defendendo Kiev e o impacto de mísseis portáteis antitanque americanos Javelin nas desprotegidas colunas de blindados de Moscou. A resistência dos ucranianos dobrou inclusive os EUA, que chegaram a oferecer a Volodimir Zelenski tocar seu governo no exílio. A oportunidade estratégica para Washington estava dada: lutar uma guerra por procuração que sangrasse os russos.

Por sangrar os russos leia-se sangrar os chineses, os aliados de Moscou que são os reais rivais estratégicos dos EUA na Guerra Fria 2.0. O problema era fazer isso sem disparar uma Terceira Guerra Mundial, dado que Vladimir Putin opera um arsenal nuclear que supera o de Joe Biden.

Fracassados de saída, os russos se reagruparam, dando tempo para que o Ocidente começasse a testar as linhas vermelhas do Kremlin cada vez que um novo sistema de armas moderno era oferecido a Kiev.

Houve adaptações tecnológicas, como a entrada em operação de armas eletrônicas para capturar drones ou desabilitá-los. A eficácia dos modelos de ataque turcos Bayraktar-TB2 caiu: hoje os robôs voadores são essenciais no campo de batalha, mas muito mais para papel de reconhecimento e aquisição de alvos.

Outras soluções foram mais simples: com a disseminação de drones domésticos chineses com pequenas munições pelos dois lados, tanques russos quase sempre estão equipados com gaiolas de proteção no teto —úteis também contra Javelins, que têm trajetória descendente quando atingem seus alvos.

Do lado ucraniano, apontou o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), a transformação está acelerada de uma força baseada em material soviético antigo para outra com elementos padrão Otan, a aliança militar ocidental cuja proposta de adesão a Kiev foi um dos "casus belli" de Putin.

Obuseiros M777 e, principalmente, lançadores de foguete de artilharia de alta precisão Himars, ambos americanos, tornaram-se símbolo das contraofensivas bem-sucedidas de Zelenski no fim do ano passado.

O apoio se dá em números. Dos US$ 153 bilhões (R$ 785 bilhões) enviados em ajuda para Kiev até 15 de janeiro, nas contas do Instituto para Economia Mundial de Kiel, da Alemanha, 40% dizem respeito a armas e logística de defesa. Dessa fatia, 75% do apoio veio dos EUA. A escalada foi lenta, justamente pelo temor de uma guerra ampla. Os Himars só vieram no segundo semestre. Tanques de guerra, incorretamente estigmatizados devido ao emprego tático errado dos russos na guerra, seguiram como tabu até este ano.

Mesmo a promessa de até 140 unidades de modelos Leopard-2 alemães, de diversos países, americanos M1 Abrams e britânicos Challenger-2 virou uma novela. É um problema: de uma frota pré-guerra de 987 tanques soviéticos, engordada por 230 poloneses doados, Kiev perdeu ao menos 470, de acordo com o monitor de dados abertos Oryx, conservador por registrar apenas imagens públicas georreferenciadas.

Mas o tabu foi rompido. Para Zelenski, a próxima fronteira são os caças ocidentais, o que Biden por ora se nega, alegando o risco de ataques em território russo. Do lado de Putin, às inovações tecnológicas foi acrescida uma volta ao passado. "A tentativa de fazer uma guerra rápida e moderna não deu certo, com batalhões táticos reduzidos", afirma Barabanov.

Mas, como em 1944, Moscou passou a confiar em números brutos: tinha cerca de 10 mil tanques antigos estocados e convocou 320 mil reservistas. Ninguém sabe quantas pessoas morreram e ficaram feridas na guerra, mas o Ocidente considera baixas na casa de 180 mil para a Rússia e 100 mil para a Ucrânia.

Por fim, a carta nuclear, brandida por Putin do dia da invasão, quando prometeu punir interferências externas na sua guerra, até seu discurso sobre o conflito na última terça (21), quando suspendeu a participação russa no último tratado de controle de armas atômicas em vigor com os EUA.

A questão que fica é: o russo subiria esse degrau em caso de colapso de suas forças, recorrendo à doutrina que prevê o recurso em caso de risco existencial ao Estado?

Por ora, não há sinal de tal cenário, assim como uma ofensiva decisiva contra a Ucrânia, com um movimento em pinça pelo sul e pelo norte parece improvável. Ambas as situações ensejariam escalada, e é isso que perturba os planejadores ocidentais.

Perdas da Guerra da Ucrânia

* Dados até 22.fev; números ucranianos são menores porque as perdas são menos documentadas e divulgadas

Soldados e armas

Antes da guerra / Perdas

	Rússia – Antes da guerra	Rússia – Perdas	Ucrânia – Antes da guerra	Ucrânia – Perdas
Soldados mortos e feridos	180 mil*		100 mil*	
Tanques	3.387	1.762	987	470
Blindados**	17.384	3.181	2.566	992
Artilharia***	5.294	691	1.818	255
Sistemas antiaéreos	2.576	95	403	88
Aeronaves de combate	1.391	72	124	59
Helicópteros	805	78	115	30

* Estimativa da Otan | ** Inclui três categorias principais: blindados de reconhecimento, apoio a infantaria e transporte de tropas | *** Inclui obuseiros, morteiros e lançadores de foguetes | Fontes: Oryx (estimativa de perdas) e Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (arsenais pré-guerra)

Crianças ucranianas em trem na estação de Lviv com destino à Eslováquia Daniel Leal - 3.mar.22/AFP

Negociação pela paz passa longe da ideia de luta entre o bem e o mal

OPINIÃO

Sergio Duarte

Embaixador, foi alto representante das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento. É presidente das Conferências Pugwash sobre Ciência e Assuntos Mundiais

A invasão da Ucrânia pela Rússia, que já dura um ano sem que se possa antever seu fim, constitui uma violação flagrante do direito internacional. A Carta das Nações Unidas proíbe o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país e impõe a obrigação de resolver as controvérsias por meios pacíficos. A anexação de territórios pela força não é admissível.

A guerra já causou deslocamento e êxodo de dezenas de milhares de pessoas e, até aqui, a morte de pelo menos 250 mil combatentes e civis dos dois lados, além de destruição generalizada. As consequências econômicas e sociais afetam muitos países, comprometendo a paz e a segurança internacional.

A "suspensão temporária" do acordo Novo Start anunciada por Moscou sinaliza o abandono dos esforços de controle de armamentos nucleares entre a Rússia e os EUA. A aterradora possibilidade de uso dessas armas tem sido temerariamente mencionada. A situação atual torna imperativa a eliminação desse risco e a busca urgente de uma paz duradoura. A questão, porém, é extremamente complexa.

Guerras costumam terminar de dois modos: pela derrota de um dos contendores ou mediante acordo. Nos termos da Carta da ONU, o Conselho de Segurança pode impor medidas para restaurar a paz. Mas, em sua qualidade de membro permanente, a Rússia dispõe de poder de veto sobre as decisões.

Continua na pág. A11

Putin anuncia míssil nuclear e mais armas hipersônicas na véspera do 1º ano da invasão

SÃO PAULO Na véspera do aniversário de primeiro ano da Guerra da Ucrânia, o presidente russo, Vladimir Putin, voltou a fazer ameaças nucleares contra o Ocidente ao prometer a entrada em serviço de um novo míssil dois dias depois de suspender a participação de seu país no último tratado de controle dessas armas.

O líder do Kremlin também disse que "dará atenção à tríade nuclear", jargão para os meios de emprego de ogivas nucleares —mísseis em solo, bombardeiros e submarinos—, e anunciou a produção em massa de dois dos três hipersônicos já em operação, o Kinjal (lançado de caças) e o Tsirkon (usado em navios).

Com efeito, a primeira fragata equipada com o Tsirkon, a Almirante Gorchkov, aportou na quarta na África do Sul para exercícios com a Marinha local e navios da China.

O anúncio, feito no Dia do Defensor da Pátria na Rússia, deve ser lido no contexto da escalada de tensões com Washington e seus aliados, em especial acerca do novo míssil, já que há dúvidas sobre a capacidade de introduzir em grande quantidade no seu arsenal o RS-28 Sarmat, conhecido como Satã-2 no Ocidente.

O modelo é uma das "armas invencíveis" apresentadas por Putin em 2018. Trata-se do mais avançado modelo intercontinental do mundo, podendo levar de 10 a 15 ogivas nucleares ou 24 planadores hipersônicos Avangard, também com cargas atômicas, a alvos até 18 mil km distantes.

Ele já foi testado com sucesso, mas há indícios de que um ensaio nesta semana fracassou. A Rússia emitiu uma notificação de aeronavegabilidade informando a trajetória de um lançamento da base de Plesetsk, no noroeste do país, até o campo de provas de Kura, em Kamtchatka, a mais de 6.000 km.

Era o desenho clássico de um teste de míssil intercontinental, previsto para qualquer momento entre o dia 17 ao 22. Nada aconteceu, e a rede americana CNN disse que o Sarmat foi lançado na segunda, quando o presidente Joe Biden fazia sua histórica visita a Kiev, mas falhou na separação de seu segundo estágio.

A **Folha** ouviu a mesma descrição de um analista militar moscovita especialista em forças nucleares, que falou com a reportagem em condição de anonimato. Questionado sobre o tema, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que o assunto era da alçada do Ministério da Defesa —que não fez comentários.

Seja como for, falhas em ensaios ocorrem, e o Sarmat é uma realidade que serve à retórica de Putin ante o Ocidente, com quem o russo diz já estar numa guerra por procuração na Ucrânia.

Na terça-feira (21), o presidente russo anunciou em discurso sobre o Estado da União ao Parlamento que havia suspendido a participação russa no Novo Start, o último dos tratados de controle de armas em vigor —os outros dois pactos foram enterrados pelo governo Donald Trump. **IG**

Ucranianos retornam ao país mesmo no auge da guerra

Movimento, permanente ou não, chama a atenção em meio à violência que não dá sinais de esmorecer

Clara Balbi

SÃO PAULO Desde que a Rússia invadiu seu país, Valeria Shashenok, 21, mudou-se muitas vezes. Foi da Ucrânia para a Polônia, da Polônia para a Alemanha, da Alemanha para a Itália, da Itália de volta para a Alemanha.

Em setembro, voltou à terra natal —ou a uma versão dela arruinada pelo conflito, como mostrou no Tiktok, onde ganhou fama registrando o cotidiano de refugiada. "Estava cansada, sem apartamento e não me sentia em casa", diz Shashenok ao justificar o regresso à Ucrânia, de onde seus pais nunca saíram.

A jovem conta que, de certa forma, a vida segue em várias regiões do país, e "as pessoas continuam a ir a bares e restaurantes e a andar por aí". Ainda assim, os blecautes constantes, assim como a falta de água, consequência dos mísseis lançados desde outubro pelas tropas russas contra a infraestrutura do território, fizeram com que, em dezembro, ela partisse para Londres, onde hoje mora com uma família.

Assim, Shashenok é um exemplo dos muitos ucranianos que têm retornado à Ucrânia, seja para visitas temporárias ou de forma permanente. É um tipo de movimento migratório que, para Roberto Rodolfo Georg Uebel, professor de relações internacionais da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) de Porto Alegre, é inédito no contexto de uma guerra que não dá sinais de esmorecer.

O êxodo em massa de ucranianos quando o conflito estourou pegou as nações vizinhas de surpresa pela rapidez com que se deu. Em menos de uma semana, ao menos 660 mil pessoas haviam fugido pelas fronteiras a oeste do território. Em cerca de um mês, a Europa abrigava mais de 3 milhões de refugiados ucranianos —hoje, a ONU estima que esse número tenha chegado a cerca de 8 milhões.

Mas já em abril passado, dois meses após o início do conflito, muitos ucranianos começaram a voltar ao país. De acordo com o Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), enquanto a quantidade de travessias para fora da Ucrânia nas fronteiras foi de 18,8 milhões ao longo do conflito, aquelas em direção ao território invadido somam 10,4 milhões, mais da metade do número de saídas.

Em algumas divisas, como a da Polônia, com o maior contingente de refugiados ucranianos na Europa ocidental, dados mostram inclusive equivalência no fluxo de entrada e de saída nos últimos oito meses.

Louise Donovan, porta-voz do Acnur para a Europa, alerta que muitos desses movimentos são pendulares e têm como objetivo visitar parentes e checar propriedades, por exemplo. "Eles não necessariamente indicam regressos a longo prazo, uma vez que a situação no país continua volátil e imprevisível", diz ela.

Uebel, da ESPM, afirma que uma série de fatores influencia esses movimentos de retorno. Alguns deles são compartilhados com migrantes de outras nacionalidades, como a dificuldade de aprender a língua do lugar que os acolheu e os obstáculos para encontrar emprego —mesmo que os ucranianos tenham em geral recebido mais amparo dos governos do continente do que refugiados de outras nacionalidades.

Shashenok, a jovem refugiada ucraniana, afirma que os obstáculos que tem vivido em seu cotidiano não têm a ver com sua experiência como refugiada, mas com assistir a tantas mortes no país onde nasceu.

"Não posso reclamar da minha vida", diz ela, que perdeu um primo na guerra. O máximo de planejamento que se permite é, digamos, se vai ou não ao cinema em determinado dia. "Essa é uma das perguntas mais estranhas a se fazer a qualquer ucraniano hoje. Porque nunca se sabe o que pode acontecer", afirma ela.

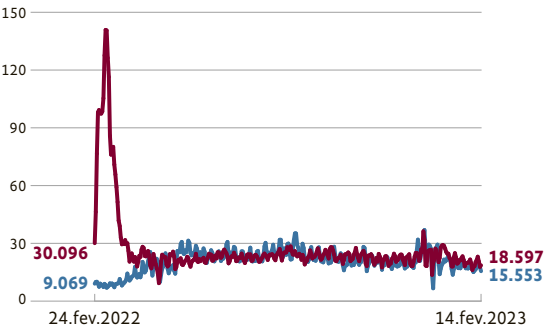
Refugiados ucranianos 1 ano após a guerra

Movimentos de regresso à Ucrânia já são mais da metade dos de saída

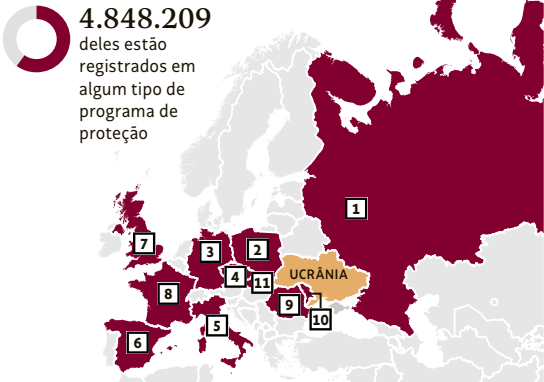
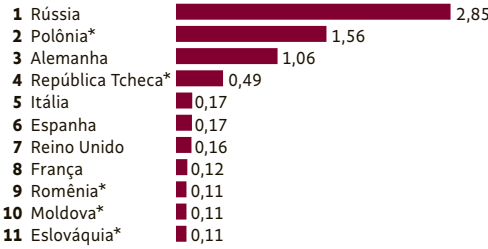
Travessias registradas nas fronteiras desde o início do conflito, em milhões*

*Última atualização entre 12.fev a 14.fev; dados de saída indisponíveis para Rússia, Hungria e Belarus

Na fronteira com a Polônia, fluxo de entrada e saída de refugiados hoje é semelhante

Travessias registradas por dia

Fonte: Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidos para Refugiados)

Europa acolheu mais de 8 milhões de refugiados da Guerra da Ucrânia

8.073.182
é o total de refugiados ucranianos no continente

Refugiados registrados, em milhões

*Países participantes do Plano de Resposta Regional a Refugiados, elaborado pela ONU, ONGs e outros | Fonte: Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), dados extraídos em 19.fev

Continuação da pág. A10

Na ausência de uma solução militar, Rússia e Ucrânia terão que ser convencidas a negociar. Para isso, é necessária ação diplomática esclarecida tanto de parte das potências interessadas quanto de outros países mais distantes do conflito. O Brasil possui todas as condições para dar uma contribuição positiva.

A negociação somente é viável quando há vontade política. Caso seja possível levar Rússia e Ucrânia à mesa de diálogo, é importante que ambos percebam mais vantagens do que perdas em um eventual acordo. Particularmente difícil será encontrar entendimento sobre os territórios contestados no leste da Ucrânia, inclusive a Crimeia, anexada pela Rússia em 2014.

A ONU tem vasta experiência na administração temporária e em operações de paz em áreas antes conflagradas. O custo é significativamente inferior aos da guerra. É preciso também estabelecer medidas eficazes de desmilitarização, reconstrução e fortalecimento da confiança entre as partes.

Para a Ucrânia, será fundamental contar com garantias sólidas de sua existência como nação independente e da inviolabilidade de suas fronteiras. Vale recordar que, no início do conflito, o presidente ucraniano descartou a opção de vir a pleitear ingresso na Otan, a aliança militar do Ocidente.

À Rússia é crucial que o resultado não seja percebido como ameaça existencial ou humilhação infligida pelo Ocidente. Um acordo terá de reconhecer a legitimidade dos interesses de segurança de todas as partes, o que significa escolhas difíceis àqueles que veem no conflito uma luta épica entre o bem e o mal.

Não se pode ainda vislumbrar o desfecho da guerra, mas é importante intensificar esforços para a busca da paz. Qualquer que venha a ser, o acordo deverá ser erguido sobre a base dos objetivos consagrados na Carta da ONU e poderá até mesmo contribuir para aperfeiçoar o atual modelo de convivência entre as nações e facilitar a construção de um paradigma de segurança global inclusivo e não discriminatório.

MUNDO LEU | Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Livro faz mergulho histórico em nações da vizinhança russa

João Batista Natali

SÃO PAULO Viktor Ianukovitch foi o presidente da Ucrânia deposto em 2014 pela revolução que pedia uma aproximação política com a UE. Ele se exilou na Rússia. Mas ele foi um pouco mais que isso.

O palácio que construiu em Kiev como propriedade particular está hoje aberto ao público e se chama Museu da Corrupção. E mostra o quanto Ianukovitch foi um homem de profundo mau gosto: os aparelhos de TV pendurados nas paredes têm molduras douradas, como se fossem telas renascentistas. E os porta guarda-chuvas são de pele de cobra.

Tais informações estão em "A Fronteira", delicioso livro da antropóloga e escritora norueguesa Erika Fatland, que produziu um relato meio histórico e meio etnográfico dos países que fazem fronteira com a Rússia —eles são 14 e mais o território do Ártico. Dentro da vasta borda russa cabem curiosidades que transformam a prosa de Fatland em uma espécie de guia turística para curiosos.

Ainda sobre a Ucrânia, a principal avenida de Kiev, com o nome complicado de Khreschatik, teve em 1941 cerca de 300 de seus prédios destruídos pelos russos que batiam em retirada. Centenas de alemães morreram debaixo de escombros. As bombas foram acionadas a longa distância por controle remoto. Depois da guerra, a avenida foi refeita no estilo stalinista.

Longe da capital há o que sobrou do complexo de Tchernóbil, cujo reator número quatro explodiu em abril de 1986 e provocou a maior tragédia nuclear da história civil do planeta. Pois bem, o local virou ponto turístico. Os responsáveis asseguram não haver mais risco de radiação. Mas, por via das dúvidas, sensores são alugados por US$ 10 na loja de lembrancinhas.

Fazendo fronteira com a Rússia há também a Mongólia, com 6 milhões de habitantes e cuja capital, Ulan Bator, tem um terço da população de nômades, acomodados em iúrtes, tendas circulares de couro. A Mongólia é também a terra de Gengis Khan, que no século 13 unificou as tribos locais e as expandiu num império que, bem depois, ocupava da atual Coreia do Norte a um pedaço da Polônia.

O livro de Fatland se atém à fronteira nordeste da Rússia, na longa viagem em que beirou o polo Norte e chegou ao estreito de Bering, que separa a Ásia do Alasca e por onde passa o meridiano que troca de dia no calendário dos humanos. A autora integrou o grupo de 48 passageiros do barco russo Akademik Chokalski, que navegou pelas águas geladas da região.

A Rússia tem uma fronteira curtinha, de apenas 19 km, com os norte-coreanos. A escritora visitou na ditadura comunista a cidade de Chonun, onde nos anos 1990 a fome matou um quinto da população.

Assim como a Ucrânia, o Azerbaijão foi uma república soviética que se tornou independente e hoje faz fronteira com a Rússia. Por lá, um cessar-fogo de 1994 pôs fim à disputa pela região de Nagorno-Karabakh, após dois anos de confronto entre Armênia e Azerbaijão. Entre 20 mil e 30 mil pessoas morreram no conflito.

Mais pacífica é a história do Cazaquistão, onde Fatland visitou o cosmódromo de Baikonur, de onde foi lançado em 1957 o Sputnik, primeiro satélite feito pelo homem, e depois os cosmonautas russos.

Por fim, na imensa China, Fatland visitou Harbin, cidade da Manchuria controlada pelos japoneses entre 1931 e 1945 e cuja curiosidade é a de ter abrigado a maior comunidade judaica do Oriente —20 mil pessoas que hoje não estão mais por lá.

Foi em Harbin que os japoneses operaram experimentos médicos em humanos. Ao deixarem a cidade, soltaram os ratos inoculados com a peste. Os russos devolveram Harbin à China, mais precisamente aos comunistas de Mao Tsé-tung, ainda em guerra pelo poder.

A Fronteira — Uma Viagem em Torno da Rússia
Por: Erika Fatland. Ed.: Âyiné. Quanto: R$111,90 (692 págs.)

Congresso do México reduz poder de instituto eleitoral

Decisão é vitória para AMLO; opositores apontam inconstitucionalidade

SÃO PAULO Após vaivém, o Congresso do México aprovou nesta quarta-feira (22) um projeto de lei que reduz o orçamento e a estrutura do INE (Instituto Nacional Eleitoral), órgão que organiza as eleições e zela por sua lisura.

Para críticos, a regra ameaça a independência da entidade e é inconstitucional, no que seria o avanço mais significativo do presidente Andrés Manuel López Obrador contra instituições democráticas do país.

O populista de esquerda tem protagonizado uma guinada autoritária nos últimos anos, com medidas controversas como o aumento das funções que podem ser exercidas pelas Forças Armadas e, por outro lado, inação para conter os números crescentes de assassinatos de jornalistas.

A aprovação da proposta ocorre ainda às portas das eleições presidenciais do ano que vem. Embora AMLO, como o líder é conhecido, não possa concorrer novamente, críticos a seu governo afirmam que o enfraquecimento do INE em última instância beneficiará o seu partido, o Morena, e seus correligionários.

O projeto de lei era uma espécie de plano B de AMLO. Antes, ele tentou passar uma emenda constitucional com diretrizes semelhantes na Câmara, voltada para esvaziar o órgão e alterar sua estrutura, de modo que seus integrantes, até então eleitos de forma indireta pelo Legislativo, fossem escolhidos pela população. Mas a medida não obteve os dois terços necessários no Congresso para avançar.

O presidente apelou então para um outro caminho, considerado mais flexível e com tramitação mais simples. Foi essa a proposta aprovada agora no Senado, com algumas modificações, por 72 votos a favor e 50 contra. Obrador ainda precisa ratificar a lei para que ela entre em vigor, mas isso é dado como certo.

Na prática, as mudanças que ela implementa consistem na demissão de funcionários e no fechamento de escritórios do INE, resultando em uma redução de orçamento que permitiria aliviar os cofres públicos em US$ 150 milhões (R$ 770,6 milhões, na cotação desta quinta-feira), de acordo com o presidente.

> “É na Justiça que este ataque histórico à nossa Constituição será resolvido
>
> **Josefina Vázquez Mota**
> senadora do PAN (Partido de Ação Nacional), de oposição

O órgão, cujas funções se assemelham a algumas atribuições do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) brasileiro, também perderá poderes, como os relacionados à punição de políticos por infrações eleitorais.

O presidente do INE, Lorenzo Córdova, chamou as mudanças de “retrocesso democrático” e afirmou que elas põem em risco a realização de eleições confiáveis e transparentes. Segundo ele, os cortes de funcionários dificultam a estruturação dos postos de votação e a contagem de votos. O instituto desempenhou um papel importante na transição do México para uma democracia multipartidária em 2000, depois de 70 anos de domínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

López Obrador tem atacado o órgão regularmente nos últimos anos, acusando-o de ser oneroso e de ter tolerado fraudes no passado, o que, sustenta o populista de esquerda, resultou na sua derrota nas eleições de 2016 por menos de 1% dos votos. As alegações lembram as de Donald Trump ao perder o pleito nos Estados Unidos em 2020, assim como as do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro (PL), que questionava frequentemente a confiabilidade das urnas eletrônicas antes da disputa do ano passado.

Legisladores da oposição e grupos da sociedade civil, por sua vez, afirmam que pretendem levar a questão à Suprema Corte, apontando sua inconstitucionalidade. “É na Justiça que este ataque histórico à nossa Constituição será resolvido”, afirmou Josefina Vázquez Mota, senadora do PAN (Partido de Ação Nacional), de oposição, que descreveu a proposta como um “caminho para o autoritarismo”.

Diversas cidades do país planejam atos contra a medida no domingo (26), incluindo a capital. Em novembro, manifestantes já haviam ido às ruas para protestar contra a proposta —ao que AMLO respondeu com um comício que atraiu multidões à Cidade do México. Em seu quinto ano de mandato, ele é aprovado por cerca de 60% da população, índice alto em comparação a outros líderes da região.

Com Reuters

DESABAMENTO DE MINA NA CHINA DEIXA 5 MORTOS E DEZENAS DE DESAPARECIDOS

Lian Zhen/Xinhua

Cerca de 50 pessoas estão desaparecidas e cinco morreram após o desabamento de uma encosta de 180 metros de altura na região autônoma da Mongólia Interior, no norte da China. O acidente ocorreu em uma mina operada pela empresa local Xinjing Coal Mining Company no começo da tarde desta quarta (22). A região é a principal produtora de carvão do país, que tenta aumentar sua produção sob apelos do regime por mais suprimentos a preços estáveis. Imagens do canal estatal mostram equipes com escavadeiras para remover uma pilha de destroços de 500 metros de largura e cerca de 80 metros de altura. “Devemos fazer todo o possível para resgatar os desaparecidos”, afirmou o líder chinês, Xi Jinping.

EUA planejam quadruplicar tropas em Taiwan para conter China

SÃO PAULO Diante do aumento da tensão com a China, os EUA planejam aumentar em mais de quatro vezes o número de tropas em Taiwan para reforçar o treinamento de militares da ilha considerada rebelde por Pequim.

Washington pretende enviar de 100 a 200 soldados para o território asiático nos próximos meses, segundo o Wall Street Journal. Há um ano, aproximadamente 30 militares americanos atuavam na ilha.

O plano faz parte de um esforço crescente dos EUA para Taiwan se preparar contra uma eventual invasão chinesa, segundo autoridades americanas relataram sob a condição de anonimato. Pequim considera a ilha parte inalienável de seu território e frequentemente ameaça anexá-la com o uso da força, se necessário.

Na terça (21), Taiwan anunciou a pretensão de fortalecer a cooperação militar com os EUA e outras nações aliadas para confrontar o que chama de “expansionismo autoritário” da China. A declaração foi dada pela presidente da ilha, Tsai Ing-wen, que não detalhou o tipo de intercâmbio militar a que se referia.

A expansão da presença militar americana em Taiwan vem sendo arquitetada há meses, mas o plano passou a ser priorizado nos últimos dias após o início de uma nova crise diplomática entre EUA e China desencadeada pela descoberta de um balão chinês sobrevoando o território americano.

O objeto foi derrubado por um caça no início do mês, em ação considerada exagerada por Pequim. Washington afirma que o objeto era um instrumento de espionagem, enquanto Pequim diz que o artefato era um equipamento de pesquisas, sobretudo meteorológicas.

À agência de notícias Reuters o Pentágono não confirmou a intenção de expandir o número de militares em Taiwan, mas reiterou o apoio à ilha com críticas a Pequim. “Não temos comentários sobre operações, engajamentos ou treinamentos específicos, mas nosso apoio e relacionamento de defesa com Taiwan segue alinhado contra a atual ameaça representada pela República Popular da China”, afirmou a pasta.

Já o regime chinês não esconde o incômodo com o aumento de parcerias entre Estados Unidos e Taiwan, acusando Washington de minar seu compromisso de manter relações não oficiais com Taipé.

Como a maior parte da comunidade internacional, Washington não mantém laços diplomáticos formais com o território. A ilha viveu sob influência chinesa até 1949, quando os nacionalistas derrotados pelos comunistas durante a guerra civil no país fugiram para lá, forjando um governo capitalista.

Ainda assim, os americanos continuam sendo o maior aliado estrangeiro de Taiwan —além de principal fornecedor de armas. As duas administrações se aproximaram cada vez mais nos últimos anos, quando o regime chinês aumentou a pressão sobre a ilha para aceitar o domínio da parte continental do país.

O elo com Washington é uma fonte de tensão nas relações sino-americanas —já bem abaladas por fatores que vão do cerco dos EUA a empresas chinesas à expansão militar americana no Sudeste Asiático.

As rusgas se intensificaram com a visita da democrata Nancy Pelosi, então presidente da Câmara e mais alta autoridade do país a viajar à ilha em 25 anos, em agosto passado. A China respondeu à passagem da deputada realizando o seu maior exercício militar no estreito que a separa de Taiwan. Desde então, a ditadura tem mantido atividades militares quase diárias ao redor da ilha.

Outro fator que evidenciou o distanciamento entre Washington e Pequim foi a visita do chefe da diplomacia chinesa, Wang Yi, ao presidente russo, Vladimir Putin, em Moscou. Depois do encontro, o líder do Kremlin afirmou que o elo com a China estava “alcançando novos horizontes”.

Com Reuters

MAIOR NAVIO DA MARINHA CHEGA A SÃO SEBASTIÃO PARA AJUDAR VÍTIMAS
O porta-aviões Atlântico tem seis helicópteros, três embarcações de desembarque de viaturas e pessoas e uma lancha, além de trazer 28 médicos Baltazar/Futura Press/Folhapress

Governador admite falhas e afirma que vai instalar sirenes

Tragédia no litoral norte de SP matou ao menos 50 pessoas; especialistas e moradores criticam alerta de chuva por SMS

SÃO SEBASTIÃO (SP) E SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), admitiu nesta quinta-feira (23) que o sistema de alerta de desastres por meio do envio de mensagens de texto SMS não funcionou para evitar a tragédia no litoral paulista e afirmou que o governo vai instalar sirenes em áreas de risco no estado.

A medida é anunciada após o temporal que deixou ao menos 50 mortos no litoral norte do estado, sendo 49 em São Sebastião e um em Ubatuba, no último fim de semana. Mais de 4.000 pessoas estão desabrigadas ou desalojadas e dezenas continuam desaparecidas.

“Vamos instalar o sistema de sirenes, que já existe em outros estados. E não adianta instalar o sistema de sirenes se não tiver capacitação, se não tiver treinamento. Porque, disparou a sirene, a pessoa tem que saber para onde ir, qual o ponto de apoio, tem que ter confiança de que o suprimento vai chegar no ponto de apoio”, afirmou Tarcísio em entrevista coletiva em São Sebastião.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o sistema de sirenes existe há mais de dez anos, desde a tragédia nas cidades da Região Serrana em 2011, quando mais de 900 pessoas morreram.

O litoral norte paulista vive um cenário trágico por causa das chuvas históricas. Na madrugada de domingo (19), choveu mais de 600 mm em São Sebastião, acima da média de todo o mês de fevereiro.

Em nota, a Defesa Civil estadual afirma que disparou alertas desde que foi informada sobre a previsão de fortes chuvas na região. De acordo com o órgão, foram enviados 14 mensagens de texto para mais de 34 mil celulares cadastrados na região do litoral norte.

Na entrevista desta quinta, Tarcísio reconheceu que os alertas por SMS falharam. “Mais de 30 mil pessoas receberam o SMS de alerta. Então a gente precisa ter uma maneira mais efetiva”, disse. “Vamos chamar as empresas de telefonia para ver que tipo de parceria podemos fazer para tornar o aviso via telefonia móvel mais efetivo. Todo mundo tem celular hoje, o celular está altamente democratizado, mas o sistema de alarme via celular ainda não está funcionando”, acrescentou.

A ausência de um sistema eficiente de alerta e retirada de pessoas de áreas de risco tem sido criticada por moradores e especialistas.

Frederic de Oliveira Gave, um dos sócios do Casa Hotel Sahy, localizado na Barra do Sahy, a área mais afetada pelas chuvas, diz não ter recebido alertas oficiais sobre a tempestade. Ele lembra que os barqueiros da região comentaram no dia anterior que um temporal estava prestes a acontecer.

“Não é possível que não exista um sistema de avisos para a população de São Sebastião no caso de chuvas tão fortes. Essa é a nossa maior indignação. Só vi um alerta sobre a tempestade por volta de 5h [de domingo] no Instagram da administração pública, quando a tragédia já tinha acontecido”, conta.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Prefeitura de São Sebastião para saber sobre os avisos a respeito da tempestade, mas não obteve resposta.

“Deixei minha casa no meio da madrugada de domingo, por volta das 3h. Eram muitas correderias e o barro alcançava minha cintura”, lembra Gave.

Dois dias depois, ele voltou à sua residência, localizada na Barra do Sahy assim como o seu hotel. “As portas foram destruídas, há muitas fendas nas paredes e tem lama até no teto. E houve alguns saques, o que tem acontecido muito por aqui”, afirmou.

O desastre levou Gave e seus sócios a transformar o novo espaço, que não foi danificado pelo temporal, num ponto de acolhimento. Nesta quarta (22), havia cerca de 30 pessoas dormindo no hotel, entre eles a família de Gave, os funcionários e seus parentes e outras pessoas próximas.

Para especialistas, a proporção do desastre e o elevado número de vítimas mostram que a estratégia de envio de SMS não é eficiente. Além de não ser possível saber se as pessoas viram os alertas, não havia um plano ou orientação sobre o que fazer na situação.

Em Guarujá, na Baixada Santista, funcionários da Defesa Civil visitaram áreas consideradas de risco na cidade para alertar sobre o temporal que viria e orientar os moradores a deixarem suas residências.

De acordo com a prefeitura, as ações tiveram início na quarta-feira (15), um dia após o município receber alertas da Defesa Civil estadual para chuvas intensas.

Ainda segundo a gestão municipal, alguns moradores entenderam os riscos que corriam em permanecer nos imóveis e os deixaram de forma voluntária, antes da chuva.

A ação, diz a prefeitura, foi fundamental para evitar mortes. Em março de 2020, chuvas com menor intensidade deixaram mais de 30 mortos em Guarujá.

Em visita a São Sebastião nesta quinta, o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, também falou da necessidade de haver um sistema local de sirenes e investimentos na educação da população.

Ele afirmou que o país está bem estruturado em termos de monitoramento e que a Defesa Civil Nacional avisou os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais sobre a possibilidade de emergências no Carnaval. A informação, porém, precisava ter alcançado a comunidade e sido seguida.

Góes reafirmou que o país possui 14 mil pontos com alto risco de deslizamentos de terra, onde vivem um total de 4 milhões de pessoas, e indicou que compete a municípios e estados a instalação de sistemas de alerta para que as pessoas deixem áreas de risco a tempo.

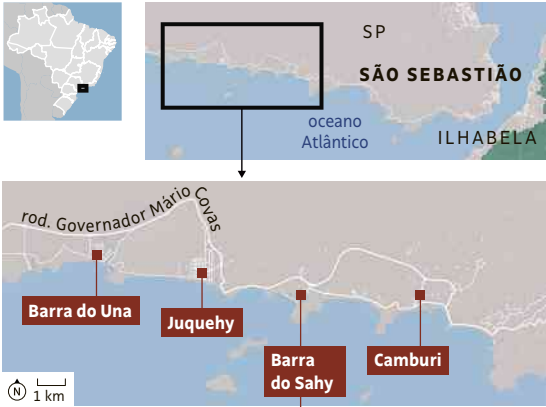
O ministro disse que a experiência com alarmes e educação já é adotada no Brasil e em outros países, e disse que ouviu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um pedido para ampliar a preparação das comunidades em áreas de risco.

“Só o esforço da Defesa Civil e dos meios de comunicação de darem o alerta percebemos que não resolve. Então uma das coisas que nós vamos intensificar com os governos estaduais, o presidente Lula me pediu isso, [...] é hierarquizar essas áreas e começar junto com os municípios, que aí é uma responsabilidade de mais municipal, estadual, a instituir, estruturar esses sistemas de alerta locais.”

Cláudio Oliveira, Naief Haddad, Stefhanie Piovezan e Paulo Eduardo Dias

Leia mais nas págs. B2 e B3

Tragédia em São Sebastião destruiu bairros inteiros

1 - Áreas mais afetadas pela chuva

3 - Dinâmica do deslizamento

4 - Índices de chuva entre 18 e 19 de fev. de 2023
Quantidade de chuva medida pelo Cemaden

Estação	Chuva
Estação Barra do Una (São Sebastião)	648,53 mm
Estação Juquehy 2 (São Sebastião)	694,22 mm
Estação Praia de Guaratuba (Bertioga)	694,22 mm

Como é medida a chuva

Nas estações de medição, os institutos instalam um equipamento chamado **pluviômetro**

Marcação no pluviômetro de 600 mm

cada m² do terreno acumula 600 L

1 metro 1 metro

Ele é um recipiente que coleta a água da chuva em uma espécie de funil

Cada milímetro de chuva acumulado no equipamento equivale a **um litro por metro quadrado** do terreno

A água entra pela área de captação e corre até o reservatório, no caso dos pluviômetros convencionais, ou até o registro, quando o **aparelho** é **automatizado**

As falhas no desastre

- Alertas por SMS não foram efetivos
- Faltam sirenes e treinamento da população para contingência
- Rotas de escape na Vila Sahy foram tomadas pela lama
- Ocupações no litoral norte já eram risco para 1.350 famílias em 1999
- Brasil tem 4 milhões vivendo em área de alto risco
- Falta política habitacional efetiva

Ilustração fora de escala e medidas aproximadas
Infográfico Luciano Veronezi

Plano de contingência é essencial em desastres naturais

Samuel Fernandes

SÃO PAULO Um plano que delimite as ações a serem tomadas diante de desastres naturais como o ocorrido no litoral norte de São Paulo deve ser desenvolvido pelos municípios antes mesmo da emissão dos alertas de risco.

Este mecanismo é chamado de plano de contingência. O objetivo é definir o que deve ser feito em caso de desastre e situações de emergência. Segundo diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída em 2012, a execução do plano cabe aos municípios, e não existe um modelo padrão para todo o país.

“É o plano de contingência municipal que estabelece as ações que precisam ser tomadas [...], mas não existe um protocolo uniformizando esses planos”, diz Osvaldo Moraes, presidente do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta para Desastres Naturais).

No caso de São Sebastião, a cidade mais afetada pela chuva no litoral paulista, a prefeitura afirma que já existe um plano desse tipo. Em nota, o município diz que desde 2017 atualiza seu plano antes do início da temporada de verão.

Dentre outros objetivos, o documento busca dar atenção às áreas com riscos de deslizamentos e alagamentos, além de antecipar respostas aos desastres.

A **Folha** não localizou o plano de contingência de São Sebastião, e a prefeitura não havia disponibilizado o documento até a conclusão desta edição.

Especialistas apontam que, para se proteger de um desastre natural, o primeiro ponto é fortalecer a gestão de risco. Fábio Augusto Vieira Reis, professor do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Unesp, cita a criação de um mapa dos riscos e a realocação da população mais vulnerável como exemplos.

Uma das medidas mais importantes, contudo, é o treinamento da população. “As pessoas que estão na área de risco precisam estar preparadas para receber o alerta”, afirma.

Sem esse treinamento prévio, a população não saberá o que fazer em caso de emergência. Eventos que simulam um alerta de desastre são úteis para ensinar as pessoas a como proceder nesses casos.

É fundamental fortalecer o gerenciamento de desastres, com a definição de condutas em caso de desastre. A adoção de um sistema adequado de comunicação, por exemplo, é primordial.

E não basta emitir alertas —traçar rotas de fuga é essencial. De acordo com Vieira Reis, da Unesp, a partir do mapeamento das zonas de maior risco e das áreas mais seguras é possível estruturar uma rede de espaços comuns, como escolas, em zonas protegidas. Definidas as rotas de fuga, é preciso comunicar a população, e o ideal é que isso seja feito no treinamento.

O professor diz que, embora exista essa divisão entre gestão de risco e gerenciamento de desastres, ambas são importantes.

“Uma depende da outra: se você não tiver um mapa de risco ou um simulado, você não consegue mover a população. Então, a gestão de risco junto ao gerenciamento de desastres é fundamental.”

Bombeiros, soldados do Exército e voluntários trabalham no resgate em São Sebastião Bruno Santos/Folhapress

Exército isola área na Vila Sahy para entrar com máquinas

Diferentemente do que ocorre em terremotos, nos deslizamentos de terra é rara a formação de bolsões de ar

Clayton Castelani

SÃO SEBASTIÃO (SP) Nesta quinta-feira (23), Exército e bombeiros isolaram o acesso ao locais que concentraram as mortes na Vila Sahy, em São Sebastião (197 km de SP).

Com chance mínima de ainda encontrar sobreviventes sob a lama, a área precisa ficar livre para a entrada de escavadeiras e máquinas para a fazer a retirada dos corpos.

"Estima-se que 16 ainda estejam soterrados aqui", diz general de divisão Pedro Montenegro, que coordena a operação no local. "Com cinco dias do evento, as famílias estão muito angustiadas e a gente precisa dar uma resposta."

A tenente Erica, do Corpo de Bombeiros, confirma que é muito difícil haver sobreviventes debaixo da lama.

Militares que trabalham no local explicam que, diferentemente de terremotos como o que atingiu a Turquia e a Síria recentemente, deslizamentos de lama não permitem tanto a formação de bolsões de ar. Nesses bolsões, em tese, as pessoas podem ficar vivas por dias sob os escombros.

Por isso, em geral as pessoas morrem mais rapidamente em grandes deslizamentos de terra, porque, mesmo que sobrevivam ao trauma, não conseguem respirar.

As máquinas do Exército serão utilizadas em duas frentes. A mais urgente é limpar as ruas que dão acesso ao sopé da encosta. É por lá que os corpos serão colocados nos carros do IML. Socorristas querem evitar uma exposição que causaria mais dor, dizem.

Pela primeira vez desde o início das operações, a **Folha** foi impedida de chegar às áreas mais críticas da montanha, embora a reportagem tenha sido autorizada a ir muito perto, onde ainda era possível ver as escavações.

Homens do Exército sobem em grande quantidade. Pela primeira vez, forças públicas parecem ser maior, em número, do que os voluntários que fizeram os primeiros resgates.

O mecânico Allan Bruno Benício de Siqueira, 31, procura parentes desaparecidos ali. Na tarde de quarta (22) ele segurava um celular e uma carteira de documentos enlameados, encontrados na viela íngreme no sopé da encosta que desabou sobre a Vila Sahy. "Aqui na casa estavam meu padrasto, minha mãe, minha irmã e sobrinha, que um dia antes fez 9 anos", relata. "É ela, sim", disse, ao reconhecer a foto que estava na carteira da mãe.

Da casa mencionada pelo mecânico, sobraram as colunas de concreto que sustentavam o portão por onde dezenas de pessoas entravam para retirar lama e entulho em busca de vítimas. Moradores afirmam haver cerca de 30 soterrados somente naquele local, incluindo a família de Siqueira, que ainda não havia sido encontrada. "Perdi quatro entes meus aqui."

Siqueira mora no mesmo bairro. Deixou a casa da mãe há pouco tempo, pois cedeu o quarto onde dormia para a irmã. "Era para eu estar aqui também. Mudei há pouco tempo. Minha irmã veio ficar no meu lugar, no meu quarto, foi onde eu perdi ela também. É isso", afirma.

Ele conta que queria oferecer alguma ajuda à mãe em um momento difícil. A avó havia sofrido um AVC (acidente vascular cerebral) dias antes e estava internada em um hospital na região central.

> “
> Era para eu estar aqui também. Mudei há pouco tempo. Minha irmã veio ficar no meu lugar, no meu quarto, foi onde eu perdi ela também. É isso
>
> **Allan Bruno Benício de Siqueira**
> mecânico que procura parentes desaparecidos no temporal

"Eles moravam aqui...", disse Siqueira, em voz baixa, fazendo uma pausa antes de prosseguir com o relato. "Minha avó sofreu um AVC e socorreram ela para o hospital em São Sebastião. Neste sábado, minha mãe estava vindo de lá, com minha irmã. Minha tia foi para ficar no lugar delas. Era perto das 20h. Já estava chovendo. Eu estava na casa de uns amigos", continuou.

"Liguei para minha mãe e falei: estou indo aí para fazer a comida dos bichos. Ela falou que não precisava. Aí eu fiquei em paz", contou. "Como nunca deu problema, a gente não imaginou isso. Nem eles. Acho que nem tentaram sair."

Na manhã seguinte, o mecânico acordou cedo para ver a mãe antes que ela partisse para passar o dia com a avó no hospital. Estranhou mensagens de conhecidos perguntando sobre a família. "Respondi que não sabia de nada. Quando cheguei aqui fiquei sabendo que tinha perdido os quatro da minha família."

Não são raros os moradores e moradoras da Barra do Sahy, área mais atingida pelo temporal, que relatam terem perdido diversos parentes. Próximo de um dos locais que o rio de lama devastou, o pedreiro Reginaldo Gomes dos Santos, 49, tinha dificuldade para numerar os familiares vitimados.

"Estão todos enterrados aí. Aqui tem três, lá na rua tem uns quatro." Ele tinha parentes nas duas vielas onde a lama soterrou mais casas. "Eram todos primos e sobrinhos. Tudo morto aí. Tem minha sobrinha, a Jéssica, o Tonho, a Mariana... Um monte."

Santos é um sobrevivente da tragédia. Sua casa foi menos atingida, e ele tomava fôlego enquanto falava com a reportagem. Estava há quatro dias ajudando nas escavações.

"Agora eu vou me meter para dentro dessa lama e voltar para a luta", disse, indo na direção do lamaçal onde o cheiro característico de cadáver se misturava ao odor de esgoto.

Casarões vazios criam vila fantasma após chuva em São Sebastião (SP)

SÃO SEBASTIÃO (SP) Quem chega de barco à praia de Barra do Sahy, em São Sebastião, avista os casarões nos topos dos dois morros que cercam a pequena baía. Em tempos normais, mansões à beira dos precipícios já chamariam a atenção, mas a paisagem passou a impressionar mais após as chuvas que provocaram deslizamentos pelo litoral norte de São Paulo. Com parte da terra abaixo das casas tendo cedido, esses imóveis parecem desafiar a gravidade. Alguns despencaram morro abaixo.

A **Folha** subiu até o topo de uma das encostas nesta quinta-feira (23). O morro do Fabinho está do lado direito da praia, quando observado a partir do mar. O acesso é por uma ponte de madeira sobre a desembocadura que leva o rio Sahy para o mar. A estrutura de madeira está envergada. É preciso certo equilíbrio para passar.

Do outro lado, a fachada branca com detalhes azuis da capela Nossa Senhora de Santana parecer ser a única coisa intacta. O caminho estreito que dá acesso aos casarões pé na areia, os mais valorizados, tem uma camada de lama que torna impossível andar sem enterrar o pé.

Vazios, casarões enlameados e aparentando terem sido evacuados às pressas criavam um aspecto de vilarejo fantasma. Em uma das casas, garrafas de cerveja sobre a mesa de centro reforçavam a impressão de que o imóvel foi evacuado quando os veranistas aproveitavam o fim de semana de Carnaval. Diferentemente do que ocorreu em Vila Sahy, longe da praia e onde moram os pobres, não houve mortes neste morro.

Depois da parte plana da trilha onde havia uma geladeira e um veículo sedã de luxo parcialmente enterrados, o arquiteto Fábio Marangolo, 64, despede-se do casal que sai em direção ao banco de areia que funciona como um porto para pequenos barcos. Acompanhado de Black, seu enorme cão preto da raça terra-nova, Marangolo se apresenta. "Pode chamar de Fabinho. Esse morro tem meu nome", diz.

Fabinho é construtor. Nascido em São Paulo, no bairro Pacaembu, mora em São Sebastião desde 1979. Afirma ter erguido a maior parte das casas no morro que leva o seu nome e também no morro do outro lado da praia de Barra do Sahy, que faz divisa com a praia Preta, outro dos locais mais afetados pelos desmoronamentos que ainda impedem a ligação pela rodovia Rio-Santos entre São Sebastião e Bertioga. "As casas que eu fiz não desabaram", afirma, sem esconder o orgulho pelo trabalho.

Há cerca de 20 casas no morro do Fabinho. Imóveis com mais de 300 metros quadrados, com três ou mais suítes, e valor médio de aproximadamente R$ 2 milhões, se estiverem em local mais elevado. O preço salta para R$ 4 milhões quando o imóvel fica perto da areia.

Black e Fabinho guiam a caminhada morro acima pelo chão calçado com pedras e cimento. A lama está dentro das casas vazias, principalmente aquelas que ficam no sopé, mas a trilha íngreme está livre do barro.

Confiante de que está seguro, o arquiteto sobe em direção à própria casa, que fica no ponto mais alto. Precisa buscar ração para Black. "Tenho certeza que não vai cair", afirma, mas explica que decidiu ir para a casa de amigos do outro lado do rio. "O seguro morreu de velho."

Ele explica que as casas que resistiram ao temporal foram construídas sobre lajes de pedra e, por isso, poderão ser recuperadas. "Vai tudo ser reconstruído. Aqui o pessoal tem muito dinheiro."

"Aquela casa ali na frente que caiu porque foi construída sobre um valetão", disse, apontando para a clareira no morro onde antes havia uma residência. "As casas que resistiram a isso têm um certificado de garantia, acho que em mil anos não vai acontecer outra chuva como essa."

O construtor afirma que todos os imóveis de alto padrão possuem Habite-se, que é a autorização do município para construir.

A **Folha** perguntou ao prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto (PSDB), se os imóveis estão, de fato, regularizados. Ele não havia respondido até a conclusão desta edição.

A Defesa Civil estadual disse que ainda fará a avaliação das mansões nos morros citados e que, portanto, não poderia dizer se os imóveis estão ou não condenados. A prioridade neste momento, segundo o órgão, é a avaliação das residências na parte profunda do bairro, que foi mais afetada.

Na descida do morro, uma proprietária de casa de veraneio e sua empregada seguiam a trilha em direção à ponte sobre o rio Sahy. A funcionária levava uma sacola com mantimentos e toalhas.

Segundo a proprietária, que não quis dizer o nome, quando a lama desceu, os moradores atravessaram o ponto em que estavam com a água na cintura. **CC**

> “
> Vai tudo ser reconstruído. Aqui o pessoal tem muito dinheiro
>
> **Fábio Marangolo**
> arquiteto e morador de São Sebastião

PM pede que turistas não viajem para a região afetada

SÃO PAULO A Polícia Militar de São Paulo pede a turistas que não viajem para o litoral norte do estado durante este fim de semana. O receio é aumentar, sem necessidade, a demanda por agentes nas estradas e nas cidades vizinhas à São Sebastião, atingida pelo temporal da última semana.

O alerta foi instigado pela presença em aumento exponencial de carros com itens de praia em seu bagageiro nas estradas. O cenário foi observado por agentes da Polícia Rodoviária Federal.

"Hoje [quinta-feira, 23] pela manhã, tivemos uma reunião com agentes de segurança de várias corporações e foi levantado que estão observando muitos carros com cadeiras de praia e guarda-sóis rumo ao litoral norte, o que não é plausível", diz o tenente-coronel Rodrigo Cabral, da divisão de comunicação da Polícia Militar.

Ele afirma ser inexistente a possibilidade de bloqueio das estradas, mas que o intuito é apelar à consciência das pessoas.

"Se fecharmos a estrada com barreiras, tiramos agentes de áreas onde realmente podem ajudar. Não é nosso pensamento. O importante é que as pessoas tenham noção da tragédia e do caos instaurado na região. Como alguém pode querer curtir assim?"

Nesta manhã desta quinta-feira, equipes do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) conseguiram desobstruir o último ponto de interdição total da rodovia Rio-Santos, na altura do km 174, trecho da Praia Preta, na costa sul de São Sebastião. O tráfego está autorizado somente para veículos oficiais e de resgate.

As cidades do litoral norte paulista terão chuvas todos os dias pelo menos até esta sexta-feira (24), segundo previsão do Climatempo. A região é palco de uma tragédia por causa de chuvas históricas do último final semana, que deixaram mais de 40 pessoas mortas e dezenas de desaparecidos.

A Prefeitura de São Sebastião pediu que as pessoas sejam solidárias e não visitem a cidade neste momento de calamidade. **Bruno Lucca**

Casa no morro do Fabinho, na Barra do Sahy, em Sebastião, litoral de São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Chuva extrema foi resultado de coincidência meteorológica

Fenômeno no litoral juntou fatores que acumulam umidade, como frente fria, ciclone e ventos oceânicos

Lucas Lacerda

são paulo A intensidade das chuvas que caíram no litoral de São Paulo, destruindo bairros inteiros e causando ao menos 50 mortes, foi resultado de uma coincidência que uniu umidade, ventos de ciclone e uma frente fria estacionada em São Sebastião.

Especialistas ouvidos pela reportagem afirmam que esses fatores são comuns, especialmente nesta época do ano, e que a ocorrência deles em conjunto provocou os volumes superiores a 600 mm registrados na ocasião.

Ainda segundo meteorologistas, as mudanças climáticas têm interferido na frequência de chuvas mais extremas nos últimos 30 anos no país. As evidências, dizem eles, indicam que pode haver uma mudança na localização do canal de umidade no Sudeste.

Esse canal é formado por umidade oriunda da Amazônia. Historicamente, fica posicionado sobre o meio de Minas Gerais e parte do estado do Rio de Janeiro.

Ocorre que o canal tem mudado de posição com mais frequência, deslocando-se um pouco mais para o sul de sua posição tradicional. Isso, segundo os especialista, pode ser a causa de mais chuvas extremas no litoral de São Paulo e de tempo mais quente e seco na parte sul de Minas Gerais.

"É uma evidência, porque estamos tendo mais casos de seca e ondas de calor em Minas e mais chuvas extremas em São Paulo. Ou seja, se o canal de umidade veio para 'baixo', leva mais chuva para esse local", afirma o pesquisador.

No caso da chuva que devastou o litoral paulista, não é possível fazer uma associação direta com a mudança climática, diz Wanderson Luiz Silva, meteorologista e professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Para entender por que choveu dessa maneira é preciso observar a contribuição de cada um dos fatores. O primeiro deles é o corredor de umidade, originado perto da linha do Equador, que é reforçado pela evapotranspiração da floresta Amazônica que "desce" pelo continente, chegando ao Sudeste e ao Sul.

Esse movimento é normal e fundamental para o regime de chuvas no país. Daí uma das razões para manter a floresta em pé.

O segundo fator foi a passagem de uma frente fria no litoral de São Paulo, obstruída por um fluxo de ventos originados na região de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

"Essa frente fria ficou no que chamamos de caráter semi-estacionário e não fez o que era previsto: avançar para o litoral do Rio de Janeiro. É comum a passagem em um ou dois dias", diz Wanderson.

Com a frente fria parada, o acúmulo de umidade, combinado a temperaturas altas na região, foi acentuado.

"O contraste térmico da frente com o continente, que estava quente, ajudou a levantar as nuvens e formar nuvens convectivas", diz Mamedes Luiz Melo, meteorologista-chefe do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

Essas nuvens, que são sinônimo de tempestade, são caracterizadas por sua extensão vertical. Além da troca de temperaturas, a serra do Mar funciona como uma barreira física para que as nuvens se concentrem na região. Elas batem na serra e sobem, continuando o processo de acumulação.

Ainda, diz Mamedes, os ventos vindos do oceano eram formados por um ciclone extratropical, distante da costa, e chegavam de forma quase perpendicular ao litoral norte de São Paulo, levando mais umidade ao local.

Wanderson, da UFRJ, afirma que também foi verificado um aumento de 2°C na temperatura da superfície do oceano na região do litoral norte paulista, o que aumentou a evaporação e, consequentemente, a quantidade de água que iria cair depois.

"Essa anomalia entra na variação natural dos oceanos, foi mais um fator que agravou", afirma.

Conforme as nuvens subiam, era formado um sistema de baixa pressão na parte inferior, o que funciona como um aspirador de umidade, concentrando mais umidade da região no local.

"Com todos esses elementos de frente fria, ciclone, calor, temperatura do oceano e essa umidade convergindo, os modelos indicavam algo mais intenso na área", afirma Mamedes, do Inmet.

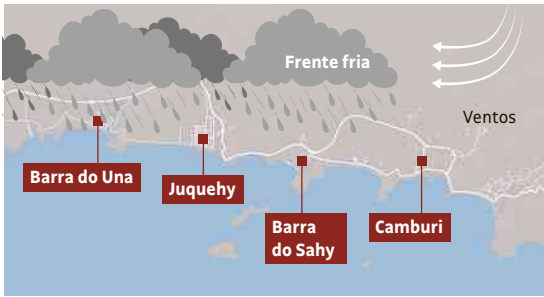
Como resultado, a população da região, especialmente de São Sebastião, viu cair em dois dias o volume de chuva de dois meses.

Diferentes sistemas agravaram chuva no litoral norte de SP

Corredor de umidade

Corredor de umidade originado na zona do Equador passa pela Amazônia e vai ao Sudeste e ao Sul, formando chuvas

Frente fria ficou parada

Uma frente fria que passava pelo litoral de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro ficou semi-estacionária, ou seja, parada na região, por causa de fluxo de ventos em MG, ES e RJ, acumulando a precipitação na região

Ventos e superfície do oceano mais quente

Um fluxo constante de ventos, chamado de escoamento, ia do oceano ao litoral de São Paulo, causado por um ciclone extratropical. Aliado a uma variação comum na temperatura da superfície do oceano na região, 2°C mais quente, levou ainda mais umidade ao local

Sistema de baixa pressão

Quando a região condensa umidade, o ar quente sobe, formando uma área de baixa pressão na parte de baixo que 'puxa' ainda mais umidade ao redor, aumentando as chuvas

Barreira física

A Serra do Mar funciona como um paredão para a umidade. Quando as nuvens carregadas chegam à serra, 'batem' na parede, sobem e crescem, aumentando o nível de chuva, incrementado também pela Mata Atlântica

Fontes: UFJR e Inmet

Saiba quem são algumas das vítimas da tragédia no litoral norte de SP

são paulo O número de mortos em decorrência das chuvas que atingiram o litoral norte paulista no último fim de semana chegou a 50 — são 49 em São Sebastião e 1 em Ubatuba. O total foi atualizado na tarde desta quinta (23) pelo governo.

Saiba um pouco mais sobre algumas das vítimas.

Ana Vitória Cordeiro e Thaline Cordeiro
As irmãs Ana Vitória, 7, e Thaline Cordeiro, 16, morreram juntas. Elas visitavam a praia pela primeira vez. A mãe reconheceu o corpo das duas na quarta-feira (22).

Ângela Maria Ferreira Benicio
Ângela vivia com a filha Bruna, a neta Maria Clara e o companheiro Genival. A família toda morreu na tragédia, pois a casa deles foi atingidas pelo deslizamento de terra causado pelas fortes chuvas.

Bruna Emanuela Benicio dos Santos
Mãe de Maria Clara, Bruna, 28, costumava se derreter ao postar imagens da filha.

Dandara Vida Cazé de Souza
Dandara, 10, estava com o primo, Eduardo Leonel, e os pais na última casa do morro de Barra do Sahy. A família, que morava em Santo André, costumava ir com frequência para São Sebastião, onde os pais de Dandara vendiam as peças que produziam como artesãos.

Donaria Santos Figueredo
Donaria morava em São Paulo com o companheiro, o marceneiro Robério Saldanha, e passava o Carnaval na companhia dele e da cunhada, Rosângela Saldanha.

Eduardo Leonel Chrestan
Eduardo, 11, estava com os tios e a prima, Dandara Vida, quando houve o deslizamento em Barra do Sahy.

Ellyza Nayanne Celestino de Lima
Ellyza, 9, morava em São Sebastião com a família. Seu pai, Samuel, e o irmão, Yan, também morreram na tragédia.

Fabiane Freitas de Sá
Fabiane, 40, era coordenadora do Programa Criança Feliz, projeto do governo federal. Ela morava na Estrada da Maquinha, no bairro Boiçucanga.

Genival Tomas da Silva
Casado com Angela Benicio, Genival vivia na mesma casa que levou a vida da mulher, sua filha Bruna e a neta Maria Clara.

Laysa Vitória de Jesus Amorim
Um deslizamento de terra fez com que uma pedra atingisse a casa em que Laysa, 7, estava com a família, em Ubatuba.

Levy Santos de Oliveira
Levy tinha 8 meses e foi levado pela água. O bebê vivia na Vila Sahy com o pai Wagner de Oliveira, 30, a mãe, que também sofreu ferimentos, e a irmã de nove anos, que está internada.

Maria Clara Benicio dos Santos
Maria Clara, 8, morreu com a mãe Bruna e a avó Angela. A criança morreu às vésperas de completar nove anos.

Robério Lima Saldanha
Natural de Fortaleza e morador de São Paulo, o marceneiro era companheiro de Donaria e irmão de Rosângela Saldanha. Na capital, ele mantinha uma pequena loja de móveis planejados no bairro Vila Comercial.

Rosângela Saldanha da Silva
A costureira morava em São Paulo e estava no litoral para aproveitar o Carnaval com o irmão, Robério, e a cunhada, Donaria.

Samuel de Lima Silva
Natural de Itapevi (SP), Samuel, 33, era pai de Ellyza e Yan e morava com os filhos e a esposa em Barra do Sahy.

Yan Allyab Celestino de Lima
Yan, 8, era filho de Samuel e irmão de Ellyza e morava com a família em Barra do Sahy, uma das regiões com mais deslizamentos.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Multiartista, era doce, engraçado e genial

EDUARDO RUIZ DA SILVA (1974 - 2023)

Patrícia Pasquini

são paulo Ator, escritor, poeta, pintor e dramaturgo, Eduardo Ruiz era um multiartista talentoso. Arte, doçura e genialidade alimentaram sua alma por 49 anos. No corpo irrequieto também moravam uma dose extra de energia e muita pressa.

"Parecia que ele estava sempre atrasado. Tudo tinha que ser rápido, para agora. Ele sempre foi assim", conta o cabeleireiro Gilson Julio, 51, amigo de infância.

Nascido em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), logo cedo mostrou que teria sucesso no campo das artes. Na terceira série, com a história de um golfinho, ganhou um concurso de gibi, promovido pela Escola Estadual Doutor Meira Júnior, onde estudava. No contraturno, cursava a Escola de Arte Cândido Portinari.

A primeira peça encenada, "Açúcar Amargo" (do livro de Luiz Puntel), rendeu a Eduardo o prêmio de melhor ator. Em seguida, num festival em Tatuí (a 141 km de São Paulo), interpretou João Grilo em "O Auto da Compadecida". Peça premiada muitas vezes.

Na década de 1990, Eduardo estudou na Escola de Artes Dramáticas da USP. No período, começou um trabalho no Ritz. Entrou como garçom e foi gerente por muitos anos.

Foi no restaurante que cruzou o caminho do diretor teatral José Possi Neto.

"Um dia, ele pediu meu email. Disse que escrevia poesias e gostaria que eu as lesse, e que fazia algumas coisas para teatro. Numa outra vez, ele me falou que na ECA [Escola de Comunicações e Artes, da USP] encenariam um de seus textos e gostaria que eu assistisse. Eu fui. Era muito bonito. Aí eu abri o email que ele tinha enviado havia quase um ano. Fiquei surpreso com a qualidade e profundidade do texto dele", relata.

Possi apresentou o trabalho de Eduardo à atriz Christiane Torloni, que encomendou um texto.

Além da amizade, veio a parceria. No espetáculo que dirigiu, "Teu Corpo é meu Texto", Possi contou com Eduardo para a escrita dos textos especiais. O mesmo ocorreu no "À Flor da Pele", com Zizi Possi. Coube a Eduardo escrever 50% dos textos. Com "Chorávamos Terra Ontem à Noite", encenado em 2009, Eduardo foi indicado ao Prêmio Shell na categoria autor.

Escreveu ainda os livros "Violenta" (Quatro Cantos, 2012), com 169 poemas, e "Poematório" (Pólen, 2018).

"Era um poeta maldito, da estirpe de [Arthur] Rimbaud, [Paul] Verlaine, [Charles] Baudelaire; uma pessoa extremamente conectada com a tragédia do seu tempo", diz Possi.

Morreu no dia 29 de janeiro, aos 49 anos, após uma parada cardíaca. Deixou os pais, as irmãs e amigos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Cogumelos

‘É alucinógeno, Tati.’ Falam como se falassem: ‘Vai por Jundiaí, Tati’

Tati Bernardi
Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Meu reumatologista, que já cansou dos meus áudios diários e das nossas tentativas de tratamento, me conta de um sítio, pertinho de São Paulo, no qual um casal, ela neurologista e ele biólogo, está fazendo estudos incríveis com cogumelos. Ele acha que pode ser interessante para o alívio da minha dor crônica. Penso que talvez me ajude com as crises de ansiedade. Concluímos que o tratamento quem sabe melhore minhas enxaquecas. Fico animada.

Possivelmente eu só queira um motivo para escrever um texto sobre ficar chapada num sítio de mãos dadas com médicos? Sim. Sou tão hipocondríaca quanto desesperada por inspiração literária. Porém escrever ou tentar me salvar de qualquer infortúnio mental são a mesma coisa. Proponho uma matéria grande, para uma revista cabeçuda, sobre minha experiência guiada por doutores com o chazinho fúngico. A publicação se anima.

Estou com medo, mas tenho amigos que tomam psilocibina para ir à padaria ou trocar fralda de filho. É só um dia normal e vai dar tudo certo. Marco data e horário. Encontro o casal antes, em um café perto de casa, para entender como funciona. Você leva uma mochilinha, leva toalha, leva chinelos. Daí vem a informação-bomba: não são microdoses. São cogumelos mesmo. INTEIROS. É mais forte que ayahuasca? Eu tenho pavor de ayahuasca. É bem diferente, mas é praticamente a mesma coisa.

Eles me explicam que vou ficar chapada por seis horas. SEIS HORAS DOIDA. Fora da casinha. Eu que nunca cheirei lança porque, francamente, pra que eu vou ficar dois segundos estranha e ouvir um apito? Eu que temo lavar a cabeça depois da meia-noite e que durmo agarrada com Vonau sempre que como pastel. Eu que tenho MEDO de pastel porque acho que vou acordar numa poça de bile e lágrimas.

“É alucinógeno, Tati.” Falam como se falassem: “Vai por Jundiaí, Tati”. Veja bem: eu não gosto nem de passar de 100 quilômetros por hora em estrada porque me dá emoção. E emoção me dá um gostosinho que me dá receio de querer acelerar mais e mais até acelerar para Deus.

Explico que nunca bebi nem cerveja, nunca fumei nem cigarro e na minha única tentativa de sexo a três fiquei vasovagal e chamei um Uber.

Me garantem que vai valer a pena. Afirmam que vou vasculhar tanto o meu inconsciente que vai ser como se eu fizesse, numa tarde, 20 anos de análise. Penso na economia que seria. Riem e me contam que sairei da minha vivência provavelmente melhor das dores. Sem minhas dores, onde vai doer? Talvez não doa nada. Imagina isso? Nem sei como um corpo desse ficaria de pé. Um corpo de bicho que não sente dor pra fazer de conta que é ser humaninho social.

Decido que vou fazer. Vou tomar. Meu namorado vai comigo. Se eu vomitar ou se eu pirar ou se eu me rasgar inteira ou se eu cagar a casa toda e sair carimbando uma mão de merda nas paredes ou se eu chorar a ponto de engasgar e provocar uma embolia ou se eu sentir um amor tão intenso e profundo pela minha filha a ponto de querer quebrar os ossos que limitam minha pose para educá-la como se ela não fosse a rainha absoluta da minha vida, se eu lembrar de algum abuso (já lembrei de uns sete só agora), se eu chorar por 100 anos porque tenho saudade da minha mãe.

A minha mãe. Alguém sabe dela? Não a vejo há pelo menos 15 anos. Uma senhora desconhecida tomou o corpo de uma mãe que me amava e de quem era delicioso ficar perto. Eu tenho tanta saudade da minha mãe que às vezes tomo banho socando o peito. Você me ajuda? Meu namorado disse que sim. O biólogo e a neurologista disseram que sim. Meu reumato disse que sim. Vai, Tati. Não fui.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB. Oscar Vilhena Vieira**, Luís Francisco Carvalho Filho

Kelly Cristina Carvalho em frente à Unidade Prisional Feminina, em São Luís (MA) Divulgação Prêmio Espírito Público

Agente é premiada por ações em presídios no Maranhão

Trabalho de Kelly Carvalho inclui medidas de proteção de crianças em visitas

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Enquanto cursava serviço social na Universidade Federal do Maranhão, a inspetora de polícia penal Kelly Cristina Carvalho, 43, foi aprovada em concurso público para trabalhar como agente no pavilhão feminino da Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís (MA). Quase desistiu no primeiro dia.

Ainda se passariam oito anos até que o complexo virasse notícia internacional pelo massacre violento que deixou 64 presos mortos, muitos decapitados. Mas já naquele momento Kelly, hoje secretária-adjunta de atendimento e humanização penitenciária, disse ter ficado horrorizada com o que viu.

Segundo ela, era um ambiente insalubre e sem segurança. Ninguém usava farda e todo mundo ficava solto. Não era possível identificar quem era preso e quem era servidor.

“O diretor que recebeu eu e outra colega já botou muito medo em nós, duas novatas. Ele tirou uma faca e uma arma debaixo da mesa dele e disse: ‘aqui eu trabalho assim’. Eu saí aterrorizada. Tive uma crise de choro quando cheguei em casa e disse ao meu marido que não voltaria para aquele lugar. Mas ele não me deixou desistir.”

Ela voltou, mas enfrentou desafios —como a desconfiança de colegas por acreditar em um sistema mais humanizado— , e até boicotes. Ganhou até o apelido de Irmã Dulce. Mas a inspetora ignorou a ironia.

O resultado, ao não desistir naquele primeiro dia de trabalho, é que, ao longo desses 18 anos de carreira em várias unidades prisionais, Kelly desenvolveu projetos que ajudaram a levar dignidade para o ambiente penitenciário, o que contribuiu para a ressocialização dos detentos.

Esse pacote de ações elaboradas por ela faz parte de mudança na gestão penitenciária em 2015 que levou o sistema do Maranhão a ser considerado um modelo de ressocialização para o país, de acordo com o Depen (Departamento Penitenciário Nacional).

Pelo conjunto desse trabalho, ela foi laureada com o Prêmio Espírito Público, em novembro de 2022, na categoria Segurança Pública.

Quando foi designada para trabalhar como assistente social no Centro de Detenção Provisória em Pedrinhas em 2009, Kelly se deparou com uma unidade, inaugurada um ano antes, sem planejamento. Tanto que não havia assistência social. Era um local onde, segundo ela, ninguém queria trabalhar.

“Em uma semana não veio um interno para eu atender. Fiquei entediada. Pedi ao diretor para falar com eles e me apresentar. Foi o que fiz durante o banho de sol deles e informei o horário que estaria ali.”

A conversa surtiu efeito e Kelly começou a receber bilhetes pedindo atendimento. Mas ainda chegavam poucas demandas. Ela estranhou e descobriu que os recados ficavam represados com alguns agentes.

A servidora então pediu para o diretor selecionar um representante de cada um dos quatro pavilhões e passou a fazer reuniões semanais com eles, que levavam as solicitações dos colegas encarcerados.

Uma das demandas que Dona Kelly, como era chamada, lembra era que um dos internos precisava sair do presídio para registrar o filho que acabara de nascer.

“Precisava fazer solicitação de saída para que o interno fosse escoltado até o cartório. Antes, se ele não conseguisse dizer ao serviço social sua necessidade, ficava sem seu direito assegurado, invisibilizado na cela e sem acesso ao atendimento.”

Hoje, ela afirma, há mecanismos para saber se houve acolhimento, como um programa de gestão com indicadores e metas, além do registro no prontuário de cada custodiado e de acompanhamento das equipes.

Em 2012, quando atuava na Unidade Prisional do Olho D'Água, em São Luís, Kelly pediu para ver as câmeras num dia de visitas de crianças. Não havia área para convívio social. Visitantes e detentos ficavam dentro do pavilhão.

Ela conta que ficou impactada quando viu uma garota por volta de 9 anos em uma roda de presos que jogavam damas. Todos estavam de cócaras, inclusive a menina, que usava um vestidinho. A mãe dela não estava ali.

Não havia separação entre encontro íntimo, visita social ou de criança.

As mulheres dos internos muitas vezes aproveitavam esse dia para entrar na cela com seus companheiros para se relacionar, afirma Kelly, e as crianças ficaram soltas no pavilhão sob a confiança de pessoas que não tinham nenhum vínculo afetivo com elas.

“Podia acontecer qualquer coisa ali, como um abuso. O próprio ambiente de carceragem não é [propício] para quem está em fase de desenvolvimento. A gente tinha relatos de prostituição de menores no interior das unidades. Aquilo me despertou para a situação de vulnerabilidade.”

Foi ali que Kelly teve a ideia de substituir uma espécie de almoxarifado que havia no prédio por um espaço só para visitação infantil. Assim, não haveria mais crianças na área da carceragem e elas só teriam contato com aqueles que de fato fossem seus responsáveis.

Os Espaços de Vivência Infantil foram decorados de forma lúdica, com pinturas, cadeiras e mesas. O ambiente também virou uma área pedagógica, com atividades do serviço social aos detentos e seus filhos.

O projeto foi um sucesso e, quando Kelly assumiu o cargo de supervisora de assistência psicossocial na Secretaria de Administração Penitenciária, em 2015, o modelo foi exportado para todas as penitenciárias do Maranhão.

Ela explica que é preciso ter conhecimento sobre o contexto social e tomar precauções ao se implantar iniciativas como essas.

“Não se pode encher o espaço com brinquedos e tornar um parque de diversões, porque senão você coloca na cabeça daquele jovem que aquele lugar é bom, o passeio do domingo.”

Em 2016, Kelly fez parte da equipe que atuou na implementação de Comissões Técnicas de Classificação nas 47 unidades prisionais do estado. O programa contribuiu para a transformação estrutural que levou o Maranhão ao primeiro lugar em educação e trabalho prisional no Brasil, segundo o Depen.

“O que acontece dentro das unidades interfere diretamente na sociedade. Se essas pessoas saem mais violentas, a violência retorna [à sociedade].”

O que acontece dentro das unidades interfere diretamente na sociedade. Se essas pessoas saem mais violentas, a violência retorna [à sociedade]

Kelly Cristina Carvalho
inspetora de polícia penal

Elize Matsunaga vira motorista de aplicativo em Franca, no interior de SP

Eliane Trindade

SÃO PAULO Em liberdade condicional desde maio do ano passado, Elize Matsunaga presta serviço para três aplicativos na cidade de Franca, no interior de São Paulo.

Desde que deixou o presídio de Tremembé (SP) após cumprir 10 anos da pena pelo assassinato do marido, o empresário Marcos Matsunaga, ela vive no município a 400 km da capital paulista conhecido como Capital Nacional do Calçado.

“Ela trabalha como motorista de aplicativo e sua nota como condutora é 4.80”, relata o jornalista e escritor Ullisses Campbell, autor da biografia “Elize Matsunaga: A Mulher que Esquartejou o Marido” (Ed. Matrix).

Ele publicou um post na página Mulheres Assassinas no Instagram com imagens do perfil de Elize em uma das plataformas, onde ela aparece com o sobrenome de solteira: Araújo Giacomini.

Elize oferece os serviços de transporte em um Honda Fit prata para três plataformas diferentes e costuma usar óculos e máscara, o que dificulta ser identificada pelos passageiros.

Para cumprir em liberdade os 16 anos restantes de pena, ela escolheu a quinta cidade mais segura do país, onde comprou um apartamento de dois quartos.

Assim como Suzane von Richthofen, sua ex-colega de prisão que também foi beneficiada com progressão de regime, ela abriu um ateliê de costura. Enquanto a jovem condenada pelo assassinato dos pais vende sandálias customizadas, Elize comercializa produtos para pets.

As duas fizeram oficinas de artesanato e corte e costura na prisão, atividades educativas e produtivas com finalidade de ressocialização.

A Lei de Execução Penal prevê que, além de remuneração, cada três dias de trabalho do preso resultam em um dia a menos na pena.

“Elize e Suzane têm ainda em comum o fato de na ressocialização terem escolhido trabalhar junto ao público”, afirma Campbell.

Procurado pela **Folha**, o advogado de Elize não deu retorno até a publicação desta reportagem.

J. Marie Jones ajuda sua filha, Kayia, a se arrumar para a escola, no Brooklyn, em Nova York Kirsten Luce/The New York Times

Nos EUA, mães solo deixam emprego por tempo com filhos

Apesar de dificuldades financeiras, elas encontram satisfação com flexibilidade

Sejla Rizvic

THE NEW YORK TIMES Em 2022, Lizzie Saltsman, 43, pediu demissão de seu emprego e levou seus filhos para uma viagem pela Europa. Alugou um carro, e ela e seus quatro filhos, dos quais o mais velho tem 13 anos, passaram dois meses percorrendo o continente, começando em Paris e fazendo escalas em países como a Suíça, Áustria e Itália.

Saltsmann gostava de seu emprego —gerente de tecnologias de negócios—, mas a morte de seu marido, em 2019, a levou a reavaliar como passava seus dias.

"Eu vivia constantemente trocando prioridades, entre ser mãe e profissional. Acho que a morte de meu marido me fez tomar consciência do valor e da urgência da vida."

Saltsman é uma dos milhões de americanos que optaram por largar seus empregos durante a onda de demissões voluntárias que começou durante a pandemia e alcançou o índice mais alto em mais de 20 anos. E ela faz parte dos mais de 10 milhões de famílias monoparentais (a maioria chefiada por mães solo) dos Estados Unidos, o país do mundo que tem a mais alta taxa de filhos vivendo apenas com a mãe ou apenas com o pai.

Mães ou pais solo que optam por deixar seus empregos enfrentam obstáculos ainda maiores, já que sozinhos, ou quase, precisam cuidar dos filhos, garantir seguro de saúde e enfrentar as preocupações financeiras. Mas também podem conquistar um senso maior de equilíbrio.

O seguro de vida que recebeu após a morte de seu marido lhe garantiu um pequeno apoio financeiro, diz Saltsman. Mesmo assim, ela se preparou com cuidado antes de tomar a decisão de largar seu emprego: poupou dinheiro, pesquisou tudo sobre o seguro de saúde que continuaria a receber por um período e traçou planos para as piores eventualidades financeiras.

Planejar uma viagem de carro pela Europa, programada para imediatamente depois de deixar seu emprego, acabou representando o incentivo final, ela conta.

"Achei que passar o verão na Europa me obrigaria a estar presente, a conviver com meus filhos e reiniciar minha vida", diz. A viagem valeu a pena, se bem que não teve todos os efeitos curadores que ela imaginou. "Naquela viagem aprendi sem sombra de dúvida que onde quer que você vá, ali você está. A vida é a mesma, só que em outro país."

De volta à sua casa em Park City, Saltsman começou a trabalhar com consultoria em contratos por tempo limitado. Abraçou uma nova rotina, que lhe dava mais tempo para se envolver no dia a dia da vida de seus filhos, e no início de 2023 passou do seguro de saúde remanescente do seu emprego para um convênio médico particular próprio.

Valeu a pena? Apesar de seus receios, Saltsman pontua que a decisão de largar seu emprego valeu muito a pena. "O melhor é ver que não é tão assustador quanto eu imaginava que seria. Ganhei uma nova confiança em mim mesma, a consciência de que podemos dar um jeito, aconteça o que acontecer."

Em 2020, J. Marie Jones, 43, era diretora de comunicações digitais de uma agência governamental em Nova York. Antes da pandemia, ela, que é divorciada, contava com uma equipe de outras pessoas que lhe possibilitavam dar conta de seu trabalho e dos cuidados com sua filha, Kaiya, que hoje tem 12 anos.

Mas quando os isolamentos sociais começaram, ela ficou como a única adulta para cuidar de sua filha.

O tempo passado em casa a levou a se preocupar com o desempenho de sua filha na escola, levando-a a um envolvimento maior com os estudos de Kaiya. Esse envolvimento teve um efeito marcante sobre o aproveitamento escolar da menina.

> Poder chegar ao fim do dia e estar realmente ali presente para ouvir meu filho e perguntar como foi o dia dele é uma delícia
>
> **Larissa Vidal**
> assessora financeira

"A situação dela nos estudos deu uma virada total, de 180 graus", conta Jones. Hoje sua filha, que tem transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, está de volta à escola presencial, sua leitura alcançou o nível esperado para o ano em que estuda, e ela conseguiu passar algum tempo sem medicamentos (depois, voltou a tomá-los).

Quando a empresa onde trabalhava começou a exigir que todos os funcionários voltassem a trabalhar no escritório, Jones resolveu largar o emprego e investir em seu novo negócio online, vendendo diários inspiradores que ela encheu de afirmações e versículos bíblicos. Em 2022 a empresa teve vendas brutas na casa dos seis dígitos, e Jones já vendeu cerca de 20 mil diários.

Jones revela que durante os momentos mais difíceis da pandemia ela conservou sua conexão espiritual através da programação virtual do Centro Cultural Cristão, no Brooklyn, do qual é membro. Ela diz que conseguiu superar as dificuldades graças à sua fé e seus hábitos.

Valeu a pena? Embora conseguir acesso à saúde tenha sido uma grande preocupação, Jones diz que conseguiu encontrar cobertura do Medicaid rapidamente por meio do mercado de seguro de saúde do estado de Nova York. Hoje ela trabalha em regime de tempo parcial para outra agência governamental, seguindo um cronograma híbrido, à distância, enquanto continua a ampliar seu negócio e a passar tempo com sua filha.

"Hoje em dia eu compareço às coisas", ela conta. "Fui a todas as reuniões de pais e mestres. Levo minha filha à escola a pé. Essa sensação —a primeira vez que a acompanhei à escola a pé— foi simplesmente surreal."

Eileen Duncan, 50, largou seu emprego de professora da terceira série numa escola particular de Berkeley no final do ano letivo de 2021.

Quando a pandemia fez com que as aulas tivessem que ser dadas online, ela começou a lecionar de casa, o que complicou sua organização no cuidado de seus filhos. Seu filho Leif, que hoje tem 7 anos, estava começando na escolinha no outono de 2020. Teria sido impossível para Duncan dar suas aulas online enquanto Leif seguia as aulas online dele. Juntamente com algumas outras famílias, Duncan se organizou com a escola de seu filho para o manter na escola por mais um ano, assim ela poderia seguir trabalhando.

Com a pandemia se prolongando, o aumento do número de reuniões ligadas à Covid, as noites passadas trabalhando até tarde para gravar aulas em vídeo, problemas logísticos com as aulas dadas ao ar livre, somado ao estresse de cuidar de mais de 20 alunos ao mesmo tempo, tudo isso começou a deixá-la exaurida.

"Eu não estava aguentando mais. Era difícil. Isso estava afetando como eu exercia meu papel de mãe, minha capacidade de estar presente para meu filho, de estar descansada", ela conta.

Com o apoio financeiro de seus pais e a ajuda de empréstimos federais, Duncan agora está fazendo um mestrado em tempo integral.

Valeu a pena? Duncan diz que os efeitos sobre sua saúde mental do fato de ter deixado seu emprego valem muito a pena. Mas a decisão também trouxe algumas ansiedades financeiras, incluindo a necessidade de encontrar sua própria cobertura médica e o estresse que ela sente com a necessidade de economizar para a sua aposentadoria.

Ela conseguiu encontrar cobertura de saúde pelo mercado de seguro de saúde Covered California e hoje desembolsa cerca de US$300 (R$1.500) mensais para isso, diz Duncan. "Hoje eu acordo todos os dias preocupada com dinheiro, algo que não acontecia antes."

Larissa Vidal, 52, vinha trabalhando havia décadas como assessora financeira para a mesma grande firma de corretagem. Estava insatisfeita havia algum tempo quando decidiu largar o emprego.

"Eu gostava do trabalho, mas não curtia o ambiente", diz, citando o que descreveu como uma falta de diversidade. Ela é americana de origem filipina

Na pandemia, ela conseguiu passar tempo com seu filho Leo, 16, cuja guarda é compartilhada com o ex-marido. Ela conta que se descobriu mais capaz de lidar com as dificuldades de ser mãe. "Poder chegar ao fim do dia e estar realmente ali presente para ouvir meu filho e perguntar como foi o dia dele é uma delícia."

Quando a empresa exigiu que todos os funcionários voltassem para o trabalho presencial, ameaçando atrapalhar o seu novo estilo de vida, Vidal decidiu pedir demissão.

Ela deixou seu emprego em junho de 2022 e começou em um emprego novo no dia seguinte, sem interrupção a seu plano de saúde. A nova firma pertence aos funcionários. O salário é melhor, os horários são flexíveis, e a firma concordou em dar recursos a Vidal para lançar uma iniciativa de promoção da diversidade.

Valeu a pena? "Foi uma transformação muito profunda", diz Vidal. Ela considera que deixar seu emprego lhe permitiu visualizar toda a gama de opções que existiam para ela. Também lhe deu a oportunidade de dar um exemplo importante a seu filho.

"Não quero que ele se sinta encurralado numa empresa onde não pode se manifestar abertamente. Hoje, vejo que existem empresas ali fora onde ele poderá se expressar mais livremente, espero."

Tradução de Clara Allain

LEILAO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dia 03/03/23 às 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas.
Acesse:
www.filatelicabrasil.com.br

Casarão Brasil Associação LGBTI

CNPJ nº 10.013.459/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 - Em reais

	31/12/2022
ATIVO	**844.885,84d**
ATIVO CIRCULANTE	**731.000,22d**
CONTAS BANCÁRIAS CONVÊNIOS	
SUBVENÇÃO	101,45d
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
LIQUIDEZ IMEDIATA	721.037,35d
ADIANTAMENTOS	9.861,42d
ATIVO IMOBILIZADO	**113.885,62d**
PASSIVO	**844.885,84c**
PASSIVO CIRCULANTE	**449.807,01c**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E	
PREVIDENCIÁRIAS	274.580,84c
CONTAS A PAGAR	175.226,17c
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL	**395.078,83c**
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	395.078,83c

Demonstração do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 - Em reais

Receitas	**2022**
Subvenção Publica	2.332.218,33
Recebimento de doações	99.461,40
Deduçoes	(2.719,24)
Superávit Bruto	**2.428.960,49**
Despesas próprias	
Salários e encargos sociais	(1.385.546,16)
Serviços de terceiros	(644.698,22)
Administrativas	(304.746,58)
Despesas com imóvel	(152.467,21)
Despesas com viagem e hospedagem	(16.938,87)
Depreciações e amortizações	(22.961,28)
Taxas e tributos	(8.578,46)
Despesas próprias totais	**(2.535.936,78)**
Deficit apurado antes do resultado financeiro	**(106.976,29)**
Resultado financeiro	48.257,95
Déficit do exercício	**(58.718,34)**

Presidente: Rogério de Oliveira
CPF: 297.767.138-23;
Contadora: Debora Ribeiro da Rocha
CRC - SP sob o No. 1SP219809O3

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1010514-89.2017.8.26.0554

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcio Bonetti, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos, especialmente a **DIEGO MARTINS BARBOSA,** CPF nº. 402.064.608-21, RG nº. 355214350, que **FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 57.538.696/0001-21, **lhe ajuizou AÇÃO DE EXECUÇÃO**, nos termos da lei, no valor de **R$ 4.416,25 (quatro mil e quatrocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos)**, em 11.05.2017, visando a cobrança de parcelas inadimplidas pertinentes a confissão de divida outrora assinada. Por se encontrar o réu supracitado em local incerto e ignorado, fica ele devidamente **CITADO** dos termos da ação e **INTIMADO** para pagamento do valor supracitado, no prazo de **03 (três) dias**, nos termos do art. 829, do Código de Processo Civil, sob pena de penhora. Fica ainda, INTIMADO de que: 1. os honorários advocatícios foram arbitrados em 10% sobre o valor do débito e, caso haja satisfação da execução no tríduo acima, ficarão reduzidos pela metade; 2. independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, caso queira, os quais deverão ser oferecidos no prazo de 15 dias, através de advogado; 3. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá requerer seja admitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (art. 916, do NCPC). Ficam intimados por este edital todos os interessados e o executado. Os prazos fluirão após os 20 dias supra. Fica advertido ao executado que decorrido o prazo para defesa, ser-lhe-á nomeado Curador Especial, conforme disposto no artigo 257, IV do CPC. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 01 de fevereiro de 2023.

A ASSPESP – Associação Paulista de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 07.735.576/0001-46, conforme previsto no seus Estatuto, convoca seus Associados quites ,com suas obrigações sociais para participarem da realização de uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 06 de Março de 2023, às 17:00 hs, em sua sede social à Rua 15 de Novembro, 184, 14º andar, sala 1403/1406, Centro, São Paulo, Capital, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) - Encerramento do Espaço Barra Funda, CNPJ: 07.735.576/0003-08, Rua José Gomes Falcão, 95 no Bairro da Barra Funda.

São Paulo 23 de Fevereiro de 2023.
Liége Maria Penna Regina – Diretor Presidente

Fundação Zerbini

CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13

Extrato de Contrato

Projeto 3030 – Convênio 919499/2021 – Capacitação para o atendimento remoto em obstetrícia para equipes assistenciais de UTI'S. Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Software para melhoria na plataforma de Interconsulta (ICONF) para o Setor de Teleconsulta do Instituto do Coração – HCFMUSP. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações. CNPJ: 24.492.886/0001-04. Valor Total estimado R$ 542.030,00. Data de assinatura do Contrato: 09/11/2022 – Vigência: até 12/05/2023 a contar do 1º dia útil seguinte da data de assinatura. **Rafael Miranda**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n° E-08/2023

Encontra-se aberta na Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. E-08/2023 - PROCESSO DIGITAL FF.008776/2022-07, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O MONITORAMENTO POPULACIONAL E REPRODUTIVO DE DUAS ESPÉCIES DE PAPAGAIOS *(AMAZONA BRASILIENSIS E AMAZONA VINACEA)* NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PAULISTA COM OCORRÊNCIA DAS ESPÉCIES. A abertura das Propostas dar-se-á no dia 24/02/2022 às 09:00 horas, no site **www.bec.sp.gov.br**, Oferta de Compra n° 261101260452023OC00009. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 09/03/2023. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites **https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/category/edital-licitacao/**; **https://www.imprensaoficial.com.br/**; **http://www.bec.sp.gov.br**. Qualquer dúvida ou esclarecimento deverá ser encaminhado pelo site **http://www.bec.sp.gov.br**, e será respondido no mesmo.
PARECER AJ Nº 053/2023 DATADO DE 30/01/2023

Associação São Domingos Sávio

ASDS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA"

A **Associação São Domingos Sávio "ASDS",** de acordo com os artigos 12 e 14 do seu Estatuto Social, convocam seus associados quites com suas obrigações sociais, a comparecerem a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 23 de Março de 2023, em sua sede social, sito à Rua José Teodoro Vieira, nº 295, Parque Maria Domitila, São Paulo - SP às 09h 00min em primeira convocação, com número mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados e às 09h 30min em segunda convocação, com qualquer número de associados para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **"Homologação das contas e do balanço relativos ao ano de 2022, aprovados pelo Conselho Fiscal".**

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2023
Bruna Matricardi de Oliveira – Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

Acha-se aberto o recebimento de propostas referente à seguinte contratação emergencial:

Contratação Direta Emergencial nº 006/2023 - Processo nº 12915/2023 - Objeto: Prestação de serviços de demolição de forro de estuque, execução de forro de gesso e recomposição das instalações elétricas do F.C. de Bariri. **Dias para vistoria: 24, 27 e 28/02/2023 com agendamento prévio. Prazo máximo para envio de e-mail com propostas: dia 01/03/2023 - até às 11:30 horas, endereço para envio: gpl@tjsp.jus.br**

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO: O "Aviso de Contratação Emergencial" e demais documentos para participação podem ser obtidos **gratuitamente** no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde serão publicados todos os avisos relativos à contratação.
(https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl)
Informações: SAAB 5.1.2 – Serviço de Compras Diretas
E-mail: compradireta@tjsp.jus.br

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00090.2023 - RC76847.2023

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde e Segurança Ocupacional, a partir da segunda quinzena de março.
Data Final para apresentação de proposta: 28.02.2023 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefone/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

Cotação - Processo IPT Nº DL00091.2023 - RC76883.2023

Objeto: Manutenção no equipamento máquina de impacto normalizado B&K 3207 - número de série: 2536455, conforme as normas ISO 10140-5 e ISO 16283-2.
Data Final para apresentação de proposta: 28/02/2023 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

AVISO DE RETIFICAÇÃO

SDP nº 10017609 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO EXECUTIVO, FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E AUXILIARES DO TRECHO ENTRE O POÇO JUATUBA (INCLUSIVE) ATÉ VSE PADRE JOÃO (INCLUSIVE) DA LINHA 2-VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ. A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ comunica que o prazo máximo para apresentação de propostas foi prorrogado para até 16 de maio de 2023 às 09h. Local de entrega: Rua Boa Vista, 175, Bloco B, 7º andar - Mezanino - São Paulo, Capital. A abertura de Propostas será no dia 16 de maio de 2023 às 10h, na Rua Boa Vista, 170 - Mezanino - Auditório A. A data-base dos preços deverá ser 01/05/23. Pedidos de esclarecimento podem ser enviados até 14 de abril de 2023. As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Transportes Metropolitanos

A Fundação Pró-Sangue precisa do seu apoio. Doe sangue e ajude a salvar uma vida.

Utilizando a ferramenta de agendamento online, sua doação é mais rápida. Você economiza tempo na triagem e evita aglomerações nos postos. Use sempre máscara e fique tranquilo, a Fundação Pró-Sangue toma todas as medidas de distanciamento e higiene necessárias para você realizar a sua doação de sangue com segurança. Acesse o site e verifique os dias disponíveis e os horários de funcionamento de cada posto.

Agende sua doação de sangue online:

prosangue.hubglobe.com

(11) 4573-7800

www.prosangue.sp.gov.br

@prosangue

FIBRASIL INFRAESTRUTURA E FIBRA ÓTICA S.A.

CNPJ nº 36.619.747/0001-70 - NIRE 35.3.0055043-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Re-Ratificação Realizada em 17 de Fevereiro de 2023

1. Data, hora e local: Realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, às 10:00, na sede da FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Alameda Santos, n.º 200, conjunto 11, Cerqueira César, CEP 01418-000. **2. Convocação e Presenças:** As formalidades de convocação foram dispensadas tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme o art. 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("**LSA**"), e de acordo com as assinaturas constantes no Livro de Presenças de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Francisco Javier Hernández Araque; Secretária: Carolina Pugliesi Silva. **4. Ordem do dia:** 4.1. Considerando que: a. Na Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 05 de março de 2020, às 15h, devidamente registrada na JUCESP em 10 de março de 2020 sob nº 3530055043-9, foi deliberado e aprovado, concomitantemente à constituição da Companhia, o capital social inicial de R$ 100,00 (cem reais), mediante a emissão de 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação. No ato da constituição da Sociedade, o Artigo Quinto do então Estatuto Social definiu que o montante de R$ 10,00 (dez reais) teria sido integralizado, sendo que os demais R$ 90,00 (noventa reais) seriam integralizados em até 12 (doze) meses contados da respectiva Assembleia Geral de Constituição ("AGE – 5 de março de 2020"). b. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de junho de 2020, às 11h, devidamente registrada na JUCESP em 22 de julho de 2020 sob nº 271.015/20-2, na consolidação do Estatuto Social, a cláusula sobre capital social informa que o capital social da Companhia seria de R$100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e que as ações estavam totalmente integralizadas ("AGE – 11 de junho de 2020"). c. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2021, às 15h, devidamente registrada na JUCESP em 11 de agosto de 2021 sob nº 383.188/21-0, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia em R$ 229.960.690,21 (duzentos e vinte e nove milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e noventa reais e vinte e um centavos) mediante a emissão de 1.199.900 (um milhão, cento e noventa e nove mil e novecentas) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$191,649879331611 (cento e noventa e um reais, vírgula seis, quatro, nove, oito, sete, nove, três, três, um, seis, um, um) por ação, alocado entre as contas de capital social e reserva de capital da Companhia, na proporção de 10% e 90%, respectivamente ("Primeira AGE – 2 de julho de 2021"). d. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2021, às 15h30, devidamente registrada na JUCESP em 11 de agosto de 2021 sob nº 383.189/21-4, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia em R$ 487.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete milhões de reais) mediante a emissão de 800.000 (oitocentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 608,75 (seiscentos e oito reais e setenta e cinco centavos) por ação, alocado entre as contas de capital social e reserva de capital da Companhia, na proporção de 10% (dez por cento) e 90% (noventa por cento), respectivamente ("Segunda AGE – 2 de julho de 2021" e, em conjunto com Primeira AGE – 2 de julho de 2021, "AGEs – 2 de julho de 2021"); e. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2022, devidamente registrada na JUCESP em 15 de agosto de 2022 sob nº 416.662/22-5 foi aprovado novo aumento do capital social, no valor de R$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 265.008 (duzentas e sessenta e cinco mil e oito) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 358,48 (trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos) por ação, integral e corretamente alocado na conta de capital social da Companhia, após integralização em 22 de novembro de 2022 ("AGE – 14 de julho de 2022" e, em conjunto com AGE – 5 de março de 2020, AGE – 11 de junho de 2020 e AGEs – 2 de julho de 2021, as "AGEs de Aumento de Capital"); f. A contabilidade societária da Companhia está operando com a alocação dos recursos decorrentes dos aumentos de capital social exatamente conforme deliberados nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 02 de julho de 2021, isto é, com a alocação dos respectivos aumentos entre as contas de capital social e reserva de capital da Companhia, na proporção de 10% (dez por cento) e 90% (noventa por cento), respectivamente; e g. O Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia atualmente em vigor contém, imprecisamente, redação que considera a totalidade do capital social subscrito alocado como capital social da Companhia, dividido em 2.265.008 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e oito) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em evidente desconformidade em relação às deliberações aprovadas e à situação contábil da Companhia. 4.2. A ordem do dia é a apreciação e deliberação sobre: (i) A retificação do valor do capital social descrito no Estatuto Social da Companhia, para fazer constar o valor correto efetivamente deliberado por meio das AGEs de Aumento de Capital, que é de R$ 166.696.169,02 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e nove reais e dois centavos), mediante a manutenção do valor de R$ 645.264.621,19 (seiscentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e dezenove centavos) na conta de reserva de capital da Companhia, sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se (i) inalterado o número de ações, (ii) o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia, e (iii) o montante financeiro efetivamente destinado ao patrimônio líquido da Companhia, tal qual atualmente constante como se fosse exclusivamente da conta de capital social, de R$ 811.960.790,21 (oitocentos e onze milhões, novecentos e sessenta mil, setecentos e noventa reais e vinte e um centavos). (ii) A reforma do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação do item (i) acima. **5. Deliberações:** Após exame e discussão sobre as matérias constantes da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram os seguintes atos: 5.1. A adequação do valor do capital social descrito no Estatuto Social da Companhia para alinhá-lo àquilo que foi efetivamente deliberado por meio das AGEs de Aumento de Capital, de modo a fazer constar o valor correto atribuído à conta de capital social, que é de R$ 166.696.169,02 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e nove reais e dois centavos), com a permanência do valor de R$ 645.264.621,19 (seiscentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e dezenove centavos) na conta de reserva de capital da Companhia, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia. A presente adequação foi aprovada unanimemente e sem ressalvas pelas acionistas da Companhia, não sendo necessário, portanto, o parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, conforme o Artigo 173, §1º, da LSA. 5.2. Em decorrência da deliberação aprovada no item acima, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 166.696.169,02 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e nove reais e dois centavos), dividido em 2.265.008 (dois milhões, duzentas e sessenta e cinco mil e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* ***Parágrafo 1º.*** *As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.* ***Parágrafo 2º.*** *Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.* ***Parágrafo 3º.*** *Mediante a aprovação prévia em assembleia geral, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido na Assembleia Geral que aprovar a aquisição.* ***Parágrafo 4º.*** *Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação em Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações ("LSA").* 5.3. Conforme descrito, a presente adequação visa exclusivamente corrigir um erro formal constante do artigo 5º do Estatuto Social. A presente ata será levada a registro após o transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação legal. **6. Encerramento:** Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso, não existindo manifestações. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e por todos assinada. Mesa: Francisco Javier Hernández Araque (Presidente) e Carolina Pugliesi Silva (Secretária). Acionistas Presentes: Telefônica Brasil S.A., Telefônica Infra, S.L. Unipersonal, Caisse de Dépôt et Placement du Québec, e Fibre Brasil Participações S.A. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata da original lavrada em livro próprio.* Mesa: **Francisco Javier Hernández Araque -** Presidente, **Carolina Pugliesi Silva** - Secretária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PP101/23 DLC PA8607/22** menor preço visando contratação de empresa para implementação de solução convergente e redundante. Abertura: 13/03/23 14:30. **Reprogramação de Certame: CP64/22 DLC** PA27530/22 menor preço visando revitalização e reforma campo de futebol e equipamentos de lazer – Cecap. Abertura: 03/04/23 9h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 61.708.293/0001-50

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo, por seu diretor-coordenador infra-assinado, nos termos em que dispõem o artigo 8°, III da Constituição Federal e artigo 22 e seus parágrafos do seu Estatuto Social, convoca todos os membros integrantes da categoria profissional, para a Assembleia Geral Extraordinária da entidade, a realizar-se no dia **04 de março de 2023,** com 1ª chamada às 10hs00min. e a 2ª chamada às 10hs30min., em sua sede social sita à **Rua Conselheiro Ramalho, 992/988, Bela Vista, São Paulo -** SP, tendo como temário o que segue: **a)** Formulação, Discussão e Aprovação da Pauta de Reivindicações dos trabalhadores como proposta para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho com vigência para o período de 2018/2024; **b)** Conceder poderes à Diretoria do Sindicato para enviar e iniciar o processo de discussão e negociação de mencionada pauta de reivindicações junto ao Sindicato Patronal; **c)** Conceder poderes à diretoria do Sindicato para celebrar convenção e/ou instaurar o competente Dissídio Coletivo; **d)** Autorização para que seja descontada em folha de pagamento a Contribuição Assistencial; **e)** Manter a assembleia aberta em caráter permanente cuja convocação para as próximas será feita via boletim sindical Antena Ligada.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. Sérgio Ipoldo Guimarães - Diretor Coordenador.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 61.708.293/0001-50

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo, por seu diretor-coordenador infra-assinado, nos termos em que dispõem o artigo 8°, III da Constituição Federal e artigo 22 e seus parágrafos do Estatuto Social da Entidade, convoca todos os sócios em dia com suas obrigações estatutárias conforme previsto em seu artigo 5°, para a Assembleia Geral Ordinária Orçamentária da entidade, a realizar-se no dia **04 de março de 2.023,** com 1ª chamada às 08hs30min e a **2ª chamada às 09hs00min,** em sua sede social sita à Rua Conselheiro Ramalho, 992/988, Bela Vista, São Paulo - SP, tendo como temário o que segue: **a-** prestação, apreciação e votação das contas (balanço financeiro e patrimonial) relativas ao exercício financeiro do ano de 2.022; **b-** apresentação, apreciação e votação da previsão orçamentária do exercício financeiro de 2.023; **c-** Discussão e Deliberação a respeito da situação da FITERT - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão. Encontra-se a disposição para análise, na sede do sindicato a partir da presente data e até a data da realização da assembleia, a todos os sócios da entidade sindical, o balanço financeiro e patrimonial de 2.022.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. Sérgio Ipoldo Guimarães - Diretor Coordenador

CAIXA MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3041/0223-CPA/RE - 1° Leilão e nº 3042/0223-CPA/RE - 2° Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 10/03/2023 até 20/03/2023, no primeiro leilão, e de 24/03/2023 até 04/04/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a), Sr(a). PASCHOAL COSTA NETO, Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 1.650, sala 42, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG, CEP 30330-000, Fones (31)3241-4164/99798-0810 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.gpleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 21/03/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 05/04/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.gpleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3039/0223-CPA/RE - 1° Leilão e nº 3040/0223 CPA/RE - 2° Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 06/04/2023 até 16/04/2023, no primeiro leilão, e de 21/04/2023 até 01/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a), Sr(a). DILSON MARCOS MOREIRA, endereço Av. Raja Gabaglia nº 4.697, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30360-670, telefones (31) 3344-0060 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.casaleiloeira.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 17/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 02/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.casaleiloeira.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DO PA GUARUJÁ/SP

A Caixa Econômica Federal torna pública sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, em obra ou a construir localizado no Município de Guarujá/SP, preferencialmente na Avenida Presidente Vargas (com continuação na Avenida Áurea Gonzales de Conde) – Parque Estuário – Guarujá/SP até a Avenida São João (com continuação na Av. Luciano de Castro) – Parque Estuário – Guarujá/SP ou na Avenida Oswaldo Cruz – Parque Estuário – Guarujá/SP até a Rodovia Conego Eugenio Rangoni – Parque Estuário – Guarujá/SP. O imóvel deve possuir documentação regularizada junto aos órgãos públicos, ter idade aparente de até 10 anos, possuir área de aproximadamente 414m², imóvel preferencialmente em um único pavimento, preferencialmente com vão interno livre de colunas, pé direito piso fundo de laje preferencialmente acima de 3,50 metros de altura. Deverá possuir sanitários e área de estacionamento, conforme exigências da Prefeitura local e documentação do imóvel regular. No caso de imóvel a construir, a construção deverá obedecer a todas as normas e legislação aplicáveis. Os interessados devem encaminhar carta de manifestação de interesse na possível locação e indicação do imóvel, contendo: 1) Proposta comercial assinada, contendo endereço completo do imóvel, área construída em m² e dados para contato do imóvel, preço da locação por m² da área construída e preço mensal da locação e demais informações que julgar necessária; 2) Registro Geral de Imóveis (RGI) em nome do proponente; 3) Fotos do imóvel; 4) Planta baixa com área. As propostas e os respectivos documentos deverão ser incluídos no Portal de Licitações Caixa, no endereço: https://licitacoes.caixa/sicve-web/. A pesquisa de mercado está disponível no portal sob n° 0153/2023 desde o dia 17/02/2023 e ficará aberta ao recebimento de ofertas de imóveis até as 23:59 do dia 30/03/2023, podendo ser prorrogada.

Arteris S.A.

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 | Companhia aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos treze dias do mês de dezembro de 2022, às 09:00 horas, na sede da Arteris S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli, Carlos Garcia Cabrera, Marcos Pinto Almeida, Henrique Carsalade Martins, Fernando Martinez Caro e Sergio Moniz Barretto Garcia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia: 4.1.** Aprovar a celebração, na qualidade de interveniente-anuente, de acordo com a Algar Telecom S.A. ("Algar Telecom"), e as empresas Autovias S.A. ("Autovias") e Vianorte S.A. ("Vianorte"), subsidiárias da Companhia, que tem como objeto o encerramento de determinados processos judiciais envolvendo a Autovias e a Vianorte, mediante concessões mútuas entre as Partes, nos termos do art. 840 do Código Civil e com pagamento de determinado valor pela Algar Telecom à Autovias e à Vianorte, em razão da discussão envolvendo a ocupação de faixa de domínio em rodovias, durante a vigência de contratos de concessão para administração de rodovias então mantidas com as empresas Autovias e Vianorte. **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Aprovar a celebração, na qualidade de interveniente-anuente, de acordo com a Algar Telecom, e as empresas Autovias e Vianorte, subsidiárias da Companhia que tem como objeto o encerramento dos processos judiciais nº 6954-DF (2021/0088224-6), nº 0005846-85.2002.8.26.0597, nº 0189696-17.2007.8.26.0000, e nº 0008690-90.2011.8.26.0597, envolvendo as empresas Autovias e Vianorte, subsidiárias da Companhia, mediante concessões mútuas entre as Partes, nos termos do art. 840 do Código Civil e com pagamento do valor de R$ 143.000.000,00 (cento e quarenta e três milhões de reais) pela Algar Telecom à Autovias e à Vianorte, em razão da discussão envolvendo a ocupação de faixa de domínio em rodovias, durante a vigência de contratos de concessão para administração de rodovias então mantidas com as empresas Autovias e Vianorte; e **5.2.** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli, Carlos Garcia Cabrera, Marcos Pinto Almeida, Henrique Carsalade Martins, Fernando Martinez Caro e Sergio Moniz Barretto Garcia. São Paulo, 13 de dezembro de 2022. *"Confere com o original lavrado em livro próprio."* Ass.: Sabrina Indelicato Penteado – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 63.309/23-3 em 08/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

D'Almeida usa dor de Tóquio para dominar no tiro com arco

Melhor do mundo, arqueiro brasileiro de 25 anos sonha com medalha em Paris-24

Klaus Richmond

SANTOS Marcus D'Almeida não conseguiu disfarçar a frustração assim que foi derrotado pelo italiano Mauro Nespoli, em 30 de julho de 2021, no Yumenoshima Park Archery Field, em Tóquio.

O resultado assegurou ao brasileiro a nona colocação geral na última Olimpíada, a melhor marca brasileira da história no tiro com arco. O resultado, nem de longe, parecia satisfazê-lo. "Venho de um lugar que estar entre os dez [melhores] do mundo é f..., mas eu podia ir para a medalha. E eu ainda posso em Paris", disse D'Almeida, minutos após o fim da participação na competição.

Desde então, ele utilizou o resultado como uma espécie de provocação a si mesmo. Dezoito meses depois, aos 25 anos, o arqueiro alcançou no último dia 6 de fevereiro a liderança do ranking da modalidade. E já sonha com mais.

"A derrota em Tóquio doeu bastante, aprendi muito com ela. Pode parecer algo simples, só que acreditava muito que poderia ter avançado, ter ido além. O meu adversário foi melhor, mas ganhou por ter uma cabeça bem mais preparada", diz à **Folha**.

O arqueiro brasileiro Marcus D'Almeida, líder do ranking mundial da categoria, em Tóquio Adek Berry - 28.jul.21/ AFP

No amargo revés, Nespoli abriu a disputa marcando 29 pontos em 30 possíveis — acertando dois dos três tiros no 10, pontuação máxima do alvo dividido por dez setores coloridos de 1 a 10. Marcus somou 28 nas três tentativas.

Atrás do placar, na segunda parcial o brasileiro acertou uma das flechas fora da zona central, a amarela, onde fica a maior pontuação, deixando o adversário abrir vantagem. O erro ainda foi repetido por mais duas vezes no terceiro e último set.

"Há muitas coisas sempre, mas o principal ponto em que evoluí foi na maturidade mental. Sei, agora, como é estar com a cabeça 100% ali naquele momento", conta. O carioca é acompanhado pela psicóloga Aline Wolff, do COB (Comitê Olímpico Brasileiro), desde 2015.

O novo momento é resumido em duas experiências: a de Tóquio, pela dor, e a de Yankton, nos Estados Unidos, sua redenção. Menos de dois meses depois da derrota lamentada no Japão, ele conquistaria no Mundial de Yankton, na Dakota do Sul, uma valorizada medalha de prata sendo elogiado pessoalmente pelo americano Brady Ellison, uma das principais referências do esporte.

"Depois de tudo, veio o Mundial e aí completou uma virada de chave fundamental. Pensei: 'não tem como mais não acreditar, agora'".

A transformação mental da qual se orgulha não foi a única mudança desde Tóquio. Ele deixou de ser treinado pelo cubano Jorge Carrasco e passou a trabalhar no ciclo para Paris-24 com o jovem técnico italiano Alberto Zagami, contratado pela CBTArco (Confederação Brasileira de Tiro com Arco) em janeiro de 2022.

"São perfis diferentes, mas sinto muitas melhoras. Ele trabalha com equipamentos bem avançados e insisto muito na questão da força, do físico mesmo", explica.

A puxada rotina de treinamentos diários tem cerca de sete horas em campo — trabalhando entre 250 e 400 tiros em dois períodos. Há, também, uma hora diária de academia, além de sessões de fisioterapia e massoterapia.

A transformação física do atleta acontece desde o Pan-Americano de 2019, em Lima. Ele ganhou a medalha de prata pesando 103 kg. Pouco mais de dois anos depois, após mudar radicalmente os hábitos alimentares com o auxílio de uma nutricionista, tinha 83 kg e exibia músculos.

Passou, também, a investir em períodos de preparação fora do país. Foram fundamentais, especialmente, as experiências vividas na Coreia do Sul, considerada a maior referência da modalidade. "Tive pequenos ajustes técnicos recentes, mudei muito na Coreia. Agora, o foco é mais físico, em ter força para manter o nível nas competições", diz.

A evolução foi confirmada com o título da etapa francesa do Mundial, em Paris, em junho do último ano.

Na final, assim como na Olimpíada, ele saiu atrás no placar, desta vez para o sul-coreano Kim Je Deok. Empatou e, no fim, garantiu a vitória ao acertar o centro do alvo, enquanto o adversário parecia sucumbir à pressão.

A liderança do ranking foi assegurada com o título inédito do torneio The Vegas Shoot — competição indoor (espaço fechado) em Las Vegas, nos Estados Unidos, com outros 66 competidores. A vitória o alçou a 290,5 pontos, somente 0,5 a mais do que o segundo colocado, o sul-coreano Kim Woojin.

Visto desde muito jovem como um prodígio no esporte, D'Almeida pegou pela primeira vez em um arco em uma clínica da CBTArco em Maricá, em 2010, aos 12 anos.

Quatro anos depois, confirmaria a enorme expectativa ao conquistar a medalha de prata nos Jogos Olímpicos da Juventude de Nanquim, na China, em 2014. Ainda foi campeão mundial júnior, em 2015, e chegou à primeira Olimpíada, a do Rio-2016, com apenas 18 anos, ganhando o apelido de "Neymar arqueiro".

"Isso foi algo dos chineses, muito pela febre sobre o Neymar. Ficou no passado, ninguém mais me chama assim."

Neste ano, ele deve passar por um período de treinamentos na Turquia. Antes de Paris, o principal objetivo é a conquista de um inédito ouro no Pan-Americano de Santiago.

Mais preparado fisicamente e, principalmente, mentalmente, ele acredita que poderá em breve escrever ainda mais o próprio nome na história da modalidade. Desta vez, sem comparações com o jogador do Paris Saint-Germain. Será só Marcus D'Almeida.

FRED E ANTONY LEVAM MANCHESTER UNITED ÀS OITAVAS DA EUROPA LEAGUE
O time inglês venceu o Barcelona de virada com gols dos brasileiros aos 2 minutos (Fred) e 27 minutos (Antony, à esq. na foto) do segundo tempo, após Lewandowski ter aberto o placar de pênalti, aos 18 da primeira etapa; os ingleses agora aguardam sorteio que acontece nesta sexta (24) para conhecer seu próximo adversário no torneio Oli Scarff/AFP

Sete estrangeiros por clube é tiro no pé

O Brasil só consegue contratar quem não interessa à Europa

Paulo Vinicius Coelho
Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol". Cobriu sete Copas e oito finais de Champions

A aprovação por unanimidade da permissão de sete estrangeiros por clube não foi uma votação fácil como parece. Havia muitos votos contrários, até que as conciliações levaram à votação sem contestações.

Não é bom.

Um dos argumentos contrários é do técnico do Internacional, Mano Menezes: "Os que vêm para cá não são melhores que os nossos". Em outras palavras, o Brasil só consegue contratar quem não interessa à Europa.

Prova disso é Enzo Fernández. Nas duas edições mais recentes da Libertadores, o jogador mais caro da Argentina em todos os tempos disputou seis partidas no Brasil, quatro pelo Defensa y Justicia, duas pelo River Plate.

São Paulo e Flamengo fizeram consultas e a informação sempre foi a de que seus agentes mais influentes na América do Sul entendiam que seu destino deveria ser exclusivamente a Europa.

Estavam certos.

O Benfica pagou 10 milhões de euros e vendeu-o ao Chelsea por 121 milhões de euros, seis meses depois. EnzoFe, como era chamado na concentração da Argentina campeã mundial, seria um reforço gigantesco para o Campeonato Brasileiro. Muito mais do que Bustos, Mercado, Jhohan Julio, Cristaldo ou Godín.

Não à xenofobia. Viva o grande ídolo, como Pedro Rocha, Doval, Darío Pereyra, Gamarra, Rodolfo Rodriguez, Petkovic, Tévez e Gustavo Gómez. A ponderação é se o Brasil vai se aproximar mais da Inglaterra ou do México ao abrir sete vagas por clube para jogadores internacionais.

O Chelsea foi o primeiro time da história a escalar 11 estrangeiros. Contra o Southampton, 26 de dezembro de 1999, alinhou a defesa com o holandês De Goey, o espanhol Ferrer, o brasileiro Émerson Thomé, o francês Leboeuf e o nigeriano Babayaro. O meio de campo tinha o romeno Petrescu, o italiano Di Matteo, o francês Didier Deschamps e o uruguaio Poyet. O norueguês Tore André Flo formava o ataque com o italiano Ambrosetti, todos treinados por Gianluca Vialli, nascido em Cremona, na Itália. Deu Chelsea, 2 x 1.

Onze anos depois, a Internazionale de José Mourinho tornou-se a única campeã da Champions League de 11 titulares estrangeiros: Júlio César, Maicon, Lúcio, Samuel e Chivu; Cambiasso e Zanetti; Eto'o, Sneijder e Pandev; Diego Milito. Três brasileiros, quatro argentinos, um romeno, um camaronês, um macedônio e um holandês.

Nacionalidade é coisa do passado, tanto quanto os clubes do Brasil. Ninguém quer assistir Flamengo x Palmeiras na Europa — Portugal à parte, pelos treinadores portugueses. O futebol daqui ainda depende do sucesso da seleção para se sentir primeiro mundo. A decadência da Itália está ligada ao excesso de estrangeiros de segundo escalão.

O México joga como nunca e perde como sempre. O Tigres disputou a final da Libertadores de 2015 com os brasileiros Juninho e Rafael Sóbis, os argentinos Guzmán e Guido Pizarro, o uruguaio Arévalo Ríos.

Se a futura liga brasileira tiver condições de trazer os melhores jogadores do mundo, viva o campeonato da diversidade, onde estarão argentinos como EnzoFe, uruguaios como Luis Suárez e De Arrascaeta, paraguaios como Gustavo Gómez, alemães como Julian Draxler, hoje no Benfica.

Para ter uma coleção de jogadores como Araos, do Corinthians, Rigoni, do São Paulo, Merentiel, do Palmeiras, Johan Julio, do Santos, Piris da Mota, do Flamengo... Nesses casos, é melhor revelar aqui.

O Brasil é o único país com jogadores em todas as finais de Liga dos Campeões do século 21. Talento brota.

Por outro lado, último campeão brasileiro sem nenhum jogador nascido no exterior foi o São Paulo de 2008.

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho | **SÁB. Marina Izidro**

NA CORRIDA | *Rodrigo Flores* folha.com/nacorrida

Especialista escolhe dicas para se preparar para uma corrida fora do país

Qual foi a última vez que você fez algo pela primeira vez?

A minha resposta é fácil. Na semana passada, eu participei da minha primeira corrida de rua fora do Brasil. Corri 10 quilômetros na Media Maratón del Mar, em Cartagena, no litoral colombiano.

Corredor é naturalmente um bicho ansioso. Basta ver a apreensão dos atletas pouco antes do início de uma prova. A viagem para o exterior potencializa o frio na barriga. Por isso, antes de embarcar para a Colômbia, procurei um especialista no assunto.

Conversei com a carioca Denise Amaral, um ícone das corridas de rua no Brasil. Ela já completou 156 maratonas e é a única mulher do mundo a ter três mandalas das Majors. A mandala é uma medalha especial entregue aos corredores que completam as seis principais maratonas do mundo (Nova York, Chicago, Boston, Tóquio, Londres e Berlim). Em novembro, Denise vai correr a sua 29 maratona de Nova York.

*

Faça um seguro

Denise foi incisiva sobre a prioridade número 1 para o corredor-viajante. "Os seguros são baratos, simples de contratar, e podem salvar você de enrascadas", afirma. Ela lembra que certa vez, na Espanha, seu marido caiu e teve uma grave lesão no quadríceps. Ela só foi reencontrá-lo de noite, na maca de um hospital público local.

"Só a passagem de retorno para ele custaria € 8.000". Convenhamos, um seguro custa no máximo algumas centenas de reais. Ou seja, representa um custo irrisório perto das outras despesas envolvidas na viagem, e ainda costuma cobrir outros perrengues, como extravio de bagagens.

Leve o mais importante com você

Denise conta que já teve a bagagem extraviada antes das maratonas de Lisboa, Berlim e Londres. Se a corrida é o principal motivo da viagem, por que arriscar a participação na prova por causa de um contratempo? "Não corro mais riscos. Prefiro levar o tênis comigo no avião", afirma.

Chegue próximo à data da corrida

Em uma prova internacional, o ideal é chegar dois ou três dias antes. "Em uma corrida no domingo, em outro continente, chegue na quinta ou na sexta-feira. Com isso você tem tempo de descansar, curtir os eventos que antecedem a prova, retirar seu kit com calma e fazer uma boa prova."

Cuidado com a alimentação

Conhecer um outro país inclui necessariamente experimentar alimentos e temperos típicos —e, às vezes, exóticos. Cuidado com seu trato digestivo antes da prova. "Macarrão é algo que você encontra em qualquer lugar do mundo. Deixe as delícias locais para depois da corrida". Além de pasta, Denise cita pão e queijo como alimentos de baixo risco para o corredor, e que são acessíveis a qualquer atleta.

Converse com quem já participou da prova

Aproveite o conhecimento dos outros a seu favor. "Não tente desbravar tudo sozinho." Ela lembra que há grupos de WhatsApp de brasileiros que correm a maratona de Nova York, por exemplo. "Agora ficou muito mais fácil encontrar pessoas que já viveram a experiências semelhantes antes de você, e que podem dar dicas preciosas e específicas sobre aquele evento". A troca de informações também ajuda a reduzir a ansiedade.

Tente se hospedar perto da largada

No dia da prova, o ideal é economizar energias antes da largada. "Tento sempre me hospedar perto do ponto de início da corrida. Depois que a prova terminar, a gente dá um jeitinho pra voltar", conta Denise. Claro que essa regra vale caso ela não comprometa o orçamento e fica ainda mais desejável quando largada e chegada são no mesmo ponto.

Estique ao máximo a viagem

Viajar é caro, e nem só de corrida vive o atleta amador. "A viagem começa antes do embarque. Curta o planejamento, pesquise, leia, desperte a curiosidade. E, depois que a corrida terminar, estique ao máximo possível a sua estadia. Faça valer o investimento emocional e financeiro."

O jornalista viajou a convite da Asics

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 24.fev.1923

Empregados de cafés no centro de SP tentam emplacar greve

SÃO PAULO Os empregados de cafés tentaram iniciar uma greve no centro de São Paulo neste sábado (24) para reivindicar um aumento de 25% dos salários e a diminuição da jornada de trabalho para nove horas.

Uma comissão foi aos cafés apresentando suas condições aos proprietários. Como não houve acordo, muitos empregados abandonaram o serviço.

O grupo tentou ampliar o movimento, mas os patrões reclamaram à polícia dessas 'visitas', e 11 grevistas foram presos. No fim da tarde, quase todos os cafés estavam com os serviços normalizados.

O aumento do preço da xícara de café tinha dado ensejo a essa greve.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O "CORNER" DO ALGODAO

DA ITALIA

PELA SOCIEDADE

LIVROS NOVOS

EM BUSCA DE MAIS SEGUIDORES, CHINESES FAZEM LIVES NA RUA

Para se destacar, aspirantes a influenciadores cantam, dançam e vendem produtos ao vivo no aplicativo Douyin, parente do TikTok, em uma ponte em Guilin, na província de Guangxi Jade Gao/AFP

GATICES | *Silvia Haidar* folha.com/gatices

Gatos lideram adoções em rede de pet shops pelo terceiro ano consecutivo

SÃO PAULO Os gatos lideram as adoções na Petz pelo terceiro ano consecutivo, segundo um levantamento divulgado pela rede de pet shops nesta quinta-feira (23).

No ano passado, 5.994 felinos e 3.581 cães conseguiram um lar no Adote Petz. O programa foi criado em 2007 e já encontrou tutores para 66 mil animais no total.

Em 2021, foram adotados 4.854 gatos e 2.982 cachorros. No ano anterior, foram 4.011 contra 3.011.

Além de promover a adoção em parceria com 120 ONGs e protetores independentes, a Petz iniciou no ano passado uma campanha de controle populacional de gatos considerados ferais e semi-ferais por meio da castração. Realizada em nove estados — Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais—, a ação esterilizou 3.100 felinos e encaminhou quase 600 para novas famílias.

5.994 gatos
foram adotados por meio do programa Adote Petz em 2022

3.581 cães
ganharam novos lares pelo mesmo serviço

O domínio felino já havia sido relatado pelo Censo Pet IPB (Instituto Pet Brasil) publicado em junho do ano passado, mostrou que o número de bichanos criados como pets em lares brasileiros aumentou 6% no período —mais do que o de cães, que subiu 4%.

Até dezembro de 2021, eram 27,1 milhões de gatinhos ronronando e arranhando sofás por este país afora. No ano anterior, eram 25,6 milhões.

No total, de acordo com o Censo, até o final de 2021 o país tinha 149,6 milhões de animais de estimação, um aumento de 3,7% sobre os 144,3 milhões de 2020.

VOCÊ VIU?

O New York Times prestou uma homenagem à apresentadora Glória Maria 20 dias após a morte dela. Em publicação, apontou para o legado deixado pela jornalista para a TV brasileira e disse que Glória "quebrou barreiras".

"Considerada a primeira telejornalista negra do Brasil, derrubou barreiras para as mulheres negras na televisão em uma época em que as cadeiras de âncora do país eram ocupadas principalmente por homens brancos", diz um dos trechos.

Segundo o jornal, Glória se tornou "um ídolo negro em um país com uma história de profundo preconceito racial". A capacidade da jornalista de fazer boas entrevistas também foi lembrada. Dentre as personalidades com quem falou estão Michael Jackson, Elton John, Nicole Kidman e Madonna.

Glória morreu no último dia 2, aos 73 anos, de câncer. Em 2019, ela descobriu um tumor no cérebro, tendo enfrentado o problema com cirurgia e imunoterapia.

Em dezembro passado, a Globo informou que ela estava afastada da TV para tratar da saúde, mas acrescentou que isso já era previsto como parte do tratamento contra o tumor cerebral.

Salto de fé

Em novela da Globo e no cinema, evangélicos ganham protagonismo nas telas brasileiras e combatem estereótipos que rondam o grupo

Detalhe do cartaz do filme 'Mato Seco em Chamas', que segue personagem evangélica Divulgação

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Saias que terminam próximas aos pés, cores insossas e discretas, jeito acanhado mas incisivo e Bíblia na mão. Essa é a imagem do evangélico consagrada pela mídia depois de décadas de representações em segundo plano e, com frequência, estereotipadas.

Regatinha e jeans, rosto maquiado, jeito extrovertido e microfone na mão. É assim, no entanto, que a protagonista crente de "Vai na Fé", vivida por Sheron Menezzes, se apresenta ao público.

Nova novela das sete da Globo, a trama ilustra uma mudança de espírito na televisão e no cinema brasileiros. Se antes obras de ficção recorriam a clichês ou ignoravam completamente os evangélicos, hoje há claras tentativas de exorcizar o preconceito e se reaproximar, diante de seu avanço nos dados demográficos.

Se eles beiravam 15% dos brasileiros nos anos 1990, já são ao menos 31%, segundo pesquisa Datafolha de dois anos atrás. Até 2032, a expectativa é que sejam o maior grupo religioso no país, destronando os católicos.

"Nossa matéria prima é o Brasil e o brasileiro. Representar a sociedade de maneira contemporânea, inclusiva e afetiva é fundamental para a nossa missão. As transformações da sociedade brasileira sempre foram retratadas pelas obras de dramaturgia da TV Globo. Com a transformação religiosa em andamento, não será diferente", diz Amauri Soares, diretor da emissora.

Ele afirma que a direção não intervém no trabalho dos dramaturgos, mas que resultados de pesquisas e análises sobre os espectadores são compartilhados para que sirvam de "insumo no processo criativo".

O fato de a maior emissora do país ter se ajoelhado diante dos números é bastante significativo, mas não é um caso isolado. Na semana retrasada, o Star+ também deu a bênção ao grupo com a série "Santo Maldito". A Netflix já havia feito o mesmo com "Sintonia". Nos cinemas, "Nas Ondas da Fé", "Céu de Agosto", "Divino Amor", "Medusa", "O Pastor e o Guerrilheiro" e "Mato Seco em Chamas", que estreia agora, engrossam o coro.

Há ainda projetos guardados para o futuro, como "O Clube das Mulheres de Negócios", filme de Anna Muylaert que terá mulheres representando pilares da sociedade brasileira, como a Igreja Evangélica, e "Pedágio", em que Carolina Markowicz vai filmar a relação de uma mãe protestante com o filho LGBTQIA+.

Cada obra encontrou um caminho para incorporar a fé na trama, com diferentes níveis de destaque. Nem sempre o roteiro fala sobre religião, mas ela está lá, mesmo que apenas como característica para que o público compreenda motivações e atitudes de determinado personagem.

Em "Mato Seco em Chamas", por exemplo, a trama é moldada a partir de figuras reais de Ceilândia, nos arredores de Brasília. Como várias delas frequentam templos, pareceu natural que os diretores Adirley Queirós e Joana Pimenta levassem a câmera para dentro de um deles.

Lá, puseram a lente no rosto de uma personagem que passa bons minutos cantando hinos de louvor, mesmo que aquilo não faça a história andar, e, na sequência, gravaram a mesma moça falando sobre o "rodízio de mulheres" que é sua vida amorosa, andando de moto, cantando funk e expressando o desejo de abrir um bordel.

"Historicamente, a gente tem uma visão estereotipada da população evangélica. É um erro tremendo que a classe cinematográfica cometeu, fazendo parecer que esse universo é um monólito", afirma Queirós.

Continua na pág. C4

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

VOCÊ PAGOU COM TRAIÇÃO

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou a interlocutores com quem mantém contato direto no Brasil que foi traído pela deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

TRAIÇÃO 2 Bolsonaro disse acreditar que a parlamentar fez um acordo com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para retornar às redes sociais e se ver livre da ameaça de ser presa.

TRÉGUA Ele teve essa certeza no dia 6 de fevereiro, quando leu a notícia de que o magistrado tinha permitido que Zambelli reativasse suas redes, então suspensas por ordem do tribunal.

TRÉGUA 2 Na decisão em que desbloqueou os perfis dela no Facebook, Twitter, Instagram, TikTok, Gettr, WhatsApp e Linkedin, o magistrado afirma que houve "a cessação", por parte de Zambelli, "de conteúdos revestidos de ilicitudes e tendentes a transgredir a integridade do processo eleitoral".

EXCESSO Num primeiro momento, a reação de Bolsonaro pareceu exagerada a seus amigos e auxiliares com quem mantém contato direto. Eles creditavam as falas ao que definem como paranoia do ex-presidente, que sempre desconfiaria de tudo e de todos ao seu redor, acreditando apenas na lealdade de seus filhos.

SEM DÚVIDAS Nesta quinta (23), a deputada reforçou a desconfiança do entorno de Bolsonaro com suas próprias palavras: ela deu uma entrevista à **Folha** repleta de críticas ao ex-presidente e de recados de pacificação ao STF.

FOCO Zambelli disse, por exemplo, que a prioridade dela agora não é mais defender Bolsonaro, mas sim atacar o presidente Lula (PT). Afirmou também que atacava o Supremo para "proteger" o ex-presidente. E admitiu que partiu dela a iniciativa de lançar uma ponte de diálogo com Alexandre de Moraes para inclusive protegê-lo do PT.

FORÇA No capítulo das críticas a Bolsonaro, ela citou o silêncio dele depois das eleições e a permanência nos EUA. Para ela, o ex-presidente "deveria estar aqui para liderar a oposição. A gente teria mais condições, capacidade e força".

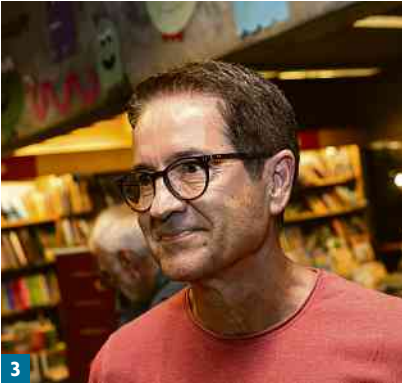
REAÇÃO Zambelli divulgou em seu Twitter uma postagem de Paulo Figueiredo em que ele afirma ter conversado com Jair Bolsonaro sobre o tema.

REAÇÃO 2 Figueiredo, que é neto do ex-ditador brasileiro João Figueiredo, diz que ouviu do presidente uma negativa sobre ter afirmado que a parlamentar o traiu.

REAÇÃO 3 Em um programa que mantém em uma plataforma de vídeos, Figueiredo leu o que diz serem declarações do ex-presidente a ele.

NEGATIVA Bolsonaro teria dito: "Eu não converso, e não discuto, e não vou entrar nesse assunto com ela [referindo-se a Zambelli e à entrevista que ela deu à **Folha**]. O que ela falou é problema dela. Agora, tem uma jornalista dizendo aí que eu afirmei que ela [a deputada] me traiu, e não é verdade."

ESTANTE

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

O jornalista e escritor Luis Cosme Pinto **1** recebeu convidados no lançamento de seu livro "Birinaites, Catiripapos e Borogodó", na Livraria da Vila da Vila Madalena, em São Paulo, na semana passada. Os jornalistas Marcio Canuto **2** e Carlos Tramontina **3** passaram por lá

DO CONTRA Moradores da praia de Maresias que participaram do debate sobre a construção de casas populares no bairro rebatem afirmações do prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto (PSDB), de que seu projeto foi abortado porque moradores de média e alta renda bloquearam a ideia.

CONTRA 2 "Não é verdade. Nunca fomos contra esse projeto", diz Eliseu Arantes, que presidia a Sociedade Amigos de Maresias (Somar) em 2020, quando a proposta foi apresentada. Ele afirma que o problema é que não há saneamento básico em Maresias e que um estudo naquele ano demonstrou que as casas seriam construídas em uma "área de charco".

NA MIRA O deputado federal e líder sem-teto Guilherme Boulos (PSOL-SP) foi ameaçado de morte por um fazendeiro bolsonarista nas redes sociais. Rodolpho Leite compartilhou uma publicação de Boulos em que o deputado denunciava suposta ação de milícias armadas contra integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

MIRA 2 "Esses bandidos [do MST] vão começar a [ser] mortos, aqui não vai ter tiro de aviso, não", escreveu. Procurado, o fazendeiro não respondeu até a conclusão desta edição.

ALÔ A TV Globo foi notificada extrajudicialmente pelo Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro) após um suposto episódio de intolerância religiosa envolvendo os participantes do BBB 23. A entidade afirma que o médico Fred Nicácio foi exposto, em cadeia nacional, a situações de constrangimento e desprezo em razão de sua fé — e cobra uma reparação. Procurada, a TV Globo diz repudiar qualquer tipo de intolerância e de preconceito.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

'Mato Seco em Chamas' traz a terra de Michelle Bolsonaro à tela

Exibido na Berlinale, filme de Joana Pimenta e Adirley Queirós une ficção e documentário em guerra por petróleo

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Há uma década, quando Dilma Rousseff tentava aprovar seu plano para que os royalties do pré-sal se convertessem em melhorias na educação e na saúde, Adirley Queirós e Joana Pimenta viram a oportunidade perfeita para tocar num tema com o qual já flertavam — o petróleo e a ideia plantada por Getúlio Vargas de que ele "é nosso".

"Mato Seco em Chamas", novo trabalho da dupla de diretores, quer transformar o lema num popular e mais potente "o petróleo é de nóis".

"Nós queríamos pensar o que essa lei dos royalties poderia fazer pelo país, no que resultaria uma apropriação verdadeiramente popular dessa riqueza", afirma Pimenta, portuguesa que mora nos Estados Unidos e já passou oito anos trabalhando no Brasil.

"Mas, no meio de tudo isso, houve a eleição do Bolsonaro, e, quando começamos a filmar, a proposta inicial se tornou anacrônica", conta.

Daí surgiu o perfil mais combativo e inquieto das personagens do filme, uma gangue de mulheres que não viu nas escolas e hospitais a promessa que o ouro negro trazia. Por isso, decidiu combater a classe política, roubando o petróleo extraído do perto de Ceilândia, da favela de Sol Nascente, nos arredores de Brasília, e usando o combustível em benefício próprio e da comunidade.

Em cima de suas motos, essas "gasolineiras" rondam a região. Ali no Centro-Oeste, no entanto, a realidade é outra, mas isso não quer dizer que não existam vácuos de poder por meio dos quais a gangue exerce a sua influência.

"Mato Seco em Chamas" tem alma de "Robin Hood" e estética de "Mad Max: Estrada da Fúria". O clima de terra sem lei remete ao faroeste americano, gênero no qual a dupla de diretores se inspirou.

O elenco é formado por atores não profissionais, numa curiosa mistura de documentário e ficção que permeia todo esse novo projeto.

Continua na pág. C3

Obra mais feminista da dupla demonstra força do cinema em fantasia política radical

CINEMA
Mato Seco em Chamas
★★★★★
Brasil, Portugal, 2022. Direção: Adirley Queirós e Joana Pimenta. Com: Léa Alves da Silva, Débora Alencar e Joana Darc Furtado. 14 anos. Nos cinemas

Lúcia Monteiro

Foi um choque quando Adirley Queirós despontou na cena do cinema brasileiro, primeiro com curtas-metragens e depois com longas, como "A Cidade É uma Só", de 2011, que trata do processo de exclusão territorial que marca o nascimento de Ceilândia, na periferia de Brasília, e "Branco Sai, Preto Fica", de 2014, história de um massacre ocorrido num baile de black music.

De forma original, seus filmes combinam humor ácido e crítica social, ficção e documentário, cinema de gênero e militância política. Primeira parceria com a portuguesa Joana Pimenta, "Mato Seco em Chamas" eleva esses elementos à máxima potência.

É o título mais longo da carreira de Queirós, com 150 minutos, e o mais feminista. Ambientada na comunidade de Sol Nascente, em Ceilândia, nos arredores de Brasília, a narrativa é movida por uma incrível trinca de figuras, mulheres que combinam insurgência, desobediência e luta política.

Sensuais, poderosas e divertidas, as irmãs "gasolineiras" Chitara, papel de Joana Darc, e Léa, feita por Léa Alves, comandam uma refinaria clandestina, onde produzem gasolina barata, vendida a motoboys ligados ao tráfico.

Uma candidata a deputada, interpretada por Andreia Vieira, se soma à dupla, defendendo "o povo da periferia" contra a "playboyzada" — seu figurino evoca heroínas pop como Lara Croft, e as sequências de campanha eleitoral são inseparáveis das eleições de 2022.

A estética pós-apocalíptica lembra a distopia de "Mad Max" e "Bacurau", mas, para além de um desejo de cinefilia, as motivações são sobretudo políticas e locais. Impossível assistir ao filme sem pensar na única presidente mulher do país e na disputa do controle dos lucros da exploração do petróleo em seu governo.

No longa, a descoberta de um poço de petróleo na árida vegetação do cerrado e sua extração clandestina viram alegorias do fazer cinema no Brasil pós-2016, algo como tirar leite de pedra — ou ouro negro do mato seco. É difícil esquecer o papel da Petrobras no financiamento da cultura, e em especial do cinema, até bem pouco tempo atrás. Essa interpretação não significa, porém, que haja um esquematismo na estrutura do filme ou na mise-en-scène.

Na fantasia política futurista de Queirós e Pimenta, a costura da ficção incorpora elementos do documentário, sem que haja distinção clara entre o que é invenção e o que é captura da realidade.

De todo modo, a atitude de observação contribui aos tempos dilatados das cenas. Nelas, vemos corpos que resistem coletivamente às opressões cotidianas e às durezas da precariedade, com momentos de alegria e autoafirmação.

As maiores qualidades de "Mato Seco em Chamas" são sua autenticidade e criatividade, a capacidade em embarcar em delírios políticos e, ao mesmo tempo, de forte carga poética. Poucas imagens no cinema atual têm a mesma força da cena em que um ônibus leva um grupo de detentas.

De repente, por força do desejo das mulheres, o veículo se transforma em palco de fantástico baile funk. Passamos dos corpos cansados e restritos aos assentos à alegria de pernas que dobram e esticam, bundas que tremem, lábios que se encostam.

Andreia Vieira em 'Mato Seco em Chamas' Divulgação

Cena do filme 'Mato Seco em Chamas', de Adirley Queirós e Joana Pimenta Divulgação

Continuação da pág. C2

Chitara, Léa e as outras "gasolineiras" foram inspiradas nas mulheres que as interpretam, a partir de relatos que entraram aos poucos na trama.

Muitos dos relatos de passagens pela prisão, dos lamentos por parentes envolvidos no crime, dos desejos amorosos e sexuais e da escolha de como se divertir, do baile funk a um "rodízio de mulheres", bebem da vida real das agora atrizes Débora Alencar, Léa Alves da Silva, Joana Darc Furtado e tantas outras.

Apenas o final era inflexível —o combinado com elas era que as "gasolineiras" sairiam, de alguma forma, vitoriosas.

Exibido no Festival de Berlim do ano passado, "Mato Seco em Chamas" tem caráter popular, com cenas bastante calcadas na realidade de Ceilândia, já enquadrada nos premiados "Branco Sai, Preto Fica" e "Era Uma Vez Brasília".

É de lá que veio Michelle Bolsonaro. "Vivemos sob uma contradição, porque a ex-primeira-dama é da quebrada", diz Queirós. Os apoiadores do ex-presidente aparecem numa cena documental, numa manifestação que a equipe só filmou depois de dizer que trabalhava para uma emissora alemã.

É possível ver ecos da crise do preço da gasolina do ano passado na insatisfação das protagonistas e dos motoboys que compõem o seu mercado consumidor. Certo rancor em relação à Petrobras pode aparecer na interpretação de espectadores informados de que a empresa estatal cortou, a partir de 2019, uma série de patrocínios na área da cultura.

Afetado, o cinema parece gritar que "o petróleo é de nóis", usando a trama do filme como combustível metafórico para a briga política que abocanhou a cultura em anos recentes.

Salto de fé

Continuação da pág. C1

O cineasta diz ainda se incomodar com o lugar de "idiota" ao qual se convencionou pôr esses personagens, com frequência puros alívios cômicos.

É com essa ideia que "Nas Ondas da Fé" brinca e, por fim, subverte. O filme ri com os evangélicos, e não deles. Assim, Marcelo Adnet interpreta um narrador de rádio gospel que mobiliza uma massa de fiéis, mas fica claro que ele o faz por ser, ele próprio, um homem do povo. Enquanto se distancia de uma igreja já estabelecida, o personagem mostra ser possível compartilhar a palavra de Deus sem recorrer a caminhos pecaminosos.

Em "O Pastor e o Guerrilheiro", vemos um líder religioso que é preso pela ditadura militar —erroneamente, mas nem por isso ele deixa de se solidarizar com a jornada de seu companheiro de cela, este sim um membro da luta armada. Em "Medusa", meninas que cantam numa igreja percebem que é possível questionar as regras engessadas e extremistas que seguem.

Na série "Santo Maldito", o divino e o ceticismo são postos frente à frente quando um professor ateu remove um tubo de respiração da mulher, em coma no hospital, fazendo com que ela volte do estado quase terminal em que estava. Ao ver um vídeo do ocorrido, um pastor de uma comunidade periférica, cheio de nuances, o aborda, crente em seu poder de evangelização.

"É muito perigoso a gente se isolar na nossa bolha, e todo artista quer falar para o maior público possível", afirma o diretor da série, Gustavo Bonafé, ao que o ator Augusto Madeira, que pela segunda vez interpreta um pastor, responde que "na classe artística há um preconceito muito grande, não acho que já exista equilíbrio".

Jasmin Tenucci, do curta "Céu de Agosto", premiado em Cannes, prepara um longa que bebe da mesma fonte. Ela concorda que existe preconceito e chama de "condescendência elitista" o retrato consagrado dessas pessoas no cinema e na TV, que os vê como limitados e enganados. Ou pior, como fanáticos, violentos e intolerantes.

Foi assim em "Meu Bem Querer", novela da Globo da década de 1990 que trazia, pela primeira vez, um pastor protestante que preparava um aprendiz vilanesco. Em 2008, "Duas Caras" foi além ao mostrar uma evangélica, de Bíblia na mão, chamando um homossexual e uma ex-usuária de drogas grávida de "filhos do demônio" e incitando uma multidão a espancar os dois. "Eu sou a mão da Justiça divina", diz ela, antes de arremessar uma pedra.

A cineasta, no entanto, percebe uma mudança, que ela credita não só a dados demográficos, mas também à influência da religiosidade na eleição de Bolsonaro há cinco anos. Com isso, não só o audiovisual, mas a esquerda como um todo percebeu que dialogar era necessário, afirma.

E, claro, é impossível ignorar o crescimento da Record, que com suas novelas bíblicas viu estourar sua audiência e emplacou filmes religiosos entre as maiores bilheterias do cinema nacional. Priscila Chéquer, professora na Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia, que estuda o fenômeno, diz que a emissora foi essencial para transformar os evangélicos em mercado consumidor aos olhos do audiovisual.

Ela diz ainda que é importante destacar a pluralidade desse grupo dito "evangélico".

Continua na pág. C5

Fiéis cantam em igreja neopentecostal em cena do filme 'Mato Seco em Chamas' Fotos Divulgação

'Vai na Fé' desafia conservadorismo evangélico

Aposta da Globo precisa driblar falsa dicotomia entre mundo cristão e secular para romper estereótipo de submissão

ANÁLISE

Paola Ferreira Rosa
Repórter da **Folha**, participou do primeiro programa de treinamento voltado para profissionais negros

CAMPINAS (SP) Não é de hoje que a Globo busca se reposicionar em relação a evangélicos. No ano passado, a emissora fez um balanço de público e atestou que grande parte era formada por mulheres negras, periféricas e chefes de família, perfil que se assemelha ao de protestantes no Brasil.

O canal anunciou que aumentaria o volume de produções protagonizadas por negros, como é o caso de "Vai na Fé", novela das sete que estreou no mês passado.

A trama gira em torno da família de Sol, vivida por Sheron Menezzes, mãe de Jenifer, interpretada por Bella Campos, e Duda, encarnada por Manu Estevão. Além das meninas, ela mora com Carlão, vivido por Che Moais, seu marido desempregado, e a mãe, Marlene, interpretada por Elisa Lucinda. Juntos, eles frequentam a igreja evangélica da comunidade, onde Sol faz parte do coral.

Ela sustenta a família vendendo quentinhas, mas o bico não rende o suficiente para as contas. Sob ameaça de ter a energia cortada e por causa da escassez de recursos, Sol aceita uma proposta para trabalhar como dançarina do cantor pop Lui Lorenzo, papel de José Loreto, relembrando seus tempos de adolescência no baile funk, longe da igreja.

As cenas nos cultos despertam a memória afetiva do telespectador evangélico ao revisitar hinos e canções clássicas do gospel, presentes nas mais diversas comunidades cristãs. É inevitável cantar junto com Sol e relembrar momentos da infância, em comunidade aos domingos ou em celebrações menores, ao longo de toda a semana.

Sheron Menezzes ganha brilho quando a atriz canta de forma afinada, mas sem parecer uma grande cantora. É assim nos encontros de fé.

Até mesmo o destaque para sua voz, que fica um tom acima dos colegas de coro, é um artifício comum nos cultos. Geralmente, um irmão ou outro é mais desafinado, o que não o faz menos importante. Então, o volume de seu microfone é reduzido para que a sonoridade final tenha equilíbrio. Em contrapartida, o mais afinado, escolhido como solista, tem seu o volume aumentado.

Os sermões do pastor Miguel, vivido por Adriano Canider, têm sempre um tom de instrução, abstraindo ensinamentos de passagens bíblicas.

Na contramão do conservadorismo de seus pastoreados, Miguel encoraja Sol e a orienta a ser fiel aos seus princípios e a Deus, independentemente de onde estiver. Esse é o posicionamento que a protagonista assume ao longo da trama e ao qual recorre quando enfrenta críticas da comunidade e até da família.

Sua mãe teme que Sol volte "ao mundo de perdição", e o marido demonstra dúvidas com relação à sua real conversão, como é chamado o processo de mudança de vida quando se vai para a igreja.

A filha Jenifer apoia Sol, mas esconde dos amigos de faculdade ser sua filha. Alinhada ao feminismo, a jovem defende que a mãe deve fazer o que quiser, mas vê as músicas de Lui Lorenzo como machistas.

As atrizes Elisa Lucinda e Bella Campos numa das cenas de culto na novela 'Vai na Fé'

É constante na trama a sensação de desconfiança da integridade de Sol por parte da família e dos amigos. Já frente ao núcleo de trabalho, ela é vista como careta demais, sempre reclamando do tamanho da saia ou da sensualidade da coreografia.

Para completar, o chefe se apaixonou por ela e se sente desafiado pela dançarina. Sol é a única que não ficou com o galanteador Lui Lorenzo.

A trama tem dado indícios de que o passado de Sol no baile funk, onde era chamada de "Princesinha do Baile", está mais próximo do que ela espera e virá a tona.

Caso a protagonista se renda à tentação, a novela trairá o público que tenta cativar, reafirmando preconceitos contra evangélicos em um momento político em que o grupo já é estigmatizado pela associação de líderes ao bolsonarismo.

Se Sol passar a trama toda se equilibrando em corda bamba para se provar aos seus e "ao mundo", não passará de uma personagem sem graça e infeliz. "Onde estaria Deus, que a permitiu ficar só?"

O que se constrói até o momento é uma terceira opção. Passado e presente se encontrarão para romper o conservadorismo e o estereótipo de que há um único modelo de mulher cristã, a submissa. Sol, então, se destacaria em sua carreira e enfrentaria os obstáculos sem trair a si mesma e muito menos trair sua fé, se mostrando uma mulher negra forte, empoderada e, por que não, evangélica. A ver.

Continuação da pág. C4

Apesar de parecer uma massa homogênea para quem está fora, essa parcela da população é plural, seguindo um emaranhado de doutrinas, ritos e costumes que se distanciam por vários motivos.

Eleito deputado federal pelo PSOL do Rio de Janeiro, o ator, escritor e pastor Henrique Vieira afirma que a vertente neopentecostal é, além da que mais cresce no país, aquela que mais recebe atenção da mídia, em detrimento de batistas, metodistas, presbiterianos e outros. E há nesses grupos igrejas progressistas, com sacerdotes e fiéis engajados em causas como luta racial, direitos LGBTQIA+, feminismo e a legalização do aborto.

"É importante dizer que existe um campo de fundamentalismo evangélico no Brasil que é perigoso e violento, e muitas pessoas carregam traumas. Eu não estou aqui para romantizar a experiência evangélica, mas para mostrar que ela é uma religião diversa e de caráter popular", afirma ele, que interpretou um frei no longa "Marighella", de Wagner Moura.

Curiosamente, os evangélicos trilham o mesmo caminho dos LGBTQIA+, que têm conquistado espaço nas telas e posto um fim à tentação de recorrer aos estereótipos que os subjugaram a papéis cômicos, vilanescos ou trágicos.

Questionado se a atenção aos espectadores evangélicos pode comprometer a aparição de pautas progressistas nas telas, Vieira diz torcer para que isso não aconteça, mas que dependerá da disposição de criadores em ver esse público sem preconceitos.

"Eu espero que eles não peguem a perspectiva conservadora e transformem na única experiência existente no campo evangélico. Isso seria terrível, daria um sinal para a sociedade de que ser evangélico é isso e que não há outra possibilidade. Seria um gol contra."

Série 'O Consultor' de Christoph Waltz peita geração dos millennials

Ator volta a interpretar tipo sádico em produção do Prime Video sobre empresa de games que recebe visita sinistra

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Não é novidade que o ator austríaco Christoph Waltz seja dado a personagens excêntricos, cáusticos, megalomaníacos até. Do nazista Hans Landa que rendeu a ele o Oscar em "Bastardos Inglórios" ao pilantra ao qual emprestou a voz em "Pinóquio por Guillermo Del Toro", a maldade parece ser terreno fértil para ele.

E é sério, com cara de poucos amigos, que ele ligou a câmera de seu computador na semana retrasada para falar com um grupo de jornalistas sobre o novo personagem a integrar esse grupo perverso, na série "O Consultor", que estreia no Amazon Prime Video.

"Mas há um enorme equívoco sobre o que é bom e o que é mau. Eu não julgo meus personagens. Se é um papel interessante, eu faço", diz ele, sobre a insistência na vilania, alimentada ainda pelos filmes "007 Contra Spectre", "Grandes Olhos", "A Lenda de Tarzan" e "Água para Elefantes".

"Não sou um moralista, só um ator. E, enquanto ator, eu gosto de trabalhar com elementos que se contradizem, porque assim ficamos mais próximos do que é a vida real", acrescenta ele.

Waltz não leva para a vida o jeito ranzinza ou cruel que boa parte de seus papéis demanda, respondendo às perguntas com gentileza. Mas há ali alguém que tampouco tem interesse em ser pintado como um sujeito descontraído ou que se esforça para não cair em controvérsia, para ser amado por todos ao redor.

Durante a conversa, o ator defende uma das questionáveis atitudes do novo personagem, Regus Patoff, que demite uma mulher negra numa cadeira de rodas. Ela não é demitida por causa disso, mas porque é uma mulher negra de cadeira de rodas que se atrasou para o trabalho, frisa Waltz, indiferente ao politicamente correto.

Em "O Consultor", ele interpreta um homem de negócios que chega a uma empresa de games munido de um contrato assinado por seu fundador poucas semanas antes de este ser assassinado —por uma criancinha que fazia uma excursão escolar, vale dizer, já que os detalhes aumentam a dosagem de absurdo do enredo.

Com esse documento, ele se torna o CEO interino da popular, mas mal gerida e à beira da falência empresa de joguinhos para o celular. Regus Patoff não entende nada daquele universo, seja por puro desinteresse ou por choque geracional, e seus novos subordinados —estes ainda com acne no rosto e hormônios à flor da pele— logo desconfiam dos caminhos que o levaram à chefia.

O personagem de Waltz, afinal, não era funcionário ou parente do pós-adolescente Sang, sul-coreano que fundou a companhia, ou tampouco membro de alguma grande empresa de consultoria. Não que este seja um problema digno de levantar suspeitas naqueles jovens igualmente desinteressados.

Mas seus métodos pouco ortodoxos, que incluem cheirar funcionários em busca de odores que o incomodam, e pouco moderninhos, como a interrupção imediata do home office, geram a fúria e a curiosidade do programador Craig, vivido por Nat Wolff, e da assistente criativa Elaine, papel de Brittany O'Grady.

A volta ao presencial em "O Consultor", aliás, encontra ecos curiosos na realidade.

Continua na pág. C7

Cena da série 'O Consultor', do Amazon Prime Video Divulgação

Continuação da pág. C6

Há pouco tempo Elon Musk, um gigante da tecnologia, ordenou, pouco depois de chegar ao Twitter, que todos voltassem ao escritório. Pura coincidência, diz Waltz, mas ótima para o marketing da série.

"O fato é que estamos presenciando uma mudança na forma de se liderar um negócio. Ou não. Ainda precisamos aguardar para ver, e para ver se uma mudança seria para melhor. Mas é uma trama que espelha a realidade, em especial o que é a força de trabalho millennial, que me assusta de tão conformada e obediente que é", afirma o ator, antes de comparar os personagens da série com o que vê nos arredores da sede do Google em Venice Beach, no estado americano da Califórnia.

Baseada no livro "The Consultant", de Bentley Little, a série tem criação de Tony Basgallop, já acostumado com o mistério e o suspense após escrever programas como "24 Horas: O Legado" e "Servant", que M. Night Shyamalan produziu para Apple TV+.

Ele, também, encontra laços entre ficção e realidade, dizendo que Regus Patoff não foi criado para ofender as pessoas, mas para quebrar o mundinho millennial de paz e tranquilidade daquela empresa de jogos caída em desgraça.

E é justamente o efeito que o choque geracional pintado agora nas telas terá no público o que mais o seduziu na hora de aceitar o trabalho em "O Consultor". Ao menos nisso, o roteirista de 54 anos e os atores novinhos O'Grady e Wolff, de 26 e 28, concordam sem hesitar em momento algum.

O Consultor
EUA, 2022. Criação: Tony Basgallop
Com: Christoph Waltz, Nat Wolff e Brittany O'Grady. Disponível na Amazon Prime Video

Harvey Weinstein recebe nova sentença e vai passar o resto da vida atrás das grades

LOS ANGELES Harvey Weinstein foi condenado a 16 anos de prisão nesta quinta-feira, o que significa que o ex-magnata de Hollywood, símbolo da masculinidade tóxica que veio a caracterizar o movimento MeToo, passará seus últimos anos atrás das grades.

Weinstein, de 70 anos, já está cumprindo uma condenação de 23 anos por agressão sexual em um processo que terminou em 2020, em Nova York.

A sentença desta quinta, relativa ao estupro de uma atriz há uma década, foi lida num tribunal de Los Angeles, quase dois meses depois de um julgamento na cidade o condenar por estupro e abuso sexual.

Os promotores haviam pedido a pena máxima de 24 anos de prisão, sem direito a condicional. A identidade da vítima é mantida em segredo.

Durante um mês, os 12 membros do júri em Los Angeles ouviram mulheres, que na época buscavam fazer seu nome no show business, acusar o magnata de as encurralar e violentar em quartos de hotel.

As mulheres, incluindo a atual primeira-dama da Califórnia, Jennifer Siebel-Newsom, detalharam encontros sexuais que teriam ocorrido contra a sua vontade e sob coerção física ou psicológica.

Segundo elas, Weinstein se beneficiava da impunidade gerada por sua posição na indústria do entretenimento.

Investigadores o caracterizaram como um predador sexual, que usava a influência para abusar de mulheres.

Por sua vez, a defesa argumentou que as relações de Weinstein eram consensuais e centradas na ideia de que todos os encontros eram em forma de transações, com mulheres que buscavam oportunidades na indústria.

O júri o considerou culpado de abusar sexualmente de uma das mulheres, mas o absolveu das acusações de agressão por uma segunda mulher e não chegou a um consenso sobre as acusações relacionadas a outras duas, incluindo a primeira-dama da Califórnia.

Rumores do comportamento do produtor de "Pulp Fiction" e "Shakespeare Apaixonado" circularam por anos, mas não foram contestados até 2017, quando foram publicadas acusações explosivas de várias mulheres contra ele.

As denúncias foram a origem do movimento MeToo, que levou dezenas a denunciar a violência sexual no trabalho.

Com AFP e Reuters

Aline Bispo

Mangueira, a campeã do povo

Na voz de Margareth Menezes, samba-enredo levantou o público

Djamila Ribeiro

Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

A Estação Primeira de Mangueira arrastou a multidão na Marquês de Sapucaí com uma homenagem a Iansã, aquela que rege, às vezes como búfala, às vezes como borboleta, os caminhos da escola querida de muitos cariocas e de todo o Brasil.

Neste ano seu desfile foi muito especial. A rainha Evelyn Bastos abria os caminhos para a passagem da impecável bateria regida por Rodrigo Explosão e Taranta Neto. Um samba-enredo que ganhou o país na voz de Margareth Menezes levantou o povo, que, atrás da verde e rosa, chegou entregando a chave de ouro do domingo de Carnaval do Rio de Janeiro.

Alcione, Leci Brandão e toda a Velha Guarda e seus baluartes coloriam aquele desfile impressionante com a história e tradição à luz do nascer do Sol. Parafraseando o mangueirense Cartola, "alvorada, com a Mangueira, que beleza, ninguém chora, não há tristeza...".

Uma coisa de que gosto no Carnaval do Rio é que desfilam apenas escolas de samba de comunidades. E há uma lógica de respeito mútuo, de samba no pé e de colaboração. Quando estava no ensaio técnico da Mangueira, no começo do mês, tive o prazer de encontrar a presidente da escola, Guanayra Firmino, e pude caminhar junto com ela até a concentração. Em sua gestão, foram privilegiadas "crias" da comunidade, homens e mulheres que nasceram no morro de Mangueira e hoje trazem a tarefa de levar o legado adiante.

Conheci sua mãe, dona Gilda da Moreira, a presidente da Velha Guarda da Mangueira, uma mulher que descende da fundadora da Agremiação Tia Fé, mãe de santo de Iansã. Foram 15 minutos de conversa, não mais do que isso, mas que valeram por muito tempo. Perguntei a ela, depois de tantas histórias: "por que a senhora não escreve um livro?". Ela me disse que estava pensando nessa ideia; e fico aqui na torcida.

Dona Gilda é uma verdadeira biblioteca e seu fruto não caiu longe do pé. Andando com Guanayra, era lindo ver como sua autoridade era respeitada com naturalidade por todas as pessoas no local.

Em um dado momento, uma mulher da arquibancada consegue alcançá-la. Emocionada, disse que era portelense, mas que a admirava muito e que torcia para que ela tivesse toda a sorte em sua gestão. Aquela cena para mim era a tradução do respeito nutrido entre as comunidades, que mantêm a maior festa do planeta viva até os dias de hoje.

É comum uma agremiação visitar a outra para cantar seus clássicos em uma roda de samba e a amizade vai além da viola. Um caso me chamou a atenção durante o último fim de semana, quando estive no barracão da Mangueira na véspera do desfile para vestir meu figurino, belíssimo por sinal, desenhado pela carnavalesca Annik Salmon e elaborado pela designer Valéria Mendonça.

Annik e Valéria se conhecem há anos e formam uma dupla imbatível na excelência dos figurinos tecidos. O meu era roxo e tinha contornos em amarelo, arranjos com pedras e uma cauda gigante.

Foi pensado especialmente, pois desfilei como a Rainha da Embaixada Africana. Quando recebi esse convite, quase morri do coração, tamanha honra. Esteja onde estiver, imagino como meu pai, Joaquim, está até agora orgulhoso disso, ele que era mangueirense fanático, mesmo sendo santista.

Naqueles dias que antecedem o desfile, além da correria imensa por todos os detalhes, em um momento, Amauri Wanzeler, diretor do barracão da Mangueira, estava todo preocupado com um problema que tinha dado em um carro alegórico de uma outra agremiação no trajeto até a concentração. Tratava aquele problema como se fosse em um carro da sua própria escola e conversava com o diretor da escola adversária como se fossem diretores de uma mesma agremiação.

Annik e Guilherme Estevão foram os carnavalescos responsáveis pelo desfile que arrebatou a avenida. Foi a estreia da parceria à frente de uma das mais tradicionais escolas e torço, como aquela portelense que rendeu grandes homenagens à presidente, que continuem sendo abençoados nas próximas missões.

Estrear como carnavalescos na Estação Primeira de Mangueira nesse lindo desfile é como começar a jogar futebol com a camisa dez do Flamengo no Maracanã marcando gol.

E a Mangueira volta ao desfile das campeãs, para celebrar a quinta posição na colocação geral, uma colocação que, embora não reflita o poder de seu desfile, só foi possível diante de muito trabalho e dedicação dessa comunidade obstinada em trazer a alegria para o povo brasileiro.

Afinal, o Carnaval é uma grande festa ou não é?

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | **SÁB. Mario Sergio Conti**

Série de Kore-eda, 'Makanai' debate as tradições das gueixas no Japão

Produção delicada da Netflix conta a formação de duas amigas que vão a Kyoto e buscam compreender o ofício

STREAMING
Makanai: Cozinhando para a Casa Maiko
★★★★★
Japão, EUA, 2023. Criação: Hirokazu Kore-eda. Com: Nana Mori, Aju Makita e Keiko Matsuzaka. 12 anos. Disponível na Netflix

Lúcia Monteiro

"Makanai: Cozinhando para a Casa Maiko" entrou para a grade da Netflix no início do ano como uma pérola rara. Com nove episódios, a série escrita e dirigida por Hirokazu Kore-eda destoa do estilo de construção dos seriados mais populares do streaming.

Não há exatamente suspense ao final de cada episódio para que os espectadores não desliguem. A narrativa acompanha a passagem das estações, ao longo de um ano, de primavera a primavera. Pouco a pouco, as aprendizes de gueixa que protagonizam o seriado se revelam cativantes —e a vontade de conhecer seus destinos nos deixa com gostinho de quero mais.

Sumirê e Kiyo são amigas de infância. Aos 16 anos, elas deixam a família para estudarem na Casa Maiko, em Kyoto. Ali, aprendem os fundamentos do "mai", dança tradicional, próxima ao teatro nô. Numa casa comandada por duas "mamães", professoras austeras e divertidas, as duas e outras jovens se tornam "irmãs" e descobrem os fundamentos da arte das gueixas e e do universo feminino.

"Makanai" é uma narrativa de formação e aprendizagem. Talentosa, Sumirê rapidamente é aceita como "maiko", ou aprendiz de gueixa. Kiyo, por sua vez, encontra na cozinha sua vocação. Será que essa diferença vai abalar a amizade?

Na escrita de Kore-eda, cineasta laureado com a Palma de Ouro, intrigas e disputa têm menos importância do que a atenção para os gestos —a maneira de posicionar os braços durante a performance; as estratégias para dormir com um penteado complicado, que deve durar por uma semana; o jeito de cortar os legumes em fatias delicadas.

Cena da série 'Makanai: Cozinhando para a Casa Maiko', de Hirokazu Kore-eda Divulgação

Esse olhar tem algo de exótico, como se se tratasse de apresentar características típicas de uma cultura para um público estrangeiro. Por outro lado, há, na Casa Maiko, não só respeito à tradição, mas também a possibilidade de inventar novas tradições.

Nesse sentido, o oitavo episódio é primoroso. Nele, as garotas da Casa Maiko assistem ao filme "A Noite dos Mortos-Vivos", de George Romero, e depois criam sua versão do horror. Na sequência, se dão conta de que tanto zumbis quanto os atores do teatro nô se locomovem deslizando os pés no chão. Num e noutro casos, o que se encena é o limiar tênue entre vida e morte.

Um importante aprendizado que a série retrata é o da filosofia do "ichigo ichie", ou "uma vez, um encontro", que sintetiza o estado de presença e atenção que as garotas da Casa Maiko vão adquirindo. Para isso, Kore-eda incorpora silêncio à narrativa. As personagens não são verborrágicas e nem tudo é explicado pelos diálogos.

Em dado momento, o pai de Sumirê aparece na Casa Maiko, decidido a tirar a filha de lá. Não quer ver a garota em contato com homens mais velhos, bebida, assédio. Surge então a deixa para uma discussão sobre o lugar da tradição das gueixas no Japão contemporâneo —e para o papel da mulher nessa sociedade.

É possível ser uma "maiko" e ter uma vida de família? Como conciliar posicionamentos feministas com as tradições? São discussões que a série só insinua, sem resolver esses pontos.

Vale a pena vencer a estranheza desse ritmo incomum no streaming para se deliciar com a beleza de "Makanai".

CRÍTICA SERIAL | *Luciana Coelho*
criticaserial@grupofolha.com.br

'That 90's Show' vale para aplacar a nostalgia por apenas alguns minutos

As expectativas eram muitas, ao menos para os fãs de "That 70's Show", e a série-filhote "That 90's Show", que estreou na Netflix no fim de janeiro, fracassou em cumprir cada uma delas.

Sim, claro, há a alegria momentânea de rever personagens queridos 25 anos depois, mas ela se dissipa tão logo eles entram em cena sem um fiapo de história e, na maioria dos casos, somem em seguida. Parece faltar algo à série (um roteiro? personagens consistentes? uma ideia nova? o espírito do tempo?), e a nostalgia tampouco é suficiente para preencher essas lacunas.

Vejamos: estamos em 1995, época em que o grunge bombava, e o porão de Red e Kitty Forman (papéis de Kurtwood Smith e Debra Jo Rupp) anda vazio desde que Eric (interpretado por Topher Grace, que continua com a mesma cara) e seus amigos viraram adultos e saíram de casa coisa de 20 anos antes.

A turma do porão de 'That 90's Show' Netflix/Divulgação

Nessas duas décadas, o garoto nerd e sarcástico de Point Place, no estado de Wisconsin, se casou com a namorada de adolescência, Donna (Laura Prepon), teve uma filha, Leia (Callie Haverda) e deixou a cidadezinha interiorana, embora seus amigos Kelso (Ashton Kutcher), Jackie (Mila Kunis) e Fez (Wilmer Walderrama) tenham continuado lá.

Não há menção a Hyde, o garoto-problema do grupo: seu intérprete, o ator Danny Masterson, responde a acusação de estupro na Justiça, e os roteiristas parecem ter achado mais fácil simplesmente extirpar o personagem do que dar algum desfecho digno à sua história.

É Leia quem vai reocupar o porão e povoá-lo de novos amigos em sua jornada para deixar de ser uma adolescente pouco segura de si. E aí acaba a nostalgia, já que a série não consegue realmente se conectar aos anos 1990 para além das camisas xadrezes como sua antecessora se conectava aos 1970, inclusive com referências a outras produções.

Na verdade, as únicas coisas que remetem aos anos 1990 são o estilo de humor e a decisão de filmar a série com múltiplas câmeras e risadas da plateia, o que resulta na proeza de simultaneamente soar datado para uma produção atual e fake para uma série de época.

Os amigos de Leia seguem os arquétipos do sexteto original, com um interesse amoroso para a protagonista, uma melhor amiga rebelde, um casalzinho que não para de se pegar e um amigo de ascendência estrangeira e comportamento meio dândi. Nenhum deles tem o charme dos atores do original, que viram suas carreiras decolarem com a sátira aos anos 1970.

Muitos dos espectadores que assistiram à série original e agora voltam para acompanhar seu desdobramento foram adolescentes na época retratada pelo spin-off e pouco encontrarão ali para avivar as memórias. Por outro lado, os adolescentes de agora dificilmente terão paciência para as piadas obsoletas e as risadas constantes da claque.

É como se a produção, com a assinatura de dois dos três responsáveis por "That 70's Show", Bonnie e Terry Turner, e da filha do casal, Lindsay Turner, tivesse se perdido no tempo e no espaço, sem saber a qual geração acenar.

Os dez episódios de 'That 90's Show' estão disponíveis na Netflix, e a segunda temporada foi encomendada pelo serviço

Chegou a desinteligência artificial

Conheça o ChatGPL, abastecido por mensagens de WhatsApp bolsonaristas

Renato Terra
Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu o documentário 'Uma Noite em 67'

Um grupo de negacionistas radicado em Orlando anunciou a criação do primeiro software de desinteligência artificial. A ferramenta é abastecida por milhões de mensagens de WhatsApp de grupos bolsonaristas e de livros de Olavo de Carvalho.

Batizado de ChatGPL, o novo software vem acabar com a hegemonia do ChatGPT. "O Teatro das Tesouras carnavaliza os meios mais felpudos."

"Enquanto o ChatGPT age como uma prostituta do sistema visando a doutrinação comunista, o mundo observa a aurora boreal ganhando tons de grená. Canalhas!", explicou um dos criadores.

O ChatGPL responde a perguntas e atende a comandos do usuário. Esta coluna realizou um test drive na nova ferramenta. Confira os resultados.

Pergunta 1: Quanto é um mais um?

ChatGPL: Que pergunta mais idiota, seu comunistinha de merda. A verdade que os marxistas querem esconder é que a matemática foi inventada pelo Foro de São Paulo com o objetivo de empurrar a ideologia de gênero para cima de crianças indefesas: um mais um é igual a "dois"? Ou é igual a "duas"? É não binário? Quem garante que não é um "trisal"? As famílias estão arruinadas. Faz o "L", seu bostinha.

Pergunta 2: Você pode escrever um poema?

ChatGPL: Poema? POEMA? Tá de sacanagem? Vejo duas possibilidades: ou você é baitola ou quer mamar nas tetas da Rouanet. Sua religião é cu e maconha. Faz o "L", seu bostinha.

Pergunta 3: Quem foi que descobriu o Brasil?

ChatGPL: Não é possível responder sem ter acesso ao código fonte dos manuscritos de Pero Vaz de Caminha. Cadê a prova impressa e auditável de que o Brasil foi descoberto? A Rede Globo não quer que você saiba que o Brasil nunca foi descoberto. E que o Brasil está acabando desde que o STF manipulou as eleições para implementar a ditadura comunista. A verdadeira Bahia é a Flórida.

Pergunta 4: Qual a diferença entre o charme e o funk?

ChatGPL: Um é da milícia e o outro é traficante.

Pergunta 5: Pode apresentar provas de que as eleições de 2022 foram fraudadas?

O ChatGPL apresentou uma tela de erro e desligou. Veio um cheiro forte de queimado, talvez enxofre. Por motivos de segurança, o ChatGPL não está disponível na internet. Para usar a ferramenta, entre em contato pelo WhatsApp e solicite ainda hoje o envio de um pen drive para a sua casa.

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Urso de Ouro de Berlim estreia na Mubi sem passar nas salas do país

Alcarràs
Mubi, 12 anos
Uma família espanhola, que passa os verões colhendo pêssegos no pomar de sua propriedade, enfrenta uma crise interna quando surge a ideia de instalar painéis solares e cortar árvores. O longa de Carla Simón ganhou o Urso de Ouro no Festival de Berlim de 2022, foi exibido na Mostra de Cinema de São Paulo e estreia agora diretamente no streaming.

Conexões
Apple TV+, 16 anos
A primeira série da plataforma com diálogos em francês tem Vincent Cassel e Eva Green, além de uma trama que mistura espionagem, intriga política e romance.

Party Down
Lionsgate+, 16 anos
A sitcom sobre um atrapalhado bufê de Los Angeles chega à terceira temporada, depois de um hiato de 13 anos. O elenco reúne nomes como Adam Scott, Jane Lynch, Jennifer Garner e Megan Mullally. Um novo episódio toda sexta.

Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo
Amazon Prime Video, 16 anos
Com problemas financeiros e familiares, uma imigrante chinesa nos Estados Unidos se vê tragada pelo multiverso, onde encontra outras versões de si mesma. Estrelado por Michelle Yeoh, um dos favoritos do Oscar é uma obra vertiginosa.

Últimos Dias no Deserto
TV Aparecida, 21h15, 12 anos
O filme de Rodrigo García imagina o que aconteceu nos 40 dias que Jesus passou andando no deserto. Tanto o messias como o demônio são vividos pelo ator Ewan McGregor.

Hanna
Record, 23h, 14 anos
Uma garota é treinada pelo pai, um ex-agente da CIA, para ser a assassina perfeita. Thriller estrelado por Saoirse Ronan e Cate Blanchett.

Globo Repórter
Globo, 23h15, livre
O programa completa 50 anos em 2023 e promete uma temporada especial, mas também há rumores de que será a última. Na estreia, Giuliana Morrone visita a ilha de Zanzibar, localizado na costa da Tanzânia, onde nasceu Freddie Mercury. A repórter visita praias e construções históricas e prova a culinária local.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

1	8						3	
					8	9		
			3	4		2		
	6				9		2	
2		5	1		3	4		9
	3		7				5	
		4		9	5			
		3	6					
	9						4	6

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	8	2	6	7	9	5	3	4
3	4	6	5	2	8	9	1	7
9	5	7	3	4	1	2	6	8
8	6	1	4	5	9	7	2	3
2	7	5	1	6	3	4	8	9
4	3	9	7	8	2	6	5	1
6	1	4	8	9	5	3	7	2
7	2	3	6	1	4	8	9	5
5	9	8	2	3	7	1	4	6

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. (Pal. fr.) Cozinheiro de um restaurante / Unidade de medida elétrica de símbolo V **2.** Interjeição: uau!, maravilha! **3.** Animal de excepcional qualidade, usado para reprodução / Robert Redford, de ator de "Proposta Indecente" **4.** Enlouquecer / Distintamente, perfeitamente **5.** Enfeitado, ornado, geralmente com luxo **6.** O acento que nasala o a e o ó / Recipiente para geleia **7.** Impalpável **8.** Os propulsores da canoa **9.** O cantor carioca Motta / Em tais quantidades **10.** Placa de concreto que separa pavimentos / Dinheiro com que se compra um jogador para que se deixe vencer **11.** Solidéu com que os judeus praticantes cobrem a cabeça / Tesouro Nacional **12.** Orientar / Segunda-feira **13.** Variedade de carbonato de cal usada para se escrever em quadro escolares / Recobre o assento de cadeiras e sofás.

VERTICAIS
1. Que pode coexistir / As iniciais do ator e dramaturgo Guarnieri **2.** Macaxeira / Deste lugar **3.** Produzir ruídos secos e seguidos / (Pop.) Árbitro de futebol **4.** No futebol, errar a bola, ao dar o chute / Pessoa ou coisa muito graciosa **5.** Peixe de olhos muito grandes, também conhecido como olho-de-vidro / Polícia Rodoviária Federal **6.** Cada um dos casos em que um fato se dá / O maior fruto entre os cítricos **7.** Transforma teia em teoria / O jornalista esportivo Léo / (Quím.) Estrôncio **8.** Correia para guiar as cavalgaduras / Conseguir o que se deseja **9.** Um elemento da comparação / A forma do amarelo da nossa bandeira.

HORIZONTAIS: 1. Chef, Volt, **2.** Super, **3.** Matriz, RR, **4.** Pirar, Bem, **5.** Aparatado, **6.** Til, Pote, **7.** Imaterial, **8.** Remos, **9.** Ed, Tantos, **10.** Laje, Jabá, **11.** Quipá, TN, **12.** Guiar, Seg, **13.** Giz, Forro. **VERTICAIS: 1.** Compatível, GG, **2.** Aipim, Daqui, **3.** Estralar, Juiz, **4.** Furar, Teteia, **5.** Pirapema, PRF, **6.** Vez, Toronja, **7.** Or, Batista, Sr, **8.** Rédea, Obter, **9.** Termo, Losango.

Detalhe de peças e tabuleiro no Clube de Xadrez São Paulo, que fica na região central da cidade Eduardo Knapp/Folhapress

Conheça lugares em SP onde se pode jogar xadrez de cara com o adversário

Com o relaxamento das restrições da Covid, clubes, bibliotecas, parques e bares dão gás ao esporte

Matheus Ferreira

SÃO PAULO O jogo de xadrez, com olho no olho, está de volta. Após a pandemia trocar os encontros presenciais por desafios online, jogadores podem aproveitar o relaxamento das restrições para voltar aos tabuleiros em torneios ou jogos por lazer.

Segundo Mauro Amaral, dono da escola Xadrez Total, no bairro paulistano da Vila Mariana, a procura por torneios presenciais tem aumentado desde 2022. "O online é uma alternativa para quem mora longe ou em cidades com poucos jogadores", diz. "Mas xadrez envolve participar de torneio, administrar peças e relógio, jogar de frente com o adversário".

De acordo com Sergio Melo, presidente da Galeria de Xadrez Borba Gato, em Santo Amaro, a modalidade online popularizou o esporte. No período de migração para tabuleiros virtuais, cresceu o número de enxadristas.

No final do ano passado, por exemplo, a mais famosa plataforma do gênero, a Chess.com, atingiu 100 milhões de membros. Nesses jogos, o formato de blitz —quando cada jogador dispõe de três minutos para toda a partida— tem preferência, segundo Melo.

O presencial tem características próprias. "Os jogos podem ter maior duração, com o ritmo clássico de 90 minutos para cada jogador, sem possibilidade de trapaça por software que calcula jogadas", diz.

"O jogo cara a cara, com a adrenalina própria da competição, é uma experiência indispensável para o aprendizado e evolução no esporte", afirma. "São elementos únicos".

Veja a seguir, um roteiro com locais para jogar xadrez mirando o olho do adversário.

Clube de Xadrez São Paulo
Fundado em 1902, é o espaço mais antigo da cidade dedicado ao esporte. Ele tem 48 mesas com tabuleiro que podem ser usadas de forma gratuita. Às sextas-feiras e aos sábados, quando acontecem torneios tradicionais, o local fica mais movimentado. Membros do clube pagam mensalidade de R$ 50, que inclui gratuidade nos torneios. Já visitantes pagam R$ 30 para participar.
Rua Araújo, 154, 3º andar, República, centro. Seg. a dom., das 14h às 22h. Instagram @clubedexadrezsp

Galeria de Xadrez Borba Gato
O espaço abriga 15 mesas espalhadas entre um mezanino e uma sala. No auge, o clube já recebeu torneios com cem participantes. A galeria abre apenas aos sábados, quando organiza torneios internos ou abertos ao público, que chegam a até 30 jogadores. Qualquer um pode jogar ao pagar uma taxa de R$ 10.
Av. Adolfo Pinheiro, 384, sala 31, Santo Amaro, zona sul. Sáb., das 14h30 às 19h

Minhocão
O retorno da Operação Minhocão, que transforma o elevado em parque ao ar livre, a partir deste sábado (25), terá tabuleiros gigantes de xadrez para uso livre no fim de semana. Serão quatro espalhados pelo percurso, cada um com três metros de comprimento. Enquanto as peças estiverem instaladas, monitores vão auxiliar quem quiser aprender.
Elevado João Goulart, região central. Seg. a sex., a partir das 20h; sáb., dom. e feriados, das 7h às 21h45.

Biblioteca de São Paulo
Inaugurado em 2010, no antigo terreno do Carandiru, o local permite que tabuleiros e peças sejam usados para jogar em qualquer mesa. Os visitantes dispõem de um espaço de mais de 4.000 metros para praticar, de forma gratuita. Gerida pela SP Leituras, a biblioteca tem um programa para ensino de xadrez de forma virtual. Os horários dos treinos são anunciados nas redes sociais.
Av. Cruzeiro do Sul, 2.630, Santana, zona norte. Ter. a dom., das 9h30 às 18h30. Instagram @bspbiblioteca

Biblioteca Parque Villa-Lobos
Aberta em 2015, oferece quatro tabuleiros de forma gratuita —um deles é voltado a pessoas com deficiência visual. Há mesas e bancos específicos para o jogo. A biblioteca, que pertence ao Governo do Estado de São Paulo, oferece oficinas virtuais grátis para iniciantes, com link disponível nas redes sociais do espaço.
Av. Queiroz Filho, 1.205, Alto de Pinheiros, zona oeste. Ter. a dom., das 9h30 às 18h30. Instagram @bvlbiblioteca

Ludus Luderia
O bar oferece vários jogos de tabuleiros para os visitantes, entre eles o xadrez. São quatro mesas do esporte disponíveis toda semana. A Ludus Luderia ainda organiza campeonatos a depender da demanda dos clientes, aumentando o número de tabuleiros. Para entrar, os jogadores precisam pagar um valor que varia de acordo com o dia da semana, entre R$ 28 e R$ 38. O bar recomenda sempre reservar para garantir um lugar, o que pode ser feito pelo site.
R. Treze de Maio, 972, Bela Vista, região central. Seg., ter., sex., sáb, das 18h à 1h; qua. e qui., das 18h às 0h; dom., das 16h às 23h. Instagram @ludusluderia

CEU Tiquatira
Em 2022, a Secretaria Municipal de Educação criou 25 clubes de xadrez nos CEUs espalhados pela capital paulista. Cada um tem um cronograma próprio, mas todos eles são abertos à comunidade mediante a realização de uma inscrição. Os clubes são atividade organizadas por tutores do esporte. No CEU Tiquatira, as atividades iniciam após o Carnaval —os horários ainda não foram divulgados.
Av. Condessa Elizabeth de Robiano, 5280, Vila Moreira, zona leste. Tel. (11) 2075-7500

ESTREIAS E REESTREIAS NOS TEATROS

A Igreja do Diabo
Mistura de comédia e musical, a peça é inspirada no conto de mesmo nome de Machado de Assis. Na trama, a Diaba está cansada da desorganização dos humanos e resolve fundar a sua própria igreja, só que voltada para o mal.
Direção: Guilherme Gila. Com: Edyelle Brandão, Rupa Figueira e Jorge William. Teatro do Núcleo Experimental - r. Barra Funda, 637, Barra Funda, região oeste, tel. (11) 3259-0898. 14 anos. Seg. e ter., às 20h30. Até 7/3. R$ 70, em sympla.com.br

Namíbia, Não!
A peça que marcou a estreia de Lázaro Ramos na direção de espetáculos adultos ganha nova temporada. Nela, uma medida provisória obriga brasileiros com características que indiquem ascendência africana a voltar para os países de origem. Deu origem ao filme "Medida Provisória".
Direção: Lázaro Ramos. Com: Aldri Anunciação e Jhonny Salaberg. Sesc Bom Retiro - al. Nothmann, 185, Campos Elíseos, região central, tel. (11) 3332-3600. 12 anos. Sex. e sáb., às 20h, dom., às 18h. Até 5/3. De R$ 15 a R$ 50, em sescsp.org.br

3x1 Tebas
Os núcleos Educatho e Sem Querer de Tentativas Teatrais se unem na produção do espetáculo, inspirado na trilogia tebana do dramaturgo Sófocles. A encenação busca atrair o público jovem atualizando as histórias clássicas com situações contemporâneas.
Direção: Juliano Barone. Com: Juliane Arguello, Marcus Verissimo e Pedro Casali. Oficina Cultural Oswald de Andrade – r. Três Rios, 363, Bom Retiro, região central, tel. (11) 3221-5558. 12 anos. Qua. a sáb., às 15h. De 1º/3 a 1º/4. Grátis, distribuídos com 1h de antecedência

Três Porquinhos, o Musical
A montagem do tradicional conto infantil chega aos palcos do Teatro Bibi Ferreira na neste sábado (25). A trama conta a história de três filhotes de porcos que decidem morar cada um em uma casa, mas topam com o perigo do lobo que vive na floresta.
Direção: Luiggi Francesco. Com: Izildo Galindo, Mário Has e Agatha Belucce. Teatro Bibi Ferreira - av. Brigadeiro Luiz Antônio, 931, Bela Vista, região central, tel. (11) 3105-3129. Livre. Sáb., às 16h15, e dom., às 15h. Até 30/4. R$ 60, em sympla.com.br

Tempo, Cada Um Tem o Seu
Jorge é uma tartaruga cansada do seu ritmo lento e que sonha ter a agilidade dos animais da Florestolândia. Um dia ele desenvolve uma máquina capaz de fazê-lo acelerar mas, com isso, cria problemas para cidade, fazendo o público refletir sobre o tempo e o respeito pelas diferenças.
Direção: Raca Magalhães. Com: Raca Magalhães, Sol Carlota e Carmen Bordalho Samico. Teatro J. Safra - r. Josef Kryss, 318, Barra Funda, região oeste, tel. (11) 3611- 3042. Livre. Sessão única: dom. (26), às 11h30. R$ 10, em eventim.com.br

Um Dia, Um Rio
O livro escrito por Leo Cunha é a base para o espetáculo, que aborda o desastre ambiental na bacia do rio Doce. Os atores em cena representam a história do rio, que precisa lidar com a invasão da lama enquanto tenta preservar as formas de vida do entorno.
Direção: Fabiano Lodi. Com: Carol Faria, Fernando Vicente e Gabriel Bodstein. Sesc Ipiranga - r. Bom Pastor, 822, Ipiranga, região sul, tel. (11) 3340-2000. Livre. Dom., às 11h. Até 2/4. De R$ 7,50 a R$ 25, em sescsp.org.br

Cookies ganham espaço entre os doces; veja onde provar em SP

Nos últimos anos, lojas dedicadas ao quitute popular nos Estados Unidos se multiplicaram na capital paulista

Nathalia Durval

SÃO PAULO Nem biscoito nem bolacha. O cookie está mais para um bolo, devido aos ingredientes que leva na receita e ao seu modo de preparo. Manteiga, açúcar, ovo, farinha de trigo e fermento são a base para criar a massa, levada ao forno para ser assada.

Estudos sobre a origem da sobremesa remontam à Idade Média e ajudam a reforçar essa ideia. O cookie, uma pequena porção de massa em formato redondo, teria surgido como uma maneira de testar a temperatura do forno antes de assar um bolo.

Séculos depois, a receita foi aprimorada, ganhou gotas de chocolate e se popularizou nos Estados Unidos a partir dos anos 1930. Por lá, os cookies seriam o equivalente ao que o brigadeiro é no Brasil.

Por aqui, o doce começa a ganhar terreno, num movimento que se intensificou com a abertura de novos lugares dedicados ao quitute e com a expansão de redes especializadas nos últimos anos.

É o caso da Ooey Cookie, que ganhou um endereço físico em dezembro do ano passado na Santa Cecília, região central da cidade. O proprietário, Thiago Jun, o Vecks, produzia o doce desde 2016 sob encomenda, com vendas anunciadas pela internet. Os pedidos cresceram tanto que ele decidiu abrir a própria loja.

Em janeiro deste ano, a curitibana Cookie Stories desembarcou em Pinheiros. Já a brasiliense American Cookies inaugurou seis unidades na Grande São Paulo desde outubro de 2021. Ao todo, a rede conta com 51 lojas no país, incluindo as franquias.

Em comum, esses negócios geralmente começaram com uma mesma história: os fundadores são pessoas apaixonadas por cookies que não estavam satisfeitas com os doces que provaram. E, após testes em busca da receita ideal, abriram a própria marca.

Isso resulta em um leque de variedades do quitute, dos mais fininhos aos mais altos, dos crocantes aos recheados. Conheça dez opções para provar em São Paulo a seguir.

*

American Cookies
Fundada em Brasília pelo casal Francielle Faria e Rafael Macedo, a rede conta com 25 sabores no menu, entre os fixos e os sazonais. Um dos carros-chefes é o cookie red velvet com leite Ninho (R$ 14 cada), feito com massa de cacau, pedaços de chocolate branco e recheio de brigadeiro de leite Ninho. Uma versão salgada do quitute é recheada com presunto e muçarela, por R$ 10.
R. Dr. Luiz Migliano, 870, Morumbi, região oeste, tel. (11) 97775-8786. Delivery via iFood

Beik Confeitaria
Os cookies são a especialidade da confeitaria comandada por duas irmãs. Os tradicionais custam R$ 6 (30 g) e podem ser de gotas de chocolate, nozes com flor de sal, red velvet, triplo chocolate e Nutella. O doce também serve de base para tortas e bolos.
R. dos Pinheiros, 248, Pinheiros, região oeste, WhatsApp (11) 96629-8143. Delivery via iFod e Rappi

Broo's Cookies
Aqui, a aposta são os cookies recheados, como o que leva brigadeiro na massa tradicional com gotas de chocolate —custa R$ 9,50 (60 g). O Kinder tem recheio de brigadeiro na massa de chocolate triplo (R$ 16; 92 g)
R. Harmonia, 366, Vila Madalena, região oeste, WhatsApp (11) 98379-1844. Delivery via iFood e Rappi

A Caixa de Cookie
Vende os quitutes sob encomenda. As fornadas saem às quartas e sextas. Grandes, os cookies têm 110 gramas. O de gotas de chocolate ao leite é imperdível e custa R$ 14. A dica é acompanhar o menu sazonal. Um dos sabores em cartaz é o crocante (R$ 14), com amendoim caramelado.
Pedidos pelo email acaixadecookie@gmail.com ou pelo Instagram @acaixadecookie

Cookie Stories
A rede curitibana oferece o doce em sabores como limão, chocolate triplo, red velvet e os recheados com doce de leite e Nutella. Os preços variam de R$ 8,90 a R$ 12,90. Outro queridinho do menu é o "cookie shot", café expresso servido num copinho feito com massa de cookie (R$ 17,90).
R. dos Pinheiros, 570, Pinheiros, região oeste, Instagram @cookie_stories

Double Cookies
O destaque são os sanduíches de cookies: dois pedaços do doce com recheio entre eles. Um deles leva duas bolachas de baunilha com recheio de doce de leite (R$ 18,90).
R. Augusta, 2.149, Jardim Paulista, região oeste, WhatsApp (11) 98145-4143. Delivery via iFood e Rappi

Mr. Cheney
A franquia foi uma das primeiras especializadas em cookies a surgir no país, em 2005. Aposta em quitutes mais fininhos, que pesam em média 80 g. Uma das sugestões é o triplo chocolate (R$ 13): massa de cacau com pedaços de chocolate meio amargo e branco.
R. Padre Antônio D' Angelo, 142, Casa Verde, região norte, tel. (11) 3961-3293. Endereços em mrcheney.com.br

Kamzu Cookie Shop
Entre os sabores disponíveis estão o clássico de gotas de chocolate ao leite, macadâmia, cranberry, laranja e pistache. Cada um custa R$ 9,90. Já as versões sem glúten e veganas custam R$ 10,35.
Al. Lorena, 684, Jardim Paulista, região oeste, @kamzu.cookieshop. Delivery via iFood

Ooey Cookie
É possível escolher entre os dez sabores disponíveis. Os cookies pesam 90 g cada e custam de R$ 13 a R$ 19. Entre eles, estão o de goiabada, o de pistache e o de matchá. Para acompanhar, há cafés e chás.
R. Aureliano Coutinho, 278, Santa Cecília, região central, @ooeycookie. Delivery via AppJusto Vou de Nekô

Rusticookies
Desde 2016, vende sob encomenda cookies inspirados nos quitutes de Nova York. As fornadas saem às terças e sextas, e há oito opções, com preços de até R$ 15 (125 g). O mais pedido é o cookie de massa de baunilha com gotas de chocolate e recheio de Nutella (R$ 15).
Pedidos em rusticookies@gmail.com ou WhatsApp (11) 94542-4664

Doces recheados da Broo's Cookies, na Vila Madalena Fotos Divulgação

Sorvete da Holy Cow, que ganhou unidade no Shopping Cidade São Paulo, na avenida Paulista

Avenida Paulista tem nova leva de restaurantes, chocolaterias e cafés da moda

SÃO PAULO Nos últimos meses, uma nova leva de restaurantes, cafés e sorveterias abriu as portas na avenida Paulista, a mais conhecida via de São Paulo. Conheça dez novidades gastronômicas dali. **ND**

*

Arabek
O restaurante árabe prepara comidas com pegada casual. Caso dos bowls, como o cafta na brasa (R$ 45), que leva, além do espeto, arroz com lentilha, tabule, salada fatuche, batata frita e coalhada seca.
Av. Paulista, 1.021, Bela Vista, região central, @arabekrestaurante

A Casa de Antonia
O restaurante abriu as portas no Conjunto Nacional em dezembro de 2022. Oferece cardápio de café da manhã, almoço, jantar e happy hour.
Conjunto Nacional - av. Paulista, 2.073, @acasadeantonia

Go Coffee
A rede de cafeterias vende bebidas quentes e frias, além de doces e salgados para levar ou comer no pequeno salão no local. O expresso duplo sai por R$ 7, e o americano, R$ 8,50.
Av. Paulista, 2.239, @gocoffeebrasil

Holy Cow
A sorveteria artesanal foi aberta no início deste mês. Prepara sabores como o holy cream, feito só com leite e creme de leite, e o maple, extraído da seiva da árvore do bordo. Um copo pequeno custa R$ 12.
Shopping Cidade São Paulo - av. Paulista, 1.200, piso 3, @holycowoficial

Johnny Joy
A rede é dedicada aos milk-shakes, vendidos em dois tamanhos: 300 ml, por R$ 17, e de 500 ml, por R$ 20. Escolhe-se entre 26 sabores, como o de brigadeiro de leite Ninho com Nutella e sorvete de baunilha.
Shopping Cidade São Paulo - av. Paulista, 1.200, piso 3, @johnnyjoy.br

Lugano
A famosa chocolateria de Gramado (RS) desembarcou em São Paulo em abril de 2022. É possível comer no local ou levar para casa bombons e barras de chocolates artesanais, com preços a partir de R$ 3,90.
Av. Paulista, 2.023, @chocolatelugano.avpaulista

Mundo Pão do Olivier
Depois de fechar na pandemia, a padaria do chef francês Olivier Anquier reabriu em um quiosque no Conjunto Nacional. O destaque é o pão P72 (R$ 9,50), que passa por 72 horas de fermentação.
Conjunto Nacional - av. Paulista, 2.073, @mundopaodoolivier

Mug.sp
A cafeteria fica escondida dentro de um prédio comercial e tem extenso menu de café da manhã, brunch, pratos-executivos, lanches e drinques.
Edifício Torre João Salem - Av. Paulista, 1.079

Ráscal
Desde agosto do ano passado, o restaurante famoso pelo seu bufê de massas e saladas ocupa o espaço do anterior Fattoria Ráscal, marca da mesma rede que foi encerrada.
Conjunto Nacional - av. Paulista, 2.073, @rascalrestaurante

We Coffee
A cafeteria badalada, que faz sucesso nas redes sociais, abriu sua quarta unidade paulistana, na avenida Paulista, em janeiro deste ano, dentro de um prédio comercial. Ali, os clientes fazem os seus próprios pedidos e pagam no sistema de atendimento automático. No cardápio estão cafés, bebidas geladas, sanduíches e doces.
Edifício Citi Center - Av. Paulista, 1.111

Receita sinaliza volta em março de tributos federais de gasolina e etanol

Medida assinada por Lula prevê retorno das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis no dia 1º

Idiana Tomazelli e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO A reoneração de tributos federais sobre a gasolina e o etanol está prevista para o início de março, como estipula a MP (medida provisória) editada no início do ano, afirmou nesta quinta-feira (23) o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

"De fato a MP previu que a alíquota de desoneração seria vigente até o final deste mês. A reoneração está prevista conforme a norma que está vigendo", afirmou em entrevista a jornalistas.

Com a volta dos impostos, o preço da gasolina será acrescido de R$ 0,68 por litro, segundo cálculos do setor. No caso do etanol hidratado, o aumento ficará em R$ 0,24 por litro. Os números finais, porém, dependerão de estratégias de repasse das empresas.

Em 1º de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou uma MP para prorrogar a desoneração completa de PIS e Cofins sobre os combustíveis. A medida foi adotada inicialmente por seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL), em 2022, na tentativa de conter a escalada de preços nas bombas em pleno ano eleitoral.

A manutenção das alíquotas zeradas enfrentou resistências da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que queria recuperar uma parcela maior da arrecadação, em contraponto à ala política do governo, que pressionou pela extensão do benefício tributário de olho num impacto mais prolongado sobre o bolso dos consumidores.

Para reduzir o impacto fiscal, o novo governo prorrogou a desoneração sobre a gasolina e o etanol apenas até 28 de fevereiro deste ano. Os demais combustíveis (diesel, biodiesel e gás de cozinha) tiveram o benefício prolongado até 31 de dezembro.

Nesse cenário, a partir de 1º de março, as alíquotas de PIS e Cofins sobre gasolina e etanol devem voltar aos patamares anteriores à medida de Bolsonaro. Elas eram de R$ 0,792 por litro no caso da gasolina A (sem mistura de etanol) e de R$ 0,242 sobre o etanol.

Hoje, a gasolina é vendida no país ao preço médio de R$ 5,07 por litro. Caso o repasse dos impostos federais seja integral, o preço do litro médio passará a R$ 5,75, patamar observado pela última vez em julho de 2021. O etanol subiria de R$ 3,80 para R$ 4,04.

Entidades ligadas ao setor de combustíveis vêm defendendo uma menor carga tributária sobre os produtos. A indústria de cana-de-açúcar, por outro lado, diz que o subsídio à gasolina eliminou a competitividade do etanol e já impacta as finanças das usinas.

O setor, porém, vê a possibilidade de que a alta dos impostos seja compensada com uma redução do preço da gasolina nas refinarias. Nesta quinta-feira, por exemplo, a Petrobras vendia o produto a um preço de R$ 0,23, em média, mais alto do que a paridade de importação.

De fato a MP previu que a alíquota de desoneração seria vigente até o final deste mês. A reoneração está prevista conforme a norma que está vigendo

Claudemir Malaquias
chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal

O fim da desoneração sobre gasolina e etanol ameniza o impacto sobre as contas públicas, recuperando a arrecadação do governo em R$ 28,9 bilhões neste ano, segundo cálculos divulgados por Haddad em anúncio de pacote para mitigar o rombo nas contas em 2023.

Só no mês de janeiro, a concessão do benefício para todos os combustíveis drenou R$ 3,75 bilhões dos cofres federais, segundo dados da Receita.

Há, porém, uma preocupação na ala política do governo com o impacto da retomada dos tributos sobre os preços aos consumidores. O temor é que a medida impulsione novamente a inflação, que acumula alta de 5,77% em 12 meses até janeiro.

Na divulgação dos dados, o ministro não descartava a possibilidade de Lula prorrogar a medida, reduzindo o potencial de receitas, mas mantendo o alívio para o bolso dos consumidores.

"Isso não impede o presidente de reavaliar esses prazos, a depender da avaliação política que ele fizer, o que impõe continuar num rumo de pacificar esse país, e em relação também a essas conversas que vamos manter com a autoridade monetária [Banco Central]", disse Haddad.

Fontes do governo ouvidas pela **Folha**, no entanto, afirmam que a equipe econômica não pretende estender a desoneração para além dos 60 dias previstos.

Na entrevista, Malaquias afirmou ainda que há uma questão jurídica sobre a necessidade ou não de noventena, dado que a reoneração significa, na prática, um aumento de tributação.

A noventena consiste em um período de 90 dias até que a elevação da alíquota tenha validade, para evitar que mudanças na legislação tributária peguem os contribuintes de surpresa. O técnico da Receita, porém, disse não ter a resposta para essa dúvida.

"Isso foge ao nosso conhecimento", afirmou.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, o entendimento jurídico do governo é que a desoneração foi concedida por prazo certo (60 dias), ou seja, não há surpresa para o contribuinte. Dessa forma, a anterioridade não seria necessária, e as alíquotas de PIS/Cofins poderiam subir em 1º de março, conforme o previsto.

Abastecimento em posto em Brasília; com reoneração, expectativa é que gasolina suba R$ 0,68 por litro, e etanol hidratado, R$ 0,24 Adriano Machado - 7.mar.22/Reuters

Arrecadação de janeiro é recorde, mas fisco vê cenário incerto

BRASÍLIA | REUTERS A arrecadação do governo federal teve alta real de 1,14% em janeiro sobre igual mês do ano passado, atingindo nível recorde para o mês, divulgou nesta quinta-feira (23) a Receita Federal, apesar de apontar um cenário de incerteza em relação ao desempenho dos ganhos tributários para 2023. O recorde é em termos absolutos, sem descontar a inflação.

O resultado do mês passado, de R$ 251,745 bilhões, ficou acima da expectativa em pesquisa da Reuters de um total de R$ 243,012 bilhões, e marcou o melhor desempenho arrecadatório para meses de janeiro desde 1995.

As receitas administradas pela Receita Federal tiveram acréscimo real de 2,16%, com valor arrecadado de R$ 234,932 bilhões em janeiro, informou o órgão.

Segundo a Receita, o principal fator a contribuir para a arrecadação foi o comportamento de indicadores econômicos que estão em trajetória de alta. Houve, por exemplo, aumento de 6% nas vendas de serviços, 2,2% no valor em dólar das importações e 1,8% no valor das notas fiscais eletrônicas.

No mês passado, houve ganho expressivo de Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de capital, uma alta real de 58% na comparação com janeiro de 2022, em meio ao melhor desempenho de investimentos em títulos e fundos de renda fixa por causa da alta da taxa básica de juros no país.

Também foram registradas melhoras em receitas previdenciárias e Imposto de Renda de rendimentos do trabalho e residentes no exterior.

Por outro lado, o aumento da arrecadação não foi ainda mais forte devido a um montante menor nos pagamentos atípicos de IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), bem como pelo maior volume de desonerações vigentes neste ano.

Caso não fossem considerados esses fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 8,99% na arrecadação do mês de janeiro, afirmou a Receita.

O cenário global ainda contém certa incerteza em relação a diversos fatores, vários países desenvolvidos estão experimentando um ciclo inflacionário

Claudemir Malaquias
chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita

No mês passado, as receitas administradas por outros órgãos, sensibilizadas pelos ganhos com royalties, também contribuíram negativamente para o resultado. Houve queda real de 11,2% nessa fatia da arrecadação, a R$ 16,813 bilhões.

Em entrevista à imprensa nesta quinta-feira, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, afirmou que as projeções para a arrecadação do governo federal em 2023 dependerão do comportamento das commodities.

O técnico do fisco explicou que os recordes sucessivos observados nas receitas tributárias desde 2021 foram sustentados pelo bom desempenho das commodities, mas destacou que o futuro é incerto por causa do ambiente internacional.

"O cenário global ainda contém certa incerteza em relação a diversos fatores, vários países desenvolvidos estão experimentando um ciclo inflacionário, para combater esse ciclo estão trabalhando com política de juros, uma austeridade de juros que pode levar a uma contração da atividade econômica", disse.

"Até que ponto a gente tem condição de saber isso, ainda é muito cedo para dizer o que vai acontecer ao longo de 2023", acrescentou.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Prazo de validade

Natura e Avon decidiram prorrogar o prazo de cobrança dos pagamentos de revendedoras que estiverem em situação de vulnerabilidade na região atingida pelas chuvas do fim de semana. Segundo as marcas, a prorrogação ainda está com tempo indeterminado. Medida semelhante já havia sido adotada pelo grupo Natura&Co na crise da pandemia, em maior escala, quando as marcas também estenderam os prazos dos boletos das consultoras Natura e representantes Avon.

TEMPESTADE A Caixa Econômica anunciou nesta quinta (23) um conjunto de medidas para ajudar os atingidos pelas chuvas no litoral de São Paulo com liberação antecipada do Auxílio Brasil, linhas de crédito e condições especiais para pagamento de contratos habitacionais. O banco também decidiu pausar as prestações e carência de seis meses em empréstimos aos hospitais conveniados do SUS na região.

EMPRÉSTIMO Nas cidades de Bertioga, Caraguatatuba, Guarujá, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, as agências do banco abrirão às 9h a partir desta sexta (24). Segundo o banco, nas linhas de crédito para pessoa física, os clientes terão aumento de prazo, revisão de taxas e possibilidade de carência no crédito consignado.

CONTA CORRENTE Também será oferecida isenção de cobrança de cesta de serviços por três meses e o CDC (Crédito Direto Caixa) com carência até 60 dias e até 60 meses para amortização. Pessoas jurídicas terão carência até um ano nas linhas de capital de giro e pausa de até três meses para pagar contratos. Apesar da antecipação do Auxílio Brasil, o dinheiro será liberado somente em 20 de março.

CONFETE No mês do Carnaval, o deputado Kim Kataguiri (União-SP) protocolou na Câmara um projeto para dar à vizinhança das ruas e vilas bloqueadas por festas populares o poder de decidir sobre a realização dos eventos. Conforme o texto do parlamentar, seria necessário que pelo menos 60% dos moradores autorizem ou não. E a consulta precisaria ser feita com até um mês de antecedência.

SOM NA CAIXA O projeto também estabelece que as prefeituras terão poder de veto nos casos em que os moradores autorizarem as comemorações. "Apesar de tais festas terem valor cultural, há um enorme incômodo causado para os moradores e comerciantes", diz Kataguiri no texto.

PROTESTO Os únicos eventos que não precisariam da autorização dos moradores seriam os políticos, para preservar o direito à manifestação, previsto na Constituição Federal.

CARNÊ O índice de confiança do consumidor monitorado pela ACSP (Associação Comercial de São Paulo) registrou queda em torno de 2% em fevereiro ante janeiro. Apesar do recuo mensal, o resultado permanece no campo otimista (acima de 100). Ainda de acordo com a entidade, os entrevistados relataram menor interesse em adquirir imóveis e bens duráveis como carro, fogão e geladeira.

HORIZONTE Para o economista da ACSP, Ulisses Gamboa, ainda não se trata de uma reversão na tendência de alta na confiança desde maio de 2021. Mas o levantamento aponta pessimismo na percepção sobre a situação financeira atual e a segurança no emprego. "Esse desempenho será positivamente afetado por uma regra fiscal com credibilidade para redução das expectativas de inflação", diz em nota.

BOLETO Na comparação com fevereiro do ano passado, quando o país enfrentava os efeitos da ômicron, o monitoramento aponta um crescimento de 19% na confiança do consumidor.

LUPA As buscas por "salário mínimo" no Google tiveram recorde em janeiro, segundo a big tech, que registrou o maior número de pesquisas pelo assunto desde 2004. O tema se aqueceu em meio às discussões no governo sobre o patamar do mínimo. Na semana passada, Lula decidiu conceder um reajuste adicional no ano. Fevereiro manteve o pico e já é o segundo mês com mais buscas pelo termo nos últimos 19 anos, diz o Google.

BOLSO O mercado de seguros para pessoas de baixa renda e microempreendedores atingiu recorde em 2022, segundo a CNSeg (confederação do setor). Pela primeira vez, a arrecadação anual da modalidade, chamada de microsseguro, superou a casa de R$ 1 bilhão.

TAMANHO As principais coberturas abrangem reembolso para despesas de funeral e indenização para período de internação hospitalar, diz a entidade. Segundo a CNSeg, os microsseguros fecharam o ano passado com receita de R$ 1,05 bilhão, salto de quase 80% na comparação com 2021.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Bolsa Família deve ter extra de até R$ 50 por jovem entre 7 e 18 anos

Valor se somaria aos R$ 150 por criança de 0 a 6 anos; nova versão deverá prever critérios mais rígidos para famílias unipessoais

Thiago Resende

BRASÍLIA O novo formato do Bolsa Família deve prever um valor adicional para famílias com crianças e jovens entre 7 e 18 anos. Esse benefício extra poderá variar de R$ 20 a R$ 50 por membro familiar nessa faixa etária.

O desenho do novo programa, que ainda ainda está em estudo pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, deve ser concluído na próxima semana.

O valor adicional por crianças e jovens entre 7 e 18 anos, portanto, poderá ser incorporado ao mínimo de R$ 600 por família e também se somar ao benefício extra de R$ 150 por criança de 0 a 6 anos, que é uma das promessas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Técnicos que trabalham nos estudos e ouvidos pela **Folha** dizem ainda que a nova versão deverá prever critérios mais rígidos para famílias unipessoais —compostas por um único integrante.

Ainda na transição de governo, um dos problemas encontrados pela equipe de Lula foi a explosão de cadastros de famílias solo após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ter instituído um valor mínimo a ser pago independente do tamanho da família.

Muitas dessas famílias foram motivadas a se dividir para receber um valor maior.

No Bolsa Família, o valor transferido dependia do número de filhos e faixa de renda de cada pessoa.

Uma das principais críticas de especialistas ao programa criado pelo governo Bolsonaro é a forma de cálculo do benefício às famílias pobres. O argumento é que, entre os 21,8 milhões de famílias que estão no programa, há quem precise de mais dinheiro do que outras.

Por isso, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social quer ampliar o valor do benefício para famílias com mais membros.

Além de manter o piso de R$ 600 por família, a ideia é criar, ao menos, dois adicionais.

Assim, no caso de uma família for composta por uma criança de 0 a 6 anos e por dois adolescentes de até 18 anos, a renda mensal pelo programa poderá chegar a R$ 850 —soma dos R$ 600, mais o extra de R$ 150, mais dois complementos de até R$ 50 (esse último valor, porém, ainda não foi definido).

Para abrir espaço no orçamento do novo Bolsa Família, o governo intensificou a análise de cadastros que podem ser fraudulentos.

Segundo o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social), a previsão é que 2,5 milhões de benefícios possam ser cortados.

Na semana passada, a pasta habilitou a possibilidade de excluir registros de famílias com uma pessoa só no aplicativo do Cadastro Único. O objetivo seria estimular a saída voluntária de quem estiver em situação irregular para receber um segundo pagamento do Auxílio Brasil.

O lançamento do novo programa social é uma das prioridades de Lula, que quer acabar com o Auxílio Brasil e retomar o nome Bolsa Família.

Outro ponto em estudo pelo governo é a criação de um critério para dar prioridade para a entrada de famílias mais numerosas no programa. A ideia é ter uma análise mais criteriosa para as famílias solo.

Mas, para não prejudicar quem realmente precisa, o governo avalia um modelo de pontuação para as famílias unipessoais. O objetivo é verificar, por exemplo, se a pessoa não tinha família antes ou ficou sozinha após falecimento de algum familiar.

A maior suspeita de fraude é quando a família se separa para conseguir dois benefícios do programa social. O endereço da pessoa que se cadastrar para o programa também poderá ser cruzado com o de parentes.

Hoje, o Auxílio Brasil transfere um benefício mensal para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O valor mínimo é R$ 600.

Para entrar no Auxílio Brasil, o Cadastro Único considera em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R$ 105 por membro da família. Rendimentos entre R$ 105,01 e R$ 210 são classificados como situação de pobreza —e também se encaixam no critério.

+ COMO PODE FICAR O NOVO BOLSA FAMÍLIA

R$ 600 valor mínimo por família

R$ 150 por criança de 0 a 6 anos

de R$ 20 a R$ 50 por jovem entre 7 e 18 anos

Caixa deixa de ofertar crédito consignado do Auxílio Brasil de forma definitiva

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A Caixa Econômica Federal decidiu encerrar de forma definitiva a oferta de crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil —programa que voltará a se chamar Bolsa Família. Novas concessões de empréstimo estavam suspensas desde janeiro enquanto a modalidade passava por revisão.

"A Caixa informa que os estudos técnicos sobre o Consignado Auxílio foram concluídos e que o banco decidiu retirar o produto de seu portfólio. A linha de crédito estava suspensa desde o dia 12 de janeiro para revisão", afirmou o banco em nota.

De acordo com a Caixa, não há alterações para os contratos já realizados. "O pagamento das prestações continua sendo realizado de forma automática, por meio do desconto no benefício, diretamente pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome", disse.

No dia 9, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou novas regras com o objetivo de restringir o endividamento das famílias. A principal mudança foi a redução do limite de 40% para 5% sobre a fatia de benefício de programas sociais que pode ser descontada para efetuar o pagamento de prestações de crédito consignado.

Passou também a valer uma taxa de juros inferior à determinada no ano passado, diminuindo de 3,5% para 2,5% ao mês —na Caixa, a taxa de juros ficava abaixo do teto (3,45% ao mês). A medida limitou também o número de parcelas mensais e sucessivas a seis, contra 24 (dois anos) até então.

Desde a implementação, especialistas consideram arriscada a modalidade de empréstimo para beneficiários do Auxílio Brasil. Isso porque a dívida permanece em caso de perda de direito ao benefício social enquanto o empréstimo não tenha sido completamente quitado.

A liberação das contratações do consignado foi usada como trunfo na campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL), que acabou derrotado por Lula nas eleições.

Os empréstimos do consignado do Auxílio Brasil somaram cerca de R$ 5 bilhões em outubro de 2022, de acordo com dados do Banco Central. A Caixa respondeu por R$ 4,3 bilhões liberados entre o início da operação, em 11 de outubro, e o dia 21 do mesmo mês.

O início das concessões foi marcado por reclamações de crédito cancelado, demora na liberação do dinheiro, cobrança de taxa extra e sobrecarga nos sistemas da Caixa.

A modalidade chegou a ser suspensa antes do segundo turno das eleições, após recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União). No início de novembro de 2022, contudo, o ministro do TCU Aroldo Cedraz negou um pedido do Ministério Público para que a Caixa deixasse de fazer novos empréstimos consignados para os beneficiários do auxílio.

No dia 14 de novembro, o banco voltou a liberar a modalidade, mas passou a limitar a oferta de suas linhas de crédito depois de ter atingido os limites orçamentários para o ano de 2022 e mudou a análise de empréstimos do consignado do Auxílio Brasil.

Durante o governo de transição, um comitê formado por funcionários e ex-dirigentes da Caixa alertou Lula sobre o risco de superendividamento de famílias de baixa renda com a concessão de empréstimos consignados para esses beneficiários.

Em janeiro deste ano, ao tomar posse como presidente, Rita Serrano anunciou a suspensão do empréstimo consignado do Auxílio Brasil, que agora será retirado do portfólio do banco.

> **A Caixa informa que os estudos técnicos sobre o Consignado Auxílio foram concluídos e que o banco decidiu retirar o produto de seu portfólio. A linha de crédito estava suspensa desde o dia 12 de janeiro para revisão**
>
> **Caixa** em nota

+ Governo quer reduzir juros do consignado do INSS, diz ministro

Para Carlos Lupi (Previdência Social) o atual patamar dos juros do consignado é "criminoso". O ministro afirmou que o tema será discutido na próxima reunião do CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social), em março. "Cobrar 3,5% da população que ganha em média 60% do valor do salário mínimo eu acho criminoso", disse Lupi a jornalistas no Rio. "Na próxima reunião (do CNPS), com certeza vamos baixar essas taxas de juros." Lupi não informou para quanto poderá ir a taxa de juros, mas frisou que vai trabalhar para diminuir para "o mínimo possível".

Arroba do boi cai 11% após país suspender vendas à China

Acordo que interrompe exportações em casos de vaca louca é falho e desregula o mercado, diz especialista

AGROFOLHA

Mauro Zafalon

SÃO PAULO A suspensão das exportações de carne bovina para a China, a partir desta quinta (23), devido a um caso de vaca louca ocorrido no Pará, derrubou a arroba de boi gordo para R$ 267,85 no estado de São Paulo, uma queda de 11%, segundo acompanhamento do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). É o menor patamar desde novembro de 2021, quando o país também estava com as vendas interrompidas para os asiáticos.

O embargo, anunciado na quarta (22), faz parte de um protocolo sanitário entre os dois países quando há confirmação da doença encefalopatia espongiforme Bovina (EEB) no Brasil. O governo aguarda o resultado da contraprova, no Canadá, que pode determinar se se trata de caso atípico —quando o mal é desenvolvido durante o processo degenerativo do animal e não é transmissível.

Lygia Pimentel, médica-veterinária, economista e sócia da Agrifatto, diz que essas oscilações bruscas nos preços e nas exportações poderiam ser evitadas. Há uma falha no acordo entre Brasil e China.

Não deveria haver essa interrupção automática de exportações. Num rebanho de 200 milhões de cabeças, sempre haverá touros e vacas de cria com idade avançada e sujeitos a essa degeneração genética.

Aconteceu em 2010, em 2014, em 2019, em 2021 e voltou a ocorrer agora. Há uma fragilidade no acordo que deveria ser revista. Ela cita o caso atual. O animal tinha nove anos, não se alimentava de ração, mas a pasto, e não provocou transmissão da doença para os demais da propriedade. Tudo indica que é um caso atípico da doença.

A indefinição maior do setor fica por conta do tempo que a China vai demorar para voltar ao mercado. Em 2019, foram 13 dias. Em 2021, foi do início de setembro a meados de dezembro.

O Brasil tem rapidez em comunicar os casos à China sobre o ocorrido, mas a China não tem prazo para avaliação e retorno das compras, afirma Alcides Torres, analista de mercado da Scot Consultoria.

O cenário do bloqueio de 2021, no entanto, era outro. Os preços estavam elevados e, com demanda forte, a China tinha interesse em esfriar os valores de negociações.

Em setembro de 2021, início do embargo, a tonelada de carne exportada pelo Brasil estava a US$ 5.790. Em dezembro, reinício das compras chinesas, a tonelada havia recuado para US$ 4.824.

A demora para a reabertura das compras chinesas não deverá ser tão longa nesta nova interrupção das exportações, na avaliação do mercado.

Para Pimentel, os preços estão mais acessíveis; há crescimento da China, embora em ritmo menor; houve recorde de importação em 2022; e o apetite chinês continua.

A própria manifestação do embaixador chinês, Zhu Qingqiao, sobre a importância do Brasil para a demanda de carne bovina da China foi interpretada como sinal da necessidade chinesa do produto brasileiro. O embaixador se reuniu com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, nesta quinta.

Para Pimentel, essas interrupções de exportações têm um efeito dramático para o pequeno produtor. Os frigoríficos reduzem as compras, e os preços da arroba caem.

Thiago Bernardino de Carvalho, pesquisador do Cepea, afirma que a interrupção das exportações para a China preocupam. Ele mostra o porquê. De fevereiro de 2022 a janeiro de 2023, os chineses importaram uma média mensal de 107 mil toneladas de carne bovina.

Um número nesse patamar pode indicar problemas para os dois lados. O Brasil teria de buscar outros mercados para reduzir os efeitos dessa interrupção, principalmente porque não dá para apostar muito na demanda interna.

Do lado chinês, o produto brasileiro é importante para cobrir a demanda interna. Outros produtores, como os EUA, têm oferta menor da proteína. Além disso, os preços estão elevados, como os da Austrália.

Sem a carne brasileira, a China teria de conviver com uma inflação mais elevada, principalmente devido à recuperação de preços das outras proteínas.

A melhora da demanda chinesa, com a abertura de mercado e fim das restrições da Covid zero, elevam as vendas internas e ajudam a dinamizar o mercado do país asiático, diz o pesquisador do Cepea.

Já os reflexos da interrupção das exportações para a China no Brasil vão depender de quanto tempo os chineses vão demorar para o retorno. No atacado, poderá haver queda nos preços, como ocorreu em 2021, mas vai depender dos estoques atuais.

No campo, o cenário deste ano é diferente do de 2021, quando os pastos estavam secos e obrigavam a uma venda mais acelerada do gado. Neste ano, o bloqueio ocorre em um período de pastagens em melhores condições e que permitem ao pecuarista segurar mais o gado na fazenda.

Vaca louca pode atingir humanos

O que é

É uma doença crônica degenerativa, também conhecida como **BSE** (sigla em inglês para **Encefalopatia Espongiforme Bovina**), que ataca o sistema nervoso central do gado

As variantes da doença

Em ovinos, a doença chama-se **"scrapie"**

Em bovinos, mal da **vaca louca**

Em humanos, recebe o nome de **vCJD** (variante da Doença de Creutzfeldt-Jakob)

Causas da doença

- O agente causador é uma proteína anormal chamada **príon**
- Ovinos, bovinos e humanos podem adquirir a doença naturalmente, por uma alteração casual de suas proteínas, por determinação genética ou por contaminação

Principais sintomas

Ovinos e bovinos
- Agressividade
- Falta de coordenação

Humanos
- Mioclonia (contração muscular)
- Demência

Como a doença é transmitida

Pode ocorrer pela ingestão de carne de animais contaminados com o príon

Em humanos, a chance de desenvolver a doença por contaminação é de **5%**

O fantasma da crise de crédito

Arrocho dos juros faz efeito há mais de ano, mas faltam dados novos para decretar 'crise'

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O espectro da "crise de crédito" ronda a economia brasileira. O que é uma "crise de crédito"? O rumor é impreciso. Não há números decisivos recentes. Ouvindo bancos maiores, as perspectivas e avaliações são díspares.

O ruído aumentou depois do rolo da Americanas. A seguir, apareceram notícias sobre renegociação de débitos (algum nível de calote) de meia dúzia de empresas grandes. Agora, há estatísticas, privadas, parciais e pouco conclusivas, de aumento da procura de serviços de reestruturação de dívidas.

Mas o que é mesmo uma "crise de crédito"?

Poderia ser, por exemplo, uma parada súbita das concessões de crédito bancário. Isto é, uma redução grande da quantidade de empréstimos novos para empresas de uma hora para outra.

Por qual motivo? Alguns calotes grandes levariam os bancos a rever sua carteira de empréstimos a fim de procurar riscos e a repensar o planejamento de novas concessões.

Os números gerais mais recentes e confiáveis a respeito de crédito são de dezembro de 2022. São os dados do Banco Central que consolidam e detalham todas as informações sobre crédito, taxas de juros e inadimplência.

Pelas estatísticas do Banco Central, há uma espécie de "crise de crédito" desde junho de 2022. Trocando em miúdos, o ritmo de variação trimestral das concessões de crédito para pessoas jurídicas (com ajuste sazonal) passou a cair desde então (a subir menos). No trimestre encerrado em dezembro (em relação a setembro), aconteceu uma ligeira queda. A julgar pela série desses dados, a baixa ainda não foi de impressionar.

A taxa básica de juros (a Selic, na prática definida pelo Banco Central) começou a subir em março de 2021, quando passou de 2% ao ano para 2,75%. A alta foi rápida e violenta, mas até dezembro de 2021, quando foi a 9,25%, estaria em nível que não faria cócegas na inflação (pelo menos segundo modelos convencionais melhores), dadas as expectativas de carestia.

Nos bancos, as taxas de juros começaram a salgar decisivamente a partir de setembro de 2021. A taxa média de financiamento imobiliário "de mercado" ficou na casa dos 7% ao ano de dezembro de 2019 a setembro de 2021, por exemplo. Em dezembro de 2022, estava em 11,75% ao ano, a maior desde novembro de 2017 (embora fosse muito maior do que isso nos anos de crescimento bom do país, pré-Grande Recessão).

A inadimplência média geral, pessoas físicas e jurídicas, também começou a subir em janeiro de 2022, de leve. Mas, no caso de empresas grandes, caiu. Na média das pessoas jurídicas, a taxa de inadimplência aumentava até janeiro passado, mas era menor do que a registrada de 2011 até a epidemia.

Uma conversa com alguns bancos não é conclusiva. Ninguém está otimista, até porque a economia vai desacelerar e todos dizem que o caso da Americanas terá impacto em concessões e juros, bidu. Além do mais, a perspectiva varia, de mais ou menos negativa, ou até neutra, de acordo com o tipo de clientela de cada um.

A Febraban publica uma estimativa mensal do movimento do crédito (a do Banco Central sai no dia 27 de fevereiro). Em janeiro, o total de concessões continuaria a desacelerar. Uma conta baseada nos dados da entidade indica que haveria queda trimestral nas concessões, mas nada de arrepiar (houve baixas maiores em fevereiro e março do ano passado).

O resumo da ópera não é tranquilizador. Além de dados, faltam até indícios recentes, em especial de fevereiro. Além do mais, os efeitos do arrocho monetário são visíveis faz mais de ano. É bom que governo, BC e bancos conversem para evitar acidentes maiores, claro. Mas, por ora, sabemos mesmo de pouca coisa.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Juro, inflação e inadimplência explicam crise em empresas

Pedidos de recuperação judicial e de falência aumentam no início de 2023

Thiago Bethônico

BELO HORIZONTE Os primeiros dias de 2023 têm sido marcados por uma quantidade atípica de empresas buscando ajuda para sair de crises financeiras. Americanas, Oi, Marisa e CVC são apenas algumas das companhias que, em menos de dois meses, precisaram bater à porta da Justiça ou de firmas de assessoria para conseguir renegociar dívidas.

A lista, porém, é grande. Dados da Serasa Experian mostram que, em janeiro, 92 empresas entraram com pedidos de recuperação judicial no Brasil, crescimento de 37% na comparação com o mesmo mês de 2022. As falências também tiveram alta no período. Foram registrados 72 pedidos, número 56% maior que os de janeiro de 2022.

Ainda que cada episódio tenha suas causas específicas, especialistas dizem que fatores conjunturais —como juros altos, inflação e inadimplência— ajudam a entender o boom de crises que o setor privado vem vivendo neste início de 2023.

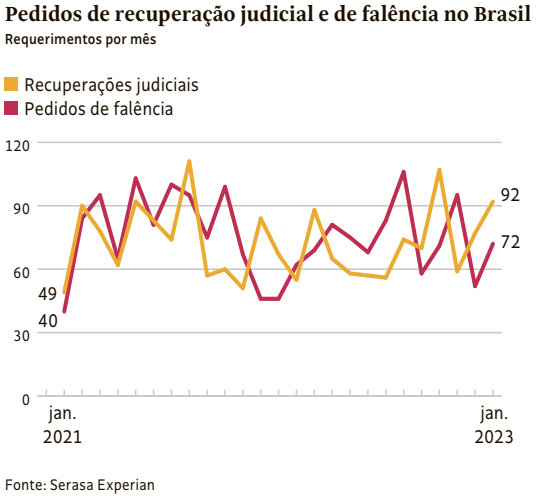
Artur Lopes, sócio da Iwer Capital, empresa de consultoria e gestão, destaca que nenhuma companhia ficou mal financeiramente da virada do ano para cá. A origem dos problemas é antiga, mas estava sendo mascarada por meio de auxílios pontuais, como as linhas de crédito especiais disponibilizadas durante a pandemia.

"Essas linhas de crédito acabaram cobrindo prejuízos operacionais ou maquiando deficiências. As companhias vinham conseguindo rolar isso, porém, seja por questões conjunturais, sejam específicas de cada negócio, essa rolagem se esgotou", diz.

A Iwer Capital é especializada em recuperação de negócios e, segundo Lopes, a demanda tem sido maior nesses últimos meses.

Na maioria dos casos, ele diz, trata-se de empresas que captaram recursos com condições diferenciadas para se proteger durante a crise sanitária, e assim evitar demissões e estimular a economia.

O problema é que o cenário monetário mudou. Em 2020, a taxa básica de juros fechou o ano em 2%. Hoje, a Selic está em 13,75% —e há um ano está na casa dos dois dígitos—, o que torna mais difícil a rolagem de dívidas por parte das empresas, especialmente aquelas que financiam seus consumidores, como as do varejo.

O aumento da taxa de juros responde a outro fator econômico que também impacta os negócios: a inflação. Puxada principalmente por um choque de oferta provocado pela Guerra da Ucrânia, a alta dos preços diminuiu o poder de compra da população, o que se refletiu no caixa das empresas.

Pedidos de recuperação judicial e de falência no Brasil
Requerimentos por mês

Fonte: Serasa Experian

Embora venha como remédio para inflação, a Selic alta acaba por agravar o endividamento. Levantamento da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) mostrou que a dívida das famílias fechou 2022 em nível histórico, atingindo 77,9%.

Tal conjuntura econômica se tornou insustentável para muitas empresas, que agora precisam carregar dívidas caras num período de consumo fraco, taxa de juros elevada e inadimplência recorde.

Lopes destaca que, diante da necessidade de cumprir com pagamentos, muitas empresas estão recorrendo a processos de recuperação judicial ou reestruturação. Segundo ele, esse tem sido mais ou menos o padrão dos casos, com exceção da Americanas.

O episódio da varejista foi deflagrado após a revelação de que a empresa vinha "escondendo" dívidas equivalentes a R$ 20 bilhões em seu balanço. Com os credores correndo para executar os débitos, a Americanas recorreu à Justiça para não falir.

É diferente, por exemplo, do caso da Oi, que recebeu proteção contra credores após declarar ter R$ 29 bilhões em dívidas financeiras. A companhia, que acabou de sair do maior processo de recuperação judicial do Brasil, argumenta que fatores "imprevisíveis e não controláveis" tornaram imprescindível recorrer à medida para garantir sua sobrevivência.

Já a Marisa anunciou no início do mês a contratação da BR Partners para assessorá-la no processo de renegociação de seu endividamento financeiro de quase R$ 600 milhões.

Em teleconferência de resultados no fim de 2022, o então presidente da varejista havia reclamado do custo do funding (captação de recursos de terceiros) e do aumento da inadimplência como fatores para o maior endividamento no período.

A loja de móveis e decoração Tok&Stok também indica ter problemas no caixa. Recentemente, a empresa foi alvo de ação de despejo após o dono de um imóvel dizer que a companhia não pagou o aluguel de um galpão em Extrema (MG).

Wagner Moraes, fundador da A&S Partners, diz que o caso das Americanas —embora se diferencie dos demais em relação às causas da crise— estimulou um aperto do crédito, especialmente para o varejo, que é muito dependente da captação de dinheiro para manter o giro das operações.

A insegurança das instituições financeiras, diz, aumentou o custo do dinheiro, trazendo uma pressão adicional que muitas empresas não esperavam. "Isso justifica esse movimento da Tok&Stok e da Marisa de buscar a renegociação do endividamento bancário."

Na visão dele, o atual "boom de crises" é apenas o começo e deverá atingir outras grandes do varejo. Lopes, da Iwer Capital, concorda.

"Os grandes varejistas estão pressionando os fornecedores, que, uma vez pressionados, vão pressionar seus fornecedores, que vão ter que demitir... Estamos observando uma reação em cadeia, que ainda não atingiu seu ápice."

O especialista em varejo Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail, também aponta o impacto da inflação, dos juros altos e do caso Americanas nessa onda de crises. No entanto, ele ressalta que é preciso tomar cuidado com a ideia de fragilidade estrutural do varejo.

"Não há essa situação de vulnerabilidade sistêmica do varejo brasileiro, de forma alguma", diz.

Serrentino ressalta que o caso Americanas é uma situação específica, que em nada tem a ver com cenário econômico ou conjuntura.

Ele diz que é preciso ter o mesmo cuidado em relação à Marisa, que está em crise desde 2015. "No ciclo de boom de consumo de 2012 e 2013, [a varejista fez] alguns movimentos estratégicos agressivos que geraram consequências", diz.

Entre as escolhas que considera equivocadas, Serrentino destaca a expansão de lojas de maneira desordenada e o distanciamento em relação ao público-alvo que costumava ser formado por mulheres da classe C.

"Quando veio a crise de 2016, a Marisa foi pega numa situação de fragilidade, porque todo esse movimento foi feito com aumento do endividamento", diz.

Leia mais na pág. 8

LOJAS FÍSICAS DE CRIPTOMOEDA FECHAM AS PORTAS NOS EUA
Unidade da Solana Spaces em Miami; lojas abertas para promover blockchain e a moeda sol encerraram as atividades até o fim do mês, em meio à crise no setor Joe Raedle/Getty Images/AFP

Fator Seguradora S.A.
CNPJ 33.061.862/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Senhores acionistas, Apresentamos o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, apurados com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Seguradora opera nos ramos de garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos diversos e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e em riscos de responsabilidades civil.

A Seguradora é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente e conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos ramos.

É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência.

Desempenho operacional

A Seguradora apurou lucro líquido no exercício de 2022 de R$ 22.648 mil (R$ 906 mil em 2021).

A Seguradora durante o ano de 2022 apresentou Prêmios Emitidos Líquidos de R$ 614.119 mil, crescimento de 36,3% em comparação com R$ 450.575 mil no mesmo período de 2021, refletido pelos negócios de Garantia, Patrimoniais e Responsabilidade com crescimentos de 21%, 44% e 21% respectivamente.

O resultado registrado em 2022 foi principalmente sustentado pelo volume de receita com aplicações financeiras decorrentes da alta na taxa Selic e aumento dos volumes de ativos, gerados pelo crescimento da operação.

Em 16 de maio de 2022 a Administração realizou o pagamento de Dividendos no montante de R$20.000. (Em 2021 A Administração decidiu pelo não pagamento de Dividendos) e em 30 de dezembro de 2022 a Administração realizou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R$12.579 (Em 2021 A Administração decidiu pelo não pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

Governança corporativa

A Seguradora está em constante aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica, gestão de riscos e combate a fraudes.

Perspectiva

A Seguradora mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro.

Agradecimentos

A Diretoria agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("FenSeg") e ao Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo ("Sindseg"), pelo apoio recebido.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**1.262.688**	**972.337**
Disponível		**13.940**	**7.900**
Caixa e bancos	6e e 7	13.940	7.900
Aplicações	**6e e 8**	**388.020**	**357.966**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**6e**	**243.811**	**175.853**
Prêmios a receber	10	193.131	145.360
Operações com seguradoras	6b	20.603	5.927
Operações com resseguradoras	6e	30.077	24.567
Outros créditos operacionais	**11 6e**	**673**	**2.561**
Ativos de resseguro	**16d**	**554.069**	**373.073**
Títulos e créditos a receber	**6e**	**11.052**	**21.480**
Títulos e créditos a receber	6e	11	10
Ressarcimentos a receber	6e	–	14.734
Créditos tributários e previdenciários	12	8.204	6.515
Outros créditos	6e	2.837	221
Outros valores e bens		**–**	**4.466**
Despesas antecipadas	**6f**	**342**	**68**
Custos de aquisição diferidos		**50.781**	**28.970**
Seguros	16b	50.781	28.970
Ativo Não Circulante		**134.826**	**128.034**
Realizável a longo prazo		**119.970**	**121.907**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**6e**	**14.202**	**15.763**
Prêmios a receber	10	14.171	15.465
Operações com seguradoras	6b	31	298
Ativos de resseguro	**16d**	**69.809**	**64.632**
Títulos e créditos a receber	**6e**	**8.936**	**13.802**
Títulos e créditos a receber		1.566	1.566
Créditos tributários e previdenciários	12	7.316	12.182
Depósitos judiciais e fiscais	13b	54	55
Outros valores e bens	**14**	**2.846**	**2.284**
Custos de aquisição diferidos		**24.177**	**25.426**
Seguros	16b	24.177	25.426
Investimentos	**6f**	**4.763**	**289**
Participações societárias		297	289
Obras de arte		4.466	–
Imobilizado	**3i**	**10.093**	**5.839**
Bens móveis		8.480	1.394
Outras imobilizações		1.613	4.445
Total do ativo		**1.397.514**	**1.100.371**

PASSIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**1.063.963**	**759.899**
Contas a pagar	**6e**	**21.774**	**16.730**
Obrigações a pagar		9.576	5.110
Impostos e encargos sociais a recolher		8.281	7.816
Encargos trabalhistas		3.856	3.194
Impostos e contribuições		61	610
Débitos das operações com seguros e resseguros	**6e**	**289.561**	**212.788**
Prêmios a restituir		9.466	341
Operações com seguradoras	10.1	24.552	9.122
Operações com resseguradoras	10.2	229.060	185.450
Corretores de seguros e resseguros	10.3	26.247	17.813
Outros débitos operacionais	21a	236	62
Depósitos de terceiros	**6e e 18**	**11.088**	**30.564**
Provisões técnicas - seguros	**16a**	**741.457**	**499.740**
Danos		741.457	499.740
Outros débitos		**83**	**77**
Provisões judiciais	13	83	77
Passivo Não Circulante		**157.888**	**154.878**
Contas a pagar		**5.014**	**1.306**
Obrigações a pagar	6e	5.014	1.306
Débitos das operações com seguros e resseguros	**6e**	**8.876**	**9.646**
Operações com seguradoras	10.1	309	1.563
Operações com resseguradoras	10.2	5.638	5.714
Corretores de seguros e resseguros	10.3	2.929	2.368
Provisões técnicas - seguros	**16a**	**143.619**	**143.871**
Danos		143.619	143.871
Outros débitos		**379**	**54**
Provisões judiciais	13	379	54
Patrimônio Líquido	**20**	**175.663**	**185.594**
Capital social	20a	146.480	146.480
Reservas de lucros	20d	29.183	39.114
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.397.514**	**1.100.371**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros			
			Legal	Estatutária	Total das reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**146.480**	**20.396**	**17.812**	**38.208**	**184.688**
Lucro líquido do exercício de 2021		–	–	906	906	**906**
Reserva legal	15.d	–	45	(45)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**146.480**	**20.441**	**18.673**	**39.114**	**185.594**
Lucro líquido do exercício de 2022		–	–	22.648	22.648	**22.648**
Dividendos de exercícios anteriores, conforme AGE de 16 de maio de 2022, R$20.000 a razão de R$1.66 por ação		–	–	(20.000)	–	**(20.000)**
Reserva legal	15.d	–	1.132	(1.132)	–	**–**
Juros sobre capital próprio	15.c	–	–	(12.579)	–	**(12.579)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**146.480**	**21.573**	**7.610**	**29.183**	**175.663**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	19a	**614.119**	**450.575**
(–) Variações das provisões técnicas de prêmios		(127.102)	(90.569)
(=) Prêmios ganhos	19b	**487.017**	**360.006**
(–) Sinistros ocorridos	19c	(279.016)	(137.919)
(–) Custos de aquisição	19d	(53.825)	(39.583)
(+/–) Outras receitas e (despesas) operacionais	19e	6.575	(17.270)
(–/+) Resultado com resseguro	19f	(98.301)	(121.533)
(+) Receita com resseguro	19f	219.703	120.564
(–) Despesa com resseguro	19f	(318.004)	(242.098)
(–) Despesas administrativas	19g	(55.480)	(42.751)
(–) Despesas com tributos	19h	(12.050)	(9.568)
(+) Resultado financeiro	19i	41.044	11.915
(+) Resultado patrimonial	19j	9	1
(=) Resultado operacional		**35.973**	**3.297**
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		–	19
(=) Resultado antes de impostos e participações		**35.973**	**3.316**
(–) Imposto de renda	21	(4.372)	(666)
(–) Contribuição social	21	(2.694)	(400)
(–) Participações sobre o resultado		(6.259)	(1.344)
(=) Lucro líquido do exercício		**22.648**	**906**
Quantidade de ações	20a	4.814	4.814
(=) Lucro líquido por ação		4,7045	0,1882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**22.648**	**906**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**22.648**	**906**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**22.648**	**906**
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.086	1.030
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 19e)	(809)	(532)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(30.053)	(66.615)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(63.700)	(61.269)
Ativos de resseguro	(186.174)	(157.307)
Créditos fiscais e previdenciários	995	1.425
Ativo fiscal diferido	2.181	(4.176)
Despesas antecipadas	(274)	(32)
Custos de aquisição - Seguros	(20.562)	(13.138)
Outros ativos	16.021	(15.991)
Depósitos judiciais e fiscais	–	(1)
Outras contas a pagar	9.304	943
Impostos e contribuições	(549)	378
Débitos das operações com seguros e resseguros	76.004	97.301
Depósitos de terceiros	(19.477)	19.797
Provisões técnicas - seguros e resseguros	241.464	204.731
Provisões judiciais	328	57
Fluxo de caixa nas atividades operacionais	**49.434**	**7.507**
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(4.475)	25
Imobilizado	(6.341)	(4.448)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	**(10.815)**	**(4.423)**
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(32.579)	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(32.579)**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.040**	**3.084**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 7)	7.900	4.816
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício (Nota 7)	13.940	7.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Fator Seguradora S.A. ("Seguradora" e/ou "Companhia")**, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387 - 5º e 6º andares, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, especificamente, nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, riscos nucleares, riscos diversos, responsabilidades de administradores e diretores (D&O), responsabilidades de profissionais (E&O) e responsabilidades civil geral (RCG). A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A, seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

b) Normas e alterações de normas

Em 12 de novembro de 2021, a SUSEP emitiu a Circular nº 648 e alterações posteriores, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

c) Comparabilidade

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da Circular SUSEP 648/21 e suas alterações posteriores.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e) Demonstração dos resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

f) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora.

A divulgação das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda funcional Reais (R$).

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em conta corrente, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das provisões técnicas.

c) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica "Resultado financeiro", no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38:

Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

g) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos

Os investimentos, no ativo permanente, referem-se, substancialmente, a Obras de Arte (Quadros pintor João Câmara) adquiridos em 2020 em termo de dação para quitação de prêmios de seguro, que em dezembro de 2022 foi transferido para conta de investimentos, além da participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., registrados com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

i) Imobilizado

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o período de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O valor contábil líquido dos ativos não financeiros é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) Provisões técnicas

- A provisão de prêmios não ganhos PPNG-RVE é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pró rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE é calculada de acordo com metodologia específica descrita em Nota Técnica Atuarial ("NTA") e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão;
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar, de sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é complementada com os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial;
- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, conforme nota técnica atuarial;
- A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial;
- A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

m) Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-bases junho e dezembro de cada ano.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas Estruturas a Termo das Taxas de Juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2022, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2022, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

n) Demais passivos

Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R$240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%, do lucro antes dos impostos.

A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras e assemelhadas, bem como das pessoas jurídicas de seguros privados e capitalização, de 15% para 20%, com eficácia a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras e assemelhadas, bem como das pessoas jurídicas de seguros privados e capitalização retornou ao patamar de 15%. A partir de 02 de setembro de 2022 conforme a Lei nº 14.446, aumentou a alíquota da CSLL de 15% para 16% de agosto a dezembro de 2022.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos -** São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, são constituídas provisões para honorários de sucesso, sempre que aplicável, tendo em vista acordos contratuais com assessores jurídicos;
- **Passivos contingentes -** São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) -** Referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado, independentemente de sua classificação de perda.

q) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

r) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endosso ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto.

4. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial do IFRS 17.

IFRS 17 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- **Modelo padrão:** Aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- **"Premium Allocation Approach - PAA":** Aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- **"Variable Fee Approach":** Abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- **Fluxos de caixa futuros esperados:** Estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- **Ajuste ao risco:** Estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- **Margem contratual:** Diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- **Desconto:** Fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializada em seguros financeiros. Atualmente a seguradora opera com seguros dos ramos Garantia do Setor Público e Privado, Riscos Patrimoniais, Responsabilidades e Fiança Locatícia. Opera em todo o território nacional através de corretores de seguros.

A estrutura organizacional da Seguradora é composta pelas áreas Comercial, Jurídica, Técnica, Tecnologia da Informação, Sinistros, Resseguros, Gerenciamento de Riscos, Análise de Crédito, Administrativa e Financeira.

Todos os departamentos e a Administração participam do gerenciamento de riscos através de um conjunto de políticas e estratégias considerado adequado pela Administração.

6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O monitoramento constante dos riscos de subscrição, crédito, operacional, mercado, liquidez e capital, faz parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Seguradora.

a) Riscos de subscrição

O gerenciamento de riscos de seguros é o aspecto crítico da atividade. Consiste na aplicação de critérios para identificar, analisar e avaliar os riscos de cada seguro proposto, bem como de ferramentas atuariais para a análise das diversas carteiras de negócios, visando a precificação e o provisionamento das operações. É exercido pela área de subscrição de cada ramo de seguro comercializado pela Seguradora, através de políticas e procedimentos, observando os requisitos regulamentares específicos.

O maior risco, entretanto, é o de haver frequência e/ou severidade de sinistros, cujo montante de indenizações ultrapasse o limite que a capacidade econômica da Seguradora pode suportar.

Como forma de reduzir esse risco, sem ter de diminuir o seu volume de negócios, a Seguradora transfere boa parte dele para "resseguradoras". Tal mecanismo de transferência de risco é chamado de "resseguro" e pode ser utilizado caso a caso e/ou para carteiras, através de contratos facultativos e automáticos, respectivamente.

continua

Fator Seguradora S.A.

CNPJ 33.061.862/0001-83

fator seguradora

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

Há uma política de resseguro definida, revisada no mínimo anualmente. Para essa definição, são considerados riscos a ressegurar, listas de resseguradoras e graus de concentração.

Os contratos de resseguro consideram coberturas proporcionais e não proporcionais, que podem ser combinadas para reduzir a exposição da Seguradora da forma mais adequada.

Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada, bruta e líquida de resseguros, das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	112.846	126.040	224.468	531.581	645.601	751.100
1 ano depois	119.627	127.249	242.352	550.404	645.601	
2 anos depois	120.115	127.624	253.738	565.284		
3 anos depois	120.455	127.944	267.578			
4 anos depois	120.455	128.559				
5 anos depois	120.455					
(+) Estimativa corrente	120.455	128.559	267.578	565.284	645.601	751.100
(–) Pagamentos acumulados até a data-base	73.089	79.517	173.170	432.041	467.794	478.159
(=) Passivo reconhecido no balanço						272.941
(–/+) Falta acumulada						–
(=) Total de PSL Administrativa						272.941

Sinistros administrativos - líquido de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	2.543	6.669	58.861	75.268	115.636	113.676
1 ano depois	3.433	6.024	62.376	62.962	95.802	
2 anos depois	2.628	6.124	62.544	77.841		
3 anos depois	2.760	6.241	62.822			
4 anos depois	2.760	6.515				
5 anos depois	2.710					
(+) Estimativa corrente	2.710	6.515	62.822	77.841	95.802	113.676
(–) Pagamentos acumulados até a data-base	(44.656)	15.107	108.760	66.222	76.459	79.846
(=) Passivo reconhecido no balanço						33.830
(–/+) Falta acumulada						–
(=) Total de PSL Líquida Administrativa						33.830

Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	18.573	19.358	19.888	21.259	21.919	22.663
1 ano depois	19.358	19.888	20.956	22.072	22.663	
2 anos depois	19.888	21.259	21.351	22.072		
3 anos depois	21.259	21.919	21.351			
4 anos depois	21.919	22.663				
5 anos depois	22.663					
(+) Estimativa corrente	22.663	22.663	21.351	22.072	22.663	22.663
(–) Pagamentos acumulados até a data-base	335	865	865	871	871	871
(=) Passivo reconhecido no balanço						21.792
(–/+) Falta acumulada						–
(=) Total de PSL Judicial						21.792

Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Ocorrência	Dez - 17	Dez - 18	Dez - 19	Dez - 20	Dez - 21	Dez - 22
No ano de divulgação	3.715	3.688	3.741	4.604	4.486	5.035
1 ano depois	3.688	3.741	4.515	4.513	5.095	
2 anos depois	4.112	4.961	4.270	4.513		
3 anos depois	5.332	5.450	4.270			
4 anos depois	5.821	6.194				
5 anos depois	6.565					
(+) Estimativa corrente	6.565	6.194	4.270	4.513	5.095	5.035
(–) Pagamentos acumulados até a data-base						310
(=) Passivo reconhecido no balanço						4.725
(–/+) Falta acumulada						–
(=) Total de PSL Líquida Judicial						4.725

Análise de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.

Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo:

Fator de sensibilidade - prêmios	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido (*)
Em 31 de dezembro de 2022:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(3.920)	(2.793)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(7.840)	(5.586)
Em 31 de dezembro de 2021:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(1.087)	(775)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(2.175)	(1.549)

Fator de sensibilidade - sinistros	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022:		
Aumento de sinistros em 5%	(2.236)	(1.593)
Aumento de sinistros em 10%	(4.471)	(3.186)
Em 31 de dezembro de 2021:		
Aumento de sinistros em 5%	(2.026)	(1.444)
Aumento de sinistros em 10%	(4.052)	(2.887)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022:		
Aumento das despesas administrativas em 5%	(2.218)	(1.581)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(4.437)	(3.161)
Em 31 de dezembro de 2021:		
Aumento das despesas administrativas em 5%	(582)	(415)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(1.165)	(830)

(*) Líquido de imposto de renda e contribuição social conforme alíquotas descritas na Nota n° 3.

Concentração de riscos - carteira e área geográfica

A Seguradora considera como baixo o risco a potenciais exposições por região geográfica, tendo em vista as características dos riscos que opera.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por grupos de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio líquido de resseguro:

Em 31 de dezembro de 2022

Distribuição de prêmio bruto de resseguro

Região Geográfica	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%	Riscos Financeiros	%	Total (*)	%
Centro Oeste	83.727	74,4%	24.481	21,8%	4.330	3,8%	112.538	100,0%
Nordeste	31.464	50,5%	8.509	13,7%	22.270	35,8%	62.243	100,0%
Norte	11.552	73,8%	1.649	10,5%	2.460	15,7%	15.661	100,0%
Sudeste	148.014	46,2%	43.139	13,5%	129.231	40,3%	320.384	100,0%
Sul	65.084	78,3%	10.477	12,6%	7.525	9,1%	83.086	100,0%
Total	**339.841**	**57,2%**	**88.255**	**14,9%**	**165.817**	**27,9%**	**593.912**	**100,0%**

Distribuição de prêmio líquido de resseguro

Região Geográfica	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%	Riscos Financeiros	%	Total (*)	%
Centro Oeste	9.020	58,1%	5.024	32,3%	1.492	9,6%	15.536	100%
Nordeste	5.301	33,5%	4.495	28,4%	6.014	38,0%	15.811	100%
Norte	3.127	67,8%	402	8,7%	1.085	23,5%	4.612	100%
Sudeste	8.855	15,2%	24.402	41,8%	25.084	43,0%	58.342	100%
Sul	12.300	55,7%	7.281	33,0%	2.488	11,3%	22.070	100%
Total	**38.603**	**33,2%**	**41.604**	**35,8%**	**36.162**	**31,1%**	**116.370**	**100%**

(*) Esse montante não inclui prêmios de riscos vigentes não emitidos (R$20.206).

Concentração de riscos - moeda

A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativas em moeda estrangeira, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte, de uma operação financeira, não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais.

A Seguradora possui política para aceitação e precificação do risco que estabelece limites para cada contraparte, através de análise da capacidade econômico-financeira, tempo de atividade e histórico de relacionamento do cliente no mercado.

Os ativos financeiros da Seguradora foram classificados e distribuídos conforme definições e tabelas abaixo:

Definições das classificações de qualidade

- **Forte:** Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada.
- **Boa:** Demonstram boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência e são monitoradas regularmente.
- **Satisfatória:** Exposições que precisam de maior grau de monitoramento porque demonstram capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros.
- **Abaixo do padrão:** Exposições que necessitam de monitoramento constante e atenção especial, visto que o risco de inadimplência é maior.
- **Em atraso, mas não deteriorada:** Exposições que precisam de atenção especial e monitoramento constante, porque estão em atraso. São operações que normalmente demonstram curtos períodos de inadimplência, com expectativa mínima de perda efetiva após adoção de processos de cobrança.
- **Deteriorada:** Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas e há necessidade de processo judicial para tentativa de recuperação.

	Classificações de qualidade – Sem atraso, nem deteriorado: Forte	Boa	Média Satisfatória	Abaixo do padrão	Em atraso, mas não deteriorada	Deteriorada	Redução ao valor recuperável	Total
Em 31 de dezembro de 2022								
Ativos financeiros designados ao *valor justo*	336.227	51.793	–	–	–	–	–	**388.020**
Prêmios a receber	–	178.249	–	–	29.090	–	(37)	**207.302**
Operações com seguradoras	–	2.599	–	–	18.169	–	(134)	**20.634**
Operações com resseguradores	–	30.077	–	–	230	–	(230)	**30.077**
Outros créditos operacionais	–	673	–	–	48	–	(48)	**673**
Títulos e créditos a receber	–	1.577	–	–	11	–	(11)	**1.577**

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, que limita o impacto de eventual inadimplemento das resseguradoras.

O quadro abaixo demonstra os resseguros cedidos, brutos de comissões, riscos vigentes não emitidos e despesas diferidas, por classe e "*rating*" atribuído por agências de classificação:

Resseguradoras	Classe		Agência de classificação de risco	Prêmios de Resseguros Cedidos Dez/22	Prêmios de Resseguros Cedidos Dez/21	Prêmios de Resseguros Cedidos - % Dez/22	Prêmios de Resseguros Cedidos - % Dez/21
Local 1(*)	Local		" Sem rating"	2.197	2.045	0,46%	0,57%
Local 2	Local	A+	A. M. Best Company	13.075	9.423	2,74%	2,62%
Local 3 (*)	Local		" Sem rating"	29	35	0,01%	0,01%
Local 4	Local	B++	A. M. Best Company	35.377	25.742	7,41%	7,17%
Local 5	Local	A+	A. M. Best Company	1.615	21	0,34%	0,01%
Local 6 (*)	Local		" Sem rating"	2.959	1.357	0,62%	0,38%
Local 7 (*)	Local		" Sem rating"	28.232	14.537	5,91%	4,05%
Local 8 (*)	Local		" Sem rating"	32.189	12.641	6,74%	3,52%
Local 9	Local	A–	A. M. Best Company	67.760	64.210	14,19%	17,88%
Local 10	Local	A+	Standard & Poor's / FITCH	10.779	10.119	2,26%	2,82%
Local 11 (*)	Local		" Sem rating"	2.466	13.256	0,52%	3,69%
Local 12	Local	A+	A. M. Best Company	6.338	9.253	1,33%	2,58%
Local 13 (*)	Local		" Sem rating"	5.484	6.128	1,15%	1,71%
Eventual 1	Eventual	A	A. M. Best Company	54.873	17.611	11,49%	4,91%
Eventual 2	Eventual	A+	A.M. Best Company	13	2	0,00%	0,00%
Eventual 3	Eventual	A	A.M. Best Company	508	823	0,11%	0,23%
Eventual 4	Eventual	A	A.M. Best Company	917	200	0,19%	0,06%
Eventual 5	Eventual	A	A.M. Best Company	268	1.827	0,04%	0,04%
Eventual 6	Eventual	A	A.M. Best Company	184	268	0,04%	0,07%
Eventual 7	Eventual	A	A.M. Best Company	4.290	1.782	0,90%	0,50%
Eventual 8	Eventual	A+	A.M. Best Company	440	647	0,09%	0,18%
Eventual 9	Eventual	A+	A.M. Best Company	12.417	10.265	2,60%	2,86%
Eventual 10	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	1.327	1.165	0,28%	0,32%
Eventual 11	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	455	1.446	0,10%	0,40%
Eventual 12	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	94	2	0,02%	0,00%
Eventual 13	Eventual	A	A.M. Best Company	37	–	0,01%	0,00%
Eventual 14	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	21.252	14.242	4,45%	3,97%
Eventual 15	Eventual	A	A.M. Best Company	917	7	0,19%	0,00%
Eventual 16	Eventual	A+	A.M. Best Company	29.407	11.731	6,16%	3,27%
Eventual 17	Eventual	A	A.M. Best Company	4.040	4.075	0,85%	1,14%
Eventual 18	Eventual	A+	A.M. Best Company	1.542	–	0,32%	0,00%
Eventual 19	Eventual	A	A.M. Best Company	(7)	24	0,00%	0,01%
Eventual 20	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	5.863	3.469	1,23%	0,97%
Eventual 21	Eventual	A	A.M. Best Company	11.127	10.750	2,33%	2,99%
Eventual 22	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	368	324	0,08%	0,09%
Eventual 23	Eventual	A	A.M. Best Company	4.349	2.682	0,91%	0,75%
Eventual 24	Eventual	A+	A.M. Best Company	1.160	2.861	0,24%	0,80%
Eventual 25	Eventual	A+	Standard & Poor's / FITCH	–	78	0,00%	0,02%
Admitida 1	Admitida	A+	A.M. Best Company	729	708	0,15%	0,20%
Admitida 2	Admitida	A+	Standard & Poor's / FITCH	275	–	0,06%	0,00%
Admitida 3	Admitida	A+	A.M. Best Company	50	70	0,01%	0,02%
Admitida 4	Admitida	A+	A. M. Best Company	(6)	4	0,00%	0,00%
Admitida 5	Admitida	A	A. M. Best Company	123	2.130	0,03%	0,59%
Admitida 6	Admitida	A+	A.M. Best Company	1.701	1.210	0,36%	0,34%
Admitida 7	Admitida	A	A.M. Best Company	12.773	7.128	2,67%	1,99%
Admitida 8	Admitida	A+	A.M. Best Company	41.115	38.307	8,61%	10,67%
Admitida 9	Admitida	A++	A.M. Best Company	1.171	7.542	0,25%	2,10%
Admitida 10	Admitida	A+	A.M. Best Company	23.255	20.686	4,87%	5,76%
Admitida 11	Admitida	A	A.M. Best Company	2.702	3.011	0,57%	0,84%
Admitida 12	Admitida	A+	A.M. Best Company	787	765	0,16%	0,21%
Admitida 13	Admitida	A+	A.M. Best Company	13.946	9.578	2,92%	2,67%
Admitida 14	Admitida	A+	A.M. Best Company	924	739	0,19%	0,21%
Admitida 15	Admitida	AA–	Standard & Poor's / FITCH	634	780	0,13%	0,22%
Admitida 16	Admitida	AA+	Standard & Poor's / FITCH	13.117	13.023	2,75%	3,63%
Total				**477.543**	**359.030**	**100%**	**100%**

Resseguros cedidos, brutos de comissões, riscos vigentes não emitidos e despesas diferidas:		
Resseguros cedidos referentes riscos vigentes não emitidos	17.609	6.349
Comissões sobre resseguros cedidos	(89.219)	(73.580)
Salvados e ressarcimentos ao ressegurador	(8.425)	13.368
Variações das despesas de resseguros	(79.504)	(63.069)
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas (Nota 19.f)	**318.004**	**242.098**

(*) Não há categoria de risco divulgada.

c) Risco operacional

A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A Seguradora possui departamento especializado em controles internos e processos, que é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, na formalização de processos e controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros.

d) Risco de mercado

A carteira de investimentos da Fator Seguradora possui instrumentos do segmento de renda fixa e risco de crédito.

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma carteira de investimentos.

A Seguradora administra sua carteira de investimentos utilizando as seguintes técnicas:

- Com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado;
- Faz uso de derivativos, quando necessário, com o intuito de proteger suas posições ativas, de flutuações adversas nas taxas de mercado;
- Acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

Os riscos de mercado e liquidez associados à utilização dos instrumentos supracitados são controlados pela Gerência de Riscos e Controles Internos do Banco Fator S.A., área autônoma e corporativa do Conglomerado Financeiro Fator que monitora todas as empresas do Conglomerado, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar expostas.

A Gerência de Riscos e Controles Internos tem por atribuições o monitoramento de riscos de mercado, liquidez e operacional. As ferramentas utilizadas para controle de risco de mercado são:

- **"*Value at Risk* (VaR)" -** Modelo estatístico que busca sintetizar o risco de uma carteira de investimentos em um valor financeiro, que representa a pior perda esperada em um determinado cenário:
- Horizonte de tempo (Ex.: 1 dia);
- Nível de confiança (Ex.: 95% de confiança).
- **"*Stress Testing*" -** Consiste em uma técnica de simulação usada em carteiras de ativos e passivos para determinar suas reações a situações extremas. Geralmente são modelos de simulação gerados por computador que testam cenários hipotéticos e, ou históricos extremos. A Gerência de Riscos e Controles Internos utiliza os cenários divulgados diariamente pela BVMF.
- **"*Stop Loss*" -** Procedimento que visa a limitar as perdas de uma carteira de investimentos frente aos seus resultados auferidos em determinado exercício de tempo, no limite pode implicar na zeragem de posições com maior perda ou risco.

Quando há operações com instrumentos financeiros derivativos, as mesmas são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão.

Análise de sensibilidade dos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado

Para a sensibilidade da carteira consideramos os seguintes cenários com informações de mercado na data base 31 de dezembro de 2022:

- **Cenário I:** Situação provável. Foi considerada como premissa, acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixadas, cupom de inflação e cupom cambial, e desvalorização de 1 ponto percentual nos preços de ações, levando-se em consideração as condições em 31/12/2022;
- **Cenário II:** Situação possível. Foi considerada como premissa, variações de 25% positiva e negativa em cada variável de risco de mercado apresentada no cenário provável, sendo apresentado o caso de maior perda e levando-se em consideração as condições em 31/12/2022;
- **Cenário III:** Situação remota. Foi considerada como premissa, variações de 50% positiva e negativa em cada variável de risco de mercado apresentada no cenário provável, sendo apresentado o caso de maior perda e levando-se em consideração as condições em 31/12/2022.

	Cenário I Taxa +1bp/ Cota -1%	Cenário II Pior caso entre -25% e +25%	Cenário III Pior caso entre -50% e +50%
Taxa de Juros	(80)	(986)	(1.924)
Ações	–	–	–
Cotas	(318)	(7.938)	(15.876)
Moedas	–	–	–
Total	**(398)**	**(8.924)**	**(17.800)**

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a cada tipo de risco assumido, mantendo constantes os demais.

Definições:

- **Taxas de Juros -** Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas em reais, de cupons de moedas estrangeiras e de cupons de inflação
- **Ações -** Exposições sujeitas à variação do preço de ações.
- **Cotas -** Exposições sujeitas à variação do preço de cotas de fundos.
- **Moeda -** Exposições sujeitas a variações de taxas de câmbio.

e) Risco de liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados e o exercício de sua liquidação, que leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados no risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

As principais saídas de caixa decorrentes de passivos reclamados são das seguintes fontes:

- Entrada de caixa através de prêmios de novos negócios, renovações de apólices e prêmios de produtos recorrentes;
- Entrada de caixa decorrente de juros e dividendos de investimentos e reembolso de principal no vencimento de títulos de dívidas;
- Entrada de caixa proveniente da venda de investimentos.

A Seguradora gerencia o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:

- Investindo seus recursos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos de forma a garantir celeridade no pagamento de suas obrigações;
- Monitorando de forma sistemática a concentração de seus investimentos.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne periodicamente, com o objetivo de avaliação dos investimentos.

A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros da Seguradora agrupados por vencimento na data base do balanço até a data do vencimento contratual.

Ativo	Valor contábil	Sem Vencimento	Até 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	5 - 10 anos
Caixa	13.940	13.940	–	–	–	–
Aplicações	388.020	–	388.020	–	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	258.013	–	243.812	14.201	–	–
Outros Créditos Operacionais	673	–	673	–	–	–
Títulos e crédito a receber	19.988	–	11.052	8.936	–	–
Total de ativos financeiros	**680.634**	**13.940**	**643.557**	**23.137**	**–**	**–**

Passivo	Valor contábil	Sem Vencimento	Até 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	5 - 8 anos
Contas a pagar- dividendos, participações nos resultados, fornecedores, impostos e encargos sociais, a recolher.	26.788	–	21.774	5.014	–	–
Débito das operações com seguros e resseguros.	298.437	–	289.561	8.876	–	–
Depósito de terceiros	11.088	–	11.088	–	–	–
Sinistros a liquidar em contratos de seguros (Nota 16.a)	294.733	–	273.506	21.227	–	–
Despesas relacionadas a sinistros (Nota 16.a)	2.164	–	1.536	628	–	–
Total de passivos financeiros	**633.210**	**–**	**597.465**	**35.745**	**–**	**–**

Devido a alteração na forma de contabilização da operação do DPVAT conforme Circular SUSEP n° 595 de 30/12/2019, não há saldo em Outros Débitos operacionais no passivo circulante referente a saldos do DPVAT.

Os ativos mantidos para suportar os passivos dos produtos de seguros representam 91,89 por cento do total das aplicações da Seguradora (78,85 por cento em 31 de dezembro de 2021).

f) Risco de capital

Os principais objetivos da gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelos órgãos reguladores; e (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

A Seguradora apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido.

Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital

	Dez/2022	Dez/2021
Patrimônio líquido	**175.663**	**185.594**
Participações diretas e indiretas em Sociedade Seguradora	(297)	(289)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social (Nota 12)	(4.134)	(6.213)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (–)	(625)	(726)
Despesas antecipadas	(342)	(68)
Obras de arte	(4.466)	–
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(1.226)	(1.174)
Patrimônio líquido ajustado - PLA - subtotal	**164.573**	**177.123**
Patrimônio líquido ajustado - PLA - total	**164.573**	**177.123**
(*) Capital base - CB	8.100	8.100
Capital baseado no risco de subscrição	26.354	20.289
Capital baseado no risco de crédito	19.666	15.167
Capital baseado no risco operacional	3.873	2.965
Capital baseado no risco de mercado	11.002	7.156
Benefício da diversificação	(12.595)	(9.034)
(*) Capital de risco	**48.300**	**36.543**
(**) Capital mínimo requerido - CMR	48.300	36.543
Patrimônio líquido ajustado	164.573	177.123
(–) Exigência de capital - EC	(48.300)	(36.543)
Suficiência de capital - R$	**116.273**	**140.580**
Suficiência de capital (% da EC)	**240,73%**	**384,70%**

(*) A Seguradora utilizou os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, capítulo IV Art. 56 para o cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado;

(**) A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando o art. 57, da resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021.

A Seguradora continua apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

7. CAIXA E BANCOS

	Dez/22	Dez/21
Caixa e bancos	13.940	7.900
Total	**13.940**	**7.900**

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

Aplicações Financeiras	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ mercado	%	Taxa de juros contratada
I. Títulos para negociações							
Títulos de Carteira Própria	**51.793**	**–**	**1.401**	**334.826**	**388.020**	**100%**	
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	1.401	304.369	305.770	79%	SELIC
Letras do Tesouro Nacional	–	–	–	30.457	30.457	8%	SELIC
Quotas de fundos de renda fixa	51.793	–	–	–	51.793	13%	–
Total	**51.793**	**–**	**1.401**	**334.826**	**388.020**	**100%**	

31 de dezembro de 2021

Aplicações Financeiras	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ mercado	%	Taxa de juros contratada
I. Títulos para negociações							
Títulos de Carteira Própria	**34.882**	**101.109**	**63.758**	**158.217**	**357.966**	**90,0%**	
Letras Financeiras do Tesouro	–	101.096	63.758	158.217	323.071	90,0%	SELIC
Letras do Tesouro Nacional	–	13	–	–	13	0,0%	–
Quotas de fundos de renda fixa	34.882	–	–	–	34.882	10,0%	–
Total	**34.882**	**101.109**	**63.758**	**158.217**	**357.966**	**100%**	

A tabela demonstra que, aproximadamente 100% dos ativos financeiros foram investidos em títulos públicos (90,32% em 31 de dezembro de 2021).

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo seu valor de mercado.

Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

Devido a operação da Fator Seguradora, os títulos de renda fixa estão classificados no circulante.

Apuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos conforme segue:

- **Nível 1:** Títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2:** Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- **Nível 3:** Títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Aplicações financeiras	31 de dezembro de 2022 Nível 1	Nível 2	Total	31 de dezembro de 2021 Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros designados ao valor justo	**336.227**	**51.793**	**388.020**	**323.071**	**34.895**	357.966
Letras do tesouro Nacional	30.457	–	30.457	–	13	13
Letras financeiras do tesouro nacional	305.770	–	305.770	323.071	–	323.071
Quotas de fundos de renda fixa	–	51.793	51.793	–	34.883	34.883

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras no período:

	31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2022
Títulos para negociações:					
Letras Financeiras do Tesouro	323.071	386.843	(442.845)	38.701	**305.770**
Letras do Tesouro Nacional	13	33.836	(3.883)	491	**30.457**
Fundo de Renda Fixa	34.882	77.818	(63.819)	2.912	**51.793**
Totais	**357.966**	**498.497**	**(510.547)**	**42.104**	**388.020**

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há operações com instrumentos financeiros derivativos e não há saldos a pagar ou a receber referentes instrumentos financeiros derivativos.

10. PRÊMIOS A RECEBER

O detalhamento dos prêmios a receber líquido de provisão para riscos sobre créditos, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

	Dez/22	Dez/21
Vencidos	29.053	17.639
A vencer de 1 a 30 dias	95.025	57.489
A vencer de 31 a 60 dias	23.087	28.291
A vencer de 61 a 120 dias	23.894	29.812
A vencer de 121 a 180 dias	9.238	4.728
A vencer de 181 a 365 dias	12.804	7.401
A vencer acima de 365 dias	14.201	15.465
Total	**207.302**	**160.825**
Circulante	193.131	145.360
Não circulante	14.171	15.465

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	31 de dezembro de 2022 Prêmios a receber - bruto	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber - líquido	31 de dezembro de 2021 Prêmios a receber - bruto	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber - líquido
Compreensivo Empresarial	19.727	–	19.727	23.266	–	23.266
Lucros Cessantes	8.128	–	8.128	2.697	–	2.697
Risco de Engenharia	14.127	–	14.127	12.074	–	12.074
Riscos Diversos	701	–	701	561	–	561
Riscos nomeados e operacionais	71.104	–	71.104	50.213	–	50.213
Responsabilidade Civil de administradores e diretores (D&O)	11.344	–	11.344	8.494	(10)	8.484
Responsabilidade Civil Ambiental	212	–	212	171	–	171
Responsabilidade Civil Geral	6.087	–	6.087	2.460	–	2.460
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	9.937	(19)	9.918	6.465	–	6.465
Fiança Locatícia	2.067	–	2.067	1.236	–	1.236
Garantia segurado - Setor público	43.788	(19)	43.769	49.036	(189)	48.847
Garantia segurado - Setor privado	20.118	–	20.118	4.367	(15)	4.352
Total	**207.340**	**(38)**	**207.302**	**161.039**	**(214)**	**160.825**

A movimentação dos prêmios a receber está demonstrada abaixo:

	Dez/22	Dez/21
Saldo no início do exercício	160.825	107.649
Prêmios emitidos (Nota 19.a)	807.556	631.080
Cancelamentos (Nota 19.a)	(213.643)	(185.649)
Recebimentos	(581.679)	(398.033)
Adicional de fracionamento	6	69
IOF	144	2.430
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - PRVNE (Nota 19.a)	20.206	5.145
(Reversão) da Provisão para redução ao valor recuperável	(176)	(214)
Transferência de cosseguro aceito vencido para operações com seguradoras	14.064	(1.652)
Saldo no final do exercício	**207.302**	**160.825**

A Seguradora tem como padrão, para a maior parte das emissões, o recebimento de prêmio em até vinte dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, poderá ocorrer negociação comercial para recebimento de prêmios em até oito parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

10.1. Operações com seguradoras

	Dez/22	Dez/21
Prêmios de cosseguro cedido a pagar	18.087	10.425
Prêmios a restituir de cosseguro aceito	6.774	184
Outros	–	76
Total	**24.861**	**10.685**
Circulante	24.552	9.122
Não circulante	309	1.563

10.2. Operações com resseguradores - Passivo

	Dez/22	Dez/21
Prêmios de resseguros líquidos	161.488	142.620
RVNE	37.560	19.951
Excesso de Danos	36.391	17.745
(–) Comissão escalonada	(9.001)	(9.263)
Salvados e Ressarcimentos	9	8.842
Outros **(*)**	8.263	11.523
(–) Redução ao valor recuperável	(12)	(255)
Total	**234.698**	**191.164**
Circulante	229.060	185.450
Não circulante	5.368	5.714

(*) Outros - Variação ocorrida devido a valores de participação de resultados em contratos de resseguro de anos anteriores.

10.3. Corretores de seguros e resseguros

	Dez/22	Dez/21
Comissões a pagar - Liderança	20.251	17.129
Comissões a pagar - Cosseguro aceito	8.925	3.052
Total	**29.176**	**20.181**
Circulante	26.247	17.813
Não circulante	2.929	2.368

11. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

	31 de dezembro de 2022 Outros créditos operacionais	Provisão	Outros créditos operacionais líquido	31 de dezembro de 2021 Outros créditos operacionais	Provisão	Outros créditos operacionais Líquido
Processo judicial relacionado ao convênio DPVAT	335	(335)	–	335	(335)	–
Outros créditos e Corretores	722	(49)	673	2.621	(60)	2.561
Total	**1.057**	**(384)**	**673**	**2.956**	**(395)**	**2.561**

A Administração mantém provisão constituída de R$ 384 (R$ 395 em 31 de dezembro de 2021) para fazer frente às perdas esperadas com esses créditos.

continua

Fator Seguradora S.A.

CNPJ 33.061.862/0001-83

fator seguradora

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dez/22	Dez/21
(I) Ajustes temporais	625	726
(II) Outros créditos a compensar	10.761	11.651
Créditos tributários de IRPJ a restituir	–	106
(III) Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	4.134	6.214
Total	**15.520**	**18.697**
Circulante	8.204	6.515
Não circulante	7.316	12.182

	31/12/2021	Constituições	Realizações/ Reversões	31/12/2022
Ajustes temporais	726	4.970	(5.071)	625
Prejuízo fiscal e base negativa **(IV)**	6.214	–	(2.080)	4.134
Totais	**6.940**	**4.970**	**(7.151)**	**4.759**

(I) Os créditos tributários de ajustes temporais referem-se, substancialmente, a ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado, provisões para perdas de recebíveis, provisões para riscos e outras provisões temporárias. A Seguradora observou, em estudo técnico, que as realizações ocorrem no período de um ano e que as constituições e realizações se mantiveram estáveis ao longo do tempo;
(II) Outros créditos a compensar referem-se, substancialmente, a créditos tributários de períodos anteriores e antecipações do exercício e serão compensados dentro do prazo estabelecido pelo Decreto n° 3000/99, artigos 898 a 903;
(III) Em 31 de dezembro de 2022, a seguradora possui prejuízo fiscal de imposto de renda no valor de R$ de R$ 2.226 e base negativa de contribuição social no valor de R$ 1.908, constituídos;
(IV) A Fator Seguradora é obrigada ao regime de tributação pelo lucro real, em conformidade com o inciso II do artigo 14 da Lei nº 9.718/1998, assim como a uma alíquota de 15% para a CSLL e para o IRPJ a alíquota de 15% adicionada de 10% para valores acima de R$ 240 por ano.
Assim, a Seguradora está sujeita a pagamentos mensais dos tributos com adoção do balancete de suspensão/redução.
A Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, aumentou a alíquota da CSLL de 15% para 16% de agosto a dezembro de 2022.
A seguradora elaborou estudo técnico que demonstra o exercício de realização dos créditos tributários, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e ajustes temporais, tendo como embasamento a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL:

	Saldo em 31/12/2022	Realização em até 1 ano	Realização em até 2 anos
Prejuízo fiscal de imposto de renda	2.226	(1.539)	(687)
Base negativa de contribuição social	1.908	(923)	(985)
Ajustes temporais de imposto de renda	391	(391)	–
Ajustes temporais de contribuição social	234	(234)	–
Total	**4.759**	**(3.087)**	**(1.672)**

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Seguradora possui contingências para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliados pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos.
Os principais processos em aberto, em 31 de dezembro de 2022, são:

Provisão para riscos fiscais
Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, compensações de tributos não reconhecidas ou reconhecidas parcialmente, pela Receita Federal do Brasil.

Sinistros em discussão judicial
Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica “Sinistros a liquidar”.

Provisão para riscos cíveis
Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e questionamentos referentes, principalmente, a prêmios de seguros.

Provisão para riscos trabalhistas
Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, e reflexos, intervalo intrajornada e reflexo e férias em dobro acrescidas do terço constitucional, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento.
O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação da administração é assim sumarizado:

	Quantidade de ações		Valor estimado pela Administração		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Fiscais:								
Provável	1	1	57	54	57	55	54	55
Possível **(i)**	1	4	–	1.107	–	–	–	–
Remota	3	2	239	–	–	–	–	–
Total	**5**	**7**	**296**	**1.161**	**57**	**55**	**54**	**55**
Sinistros: (ii)								
Provável	11	1	27.066	103	20.701	10.120	–	–
Possível	54	6	247.120	11.696	790	2.240	–	117
Remota	21	20	15.328	257	301	643	–	–
Total	**86**	**27**	**289.514**	**12.056**	**21.792**	**13.003**	**–**	**117**
Cíveis:								
Provável	1	1	83	77	83	77	–	–
Possível **(iii)**	4	14	1.063	2.829	–	–	–	–
Remota	–	2	–	–	–	–	–	–
Total	**5**	**17**	**1.146**	**2.906**	**83**	**77**	**–**	**–**
Trabalhistas:								
Provável	–	–	–	–	–	–	–	–
Possível **(iv)**	2	1	322	2.922	322	–	–	–
Remota	2	2	13	13	–	–	–	–
Total	**4**	**3**	**335**	**2.935**	**322**	**–**	**–**	**–**
Total geral	**100**	**54**	**291.291**	**19.058**	**22.254**	**13.134**	**54**	**172**

	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Ativo não circulante - depósitos judiciais	–	–	54	55
Passivo circulante - provisões judiciais	83	77	–	–
Passivo não circulante - provisões judiciais	379	55	–	–
Passivo não circulante - sinistros a liquidar	21.792	13.003	–	–

(i) Os processos fiscais no valor de R$1.107 (R$1.088 em 2021), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência e reconhecimento de variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, de períodos anteriores, encerrado em maio de 2017 a favor da Fator Seguradora e discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, ainda em andamento;
(ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro;
(iii) Os processos cíveis no valor de R$1.063 (R$2.829 em 2021), classificados como de perda possível, principalmente a reclamações de natureza cível relacionados a processos reclamatórios de sinistros judicial e ações oriundas do Run-off da Seguradora Cigna ;
(iv) A provisão para a ação trabalhista classificada como possível, representa 100% da reclamação sem ter ocorrido até a presente data a 1ª audiência.

	Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54	13.003	77	–	13.134
Constituições/Reestimativas **(i)**	3	8.789	6	322	9.120
Liquidações	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**57**	**21.792**	**83**	**322**	**22.254**

(i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores jurídicos.

14. OUTROS VALORES E BENS

O contrato de arrendamento compreende a locação de imóvel, vigente desde 2020. Quando da adoção inicial da nova política (CPC 06 (R2)) o saldo de abertura de cada componente afetado foi ajustado para o período mais antigo apresentado, como se essa política já tivesse sido aplicada anteriormente. O ativo de direito de uso é classificado no não circulante, enquanto o passivo de arrendamento é segregado de acordo com a exigibilidade contratual, conforme a Circular SUSEP nº 517/2015 e Circular SUSEP 648/21 no que aplicam no exercício inicial em 2021.

14.1. Ativos de direto de uso

A movimentação de saldo do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Dez/22	Dez/21
Adoção inicial	4.003	2.678
Depreciação acumulada	(1.157)	(394)
Saldo do ativo de direito de uso	**2.846**	**2.284**

14.2. Passivos de arrendamento

Nos quadros abaixo estão demonstradas as movimentações e saldos do passivo de arrendamento:

	Dez/22	Dez/21
Adoção inicial	3.636	2.437
Juros a transcorrer	367	241
Pagamentos	(1.054)	(366)
Saldo do passivo de arrendamento	**2.950**	**2.312**

	Dez/22	Dez/21
Arrendamento a Pagar	786	2.071
Juros provisionados	261	241
Total passivo circulante	1.047	2.312
Arrendamento a Pagar	1.796	–
Juros provisionados	107	–
Total passivo não circulante	1.903	–
Total geral	**2.950**	**2.312**

A Companhia apresenta no quadro abaixo, a análise de seu contrato com base nas datas de vencimento:

Vencimento das prestações	Dez/22
Até 1 ano	541
Entre 1 e 2 anos	246
Entre 2 e 3 anos	918
Juros embutidos	1.244
Saldo do passivo de arrendamento	**2.950**

E a demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados e arrendamento:

	Dez/22	Dez/21
Encargo de depreciação do ativo de direito de uso	663	335
Despesas financeiras de arrendamento	100	60
	763	**394**

O custo do ativo de direito é composto pela mensuração inicial do passivo de arrendamento, pagamentos realizados até a data em que o ativo é disponibilizado para uso e custos diretos iniciais.
O ativo de direito de uso é depreciado de maneira linear ao longo do prazo do arrendamento.
A taxa de desconto utilizada foi baseada em cálculo simplificado, alinhados ao cenário econômico no qual a Seguradora está inserida. A taxa de desconto de 4,5% 30/11/2020 é derivada das taxas do IPCA do Brasil.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Despesas corporativas

Em junho de 2009, a Seguradora passou a investir parte de seu portfólio em Fundo de Investimento Exclusivo Multimercado, que tem como gestora a FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.
Em 26 de setembro de 2014 foi firmado instrumento particular de acordo para reembolso de custos e despesas entre empresas integrantes do Conglomerado Fator. As partes utilizam estruturas e áreas corporativas em comum, típicas de suporte, bem como celebram contratos diretamente com fornecedores e/ou prestadores de serviços em geral, utilizados por todas as empresas do Conglomerado, com a finalidade de diminuição de custos, tendo em vista a contratação em maior quantidade.
Em relação ao acordo firmado, a Seguradora apresenta saldo a pagar e despesas, conforme abaixo:

	Passivos - Obrigações a pagar		Despesas corporativas com utilização de estrutura comum e contratos firmados para o conglomerado	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Banco Fator S.A.	482	85	1.478	1.286
Fator S.A. Corretora de Valores	–	–	–	52
Total	**482**	**85**	**1.478**	**1.338**

b) Despesas com pessoal-chave da administração

	Dez/22	Dez/21
Honorários	3.433	3.065
Gratificações e participações nos lucros	3.930	2.194
Encargos	2.426	2.007
Total	**9.789**	**7.266**

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados		Provisão despesas relacionadas		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Compreensivo Empresarial	31.520	31.056	46.627	36.196	1.942	244	58	55	4.190	2.323	84.337	69.874
Lucros Cessantes	11.040	6.600	–	–	–	–	–	–	–	–	11.040	6.600
Responsabilidade civil ambiental	651	304	–	–	–	–	–	–	–	–	651	304
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	22.932	22.094	34.893	20.695	12.781	4,464	134	21	5.563	3.085	76.303	50.360
Responsabilidade civil profissional - E&O	18.076	12.192	5.853	12.336	948	924	173	237	1.379	765	26.429	26.453
Responsabilidade civil geral	10.659	4.046	9.721	6.169	672	1.290	69	57	1.455	807	22.576	12.369
Riscos Diversos	1.115	924	476	1.645	493	224	31	35	85	47	2.200	2.875
Riscos de Engenharia	29.189	19.222	2.553	655	–	–	2	1	1.719	953	33.463	20.832
Garantia segurado - Setor público	211.298	185	58.105	15.674	5.040	6.723	126	62	9.607	5.327	284,177	212.731
Garantia segurado - Setor privado	44.858	20.448	933	383	3.286	–	1.137	385	210	117	50.424	21.333
Riscos nomeados e operacionais	118.065	72.540	135.572	128.420	7.874	140	434	648	25.437	14.104	287.382	215.854
Fiança Locatícia	6.093	4.020	–	3	–	–	–	–	1	1	6.094	4.024
Total	**505.496**	**378.394**	**294.733**	**222.176**	**33.036**	**14.009**	**2.164**	**1.502**	**49.646**	**27.530**	**885.076**	**643.611**
Circulante											**741.457**	**499.740**
Não circulante											**143.619**	**143.871**

a.1) Movimentações das provisões técnicas

	Provisão prêmios não Provisão ganhos Provisão		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados		Provisão de despesas relacionadas aos sinistros - PDR		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Saldo no início do exercício	378.394	287.825	222.176	121.376	14.009	8.402	1.502	1.050	27.529	20.227	643.610	438.880
Constituições decorrentes de prêmios	614.118	450.575	–	–		–	–	–	–	–	614.118	450.575
Diferimentos pelo risco decorrido	(487.016)	(360.006)	–	–	–	–	–	–	–	–	(487.016)	(360.006)
Avisos de sinistros	–	–	143.272	125.562	–	–	8.038	6.553	–	–	151.310	132.115
Cancelamentos de sinistros	–	–	(106.065)	(109.684)	–	–	(82)	(309)	–	–	(106.147)	(109.993)
Ajustes de estimativas de sinistros	–	–	178.065	125.891	–	–	(133)	(573)	–	–	177.932	125.318
Pagamentos de sinistros	–	–	(159.170)	(40.519)	–	–	(7.813)	(5.536)	–	–	(166.983)	(46.055)
Correção monetária de sinistros a liquidar	–	–	7.746	321	–	–	–	–	–	–	7.746	321
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	–	–	–	–	–	–	652	317	22.117	7.303	22.769	7.619
Outras constituições/(reversões)	–	–	8.710	(771)	19.027	5.607	–	–	–	–	27.737	4.836
Saldo no final do exercício	**505.496**	**378.394**	**294.733**	**222.176**	**33.036**	**14.009**	**2.164**	**1.502**	**49.646**	**27.530**	**885.076**	**643.611**
Circulante											**741.457**	**499.740**
Não circulante											**143.619**	**143.871**

b) Custo de aquisição diferido

b.1) Custo de aquisição diferido

Ramos	Dez/22	Dez/21
Compreensivo Empresarial	2.492	1.666
Lucros Cessantes	1.028	739
Riscos de engenharia	2.728	1.450
Riscos Diversos	128	126
Riscos nomeados e operacionais	7.703	4.900
Fiança Locatícia	1.195	796
Garantia segurado - setor público	43.152	36.044
Garantia segurado - setor privado	10.242	4.470
Responsabilidade civil ambiental	52	38
Responsabilidade civil Geral	1.868	662
Responsabilidade civil Profissional - E&O	3.309	2.163
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.061	1.342
Total	**74.958**	**54.396**
Circulante	50.781	28.970
Não circulante	24.177	25.426

b.2) Custo de aquisição diferido - movimentações

	Dez/22	Dez/21
Saldo no início do exercício	54.396	41.258
Constituições decorrentes de comissões	74.357	52.603
Diferimentos pelo risco decorrido	(53.796)	(39.465)
Saldo no final do exercício	**74.958**	**54.396**

Custo de aquisição diferido refere-se as comissões decorrentes das operações atuais da Seguradora e seguem os mesmos critérios de diferimento dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência do risco de cada apólice emitida. Os riscos emitidos têm, em média, três anos de vigência para produtos do ramo garantia e um ano de vigência para os demais produtos.

c) Prêmios de resseguros diferidos

Ramos	Dez/22	Dez/21
Compreensivo Empresarial	23.779	23.231
Lucros Cessantes	10.365	5.030
Riscos de engenharia	23.610	14.642
Riscos Diversos	1.122	865
Riscos nomeados e operacionais	93.514	56.249
Responsabilidade civil ambiental	413	45
Responsabilidade civil geral	2.632	1.421
Fiança Locatícia	3.109	1.946
Garantia segurado - setor público	90.660	79.961
Garantia segurado - setor privado	21.166	9.695
Responsabilidade civil Profissional - E&O	4.547	3.977
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	15.319	13.771
Total	**290.336**	**210.832**

c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações

	Dez/22	Dez/21
Saldo no início do exercício	210.832	147.762
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	405.932	291.798
Diferimentos pelo risco decorrido	(326.428)	(228.728)
Saldo no final do exercício	**290.336**	**210.832**

Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica “Ativos de resseguros - provisões técnicas”, líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.

d) Ativos de resseguro

Composição dos ativos de resseguros:

Ativos de resseguro - provisões técnicas	Dez/22	Dez/21
Sinistros de resseguros	333.542	226.874
Prêmios de resseguros	395.208	293.332
Comissões de resseguros	(104.872)	(82.501)
Total	**623.878**	**437.705**
Circulante	554.069	373.073
Não circulante	69.809	64.632

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Dez/22	Dez/21
Provisões técnicas -seguros (Nota 16)	885.076	643.611
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros redutores	(385.608)	(259.453)
Direitos Creditórios	(143.665)	(98.487)
Custo de Aquisição Diferidos Redutores da PPNG	(52.318)	(41.493)
Total das exclusões	**(581.591)**	**(399.432)**
Provisões técnicas para cobertura	**303.485**	**244.178**
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas (Nota 8)	356.550	264.640
Suficiência Apurada	**53.065**	**13.152**
Ativos livres (Nota 8)	31.470	93.326

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

O detalhamento de depósitos de terceiros no passivo circulante no valor de R$ 11.088 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 30.564 em 2021), considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

31 de dezembro de 2022

Vencidos	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros Depósitos	Total
De 1 a 30 dias	877	(121)	501	1.256
De 31 a 60 dias	130	660	3.415	4.205
De 61 a 120 dias	(653)	26	340	(287)
De 121 a 180 dias	431	617	309	1.357
De 181 a 365 dias **(*)**	261	(108)	1.314	1.468
Acima de 365 dias	1.925	83	1.080	3.088
Depósitos de Terceiros	**2.971**	**1.157**	**6.960**	**11.088**

31 de dezembro de 2021

Vencidos	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros Depósitos	Total
	644	9.998	6.171	16.813
De 31 a 60 dias	393	2.110	2.753	5.256
De 61 a 120 dias	930	672	758	2.360
De 121 a 180 dias	187	23	138	348
De 181 a 365 dias	90	(19)	244	315
Acima de 365 dias	1.598	137	3.737	5.472
Depósitos de Terceiros	**3.842**	**12.921**	**13.801**	**30.564**

(*) Os depósitos de terceiros classificados como “Cobrança antecipada de prêmios” com vencimento classificados entre 181 e 365 dias, referem-se substancialmente a prêmios de cosseguro dos ramos de garantia e de riscos nomeados e operacionais.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Prêmios emitidos

Ramos	Prêmios emitidos Dez/22	Prêmios emitidos Dez/21
Compreensivo Empresarial	49.680	44.981
Lucros Cessantes	19.063	11.824
Riscos de engenharia	28.763	18.676
Riscos diversos	1.937	1.606
Riscos nomeados e operacionais	242.517	160.254
RC de administradores e diretores (D&O)	40.392	44.718
RC Riscos Ambientais	1.060	460
RC Profissional (E&O)	29.986	22.403
R C Geral	17.230	5.960
Fiança Locatícia	4.697	4.117
Garantia segurado - setor público	112.834	112.765
Garantia segurado - setor privado	45.754	17.668
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	**593.913**	**445.431**
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	20.206	5.145
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	**614.119**	**450.575**

b) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Índices de (%) Sinistralidade		Índices de (%) Comercialização	
	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Compreensivo Empresarial	48.970	32.363	48,98	105,48	7,51	8,04
Lucros Cessantes	15.483	6.574	–	–	12,00	12,94
Riscos de engenharia	18.472	20.613	21,73	(6,69)	6,83	9,35
Riscos Diversos	1.751	2.466	88,52	130,77	15,85	17,79
Fiança Locatícia	2.962	2.347	(0,07)	7,17	23,91	22,34
Riscos nomeados e operacionais	209.684	141.891	51,61	58,06	5,75	4,76
Responsabilidade civil (D&O)	46.083	36.981	99,86	38,72	6,24	5,10
RC Riscos Ambientais	738	536	–	–	13,78	15,80
Responsabilidade civil geral	11.088	2.982	57,71	92,46	19,62	15,54
Responsabilidade civil Profissional (E&O)	24.400	21.461	33,98	68,32	20,96	20,63
Garantia segurado - setor público	85.063	70.352	53,87	10,49	21,50	20,73
Garantia segurado - setor privado	22.323	21.444	155,52	(92)	24,29	23,54
Garantia obrigações - públicas	–	(4)	–	–	–	–
Total	**487.017**	**360.006**	**57,29**	**38,31**	**11,05**	**11,00**

c) Sinistros ocorridos

	Dez/22	Dez/21
Sinistros	(224.163)	(151.106)
Despesas com sinistros	(8.566)	(6.185)
Recuperações de sinistros	9.158	10.357
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNER	(22.117)	(7.303)
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(19.203)	(5.620)
Salvados	166	(5)
Ressarcimentos	(14.291)	21.944
Total	**(279.016)**	**(137.919)**

d) Custos de aquisição

	Dez/22	Dez/21
Comissões	(58.272)	(42.270)
Recuperação de comissões	4.447	2.688
Total	**(53.825)**	**(39.583)**

e) Outras receitas e (despesas) operacionais

	Dez/22	Dez/21
Receitas		
Com inadimplemento em contratos de resseguros **(**)**	10.234	–
Redução ao valor recuperável para recebíveis	810	532
Ajustes de provisões e depósitos judiciais	–	39
Outras receitas com convênio DPVAT	–	22
Subtotal	**11.044**	**593**
Despesas		
Ajuste ao valor de realização para obrigações	(346)	(481)
Com provisão para riscos	(7)	(77)
Com inadimplemento em contratos de resseguros **(*)**	(3.488)	(17.275)
Outras	(628)	(29)
Subtotal	**(4.469)**	**(17.864)**
Total	**6.575**	**(17.270)**

(*) Provisão para potenciais não recuperações com resseguro.
(**) Realização da provisão com perdas de resseguro e estorno de provisão para registro em conta correspondente.

f) Resultado com resseguros

	Dez/22	Dez/21
Receitas		
Recuperação de sinistros	197.966	117.914
Despesas com sinistros	6.211	4.259
Receitas de participações em lucros de contratos de resseguros	(1.835)	(6.209)
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	17.361	4.602
Subtotal	**219.703**	**120.564**
Prêmios de resseguros cedidos	(495.153)	(365.379)
Comissões de resseguros cedidos	89.219	73.580
Variação da despesa de resseguro (6b)	79.505	63.069
Salvados e ressarcimentos ao ressegurador	8.425	(13.369)
Subtotal	**(318.004)**	**(242.098)**
Total	**(98.301)**	**(121.533)**

g) Despesas administrativas

	Dez/22	Dez/21
Com pessoal próprio	(36.799)	(29.058)
Com serviços de terceiros	(8.968)	(8.030)
Com localização e funcionamento	(4.844)	(3.211)
Com publicidade e propaganda	(1.864)	(1.183)
Com publicações	(131)	(267)
Com donativos e contribuições	(156)	(144)
Outras	(2.718)	(857)
Total	**(55.480)**	**(42.751)**

A Fator Seguradora possui programa próprio, firmado com o Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, para pagamento de participação nos lucros e resultados a empregados e administradores. O acordo firmado determina o pagamento com base nos resultados operacionais e avaliação individual.

h) Despesas com tributos

	Dez/22	Dez/21
COFINS	(9.269)	(7.206)
PIS	(1.644)	(1.275)
Taxa Fiscalização - SUSEP	(954)	(966)
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	(162)	(99)
Contribuição Sindical	(17)	(9)
Outras	(4)	(12)
Total	**(12.050)**	**(9.568)**

i) Resultado financeiro

	Dez/22	Dez/21
Receitas		
Títulos públicos	39.062	10.857
Títulos privados	3.004	934
Atualização monetária de créditos tributários	769	173
Receitas financeiras com operações de seguros	414	290
Subtotal	**43.249**	**12.254**
Oscilação de quotas - Fundo de Invest. Renda variável	–	14
Oscilação de ações	–	(22)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(383)	(132)
Despesas financeiras com operações de seguros Var Monet	(88)	(6)
Atualização monetária de sinistros judiciais	(1.598)	(108)
Repasse juros sobre prêmios a resseguradoras	(137)	(85)
Subtotal	**(2.205)**	**(339)**
Total	**41.044**	**11.915**

j) Resultado patrimonial

	Dez/22	Dez/21
Dividendos e rendimentos- DPVAT	9	1
Total	**9**	**1**

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$146.480 (R$146.480 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em 2021 em conformidade com o acionista, não deliberamos o pagamento de dividendos.

c) Juros sobre capital próprio

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de dezembro de 2022, deliberou o pagamento de Juros Sobre o Capital - JCP ao acionista no valor de R$12.579, referente ao exercício de 2022 (Em 2021 não ocorreu pagamento de JCP), até o limite da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do ano anterior. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no valor de R$5.120 (Em 2021 não ocorreu redução de carga tributária devido não ter sido pago JCP).

d) Reservas de lucros

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento do capital social).

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL
Resultado antes dos impostos	**35.973**	**35.973**	**3.316**	**3.316**
Juros sobre o capital próprio	(12.579)	(12.579)	–	–
Participações sobre o resultado	(6.259)	(6.259)	(1.344)	(1.344)
	17.135	17.135	1.972	1.972
Alíquota Nominal	**25%**	***15%**	**25%**	**15%**
Adições/(Exclusões) temporárias	(257)	(257)	(12.048)	(12.048)
Adições/(Exclusões) permanentes	455	455	9.815	9.815
Lucro/(prejuízo) Real	**17.333**	**17.333**	**(261)**	**(261)**
Compensação Prejuízos Fiscais	(5.200)	(5.200)	–	–
Base do IR e CSLL	**12.133**	**12.133**	**(261)**	**(261)**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(3.009)	(1.876)	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias - Diferido	(63)	(38)	(666)	(400)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal - Diferido	(1.300)	(780)	–	–
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(4.372)**	**(2.694)**	**(666)**	**(400)**

(*) A alíquota da CSLL foi elevada para 16% de agosto a dezembro de 2022.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 25 de novembro de 2016, a Fator Seguradora S.A. e o Banco Pine S.A. celebraram contrato para prestação de seguro de garantia judicial na modalidade execução fiscal, tendo como interveniente, a Axa Seguradora S.A. (congênere). Em contrapartida à emissão da apólice, o Banco Pine S.A. assumiu perante a Seguradora e congênere a obrigação de constituir garantia colateral e cedeu para a Fator Seguradora, fiduciariamente, títulos públicos, no valor de R$147.417 correspondente a cinquenta por cento da importância segurada pela apólice 1007500003879 quitada em 2018, depositado no banco Itaú S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado do título público registrado em nome da Fator Seguradora é de R$ 84.576 devido a emissão de uma nova apólice 1007500018084 e devido diminuição da IS (R$ 181.394 referente a apólice 100750005755 em 31 de dezembro de 2021). A garantia permanecerá até fim de vigência da apólice de 31/08/2027 e a quitação integral de todas as obrigações garantidas;
b) Conforme resolução CNSP nº 388 que dispõem sobre regras de segmentação e de aplicação proporcional da regulamentação prudencial no setor de seguros, a Fator Seguradora S.A. está classificada na categoria S3.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

continua

Americanas tenta protelar produção de provas, diz juíza ao STF

Magistrada envia esclarecimento a Alexandre de Moraes; varejista afirma que não vai se pronunciar sobre o assunto

Fernanda Brigatti e Daniele Madureira

SÃO PAULO A juíza Andréa Galhardo Palma, que determinou perícia em emails de diretores, conselheiros e funcionários das áreas de contabilidade e finanças da Americanas, disse ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que a empresa tentar protelar a vistoria das comunicações.

Isso porque, segundo ela, a companhia nunca levou à Justiça de São Paulo os argumentos apresentados na reclamação ao STF. A defesa da Americanas alegou que havia risco de quebra de sigilo entre cliente e seus advogados.

O ministro do Supremo suspendeu, na semana passada, a decisão da juíza, da 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem de São Paulo, que dava ao Bradesco acesso a essas trocas de correspondências entre as pessoas em cargos de chefia na companhia.

A estratégia dos bancos é tentar comprovar a existência de fraude na gestão da varejista, abrindo caminho para cobrar dos acionistas de referência —os bilionários Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles— o ressarcimento pelos prejuízos.

A Americanas disse que não vai comentar o assunto.

"Em nenhum momento a parte autora mencionou a suposta violação de sigilo de dados e emails trocados entre advogados vs. clientes. Ainda que o tivesse, também estariam protegidos pelo sigilo de dados e estariam fora do objeto da perícia", escreveu a juíza.

Palma também afirma que tanto a decisão liminar que determinou a perícia quanto a confirmação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo "deixaram clara a preservação do sigilo dos dados obtidos pela Justiça e respectivo expert nomeado para perícia".

Há algumas semanas, a juíza Andrea Palma havia determinado que a Microsoft entregasse ao Bradesco as cópias de caixas de emails de executivos da Americanas. A empresa recorreu ao STF, e Moraes foi sorteado relator do caso. A decisão monocrática do ministro, no entanto, precisa passar por julgamento em plenário —sem data definida, segundo informou o STF.

O recurso levado pela Americanas é uma reclamação. Ela sobe direto à corte superior porque envolve o risco de descumprimento do preceito constitucional que garante o sigilo das comunicações entre advogado e cliente. A proteção a esse sigilo tem como respaldo a decisão do julgamento da ADI (ação direta de inconstitucionalidade) 1.127, que se tornou referência para decisões seguintes.

Segundo o andamento no STF, a prestação de informações foi feita pela juíza na sexta (17), dia seguinte à decisão de Moraes, e deu entrada no sistema do Supremo na quarta (22).

A juíza afirma que a defesa da rede poderia ter apresentado, no TJ-SP, um agravo com efeito suspensivo, um tipo de recurso que, como sugere o nome, poderia paralisar a perícia, mas não o fez.

Na manifestação encaminhada ao STF, a magistrada diz considerar que "estão presentes o interesse público na preservação da prova e o risco de perecimento" no caso apresentado pelo Bradesco. O banco é representado na briga com a Americanas pelo Warde Advogados, que atende também ao Safra.

Em outra ação, o Santander também conseguiu liminar para acessar os emails de diretores, ex-diretores, conselheiros, ex-conselheiros, funcionários e ex-funcionários das áreas de finanças e contabilidade da rede de varejo.

A Americanas está em recuperação judicial. Em janeiro, apenas alguns dias antes de apresentar o pedido de recuperação à Justiça do Rio, tornou pública a descoberta de inconsistências contábeis de R$ 20 bilhões. Depois, a empresa disse ter dívidas que superam R$ 40 bilhões.

Pedestre à frente de unidade da Americanas no centro do Rio; empresa está em recuperação judicial Mauro Pimentel - 13.jan.23/AFP

Banco chinês contesta na Justiça do Rio proteção concedida à Oi contra credores

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO O China Development Bank acionou a Justiça do Rio para contestar a medida cautelar que protegeu a operadora Oi contra credores. A instituição chinesa se junta a bancos brasileiros que já fizeram contestações similares contra a empresa.

O juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), concedeu, no início deste mês, a proteção contra o bloqueio de ativos por credores da Oi.

Há expectativa de que esse processo resulte no segundo pedido de recuperação judicial da empresa. O fim do primeiro processo foi anunciado em dezembro de 2022.

Em sua petição, o China Development Bank entende que a primeira recuperação judicial ainda não foi formalmente concluída, já que a sentença de encerramento ainda não transitou em julgado (etapa final do julgamento). Na visão dos advogados do banco, o pedido de proteção é "ilegal".

Para a instituição, há "fortes indicativos" de que a empresa "não cumpriu e continuará não cumprindo" as obrigações assumidas no plano de recuperação original e em seu respectivo aditivo.

"[...] é um completo absurdo permitir ao Grupo Oi que, passado pouco mais de dois anos após a apresentação de praticamente um novo PRJ, possa, pela terceira vez seguida, realizar uma nova rodada de reestruturação de suas dívidas, em manifesto prejuízo aos seus credores", diz o banco.

A operadora tem uma lista de 14 credores com os quais a dívida chega a R$ 29,75 bilhões, segundo valores atualizados até 31 de dezembro de 2022. Da quantia total, R$ 3,8 bilhões são associados ao China Development Bank.

Instituições como Banco do Brasil, Caixa e Bradesco também já contestaram na Justiça a medida cautelar favorável à operadora.

Para Caixa e BB, nova recuperação judicial permitiria que a empresa "prosseguisse impondo aos seus credores prejuízos atrás de prejuízos, calotes atrás de calotes, inclusive forçando a sua perpetuação no mercado de forma antinatural".

Na semana passada, a Oi saiu em defesa de seu processo de reestruturação. Em nota, a empresa apontou que a tutela antecipada foi legítima. Disse também que cumpriu todas as obrigações da primeira recuperação judicial.

"O pedido de tutela antecipada à Justiça, feito no fim de janeiro, faz parte das ações legítimas da Oi em busca de sustentabilidade de longo prazo, após cumprir todas as obrigações até aqui decorrentes do plano de recuperação judicial —aprovado em 2018 e encerrado ao final de 2022", afirmou na ocasião.

A tele disse que "imensas transformações", ainda em curso, vêm acompanhando a empresa desde a primeira recuperação. Nesse sentido, citou uma "completa mudança na sua governança". A Oi também conseguiu na Justiça de Nova York proteção contra cobranças de credores. **Fernanda Brigatti e Leonardo Vieceli**

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **AXA Seguros S.A.** relativas ao exercício de 2022, apuradas com base na regulamentação vigente.

A empresa: A **AXA Seguros S.A**, empresa do Grupo AXA, também denominada "AXA" ou "Companhia", iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar com seguros de danos e vida em todo o território nacional.

A AXA é uma seguradora especializada, cuja atuação tem principal foco estratégico nos segmentos dos seguros de Danos, Vida e Afinidades, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços nas linhas de Patrimonial, Riscos financeiros, Responsabilidades, Transportes, Vida em Grupo e Seguros massificados.

O Grupo AXA é internacional, com atuação no mercado de Seguros Gerais, especializado em subscrição de Seguros e Resseguros, com origem na França e presente nos principais mercados de seguros do mundo.

A AXA XL Seguros S.A. foi adquirida pelo AXA Seguros S.A., e autorizado previamente pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Carta Homologatória Eletrônica nº 36/2022/SUSEP. Em 1º de novembro de 2022, foi realizada a incorporação da AXA XL Seguros S.A.

Desempenho Operacional: A Companhia registrou prêmios emitidos brutos de R$ 1.025.835 e prêmios ganhos de R$ 875.607. O resultado financeiro foi de R$ 56.305. As reservas técnicas somaram R$ 2.159.071. O lucro do exercício foi de R$ 112.260 e os prejuízos acumulados somam R$ (271.991).

Perspectivas: A estratégia de negócios da AXA está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de clientes. Sua plataforma de operações, dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Declaração de Capacidade Financeira: Em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros.

Governança Corporativa: O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Comitê de Auditoria: Previsto no Estatuto Social da AXA, está instituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, e em conformidade com as práticas de governança do Grupo AXA e seu regimento interno, é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração. A criação do referido comitê e a eleição de seus membros foram aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela Portaria SUSEP/DIORG nº 1.089/2018. Para o exercício de 2023 teremos 3 novos membros do Comitê de Auditoria, os quais ainda estão em fase de aprovação pela SUSEP.

Agradecimentos: A AXA Seguros S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela confiança e apoio dedicados à Companhia. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**1.980.473**	**555.861**
Disponível	7	**47.681**	**3.211**
Caixa e bancos		47.681	3.211
Aplicações	8	**177.722**	**107.192**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**640.544**	**227.945**
Prêmio a receber	9.1	467.808	209.287
Operações com seguradoras	9.2	50.507	8.912
Operações com resseguradoras	9.3	119.572	8.625
Outros créditos operacionais		2.657	1.121
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10.1	**926.932**	**121.776**
Prêmios - Resseguro		177.783	33.353
Sinistros - Resseguro		749.149	88.423
Títulos e créditos a receber		**51.519**	**19.779**
Títulos e créditos a receber	10.2	27.500	8.587
Créditos tributários e previdenciários	16.4	18.730	7.217
Depósitos judiciais e fiscais		20	–
Outros créditos		5.269	3.975
Outros valores e bens		**777**	**12**
Bens a venda		777	12
Despesas antecipadas		**2.701**	**1.048**
Empréstimos e depósitos compulsórios		–	49
Custo de aquisição diferido	11	**132.597**	**74.849**
Seguros		132.597	74.849
Não circulante		**1.613.376**	**558.603**
Realizável a longo prazo		**1.416.433**	**354.043**
Aplicações	8	**1.016.113**	**277.518**
Créditos das operações com seguros e resseguros	9.1	**22.789**	**10.527**
Prêmio a receber		22.789	10.527
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10.1	**222.892**	**28.944**
Prêmios - Resseguro		57.508	19.733
Sinistros - Resseguro		165.384	9.211
Títulos e créditos a receber		**115.361**	**7.424**
Depósitos judiciais e fiscais		15.825	38
Créditos tributários e previdenciários	16.4	99.536	7.386
Outros valores e bens	20	**4.664**	**4.424**
Outros valores e bens		4.664	4.424
Empréstimos e depósitos compulsórios		**591**	**533**
Custo de aquisição diferido	11	**34.223**	**24.673**
Seguros		34.223	24.673
Imobilizado	12	**7.326**	**6.449**
Bens móveis		5.663	3.734
Outras imobilizações		1.663	2.715
Intangível	13	**189.417**	**198.111**
Outros intangíveis		189.417	198.111
Total do ativo		**3.593.849**	**1.114.464**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante		**2.444.040**	**669.974**
Contas a pagar		**67.774**	**50.701**
Obrigações a pagar	17	35.218	30.604
Impostos e encargos sociais a recolher		20.294	12.331
Encargos trabalhistas	18	9.053	6.915
Impostos e contribuições		3.209	851
Débitos das operações com seguros e resseguros		**604.208**	**122.080**
Prêmios a restituir		3.099	448
Operações com seguradoras		41.488	15.740
Operações com resseguradoras	10.1	440.978	53.530
Corretores de seguros e resseguros	10.3	93.095	47.279
Outros débitos operacionais		25.548	5.083
Depósito de terceiros	19	**24.988**	**1.875**
Provisões técnicas - seguros	14	**1.741.370**	**490.862**
Danos		1.702.163	459.027
Pessoas		39.207	31.835
Outros débitos		**5.700**	**4.456**
Provisões trabalhistas	15	1.014	–
Débitos Diversos		4.686	4.456
Não circulante		**438.331**	**129.106**
Débitos das operações com seguros e resseguros		**10.029**	**4.988**
Operações com resseguradoras	10.1	6.606	1.540
Corretores de seguros e resseguros	10.3	3.423	3.448
Provisões técnicas - seguros	14	**417.701**	**121.656**
Danos		407.245	107.704
Pessoas		10.456	13.952
Outros Débitos		**10.601**	**2.462**
Obrigações fiscais	16.5	7.922	2.386
Provisões cíveis	15	2.679	76
Patrimônio líquido	21	**711.478**	**315.384**
Capital social		980.218	707.288
Reservas de capital		13.670	–
Prejuízos acumulados		(271.991)	(384.251)
Ajuste de avaliação patrimonial		(10.419)	(7.653)
Total do passivo		**3.593.849**	**1.114.464**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos		**1.025.835**	**659.657**
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios		(150.228)	(15.558)
(=) Prêmios ganhos	22.a	**875.607**	**644.099**
(–) Sinistros ocorridos	22.b	**(370.191)**	**(283.064)**
(–) Custo de aquisição	22.c	**(236.273)**	**(201.596)**
(+) Resultado com resseguro	22.d	**(69.602)**	**1.022**
(+) Receita com resseguro		92.276	86.631
(–) Despesa com resseguro		(161.878)	(85.609)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	22.e	**(43.469)**	**(16.355)**
(–) Despesas administrativas	22.f	**(182.747)**	**(154.680)**
(–) Despesas com tributos	22.g	**(34.758)**	**(25.453)**
(+) Resultado financeiro	22.h	**56.305**	**29.989**
(+) Receitas financeiras		76.889	52.983
(–) Despesas financeiras		(20.584)	(22.994)
(=) Resultado operacional		**(5.128)**	**(6.038)**
(+) Resultado patrimonial	22.i	**71.619**	**258**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**(35)**	**(381)**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**66.456**	**(6.161)**
(–) Imposto de renda	16	37.109	–
(–) Contribuição social	16	22.531	–
(–) Participações sobre o lucro		(13.836)	(11.993)
(=) Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		**112.260**	**(18.154)**
Quantidade de ações		8.627.833.472	4.573.066.877
Lucro/Prejuízo líquido por ação		**0,0130**	**(0,0040)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Lucro/Prejuízo do exercício	**112.260**	**(18.154)**
Outros resultados abrangentes	(2.766)	(20.151)
Total do resultado abrangente do exercício	**109.494**	**(38.305)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Atividades Operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**112.260**	**(18.154)**
Ajustes para:		
Títulos e valores imobiliários	(2.766)	(20.151)
Baixa líquida do imobilizado e intangível	–	–
Depreciações e Amortizações	28.601	21.302
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(809.126)	32.891
Créditos das operações de seguros e resseguros	(424.860)	(50.063)
Ativos de resseguro	(999.105)	(46.923)
Créditos fiscais e previdenciários	(103.663)	1.114
Despesas antecipadas	(1.651)	(542)
Custos de aquisição diferidos	(67.299)	10.063
Outros ativos	(35.720)	664
Impostos e contribuições	2.359	(13.151)
Outras contas a pagar	14.715	(1.065)
Débitos de operações com seguros e resseguros	487.169	47.196
Outros débitos	9.381	5.178
Depósitos de terceiros	23.113	(2.079)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.546.554	45.220
Caixa gerado/consumido pelas operações	(220.038)	11.500
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra		
Pagamento pela compra de participação em investimento	–	–
Pagamento pela compra de Investimento	–	–
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(3.291)	(834)
Pagamento pela aquisição de intangível	(18.801)	(58.569)
Caixa consumido nas Atividades de Investimento	(22.092)	(59.403)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	272.930	43.300
Reserva de capital	13.670	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**286.600**	**43.300**
Diminuição/aumento de caixa e equivalentes de caixa	44.470	(4.603)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.211	7.814
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	47.681	3.211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ganhos/Perdas não realizadas	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**620.588**	**12.498**	**43.400**	**–**	**(366.097)**	**310.389**
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP/CGRAT nº 97 de 12 de abril de 2021	43.400	–	(43.400)	–	–	–
Aumento de capital (em aprovação)	–	–	43.300	–	–	43.300
Aprovação aumento capital - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 561 de 26 de dezembro de 2021	43.300		(43.300)	–	–	–
Títulos e valores imobiliários	–	(20.151)	–	–	–	(20.151)
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(18.154)**	**(18.154)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**707.288**	**(7.653)**	**–**	**–**	**(384.251)**	**315.384**
Aumento de capital (em aprovação)	272.930	–	(272.930)	–	–	–
Aprovação aumento capital - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 989 de 26 de setembro de 2022	–	–	272.930	–	–	272.930
Reservas de capital	–	–	–	13.670	–	13.670
Títulos e valores imobiliários	–	(2.766)	–	–	–	(2.766)
Lucro do exercício	–	–	–	–	112.260	112.260
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**980.218**	**(10.419)**	**–**	**13.670**	**(271.991)**	**711.478**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AXA Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do grupo AXA, grupo segurador internacional, sendo a Voltaire Participações S/A detentora de 100% das ações. A Seguradora está sediada em São Paulo, com autorização de operar da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 25 de agosto de 2014, pela Portaria nº 6001 e tem por objeto social a exploração das operações de seguro de danos e de pessoas em todo o território nacional.

Em 1º de abril de 2022 a empresa AXA XL seguros S.A., controlada da XL Insurance Company SE baseada na Irlanda, foi adquirida pela AXA Seguros S.A. pelo montante de R$ 249.818, gerando um ganho entre o valor de patrimônio adquirido e valor pago no montante de R$ 13.670 reconhecido como Reserva de capital. Em 1º de novembro de 2022, foi realizada a incorporação da AXA XL Seguros S.A. pela AXA Seguros S.A. conforme solicitado no processo SUSEP nº 15414.636691/2022-11 e autorizado previamente pela SUSEP através da Carta Homologatória Eletrônica nº 36/2022/SUSEP. Nesse contexto, apresentamos abaixo os saldos incorporados em 1º de novembro de 2022, separadamente e agregados.

Ativo	
Circulante	**1.652.184**
Disponível	48.775
Aplicações	96.061
Créditos das operações com seguros e resseguros	487.956
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	975.653
Títulos e créditos a receber	25.966
Outros valores e bens	46
Despesas antecipadas	377
Custo de aquisição diferido	17.350
Não circulante	**641.931**
Realizável a longo prazo	**641.719**
Aplicações	563.726
Créditos das operações com seguros e resseguros	396
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	32.438
Títulos e créditos a receber	44.232
Custo de aquisição diferido	927
Imobilizado	**212**
Total do ativo	**2.294.115**
Passivo	
Circulante	**1.910.508**
Contas a pagar	15.355
Débitos das operações com seguros e resseguros	575.187
Depósito de terceiros	32.196
Provisões técnicas - seguros	1.286.759
Outros débitos	1.011
Não circulante	**44.740**
Contas a pagar	2.541
Débitos das operações com seguros e resseguros	422
Provisões técnicas - seguros	37.961
Outros Débitos	3.816
Patrimônio líquido	**338.867**
Capital social	507.467
Prejuízos acumulados	(172.411)
Ajuste de avaliação patrimonial	3.811
Total do passivo + patrimônio líquido	**2.294.115**

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras: As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora, para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras, estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pelo órgão regulador, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar, e Resseguradores locais estabelecido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações subsequentes. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme detalhado na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo de determinados ativos financeiros. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. **2.2 Circulante e não circulante:** A cada data de elaboração do balanço patrimonial, a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os vencimentos que ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. **2.4 Conversão e saldos mantidos em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As seguintes políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Contratos de seguros:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A administração da Seguradora procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3 Ativos financeiros:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independente da data de vencimento, e são contabilizados por seu valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores, na data do balanço. **(ii) Disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "Mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Empréstimos e recebíveis" ou "Mantidos até o vencimento", e são reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perda ("*impairment")* considerada permanente, é apropriado ao resultado. **(iii) Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. A Seguradora não tem ativos financeiros classificados nessa rubrica. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Outros créditos". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço. **3.4 Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*): (a) Ativos financeiros:** A Seguradora avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos pela mudança do valor recuperável são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A provisão para riscos sobre créditos de seguro e cosseguros aceitos é constituída por faixa de vencimento e por ramo, para todos os valores vencidos ou a vencer e riscos decorridos ou a decorrer, conforme estudo por ramo efetuado pela Seguradora, bem como são avaliados seus passivos correspondentes para aplicação do ajuste ao valor de realização.

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios diretos

Vencimento	%
A vencer	0% a 2,36%
Vencidos até 30 dias	0% a 14,10%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 40,34%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 59,50%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 71,29%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 80,16%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 83,77%
Vencidos acima de 181 dias	100%

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos

Vencimento	%
A vencer	0% a 3,07%
Vencidos até 30 dias	0% a 15,09%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 26,19%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 41,45%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 57,80%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 79,03%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 89,92%
Vencidos acima de 181 dias	100%

A provisão para riscos sobre créditos de ativo de sinistro de cosseguro cedido e ativo de sinistro de resseguro é constituída com base na Circular SUSEP nº 648/2021 onde é constituída a redução ao valor recuperável a partir de 180 dias da data do registro do crédito. **(b) Ativos não financeiros:** Os valores de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável determinado através do valor de venda ou uso, a perda é reconhecida imediatamente no resultado. **3.6 Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende: equipamentos, móveis e utensílios, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros, sendo mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Equipamentos (20%), Móveis e utensílios (10%), Veículos (20%) e Benfeitorias em imóveis de terceiros (10%). **3.7 Ativo intangível:** ***Software:*** *Softwares* adquiridos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas por *impairment.* A taxa de amortização anual é de 20%. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Outros Intangíveis:** Gastos com contratos de exclusividade na distribuição de seguros com redes varejistas são registrados no intangível, em função das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao contrato, *pro rata* pelo prazo do contrato. Gastos com projetos de tecnologia são registrados no intangível, em função das características de cada projeto, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao projeto pelo período de 5 anos. **3.8 Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 648/2021 e suas posteriores alterações estipulados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA). **3.8.1 Provisão Para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: (a) O cálculo da provisão considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da provisão é efetuado por certificado ou item; PPNG=Base de Cálculo × (Período de Vigência a Decorrer/Prazo de Vigência do Risco). (b) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido; (c) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; (d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **3.8.2 Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos. A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, somente serão utilizados no cálculo os valores de PPNG gerados pelas apólices emitidas considerando seu respectivo atraso, via triângulos de run-off, conforme detalhada em Nota Técnica Atuarial. **3.8.3 Custo de aquisição diferidos:** As despesas de comissão são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido do risco coberto. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. As comissões de agenciamento e pró-labore são amortizadas conforme o prazo de vigência dos contratos cuja vigência média é de 36 meses. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. **3.8.4 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Esta provisão contempla, quando aplicável, ajustes considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER). **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNR Global. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como IBNeR e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNyR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.6. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. **3.8.5 Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativas a despesas relacionadas a sinistros. Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e na provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR). Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo: • ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; • ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER; • ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; e • ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER. Onde: • *ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e* • *ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis.* **3.8.6 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off e *Bornhuetter - Ferguson*, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 120 meses. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Seguradora, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Seguradora. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em metodologia de cálculo que leva em consideração: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação, para os sinistros que foram regulados administrativamente, e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação, para os sinistros que entraram diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização; (ii) Percentuais históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; e (iii) Valor médio dos sinistros registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", resultando no valor médio das causas. **3.8.7 Teste de Adequação de Passivos - TAP (Liability Adequacy Test - LAT):** Conforme a Circular vigente, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na provisão complementar de cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular vigente, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas e, por fim, entre prêmios registrados e prêmios futuros. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), prefixada, com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As provisões de prêmios (PPNG, PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, para o total da Seguradora quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) contabilizadas foram consideradas adequadas quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável. Dessa forma, de acordo com as estimativas realizadas, não houve necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura para a data-base de 31 de dezembro de 2022. **3.9 Principais tributos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são calculados à alíquota de 15% para imposto de renda acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos da Lei 9.430/96, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% de Janeiro a Julho de 2022 conforme a Lei 13.169/15, e 16% de Agosto a Dezembro de 2022 conforme Lei 14.446/2022. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 15% conforme a Lei 13.169/15 para a contribuição social, ou de 15 % para créditos sobre base negativa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **3.10 Demais passivos:** Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos incorridos até a data de balanço, quando aplicável. **3.11 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes

continua →★

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes referem-se a obrigações presentes, decorrente de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda, prováveis, possíveis, e remotas e são provisionados da seguinte forma: Provável 80%, Possível 40% e Remota 10% quando se trata de contingências de sinistros judiciais, e para contingências cíveis e trabalhistas provisionamos apenas quanto o desembolso futuro for provável. **3.12 Benefícios a empregados:** As provisões trabalhistas, principalmente relativas às provisões de férias, provisão de 13º salário e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. A Seguradora possui um plano de aposentadoria complementar em favor de seus empregados, para aqueles que optaram em participar, sob forma de plano de contribuição definida como Plano Fundo Gerador de Benefícios, administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora registrou contribuições de R$ 830 (31 de dezembro de 2021 - R$ 733), classificadas na rubrica "Despesas com pessoal próprio no grupo despesas administrativas". **3.13 Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.14 Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais tem a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os créditos tributários são efetuados com base em estudos técnicos que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Seguradora. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Seguradora determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Seguradora classifica todo o montante em circulante. **3.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência na operação de grandes riscos e considera na operação: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • As comissões e agenciamentos de seguros diferidos, registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses* - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* - ULAE).

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

IFRS 17 - "Contratos de Seguros": Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que fielmente representem esses contratos. Esta informação fornece uma base para os usuários das demonstrações financeiras para avaliar o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira da entidade, o desempenho financeiro e o fluxo de caixa. **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros":** Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, e divulgação dos instrumentos financeiros. O objetivo dessa norma é garantir que os ativos e passivos financeiros sejam reconhecidos de forma justa nas demonstrações financeiras, facilitando a compreensão por parte dos investidores e leitores. A Seguradora não adotou tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 sendo que a norma citada acima não foi aprovada pela SUSEP até a data deste relatório.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos a avaliação pelo valor justo. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (Nota 8); • Créditos e débitos tributários (Nota 16.2); • Cálculo de *impairment* de ativos (Nota 3.5); • Provisões Técnicas - seguros (Nota 14); • Provisões judiciais (Nota 15).

6. GESTÃO DE RISCOS

6.1 Estrutura da gestão de riscos: A Seguradora segue as normas de gestão de risco do Grupo AXA, adaptando sua Política de Gestão de Riscos (RMP) mundial de acordo com o tamanho, mix de negócios e complexidade de suas operações no Brasil. A Seguradora também segue as diretrizes dos órgãos reguladores e possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos de suas operações e aos seus controles internos, atuando de forma independente das demais áreas da empresa. Entretanto, todas as áreas e níveis da Seguradora participam do processo de identificação, monitoramento e tratamento dos riscos aos quais a Seguradora está suscetível. A estrutura de gestão de riscos e controles internos é responsável por implementar a Política de Gestão de Riscos, que tem como principais objetivos preservar a base de capital da Seguradora promovendo cultura de risco prudente, definindo e formalizando o processo de gestão de riscos, bem como controlando e validando o nível de risco assumido pela Seguradora. A Seguradora usa ferramentas quantitativas e qualitativas que visam permitir que os tomadores de decisão minimizem o potencial de exposições a riscos indesejados. As próximas seções apresentam os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta, bem como mais detalhes do processo de gerenciamento de riscos. **6.2 Governança de riscos:** A Seguradora entende que uma boa governança no processo de gestão de riscos é essencial para o crescimento sustentável da Seguradora e garantia de uma correta operação no mercado segurador. O Conselho de Administração é a instância mais elevada de tomada de decisão na Seguradora, sendo responsável pela estratégia da Seguradora, eleição e destituição dos diretores (fixando suas atribuições, inclusive fiscalizando sua gestão), pela convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, aprovar o plano de auditoria interna dentre outras responsabilidades. Para auxiliar o Conselho de Administração, foram criados diversos comitês, que possuem mandatos definidos, reuniões periódicas e registros dessas reuniões periódicas em ata. Os principais comitês da Seguradora são: Comitê Executivo: tem como principais objetivos fixar as orientações estratégicas da entidade; definir o alvo em matéria da organização de trabalho e política de RH; validar a qualidade dos planos de ação; validar os planos de ação elaborados pela Direção Operacional e garantir sua execução; validar a avaliação dos riscos estratégicos, regulamentares, de reputação e emergentes; validar o modelo interno do sistema de gestão de riscos; validar o quadro de tolerância ao risco, o nível de apetite ao risco e os planos de ação associados; tomar conhecimento dos resultados da missão da auditoria; definir as prioridades em termos de investimentos; validar as políticas tarifárias elaboradas pelas Direções Operacionais tanto para novos negócios como para o portfólio, e assegurar sua coerência com os objetivos globais da entidade; aprovar novas ofertas, como também ao lançamento das fases essenciais de grandes projetos; fixar prioridade na matéria de formação; pilotar os indicadores de performance técnica e operacional; e validar as soluções ou pedidos propostos pelos comitês operacionais. Comitê de Subscrição: tem como principais objetivos definir a Política de Subscrição, assegurando a sua adequação aos contratos de resseguro; compartilhar e garantir as práticas de subscrição; avaliar o interesse nos segmentos de mercado conforme o apetite de risco da Seguradora; desenvolver sinergias e *cross-selling* entre as várias linhas de negócio; avaliar a necessidade de novos produtos ou coberturas; aprovar a redação de novas cláusulas compartilhadas; monitorar os indicadores de performance técnica; e vigiar as mudanças na regulação que tenham impacto na subscrição e nas condições das apólices. Comitê de Investimentos: tem como principais objetivos definir o apetite de risco da Seguradora; realizar a gestão deste apetite, aprovar a Política de Gestão dos Investimentos Financeiros; aprovar as alocações estratégicas de investimento bem como os programas de investimentos; e avaliar os investimentos realizados e as suas performances. Comitê Comercial e de Marketing: tem como principais objetivos garantir a implantação da política comercial da seguradora; compartilhar dificuldades para definir ação conjunta técnico-comercial; desenvolver sinergias e entre as linhas de negócios; analisar *pipeline* das áreas de negócios buscando estratégias de fechamento dos negócios; detectar eventuais *gaps* de produção e propor ações específicas em conjunto com a área de marketing; avaliar a produção e desempenho de performance dos corretores/parceiros e definir ações quando necessário; atender e avaliar ações comerciais dos concorrentes e definir ações de acordo com os objetivos estratégicos; atender e avaliar o ambiente de negócios em função de conjunturas econômicas, sociais e culturais e identificar novas oportunidades de negócios. Comitê (ARCC): é um subcomitê do Comitê Executivo, com o objetivo de revisar todos os problemas materiais de auditoria, de riscos e de *compliance* enfrentados pela AXA Seguros S.A. e assim garantir o alinhamento entre as funções de controle e a gestão em tópicos transversais. O Comitê também revisa e discute itens conforme requerimento das regulamentações da SUSEP e demais itens propostos em agenda, como itens propostos CEO e/ou outros membros, porém que sejam relevantes para as áreas de Auditoria, Risco e *Compliance*. Comitê de Sinistros: tem como principais objetivos avaliar os motivos, bases técnicas e jurídicas para eventual negativa ou pagamento de um sinistro, orientar e redirecionar a postura técnica da área de Sinistros, visando evitar ações judiciais; e identificar problemas nas condições dos produtos, que estejam prejudicando ou que venham contra os princípios definidos pelo subscritor. É ainda atribuição do Comitê, analisar os sinistros atípicos, que geram discussões em relação à cobertura técnica e que apresentam divergências em relação às condições gerais dos produtos. Comitê de Auditoria: composto por membros externos à seguradora, este comitê tem como principais objetivos revisar as demonstrações financeiras; avaliar a efetividade da auditoria interna e independente e a aceitação de suas recomendações; e avaliar e monitorar a eficácia dos controles internos, reportando as deficiências identificadas e recomendando correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições. **6.3 Risco de seguro:** O risco de seguro é definido pela Seguradora como risco no qual os prêmios de seguro e as reservas não cubram adequadamente a experiência de sinistros. A função de Controle de Subscrição e Resseguro foi concebida para mitigar estes riscos a um nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição de produtos, risco no valor de sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco de provisões. A Seguradora tem diversos controles mitigadores para o risco de seguro bem como realiza análises de sensibilidade e de concentração de riscos. **6.4 Contratos de resseguro:** O risco de seguro pode ser mitigado por meio de contrato com resseguradores. As carteiras da Seguradora possuem proteção de resseguro proporcional e não proporcional. A Seguradora detém contratos ativos com os resseguradores locais, admitidos e eventuais, todos com bom *rating* de risco de crédito, de forma a otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, assim como mitigar possíveis perdas na eventualidade de sua inexistência. A estratégia da seguradora é atuar dentro da capacidade do contrato de resseguro, minimizando a necessidade de compra de eventuais proteções de resseguro facultativas com outros resseguradores, o que aumentaria a exposição ao risco de crédito. **6.5 Análise de sensibilidade:** Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora foi aplicada sobre a sinistralidade, e ativos financeiros da empresa, sendo que os impactos poderão ser vistos a seguir:

Premissas	Passivo (1)	Ativo (2)	PLA	Resultado (3)
				2022
Aumento de 2 p.p., sobre a sinistralidade (1)	17.512	4.365	(7.888)	(7.888)
Redução de 2 p.p., sobre a sinistralidade (2)	(17.512)	(4.365)	7.888	7.888

Premissas	Ativo (4) 2022	PLA(5) 2022	Ativo (4) 2021	PLA(5) 2021
Aumento de 3,5% nas taxas de juros	(35.750)	21.450	(12.157)	7.294
Redução de 1,5% nas taxas de juros	16.365	9.819	5.673	3.404

Observações: (1) *Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* (2) *Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* (3) *Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.* (4) *Aumento de 3,5 ponto percentual ou redução de 1,5 ponto percentual na taxa de juros para apurar o impacto no ativo na Seguradora. (5) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.* **6.6 Concentração de risco:** A concentração de risco da Seguradora é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios baseada nas importâncias seguradas.

Prêmios diretos brutos de resseguro — 31 de dezembro de 2022

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Acidentes Pessoais	32	253	8	1	19	313
Aeronáuticos (cascos)	(735)	30.322	–	–	9	29.596
Compreensivo condomínio	9.932	5.882	65	270	332	16.481
Compreensivo empresarial	18.572	43.739	2.549	4.248	6.374	75.482
Compreensivo residencial	2.170	1	–	89	9	2.269
Funeral	7	6	–	–	–	13
Garantia Est./Ext. Gar - Bens em Geral	–	53.470	–	–	–	53.470
Garantia segurado - Setor privado	–	10.900	–	–	–	10.900
Garantia segurado - Setor público	–	24.899	–	–	–	24.899
Lucros cessantes	1.451	7.566	195	570	248	10.030
Marítimos (Casco)	–	25.433	–	27	–	25.460
Microseguros de Danos	–	18.010	–	–	–	18.010
Microseguros de Pessoas	–	26.838	–	–	–	26.838
Penhor rural	15.604	4.478	519	2.182	36.156	58.939
Prestamista (Coletivo)	4	494	–	419	1	918
Prestamista (Individual)	–	54.876	–	–	–	54.876
R.C. Administradores e diretores D&O	2.490	16.609	441	656	603	20.799
R.C. Geral	17.254	45.023	1.741	3.900	2.245	70.163
R.C. Profissional	7.738	17.843	153	1.535	1.002	28.271
R.C. Riscos Ambientais	228	1.888	23	28	30	2.197
Compreensivo Riscos Cibernéticos	–	26	–	–	–	26
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	–	436	–	–	–	436
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	165	–	–	–	165
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	9.229	–	–	–	9.229
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	11	24.550	–	4	(28)	24.537
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	115	49.571	11	29	(18)	49.708
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	–	10	–	–	–	10
R.C. Operador Transp. Multi - RCOTM-C	–	815	–	–	–	815
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	–	4.450	–	–	–	4.450
Resp. Civil Hangar	–	5.526	–	42	–	5.568
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	407	–	–	–	407
Riscos de engenharia	5.845	30.998	5.607	5.530	2.339	50.319
Riscos diversos	194	77.705	196	346	46	78.487
Resp. Civil Fac. para Aeronaves - RCF	–	4.890	–	–	–	4.890
Riscos nomeados e operacionais	6.115	38.176	2.632	22.103	6.344	75.370
Seguro benf. e prod. agropecuários	6.528	3.332	80	613	13.231	23.784
Seguro Agrícola sem cob. do FESR	–	2.837	–	–	–	2.837
Seg. Compreensivo Oper. Portuários	320	883	447	89	67	1.806
Riscos de Petróleo	–	547	–	–	–	547
Seguro funeral	–	2.435	–	–	–	2.435
Transporte internacional	811	20.436	–	251	–	21.498
Transporte nacional	179	35.993	–	(100)	14	36.086
Viagem (Coletivo)	–	4.946	–	245	–	5.191
Viagem (Individual)	–	34.532	–	–	–	34.532
Vida em grupo	6.805	12.586	212	6.464	95	26.162
Total	**101.670**	**754.011**	**14.879**	**49.541**	**69.118**	**989.219**

2021

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Acidentes Pessoais	30	202	8	1	17	258
Aeronáuticos (cascos)	–	–	–	–	–	–
Compreensivo condomínio	8.343	4.389	98	170	195	13.195
Compreensivo empresarial	8.456	21.555	2.924	2.478	2.040	37.453
Compreensivo residencial	1.892	–	1	162	15	2.070
Funeral	7	5	–	–	–	12
Garantia Est./Ext. Gar. - Bens em Geral	–	50.668	–	–	–	50.668
Garantia segurado - Setor privado	–	10.565	–	–	–	10.565
Garantia segurado - Setor público	–	26.073	–	–	–	26.073
Lucros cessantes	975	5.187	191	534	258	7.145
Marítimos (Casco)	–	27.392	–	–	–	27.392
Microseguros de Danos	–	16.738	–	–	–	16.738
Microseguros de Pessoas	–	21.628	–	–	–	21.628
Penhor rural	1.748	556	–	86	4.706	7.096
Prestamista (Coletivo)	7	1.119	–	478	1	1.605
Prestamista (Individual)	–	46.069	–	–	–	46.069
R.C. Administradores e diretores D&O	1.783	11.257	905	574	549	15.068
R.C. Geral	9.894	21.786	985	2.605	1.329	36.599
R.C. Profissional	4.408	7.342	119	640	669	13.178
R.C. Riscos Ambientais	84	430	48	23	28	613
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	–	635	–	–	–	635
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	175	–	–	–	175
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	7.701	–	–	–	7.701
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	–	18.896	–	–	–	18.896
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	–	37.928	–	–	–	37.928
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	–	3.270	–	–	–	3.270
Resp. Civil Hangar	–	–	–	–	–	–
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	1	–	–	–	1
Resp. Civil Fac. para Aeronaves - RCF	–	–	–	–	–	–
Riscos de engenharia	3.844	12.675	1.581	2.189	1.177	21.466
Riscos diversos	203	74.373	77	237	25	74.915
Riscos nomeados e operacionais	8.942	28.025	1.657	10.067	2.939	51.630
Seguro benf. e prod. agropecuários	889	562	–	32	1.968	3.451
Seguro funeral	–	2.253	–	–	–	2.253
Transporte internacional	–	13.072	–	–	–	13.072
Transporte nacional	–	19.228	–	–	–	19.228
Viagem (Coletivo)	–	9.934	–	252	–	10.186
Viagem (Individual)	–	14.073	–	–	–	14.073
Vida em grupo	6.712	14.021	776	5.599	12	27.120
Total	**58.217**	**529.783**	**9.370**	**26.127**	**15.928**	**639.425**

6.7 Risco de mercado e risco de balanço patrimonial: Risco de mercado é o risco de uma perda potencial nos valores de mercado decorrentes das diversas alterações nas taxas e preços de mercado. O risco de balanço patrimonial surge dos conflitos e inconsistências de natureza dos ativos e passivos da Seguradora. A Seguradora utiliza técnicas para mitigação do risco de mercado, sendo a principal delas a seleção dos seus investimentos alinhados com o perfil do fluxo de caixa projetado e obrigações assumidas. **6.8 Risco cambial:** Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos. **6.9 Volatilidade no preço das ações:** A exposição da Seguradora à volatilidade no preço das ações é considerada baixa em decorrência da política de investimentos adotada pela Seguradora que aplica seus recursos, basicamente, em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. **6.10 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Seguradora está sujeita ao risco de taxas de juros, dada a política e o montante aplicados em investimentos remunerados à SELIC. A Seguradora concentra suas aplicações em uma remuneração baseada na SELIC, estando exposta substancialmente a variações na taxa da SELIC e, em remunerações baseadas em taxas prefixadas no momento do investimento em títulos públicos federais. As taxas contratadas estão discriminadas na Nota 8 (d). **6.11 Risco de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área Financeira e de Gerenciamento de Riscos da Seguradora. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Seguradora. A Seguradora possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais e neste painel a classificação mais baixa obtida segundo a *A.M Best Rating Services* foi B++. Para as resseguradoras locais sem classificação de *rating*, é feita uma análise do grupo econômico e outros fatores financeiros para sua seleção.

31 de dezembro de 2022

Agência de risco	Rating	Local	Admitida	Eventual	Total
A.M. Best Rating Services	A	–	18.138	4.774	**22.912**
A.M. Best Rating Services	A+	115.977	299.971	41.449	**457.397**
A.M. Best Rating Services	A++	–	2.109	725	**2.834**
A.M. Best Rating Services	A-	200.988	–	54	**201.042**
A.M. Best Rating Services	B++	211.979	1.008	–	**212.987**
A.M. Best Rating Services	NR	68.859	–	159	**69.018**
	Total	**597.803**	**321.226**	**47.161**	**966.190**

Os valores acima são representados pela provisão de sinistros a liquidar da rubrica ativos de resseguro mais os créditos a recuperar da rubrica operações com resseguradoras. **6.12 Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. Conforme demonstrado abaixo, apesar do saldo de passivos financeiros de curto prazo ser maior que o saldo dos ativos financeiros de curto prazo, os nossos ativos de longo prazo são representados significativamente por aplicações financeiras disponíveis para venda, podendo ser resgatadas a qualquer momento.

2022

Ativos e passivos	1 a 30 dias ou sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda e em negociação	–	177.722	1.016.113	1.193.835
Créditos das operações de seguros e resseguros	104.778	535.766	22.789	663.333
Ativos de resseguros	–	926.932	222.892	1.149.824
Títulos e créditos a receber	–	51.519	117.519	169.038
Ativos financeiros disponíveis para venda e em negociação	**104.778**	**1.691.939**	**1.379.313**	**3.176.030**
Contas a pagar	–	67.774	–	67.774
Passivos de contratos de seguros	704.031	1.037.339	417.701	2.159.071
Débitos das operações de seguros resseguros	–	604.208	10.029	614.237
Depósito de terceiros	–	24.988	–	24.988
Total de passivos financeiros	**704.031**	**1.734.309**	**427.730**	**2.866.070**

2021

Ativos e passivos	1 a 30 dias ou sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda e em negociação	49.480	57.711	277.519	384.710
Créditos das operações de seguros e resseguros	57.313	170.632	10.527	238.472
Ativos de resseguros	–	121.776	28.944	150.720
Títulos e créditos a receber	–	8.587	–	8.587
Outros créditos	–	3.975	38	4.013
Total de ativos financeiros	**106.793**	**362.681**	**317.028**	**786.502**
Contas a pagar	–	50.701	–	50.701
Passivos de contratos de seguros	309.909	180.953	121.656	612.518
Débitos das operações de seguros e resseguros	–	122.080	4.987	127.067
Depósito de terceiros	–	1.875	–	1.875
Total de passivos financeiros	**309.909**	**355.609**	**126.643**	**792.162**

6.13 Risco operacional: É o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos. Na Seguradora os riscos operacionais são identificados pelos gestores dos processos e analisados pela alta administração de acordo com as exigências do Grupo AXA. Uma função central de gestão de risco operacional foi adotada para centralizar e apoiar a Seguradora na aplicação das atividades de gerenciamento de risco como a identificação, mensuração, mitigação e comunicação dos riscos, garantindo a implantação de controles adequados e os reportes necessários. **6.14 Risco de reputação/marca:** É o risco de que o mercado da Seguradora ou a imagem dos serviços possa sofrer uma queda. Estes riscos são analisados e monitorados regularmente como parte da gestão de risco operacional e do processo de análise de risco e rentabilidade em conjunto com a área de marketing, por meio de metodologia e padrões definidos pelo Grupo AXA. **6.15 Gestão de capital:** Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios. **6.16 Estratégia de negócio e de subscrição:** A Seguradora está organizada em dois macros ramos de negócios: **I - Seguros de danos:** A posição de valor dos Seguros de Danos se concentra em quatro grupos de produtos para os Ramos Comerciais: • Patrimonial; • Riscos Financeiros; • Responsabilidades; • Transportes; A Seguradora também segmenta clientes potenciais com base no porte da empresa. Na oferta de diferenciação para potenciais clientes, a Seguradora analisa o mercado e o segmento de acordo com três critérios: • Segue genericamente as tendências do mercado na oferta, mas selecionando através das melhores ofertas no mercado. • Segue as diretrizes do Grupo AXA sobre subscrição de riscos. • Preparação da oferta segmentada reutilizando a experiência e expertise em subscrição da AXA para criar pacotes de produtos. **II - Vida em Grupo e Afinidades: (a) Vida em Grupo:** O objetivo da Seguradora dentro deste grupo de produtos é segmentar o mercado de Benefícios oferecendo seguro de vida em grupo e produtos principais fundamentais (exceto produtos de saúde), em linha com os padrões e práticas do mercado. O Produto Vida em Grupo, que inclui Acidentes Pessoais, oferece um conjunto de características comuns como cobertura de vida e invalidez, auxílio funeral e suporte para mantimentos. A Seguradora também atua junto às principais corretoras para proposta de seguro à grandes empresas, sendo seletiva sobre as oportunidades apresentadas para respeitar as diretrizes de rentabilidade. **(b) Afinidade, seguros massificados:** A Seguradora atua no mercado de afinidades criando parcerias *B to B to C* com empresas que tenham uma grande base de clientes, rede de distribuição e alternativas de pagamento para a cobrança dos prêmios tais como bancos, financeiras de crédito ao consumidor, financeiras de automóveis, varejistas, etc. Estas parcerias podem ser construídas através de grandes corretoras, consultores especialistas ou diretamente com as empresas. Três principais ramos de produtos foram desenvolvidos para esta linha de negócios: • Proteção Financeira, para proteger empréstimos pessoais, cartões de crédito, financiamento de automóveis, hipotecas com coberturas que incluirão: vida, invalidez, perda de emprego involuntária, perda e roubo de cartão de crédito. • Proteção individual: acidentes pessoais e renda hospitalar. • Proteção de bens.

7. DISPONÍVEL

	2022	2021
Banco conta movimento	47.681	3.211
	47.681	**3.211**

8. APLICAÇÕES

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: • Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). • Quotas de fundos de investimentos - pelos valores das quotas disponibilizados pelos administradores de cada fundo para a data do balanço. • Títulos privados - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pelo administrador da carteira de investimentos. **(a) Composição das aplicações:**

2022

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Percentual de Carteira
Disponíveis para venda								
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	51.538	57.142	272.903	381.583	381.350	233	32%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	–	–	–	506.170	506.170	516.685	(10.515)	42%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	–	–	–	237.040	237.040	244.123	(7.083)	20%
Valor justo por meio do resultado								
Quotas Outros Fundos de Investimento	5.926	–	–	–	5.926	5.926	–	1%
Quotas Outros Fundos de Investimento	63.116	–	–	–	63.116	63.116	–	5%
Total	**69.042**	**51.538**	**57.142**	**1.016.113**	**1.193.835**	**1.211.200**	**(17.365)**	**100%**
Circulante					**177.722**			
Não circulante					**1.016.113**			

2021

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Percentual de Carteira
Disponíveis para venda								
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	–	1.842	30.508	32.350	32.335	15	8%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	13.495	–	55.870	159.913	229.279	238.695	(9.416)	60%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	–	–	–	86.078	86.078	89.428	(3.350)	22%
Debênture	–	–	–	1.019	1.019	1.021	(2)	0%
Valor justo por meio do resultado								
Quotas Outros Fundos de Investimento	5.702	–	–	–	5.702	5.702	–	2%
Quotas Outros Fundos de Investimento	30.282	–	–	–	30.282	30.282	–	8%
Total	**49.479**	**–**	**57.712**	**277.518**	**384.710**	**397.463**	**(12.753)**	**100%**
Circulante					**107.192**			
Não circulante					**277.518**			

(b) Movimentação das aplicações:

	2021	Incorporação AXA XL Seguros S.A.*	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/perdas não realizados	(+) Rendimentos	2022
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de Fundos de Investimento - FIC	30.282	–	58.336	(26.067)	–	565	63.116
Quotas de Fundos de Investimento - FII	5.702	–	–	–	–	224	5.926
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro	32.350	186.116	572.314	(432.757)	162	23.397	381.583
Letras do Tesouro Nacional	229.279	255.022	76.253	(69.622)	(6.643)	21.882	506.170
Notas do Tesouro Nacional	86.078	206.939	–	(62.782)	(4.484)	11.289	237.040
Debênture	1.019	–	–	(1.058)	2	37	–
	384.710	**648.077**	**706.903**	**(592.286)**	**(10.963)**	**57.394**	**1.193.835**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S.A. conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

	2020	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/perdas não realizados	(+) Rendimentos	2021
Valor justo por meio do resultado						
Quotas de Fundos de Investimento - FIC	21.304	17.960	(10.874)	–	1.892	30.282
Quotas de Fundos de Investimento - FII	6.529	–	–	–	(827)	5.702
Disponível para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	35.486	248.444	(253.694)	74	2.040	32.350
Letras do Tesouro Nacional	263.026	144.262	(173.596)	(24.337)	19.924	229.279
Notas do Tesouro Nacional	90.272	24.830	(27.870)	(9.342)	8.188	86.078
Debênture	984	–	(29)	19	45	1.019
	417.601	**435.496**	**(466.063)**	**(33.586)**	**31.262**	**384.710**

(c) Estimativa do valor justo: A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A composição das aplicações financeiras, são classificadas no Nível 1 para títulos públicos e Nível 2 para títulos privados. A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no Nível 1, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

2022

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	69.042	69.042
Disponível para venda	1.124.793	–	1.124.793
Total	**1.124.793**	**69.042**	**1.193.835**

2021

	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	35.984	35.984
Disponível para venda	347.707	1.019	348.726
Total	**347.707**	**37.003**	**384.710**

(d) Taxas pactuadas

Tipo de aplicação	2022	2021
Quotas de fundos de investimentos - FIC	Renda Variável - FIC	Renda Variável - FIC
Quotas de fundos de investimentos - FII	Renda Variável - FII	Renda Variável - FII
Letras Financeiras do Tesouro	100% SELIC	100% SELIC
Letras do Tesouro Nacional	Prefixada	Prefixada
Notas do Tesouro Nacional	100% IPCA + Prefixada	100% IPCA + Prefixada
Debênture	–	Pós-fixada

(e) Garantia das provisões técnicas: Os valores contábeis das aplicações vinculadas à Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP) são os seguintes:

	2022	2021
Provisão de prêmios não ganhos	776.612	358.535
Provisão de sinistros a liquidar	1.207.343	191.669
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	106.610	49.791
Provisão de despesas relacionadas	68.506	12.523
Total das provisões técnicas	**2.159.071**	**612.518**
Provisão de prêmios não ganhos resseguros	(78.712)	(36.478)
Provisão de sinistros a liquidar	(826.805)	(76.911)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(46.946)	(14.706)
Provisão de despesas relacionadas	(40.783)	(6.017)
Custo de aquisição diferido	(93.937)	(66.071)
Direitos Creditórios	(249.158)	(106.450)
Depósitos Judiciais	(522)	–
Total das exclusões	**(1.336.863)**	**(306.632)**
Total das provisões técnicas para cobertura	**822.208**	**305.886**
Composição dos ativos vinculados às provisões técnicas		
Letras financeiras do tesouro	381.583	32.350
Letras do tesouro nacional	506.170	229.279
Notas do tesouro nacional	237.040	86.078
Debênture	–	1.019
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	3.045	3.912
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	63.116	30.282
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	**1.190.953**	**382.920**
Suficiência	**368.745**	**77.034**
Ativos Livres	**–**	**–**
Suficiência total	**368.745**	**77.034**

No caso específico dos ativos redutores (exclusões) relacionados às provisões de prêmios, se caracterizam por já terem sido liquidados com a contraparte.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 Prêmios a receber:

(a) Prêmios a receber por faixa de vencimento:	2022	2021
Prêmios a vencer		
De 01 a 30 dias	104.777	57.313
De 31 a 60 dias	54.165	31.344
De 61 a 120 dias	56.098	36.285
De 121 a 180 dias	26.994	13.630
De 181 a 365 dias	13.780	7.591
Acima de 365 dias	7.955	4.626
Total de prêmios a vencer	**263.769**	**150.789**
Prêmios vencidos		
De 01 a 30 dias	23.532	6.093
De 31 a 60 dias	5.052	483
De 61 a 120 dias	4.986	1.520
De 121 a 180 dias	2.309	1.029
De 181 a 365 dias	2.591	470
Acima de 365 dias	11.908	8.959
Total de prêmios vencidos	**50.378**	**18.553**
Prêmios de risco vigente e não emitido (RVNE)	195.377	60.856
Redução do valor recuperável	(18.927)	(10.383)
Total de prêmio pendente no final do exercício	**490.597**	**219.814**
Prêmios a receber - Circulante	**467.808**	**209.287**
Prêmios a receber - Não circulante	**22.789**	**10.527**

(b) Composição por ramos de seguro:

Linhas de negócios	2022	2021
Compreensivo empresarial	38.537	19.920
Lucros cessantes	20.695	3.604
Riscos de engenharia	28.917	9.056
Riscos diversos	14.728	11.933
Riscos nomeados e operacionais	103.751	32.731
R.C. Geral	52.096	15.271
R.C. Profissional	12.503	5.176
Transporte nacional	20.583	5.955
Transporte internacional	15.458	2.945
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	41	(3)
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	13.095	6.370
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	5.489	4.164
Seguro benf. e prod. agropecuários	5.389	1.605
Penhor rural	13.628	3.177
Compreensivo residencial	511	400
Garantia Est./Ext. Gar. - Bens em Geral	5.955	403
R.C. Administradores e diretores D&O	10.329	4.504
R.C. Riscos Ambientais	2.260	189
Garantia segurado - Setor público	17.034	12.777
Garantia segurado - Setor privado	4.231	4.551
Prestamista (coletivo)	172	368
Acidentes Pessoais	74	66

continua→★

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Linhas de negócios	2022	2021
Vida em grupo	8.207	10.568
Viagem (Individual)	8.103	6.666
Prestamista (individual)	10.807	10.893
R.C. Facult. para aeronaves - RCF	2.651	–
Aeronáuticos (cascos)	18.487	–
Resp. Civil Hangar	2.450	–
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	72	–
Microseguros de Pessoas	5.610	5.234
Microseguros de Danos	4.054	4.027
Compreensivo condomínio	5.444	4.736
Viagem (Coletivo)	362	1.205
Funeral (coletivo)	5	4
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.362	1.175
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	45	131
Funeral	599	513
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	2.561	2.205
Compreensivo Riscos Cibernéticos	3.668	–
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	43	–
R.C. Oper do Transporte Multimodal - RCOTMC	4.847	–
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	781	–
Compreensivo para Operadores Portuários	1.612	–
Petróleo - Riscos de Petróleo	363	–
Marítimos (Casco)	22.988	27.294
	490.597	**219.814**
Prêmios a receber - Circulante	**467.808**	**209.287**
Prêmios a receber - Não circulante	**22.789**	**10.527**

(c) Movimentação dos prêmios a receber:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**163.029**
(+) Prêmios emitidos	782.551
(+) IOF	33.239
(–) Prêmios cancelados	(80.941)
(–) Recebimentos	(676.690)
(+) Prêmio RVNE	(2.727)
(+/–) Variação Redução valor recuperável	1.353
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**219.814**
(+) Prêmios emitidos	1.262.520
(+) IOF	51.838
(–) Prêmios cancelados	(151.394)
(–) Recebimentos	(1.081.566)
(+) Prêmio RVNE	659
(+/–) Variação Redução valor recuperável	(4.980)
(+) Saldo incorporação AXA XL Seguros S/A.*	193.706
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**490.597**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S/A conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

9.2 Operações com seguradoras:	2022*	2021
Prêmio de cosseguro aceito	46.899	6.308
Operações com cosseguro cedido	25.780	3.192
Redução ao valor recuperável	(22.172)	(588)
Total	**50.507**	**8.912**

*Das informações do quadro acima R$ 13.092 refere se a incorporação da AXA XL Seguros conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

9.3 Operações com resseguradoras:	2022*	2021
Sinistros a recuperar - Resseg local	88.467	7.471
Sinistros a recuperar - Resseg admitido	54.496	3.648
Sinistros a recuperar - Resseg eventual	17.066	1.380
Redução ao valor recuperável	(40.457)	(3.874)
Total	**119.572**	**8.625**

* Das informações do quadro acima R$ 271.953 refere se a incorporação da AXA XL Seguros conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

10. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

10.1 Ativo de resseguro - provisões técnicas e passivo de operações com resseguradoras:

	2022	2021
Ativo		
Ativo de resseguro - provisões técnicas	**1.149.824**	**150.720**
Prêmio de resseguro diferido	176.795	51.378
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	58.496	1.708
Provisão de Sinistros a Liquidar	826.804	76.911
Provisão de IBNR	46.946	14.706
Provisão de Despesas Relacionadas	24.085	2.356
Provisão de Despesas Relacionadas IBNR	16.698	3.661
Circulante	**926.932**	**121.776**
Não circulante	**222.892**	**28.944**
Passivo		
Passivo de operações com resseguradoras	**447.584**	**55.070**
Prêmio de resseguro cedido/liquidar	371.245	52.714
Prêmio de RVNE	76.339	2.356
Circulante	**440.978**	**53.530**
Não circulante	**6.606**	**1.540**

Movimentações das provisões técnicas - Resseguro

2022

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)
Saldo no início do exercício	**51.377**	**1.708**	**76.911**	**14.706**	**2.356**	**3.662**
Incorporação AXA XL Seguros S/A*	129.645	55.371	750.349	32.464	24.385	15.877
Constituição decorrentes de prêmios	2.081.303	–	–	–	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(2.085.530)	–	–	–	–	–
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	319.420	–	3.988	–
Pagamento de sinistros	–	–	(319.875)	–	(6.644)	–
Outras constituições	–	247.373	–	422.579	–	130.156
Outras reversões	–	(245.956)	–	(422.803)	–	(132.997)
Saldo no final do exercício	**176.795**	**58.496**	**826.805**	**46.946**	**24.085**	**16.698**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S/A conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional

2021

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)
Saldo no início do exercício	**47.526**	**2.235**	**30.580**	**20.073**	**3.103**	**280**
Constituição decorrentes de prêmios	99.774	–	–	–	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(95.923)	–	–	–	–	–
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	84.743	–	–	–
Pagamento de sinistros	–	–	(38.412)	–	–	–
Outras constituições	–	111.657	–	672.306	3.185	77.265
Outras reversões	–	(112.184)	–	(677.673)	(3.932)	(73.883)
Saldo no final do exercício	**51.377**	**1.708**	**76.911**	**14.706**	**2.356**	**3.662**

10.2 Títulos e créditos a receber:	*2022	2021
Ressarcimento a receber	5.380	462
Ressarcimento estimado	21.105	6.301
Outros créditos	1.015	1.824
Total	**27.500**	**8.587**

*Das informações do quadro acima, R$ 19.646 se refere à incorporação da AXA XL Seguros conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

10.3 Composição de corretores de seguros e resseguros:

Linhas de negócios	2022	2021
Compreensivo residencial	272	194
Compreensivo condomínio	1.274	1.255
Compreensivo empresarial	6.945	3.508
Lucros cessantes	1.822	659
Riscos de engenharia	3.709	1.557
Riscos diversos	6.302	4.821
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	5.015	613
Riscos nomeados e operacionais	12.166	5.544
R.C. Administradores e diretores D&O	1.925	802
R.C. Riscos Ambientais	157	33
Compreensivo Riscos Cibernéticos	583	–
R.C. Geral	7.359	3.337
R.C. Profissional	2.399	1.208
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	5	–
Transporte nacional	3.774	1.414
Transporte internacional	3.481	790
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	371	356
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	560	474
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	16	1
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	3.256	1.759
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	1.497	1.031
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	8	27
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	920	–
Garantia segurado - Setor público	3.586	2.745
Garantia segurado - Setor privado	744	992
Viagem (Coletivo)	11	–
Prestamista (Coletivo)	130	176
Acidentes Pessoais	604	616
Vida em grupo	2.530	1.820
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	100	–
Seguro benf. e prod. agropecuários	1.979	614
Penhor rural	5.037	1.282
Funeral	250	219
Prestamista (Individual)	7.549	7.360
Compreensivo para Operadores Portuários	323	–
Marítimos (Casco)	3.504	1.759
R.C. Facult para aeronaves - RCF	353	(1)
Aeronáuticos (Cascos)	1.645	(62)
Viagem (Individual)	–	2
Funeral (Coletivo)	–	1
Resp. Civil Hangar	344	(1)
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	13	–
Microseguros de Pessoas	2.211	2.019
Microseguros de Danos	1.763	1.801
Petróleo - Riscos de Petróleo	26	–
	96.518	**50.727**
Circulante	**93.095**	**47.279**
Não circulante	**3.423**	**3.448**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Linhas de negócio	2022	2021
Compreensivo residencial	196	170
Compreensivo condomínio	2.278	2.015
Compreensivo empresarial	7.912	4.059
Lucros cessantes	2.187	695
Riscos de engenharia	9.586	3.647
Riscos diversos	18.194	14.142
Garantia Est./Ext. Gar - Bens em Geral	40.320	32.496
Riscos nomeados e operacionais	10.875	5.256
R.C. Administradores e diretores D&O	2.548	1.410
R.C. Riscos Ambientais	225	55
Compreensivo Riscos Cibernéticos	528	–
R.C. Geral	9.644	4.857
R.C. Profissional	3.937	1.845
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	7	–
Transporte nacional	2.962	768
Transporte internacional	2.231	420
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	403	341
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	555	459
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	3	–
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	1.305	320
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	354	169
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	4	15
R.C. Operador Transp. Multi - RCOTM-C	489	–
Garantia segurado - Setor público	13.828	13.154
Garantia segurado - Setor privado	3.700	3.670
Funeral	2	2
Viagem (Pessoas Coletivo)	–	3
Prestamista (Coletivo)	4	15
Acidentes Pessoais	10	16
Vida em grupo	1.611	624
Seguro agrícola sem cob. do FESR	192	–
Seguro benf. e prod. agropecuários	5.183	976
Penhor rural	12.995	2.058
Funeral	39	37
Viagem	–	1
Prestamista (Individual)	3.526	2.203
Seg. Compreensivo Oper. Portuários	382	–
Marítimos	3.520	2.391
R.C. Facult para aeronaves -RCF	479	–
Aeronáuticos (Cascos)	2.750	–
Resp. Civil Hangar	531	–
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	71	–
Microseguros de Pessoas	667	644
Microseguros de Danos	543	589
Riscos de Petróleo	44	–
Total	**166.820**	**99.522**
Circulante	**132.597**	**74.849**
Não circulante	**34.223**	**24.673**

(a) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**109.585**
Comissões sobre prêmios	190.643
Recuperação de comissão	(5.284)
Diferimento pelo risco decorrido	(195.846)
Oscilação cambial	424
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**99.522**
Comissões sobre prêmios	268.211
Recuperação de comissão	(10.332)
Diferimento pelo risco decorrido	(208.644)
Oscilação cambial	(214)
Saldo incorporação da AXA XL Seguros S/A*	18.277
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**166.820**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S/A conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional.

12. IMOBILIZADO

(a) Composição:

	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido
Equipamentos de Informática	20	9.863	(5.671)	4.192	2.448
Outros Equipamentos	20	107	(18)	89	–
Móveis e Utensílios	10	2.171	(902)	1.269	1.287
Veículos	20	146	(33)	113	–
Benfeitorias e Imóveis de Terceiros	10	3.030	(1.367)	1.663	2.714
		15.317	**(7.991)**	**7.326**	**6.449**

(b) Movimentação do custo:

	Taxas anuais depreciação%	2021	Saldo de Incorporação AXA XL Seguros	Aquisições	Baixas	2022
Equipamentos de informática	20	7.216	–	2.895	(248)	9.863
Outros Equipamentos	20	–	107	–	–	107
Móveis e utensílios	10	2.037	–	395	(261)	2.171
Veículos	20	–	146	–	–	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.956	–	–	(926)	3.030
		13.209	**253**	**3.290**	**(1.435)**	**15.317**

	Taxas anuais depreciação%	2020	Aquisições	Baixas	2021
Equipamentos de informática	20	5.972	1.325	(81)	7.216
Móveis e utensílios	10	2.378	309	(650)	2.037
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.970	–	(14)	3.956
Imobilizações em curso	20	351	–	(351)	–
		12.671	**1.635**	**(1.097)**	**13.209**

(c) Movimentação da depreciação:

	Taxas anuais depreciação%	2021	Saldo de Incorporação AXA XL Seguros*	Aquisições	Baixas	2022
Equipamentos de informática	20	4.768	–	1.143	(239)	5.671
Outros Equipamentos	20	–	18	–	–	18
Móveis e utensílios	10	750	–	211	(59)	902
Veículos	20	–	33	–	–	33
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1.242	–	380	(255)	1.367
Imobilizações em curso		–	–	–	–	–
		6.759	**51**	**1.734**	**(553)**	**7.991**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S/A conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional

	Taxas anuais depreciação%	2020	Aquisições	Baixas	2021
Equipamentos de informática	10	3.993	851	(76)	4.768
Móveis e utensílios	20	774	199	(223)	750
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	852	396	(6)	1.242
		5.619	**1.445**	**(305)**	**6.759**

13. INTANGÍVEL

(a) Composição:

	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido
Software	20	10.971	(10.444)	527	701
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	66.314	(26.006)	40.308	32.797
Acordo de Exclusividade (i)		200.761	(56.749)	144.012	159.722
Outros Intangíveis	20	5.534	(964)	4.570	4.072
Ágio na Transferência Carteira	20	1.011	(1.011)	–	819
		284.591	**(95.174)**	**189.417**	**198.111**

(i) Acordo de exclusividade na distribuição de seguros celebrado em setembro de 2016 com vigência inicial por dez anos ou até atingimento dos valores de prêmio emitido previstos em contrato, o que ocorrer primeiro, a partir do início das vendas: R$ 92.000, a amortização é feita de forma linear. O acordo de exclusividade foi estendido para 15 anos com previsão de término em 2032, para isso a seguradora aportou mais R$ 45.000 durante o exercício de 2021.

(b) Movimentação do custo:

	Taxas anuais depreciação %	2021	Aquisições	Baixas	Transferências	2022
Software	20	10.542	429	–	–	10.971
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	48.930	–	(119)	17.504	66.315
Acordo de Exclusividade		200.761	–	–	–	200.761
Outros Intangíveis	20	4.546	18.372	119	(17.504)	5.533
Ágio na Transferência Carteira	20	1.011	–	–	–	1.011
		265.790	**18.801**	**–**	**–**	**284.591**

	Taxas anuais depreciação %	2020	Aquisições	Baixas	Transferências	2021
Softwares	20	10.542	–	–	–	10.542
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	33.124	–	–	15.806	48.930
Acordo de Exclusividade		155.761	45.000	–	–	200.761
Outros Intangíveis	20	7.128	13.643	(419)	(15.806)	4.546
Ágio na Transferência Carteira	20	–	–	–	–	1.011
		206.555	**58.643**	**(419)**	**–**	**265.790**

(c) Movimentação da amortização:

	Taxas anuais depreciação %	2021	Aquisições	Baixas	Transferências	2022
Software	20	9.841	603	–	–	10.444
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	16.133	9.876	(4)	1	26.006
Acordo de Exclusividade		41.039	15.710	–	–	56.749
Outros Intangíveis	20	474	490	–	–	964
Ágio na Transferência Carteira	20	192	819	–	–	1.011
		67.679	**27.498**	**(4)**	**1**	**95.174**

	Taxas anuais depreciação %	2020	Aquisições	Baixas	Transferências	2021
Software	20	8.714	1.127	–	–	9.841
Acordo de Exclusividade		28.586	12.453	–	–	41.039
Outros Intangíveis	20	9.848	6.759	–	–	16.607
Ágio na Transferência Carteira	20	–	192	–	–	192
		47.148	**20.531**	**–**	**0**	**67.679**

14. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Composição por ramo:

31 de dezembro de 2022

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR	Total
Compreensivo residencial	50	195	457	251	7	45	1.005
Compreensivo condomínio	9.145	120	3.811	1.099	81	517	14.772
Compreensivo empresarial	42.282	2.493	43.594	4.420	1.645	1.118	95.552
Lucros cessantes	13.489	14.909	2.532	2.069	57	252	33.307
Riscos de engenharia	92.233	8.048	78.080	5.099	1.568	2.420	187.448
Riscos diversos	39.729	3.749	8.132	1.357	1.767	912	55.646
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	73.055	55	407	261	39	151	73.968
Riscos nomeados e operacionais	58.886	44.822	460.034	11.858	6.565	4.233	586.398
R.C. Administradores e diretores D&O	11.998	2.340	21.459	3.149	241	1.203	40.390
R.C. Riscos Ambientais	2.017	911	737	172	–	32	3.869
Compreensivo Riscos Cibernéticos	1.488	1.981	86	61	–	25	3.640
R.C. Geral	55.486	17.977	231.282	34.756	8.681	6.405	354.588
R.C. Profissional	19.482	2.111	15.975	4.290	1.003	1.044	43.905
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	269	7	869	20	–	15	1.180
Transporte nacional	12.608	1.598	25.598	3.555	659	784	44.802
Transporte internacional	6.833	3.125	106.327	2.873	9.816	2.784	131.757
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.698	156	3.719	232	345	117	6.267
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	2.592	80	1.881	139	372	61	5.125
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	9	1	2	5	1	19
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	2.814	2.147	12.506	943	1.611	690	20.711
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	345	901	11.068	777	838	397	14.327
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	16	4	–	–	–	–	20
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	498	1.791	4.526	1.760	32	310	8.919
Garantia segurado - Setor público	61.475	1.907	65.251	2.588	268	837	132.326
Garantia segurado - Setor privado	16.011	492	1.002	2.067	161	26	19.759
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	2.327	–	–	–	–	–	2.327
Seguro benf. e prod. agropecuários	14.084	134	3.328	420	193	78	18.238
Penhor rural	35.362	332	3.692	851	24	110	40.372
Compreensivo para Operadores Portuários	2.692	75	8.163	2.796	84	484	14.295
Marítimos (Casco)	31.642	3.484	37.155	4.658	1.170	469	78.576
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	3.186	624	9.978	1.155	85	1.034	16.061
Aeronáuticos (cascos)	20.410	5.072	14.950	2.018	303	2.096	44.848
Resp. Civil Hangar	4.681	742	5.651	704	36	606	12.419
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	352	19	22	7	3	1	404
Microseguros de Danos	48	1.154	169	103	3	48	1.525
Petróleo - Riscos de Petróleo	376	266	–	–	–	–	644
Total - danos	**639.659**	**123.830**	**1.182.442**	**96.510**	**37.662**	**29.305**	**2.109.408**
Pessoas							
Seguro funeral (Coletivo)	9	–	–	–	–	–	9
Viagem (Coletivo)	–	129	906	663	–	23	1.721
Prestamista (coletivo)	510	25	598	601	10	80	1.824
Acidentes Pessoais	30	–	17	7	1	1	56
Vida em grupo	1.721	406	11.627	2.682	493	584	17.513
Seguro funeral (individual)	7	86	17	67	1	–	178
Viagem	2.699	835	11.167	5.681	73	195	20.650
Prestamista (individual)	2.412	2.481	516	342	7	45	5.803
Microseguros de Pessoas	68	1.703	52	58	1	27	1.909
Total - pessoas	**7.460**	**5.665**	**24.900**	**10.101**	**586**	**955**	**49.663**
Total	**647.118**	**129.494**	**1.207.343**	**106.610**	**38.249**	**30.258**	**2.159.071**
Circulante	**510.306**	**118.934**	**951.906**	**97.821**	**34.724**	**27.679**	**1.741.370**
Não circulante	**136.810**	**10.560**	**255.437**	**8.790**	**3.525**	**2.579**	**417.701**

31 de dezembro de 2021

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR	Total
Compreensivo residencial	71	179	405	241	12	3	911
Compreensivo condomínio	7.509	88	3.077	308	113	19	11.115
Compreensivo empresarial	21.250	1.359	18.362	1.726	156	70	42.923
Lucros cessantes	3.295	210	25.788	1.893	22	55	31.261
Riscos de engenharia	17.914	1.579	16.871	4.444	94	425	41.327
Riscos diversos	32.214	1.769	2.426	1.170	294	207	38.081
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	61.113	–	865	566	56	146	62.746
Riscos nomeados e operacionais	29.398	2.030	21.260	1.886	96	53	54.722
R.C. Administradores e diretores D&O	6.954	704	1.606	461	44	37	9.806
R.C. Riscos Ambientais	279	32	716	206	–	17	1.251
R.C. Geral	20.839	1.975	23.900	6.202	256	514	53.686
R.C. Profissional	6.889	765	9.229	1.508	180	149	18.722
Transporte nacional	2.824	415	2.457	179	159	26	6.059
Transporte internacional	1.080	282	1.972	190	124	36	3.684
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.286	165	1.631	104	74	14	3.274
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	2.174	75	684	33	10	5	2.982
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	1	4	9	3	19	–	36
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	264	837	4.935	427	620	60	7.144
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	146	427	4.051	280	100	39	5.043
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	71	5	–	–	–	–	76
Garantia segurado - Setor público	58.964	2.209	227	2.502	32	974	64.908
Garantia segurado - Setor privado	15.604	981	683	6.596	272	2.568	26.704
Seguro benf. e prod. agropecuários	2.776	27	37	64	1	6	2.911
Penhor rural	5.652	60	91	16	1	1	5.822
Marítimos (Casco)	28.385	3.106	21.796	8.260	634	233	62.414
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	–	–	3.179	426	5	124	3.734
Aeronáuticos (cascos)	–	–	749	200	84	58	1.092
Resp. Civil Hangar	–	–	2.486	189	19	55	2.749
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	–	13	19	6	6	44
Microseguros de Danos	51	1.217	98	127	5	4	1.502
Total - danos	**327.005**	**20.499**	**169.604**	**40.227**	**3.490**	**5.905**	**566.731**
Pessoas							
Seguro funeral (Coletivo)	7	–	–	–	–	–	8
Viagem (Coletivo)	–	405	2.185	2.826	2	168	5.586
Prestamista (coletivo)	613	87	922	793	76	84	2.575
Acidentes Pessoais	29	12	18	21	2	1	83
Vida em grupo	95	2.156	12.877	3.193	1.055	641	20.017
Seguro funeral (individual)	5	81	24	93	1	–	204
Viagem	2.508	351	5.636	3.039	212	180	11.927
Prestamista (individual)	1.364	1.719	305	162	16	17	3.582
Microseguros de Pessoas	60	1.540	98	101	2	5	1.806
Total - pessoas	**4.681**	**6.350**	**22.065**	**10.229**	**1.367**	**1.096**	**45.787**
Total	**331.686**	**26.849**	**191.669**	**50.456**	**4.857**	**7.000**	**612.518**
Circulante	**254.133**	**23.341**	**167.353**	**38.495**	**3.226**	**4.314**	**490.862**
Não circulante	**77.553**	**3.508**	**24.316**	**11.961**	**1.632**	**2.686**	**121.656**

continua→★

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.1 Movimentação das Provisões Técnicas

31 de dezembro de 2022

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Total
Saldo no início do período	**331.686**	**26.849**	**191.669**	**50.456**	**4.857**	**7.000**	**612.518**
Constituição decorrentes de prêmios	1.262.519	–	–	–	–	–	1.262.519
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(169.726)	–	–	–	–	–	(169.726)
Prêmios cedidos em cosseguro	(67.618)	–	–	–	–	–	(67.618)
Diferimento pelo risco decorrido	(709.743)	–	–	–	–	–	(709.743)
Aviso de sinistros	–	–	331.735	–	–	–	331.735
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	102.459	–	23.727	–	126.186
Cancelamentos de sinistros	–	–	(46.091)	–	(190)	–	(46.281)
Reabertura de sinistros	–	–	6.418	–	1.608	–	8.026
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(29.506)	–	–	–	(29.506)
Pagamento de sinistro	–	–	(288.188)	–	(25.073)	–	(313.261)
Oscilação cambial	–	–	(4.782)	–	(146)	–	(4.928)
Outras constituições	–	982.962	649.966	1.184.276	–	252.534	3.069.738
Outras reversões	–	(975.622)	(655.101)	(1.176.689)	–	(253.688)	(3.061.101)
Saldo incorporação AXA XL Seguros S.A.*	–	95.305	948.764	48.567	33.465	24.412	1.150.513
Saldo no final do período	**647.118**	**129.494**	**1.207.343**	**106.610**	**38.248**	**30.258**	**2.159.071**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S/A conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional

31 de dezembro de 2021

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Total
Saldo no início do período	**317.930**	**29.200**	**147.464**	**67.874**	**3.112**	**1.718**	**567.298**
Constituição decorrentes de prêmios	782.551	–	–	–	–	–	782.551
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(89.751)	–	–	–	–	–	(89.751)
Prêmios cedidos em cosseguro	(30.416)	–	–	–	–	–	(30.416)
Diferimento pelo risco decorrido	(648.628)	–	–	–	–	–	(648.628)
Aviso de sinistros	–	–	206.543	–	–	–	206.543
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	92.586	–	18.884	–	111.470
Cancelamentos de sinistros	–	–	(13.903)	–	–	–	(13.903)
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(14.555)	–	(417)	–	(14.971)
Pagamento de sinistro	–	–	(233.641)	–	(16.712)	–	(250.354)
Oscilação cambial	–	–	1.805	–	(9)	–	1.796
Outras constituições	–	868.210	58.542	2.290.419	–	153.001	3.370.173
Outras reversões	–	(870.561)	(53.173)	(2.307.837)	–	(147.719)	(3.379.291)
Saldo no final do período	**331.686**	**26.849**	**191.669**	**50.456**	**4.857**	**7.000**	**612.518**

14.2 Tabela de desenvolvimento dos sinistros ocorridos: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos (excluindo DPVAT e IBNER) e as despesas relacionadas comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Bruto de resseguro: ** **Período de aviso do sinistro**

	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212
No ano do aviso	–	–	73.025	423.969	598.242	765.153	544.898	502.832	663.674	987.974
Um ano após o aviso	–	(3.285)	109.742	424.171	720.480	886.284	592.092	548.274	724.419	–
Dois anos após o aviso	247	(6.941)	114.139	444.194	724.931	900.683	610.806	554.860	–	–
Três anos após o aviso	6.295	(11.113)	127.648	449.893	744.941	914.083	626.815	–	–	–
Quatro anos após o aviso	6.390	(3.934)	133.372	450.761	771.167	912.837	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	13.739	(343)	155.256	455.295	764.165	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	14.298	846	156.488	446.256	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso	13.350	1.915	217.326	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso	13.057	35.163	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso	24.405	–	–	–	–	–	–	–	–	–

	Total	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212
Incorridos	5.294.219	24.405	35.163	217.326	446.256	764.165	912.837	626.815	554.860	724.419	987.974
(–) Pagos	4.297.303	21.856	25.868	187.908	432.084	704.748	887.115	558.060	482.435	589.765	407.465
Anterior a 2013	173.139										
Provisões de sinistros	212.404										
Total da PSL	1.170.056	2.549	9.296	29.418	14.172	59.417	25.722	68.754	72.425	134.654	580.509
Total provisões de sinistros	1.382.460										

** É considerado o valor de despesa relacionada

Líquido de resseguro: ** **Período de aviso do sinistro**

	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212
No ano do aviso	–	–	69.677	398.098	420.425	339.950	312.338	256.123	266.381	335.326
Um ano após o aviso	–	(3.330)	101.918	361.551	469.863	339.647	339.084	281.891	278.270	–
Dois anos após o aviso	247	(7.750)	73.528	372.481	473.235	344.659	340.270	283.589	–	–
Três anos após o aviso	6.295	(18.681)	74.541	372.995	436.867	352.535	356.714	–	–	–
Quatro anos após o aviso	4.712	(12.635)	78.451	372.199	445.459	380.205	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	10.864	(9.269)	81.183	377.890	499.555	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	10.327	(8.846)	82.471	400.529	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso	9.242	(6.867)	149.567	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso	9.127	26.343	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso	22.934	–	–	–	–	–	–	–	–	–

	Total	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212
Incorridos	2.733.031	22.934	26.343	149.567	400.529	499.555	380.205	356.714	283.589	278.270	335.326
(–) Pagos	2.402.694	21.410	24.381	140.441	391.850	467.355	360.475	335.093	251.806	224.594	185.289
Anterior a 2013	33.557										
Provisões de sinistros	104.031										
Total da PSL	363.895	1.524	1.961	9.126	8.678	32.200	19.731	21.621	31.783	53.676	150.037
Total provisões de sinistros	467.926										

** É considerado o valor de despesa relacionada

14.3 Passivos contingentes: Os passivos contingentes decorrem, basicamente de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólices e/ou discordância em relação ao valor indenizado. A Cia provisiona com base no valor estimado de perda para as contingências de sinistros judiciais, sendo: Provável 80%, Possível 40% e Remota 10%. De acordo com nosso departamento jurídico responsável pelos processos, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma.

Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - Direto

	Quantidade de ações		Valor estimado de perda		Valor provisionado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provável	345	264	230.516	7.617	184.413	6.366
Possível	435	301	141.930	34.887	56.772	14.300
Remota	584	452	424.680	62.614	42.468	7.462
Total	**1.364**	**1.017**	**797.126**	**105.118**	**283.653**	**28.128**

15. PROVISÕES JUDICIAIS

No âmbito trabalhista, a empresa possui dois processos com probabilidade de perda possível e um processo com probabilidade de perda remota. Com relação aos processos cíveis, a empresa possui sete processos com probabilidade de perda possível e trinta processos com probabilidade de perda remota. Para as contingências cíveis e trabalhistas a provisão é feita somente se a probabilidade de perda for provável.

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	1.014	–	20	–
Cíveis	2.679	76	2.120	–
	3.693	**76**	**2.140**	**–**

Movimentações das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	76	**76**
Constituições	20	2.588	**2.608**
Reversões	(15)	(192)	**(207)**
Ajuste	(3)	–	**(3)**
Pagamentos	–	(34)	**(34)**
Atualização monetária	1	63	**64**
Saldo incorporação AXA XL Seguros S.A.*	1.011	178	**1.189**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.014**	**2.679**	**3.693**

*Refere-se ao saldo de incorporação da AXA XL Seguros S/A conforme consta na Nota explicativa 1 - contexto operacional

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1 Apuração do imposto de renda e contribuição social:	**2022**	**2021**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) e da Participação nos Resultados	66.456	(6.160)
(–) Participação nos Resultados	(13.836)	(11.994)
Lucro (prejuízo) após participação nos Resultados (A)	**52.620**	**(18.154)**
ALÍQUOTA NOMINAL	41%	45%
IR e CS nominal	**(21.574)**	**8.169**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	–	–
Diferenças permanentes	28.200	(835)
Diferenças temporárias	(820)	(2.022)
Prejuízo fiscal e base negativda do período	(5.806)	(5.312)
Incentivo fiscal	–	–
Outros (Ajuste incorporadora)	2	–
Total de IR e CS Corrente do período (B)	**2**	**–**
Constituição de IR e CS diferido sobre diferenças temporárias	(462)	–
IR e CS constituído sobre PF e BN de períodos anteriores	52.645	–
Constituição de IR e CS sobre diferenças temporárias de períodos anteriores	7.455	–
Diferencial de alíquota da CSLL/Outros	–	–
Total de IR e CS Diferido do período (C)	**59.638**	**–**
Alíquota efetiva ((B+C)/A)	**113%**	**0%**
TOTAL IMPOSTO DO PERÍODO	**59.640**	**–**

16.2 Demonstração da constituição do IRPJ e CSLL Diferido: O saldo total de prejuízo fiscal e base negativa em 2022 é de R$ 374.604 e R$ 379.688 respectivamente. O saldo das diferenças temporárias em 2022 é de R$ 71.083. A seguradora reconheceu parcialmente o ativo diferido referente ao prejuízo fiscal e base negativa no valor R$ 52.645 e parcialmente o ativo diferido sobre as diferenças temporárias no valor de R$ 26.267, levando em consideração a expectativa de realização demonstrada na nota 16.3.

Descrição	Total Diferido dez/21	Saldo Incorporação nov/22	Movimentação dez/22	Total Diferido dez/22	Diferido Não Reconhecido dez/22	Diferido Reconhecido dez/22
Prejuízo Fiscal	360.467	–	14.160	374.604	243.604	130.946
Base Negativa	363.426	–	16.285	379.688	246.965	132.723
Diferenças Temporárias	20.877	48.183	2.000	71.083	5.416	65.667
Total	**744.771**	–	**32.445**	**825.376**	**496.040**	**329.336**
IRPJ sobre Prejuízo Fiscal	90.117	–	3.540	93.651	60.915	32.736
CSLL sobre Base Negativa	54.514	–	2.443	56.953	37.045	19.908
Total IRPJ e CSLL (A)	**144.631**	–	**5.983**	**150.604**	**97.959**	**52.644**
IRPJ sobre Diferenças Temporárias	5.219	12.046	500	17.771	1.354	16.417
CSLL sobre Diferenças Temporárias	3.132	7.227	300	10.662	812	9.850
Total IRPJ e CSLL (B)	**8.351**	**19.273**	**800**	**28.433**	**2.166**	**26.627**
TOTAL IRPJ E CSLL (C) = (A) + (B)	**152.982**	**19.273**	**6.783**	**179.038**	**100.126**	**78.911**

16.3 Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos

Com base na expectativa de lucros futuros a seguradora espera utilizar até o fim de 2027 os seguintes valores de IRPJ e CSLL diferido:

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	TOTAL
IRPJ Diferido	3.091	4.356	7.522	7.807	9.960	32.736
CSLL Diferido	1.855	2.614	4.513	4.684	6.243	19.909
TOTAL	**4.946**	**6.970**	**12.036**	**12.491**	**16.203**	**52.645**

16.4 Composição dos créditos tributários e previdenciários:	**2022**	**2021**
Imposto de Renda a Compensar	3.299	–
Contribuição Social a Compensar	2.017	–
Antecipação do IRPJ	3.712	626
Antecipação da CSLL	2.260	412
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	7.442	6.179
Total de Créditos tributários - circulante	**18.730**	**7.217**
Imposto de Renda diferido - prejuízo fiscal	32.736	–
Contribuição social diferido - base negativa	19.908	–
Imposto de Renda diferido - Ajustes Temporais	16.417	–
Contribuição social diferido - Ajustes Temporais	9.850	–
SubTotal	**78.911**	**–**
PIS e COFINS diferido sobre PSL e IBNR	20.412	6.968
IRPJ a compensar	45	193
CSLL a compensar	18	225
PIS COFINS a compensar	150	–
SubTotal	**20.625**	**7.386**
Total de Créditos tributários - não circulante	**99.536**	**7.386**

16.5 Obrigações fiscais:

(a) Depósitos judiciais fiscais

Descrição	**2022**	**2021**
Tributárias:		
COFINS	2.364	–
PIS	4.842	–
Subtotal	**7.206**	**–**
Total	**7.206**	**–**

(b) Provisões judiciais fiscais:

Descrição	**2022**	**2021**
Tributárias:		
PIS	2.597	311
COFINS	5.023	1.913
Subtotal	**7.620**	**2.224**
Previdenciárias:		
SISTEMA S	302	162
Subtotal	**302**	**162**
Total	**7.922**	**2.386**

(c) Movimentação das provisões para ações judiciais fiscais e obrigações fiscais:

Descrição	31/12/2021	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo de Incorporação	31/12/2022
Tributárias:						
PIS (1)	311	194	48	–	2.044	2.597
COFINS (2)	1.913	1.195	293	–	1.622	5.023
Subtotal	**2.224**	**1.389**	**340**	**–**	**3.666**	**7.620**
Previdenciárias:						
SISTEMA S (3)	162	116	24	–	–	302
Subtotal	**162**	**116**	**24**	**–**	**–**	**302**
Total	**2.386**	**1.505**	**365**	**–**	**3.666**	**7.922**

Descrição	31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo de Incorporação	31/12/2021
Tributárias:						
PIS (1)	148	152	11	–	–	311
COFINS (2)	913	935	65	–	–	1.913
Subtotal	**1.061**	**1.087**	**76**	**–**	**–**	**2.224**
Previdenciárias:						
SISTEMA S (3)	579	299	8	- 724	–	162
Subtotal	**579**	**299**	**8**	**- 724**	**–**	**162**
Total	**1.639**	**1.386**	**84**	**- 724**	**–**	**2.386**

Depósitos Judiciais Fiscais: Referem-se a garantias de processos judiciais fiscais do legado Sul América (AXA XL Seguros S.A) referente à composição das bases de cálculo do PIS e da COFINS dos anos de 1994, 1996, 1997 e 2003. **Provisão para Processos Fiscais e Discussões Judiciais: COFINS (Legado Sul América):** A Seguradora questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. O patrono da causa reputa como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. Foi interposto Recurso Extraordinário e está sobrestado até o julgamento definitivo do STF no RE nº 656.089, com repercussão geral reconhecida. **PIS (Legado Sul América):** A Seguradora questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs. 1/1994, 10/1996 e 17/1997, os valores foram depositados judicialmente e integralmente provisionados. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda da demanda e remota, no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SASG (razão social alterada para AXA Corporate Solutions Seguros S.A.) o direito de calcular e pagar o PIS, no exercício de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R$ 1.015 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Conforme acordado com a Sul América, foi apresentada petição requerendo a remessa dos autos ao Egrégio Supremo Tribunal Federal antes da expedição dos alvarás de levantamento, em cumprimento ao acórdão proferido pela Colenda 4ª Turma Especializada do TRF-2 no julgamento do Agravo de Instrumento nº 0009897-98.2016.4.02.0000. **PIS/COFINS: Sobre as Receitas Financeiras:** A seguradora questiona judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e à COFINS tendo como base de cálculo as receitas financeiras oriundas da aplicação dos valores das reservas técnicas destinadas a garantir o pagamento de segurados com base no Tema 372/STF discutido no RE 609096 com repercussão geral sobre o tema. Os patronos da causa reputam como possível a probabilidade de perda da demanda, no que se refere à alegação da inconstitucionalidade tão somente do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, afastando-se da tributação por meio da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS aquelas receitas que não se coadunam com receitas da atividade operacional prevista na Lei nº 12.973/14. **Exclusão sobre a própria base de cálculo:** A seguradora questiona judicialmente a exclusão da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS sobre as próprias contribuições, incidentes sobre os prêmios de seguros emitidos, evitando o "cálculo por dentro" do PIS e da COFINS, bem como compensar os valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos, com a liminar deferida e confirmada, assim como a segurança concedida. No legacy AXA XL Seguros S.A a demanda está sobrestada aguardando o julgamento do tema 1.067/STF que está sendo discutido no RE nº 1.233.096 com repercussão geral sobre o tema, e que versa sobre a constitucionalidade da inclusão da COFINS e do PIS nas próprias bases. Os patronos da causa reputam como remota a perda da demanda, no que se refere à alegação da inconstitucionalidade da inclusão da COFINS e do PIS nas próprias bases. **Afastar a exigibilidade do PIS e COFINS-Importação:** A seguradora questiona judicialmente afastar a exigibilidade do crédito tributário das contribuições do PIS e COFINS-Importação sobre as remessas de prêmio de seguros, resseguro e retrocessão das empresas resseguradoras localizadas no exterior, bem como compensar os valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos. Os patronos da causa reputam como possível a perda da demanda, no que se refere à alegação da inconstitucionalidade e ilegalidade quanto ao enquadramento desse tipo de operação na denominada importação de serviços ao exterior prevista no §1º do artigo 1º da Lei 10.865/2004. **Exclusão das comissões de corretagem da base de cálculo do PIS/COFINS:** A seguradora questiona judicialmente afastar a exigibilidade do crédito tributário das contribuições ao PIS e COFINS sobre serviços de corretagem, bem como compensar os valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos. Os patronos da causa reputam como possível a perda da demanda, no que se refere à alegação da atual redação do artigo 195, I, "b" do Texto Constitucional, na qual o PIS e a COFINS devem incidir sobre o faturamento, ou sobre outras receitas, não podendo, por esta razão, ter incluídos valores que na realidade configuram-se como despesas, e não como "receita", não revelando qualquer medida de riqueza relativa à hipótese de incidência destas contribuições. **Exclusão do IRRF da Base de cálculo do PIS/COFINS Importação:** A seguradora questiona judicialmente excluir da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, a base reajustada de preços para fins de incidência de IRRF sobre a remessa de valores para o exterior, bem como compensar os pagamentos indevidos efetuados nos últimos 5 (cinco) anos. Os patronos da causa reputam como possível a perda da demanda, no que se refere ao reajustamento da base de cálculo para incorporar o tributo, pois possui outra natureza de tal sorte que não deva ser considerado como preço do serviço prestado. **Exclusão da Receita de Oscilação Cambial:** A seguradora questiona judicialmente excluir da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, a receita decorrente da variação cambial atrelada às despesas, bem como compensar os pagamentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos. A liminar foi deferida e confirmada e a segurança concedida. Os patronos da causa reputam como remota a perda da demanda, no que se refere à alegação da atual redação do artigo 195, I, "b" do Texto Constitucional, o PIS e a COFINS devem incidir sobre o faturamento, ou sobre outras receitas, não podendo, por esta razão, ter incluídos valores que na realidade configuram-se como despesas, e não como "receita", não revelando qualquer medida de riqueza relativa à hipótese de incidência destas contribuições. **INSS: Suspensão do Sistema S:** A seguradora questiona judicialmente a limitação de 20 vinte salários-mínimos para a base de cálculo do Incra e Salário Educação a partir da emenda constitucional nº 33/2001, tendo em vista a inconstitucionalidade desta exação por aplicar como base de cálculo a folha de salários. Nos autos há liminar deferida, assim, os patronos da causa reputam como remota a perda da demanda, no que se refere à alegação do art. 3º do Decreto-lei nº 2.318/86 que revogou apenas o caput do art. 4º da Lei nº 6.950/81. excluindo o limite de 20 (vinte) salários-mínimos somente para às contribuições previdenciárias devidas pela empresa. Portanto, o limite de 20 (vinte) salários-mínimos, previsto no art. 4º da Lei nº 6.950/81, permanece vigente para a apuração das contribuições destinadas a terceiros. Os autos seguem sobrestados aguardando a análise dos Recursos Especiais nº 1.898.532/CE e 1.905.870/PR, vinculado ao Tema nº 1.079 **IRPJ/CSLL: Sobre a parcela dos rendimentos de aplicações financeiras correspondente à correção monetária em razão da inflação, medida pelo IPCA-E.:** A seguradora questiona judicialmente a entendimento da Receita Federal, consideram-se "rendimentos" da aplicação financeira tudo quanto se acrescenta ao valor nominal aplicado, independentemente da eventual inflação ocorrida no período. Ou seja, as perdas inflacionárias ocorridas não são deduzidas dos rendimentos positivos de aplicações financeiras. O patrono da causa reputa como possível a perda da demanda, no que se refere à alegação de que o percentual dos rendimentos de aplicações financeiras correspondentes aos índices inflacionários, enquanto mera recomposição patrimonial pela correção monetária, não se enquadra na hipótese de incidência nem do IRPJ e nem da CSLL nos termos do art. 153, III da CF/88.

17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2022	2021
Fornecedores	3.115	1.857
Participações no Lucro	16.554	12.217
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	84	66
Contas a pagar - Partes Relacionadas - Nota explicativa 23	2	171
Outras contas a pagar	15.463	16.293
Total	**35.218**	**30.604**

18. ENCARGOS TRABALHISTAS

	2022	2021
Encargos sociais a recolher	2.304	1.809
Férias a pagar	6.749	5.106
Total	**9.053**	**6.915**

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

São os valores de prêmios recebidos e ainda não alocados referente emissão direta e cosseguro aceito.

	2022	2021
Emissão direta	7.363	325
Cosseguro aceito	12.700	1.187
Outros depósitos	4.925	363
Total	**24.988**	**1.875**
AGING	**2022**	**2021**
Até 30 dias	9.797	622
de 31 a 60 dias	1.543	375
de 61 a 90 dias	4.520	117
de 91 a 180 dias	5.644	691
de 181 a 365 dias	2.120	36
Maior que 365 dias	1.364	34
Total	**24.988**	**1.875**

20. ATIVO DE DIREITO DE USO

	Período total do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido
Ativo Direito de Uso	60	5.182	(518)	4.664	4.424
		5.182	**(518)**	**4.664**	**4.424**

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social está representado pelo valor de R$ 980.218 (R$ 707.288 em dezembro de 2021), totalizando pela quantidade de 8.627.833.472 ações ordinárias (4.573.066.877 em dezembro de 2021), nominativas, e sem valor nominal. A empresa aumentou o seu capital em R$ 272.930 no exercício para aquisição da empresa AXA XL Seguros S/A. Em atendimento à Resolução CNSP Nº 321/2015, a Seguradora encontra-se adequada quanto ao capital mínimo requerido, conforme demonstrado no item (e). **(b) Reserva legal:** Foi constituído no exercício de 2022 a reserva de capital de R$ 13.670 referente a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido na aquisição da empresa AXA XL Seguros S/A É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **(c) Dividendos:** O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, a reserva legal e lucros ou prejuízos acumulados. **(d) Juros sobre o capital próprio:** Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações financeiras como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado do exercício. **(e) Patrimônio líquido ajustado, margem de solvência e capital mínimo requerido:** A seguradora apurou capital mínimo requerido, partir das regras estabelecidas pela Resolução CNSP Nº 321/2015.

Descrição	**2022**	**2021**
Patrimônio líquido	711.478	315.385
Ajustes contábeis	(245.157)	(199.480)
Ajustes associados a variação dos valores econômicos	118.256	13.418
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(47.657)	–
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	–	–
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**536.920**	**129.323**
Patrimônio líquido ajustado nível 1	466.321	115.905
Patrimônio líquido ajustado nível 2	70.599	13.418
Patrimônio líquido ajustado nível 3	–	–
Capital base (CB)	**8.100**	**8.100**
Capital de risco de crédito	42.859	10.562
Capital de risco de subscrição	150.251	80.350
Capital de risco operacional	8.796	3.895
Capital de risco de mercado	27.088	9.150
Benefício da diversificação	(35.263)	(11.090)
Capital de risco (CR)	**193.731**	**92.867**
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	**193.731**	**92.867**
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R$	343.189	37.590
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	177%	40%

22. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2022	**2021**
(a) Prêmios ganhos:		
Prêmios emitidos diretos	989.219	639.425
Prêmios de cosseguro aceito de congênere	103.574	53.375
Prêmios de cosseguro cedido a congênere	(67.618)	(30.416)
Prêmios de risco vigente e não emitido	659	(2.727)
Variação das provisões técnicas	(150.227)	(15.558)
Total	**875.607**	**644.099**
(b) Sinistros ocorridos:		
Indenizações avisadas	(379.886)	(290.527)
Despesas com sinistros	(26.036)	(18.884)
Salvado e Ressarcimento	22.225	6.142
Recuperação sinistros - cosseguro cedido	26.974	14.971
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(8.253)	18.083
Provisão despesa relacionada - IBNR	1.821	(5.950)
Serviço de assistência	(7.036)	(6.899)
Total	**(370.191)**	**(283.064)**
(c) Custos de aquisição:		
Comissão sobre prêmio emitido	(155.891)	(86.358)
Comissão sobre risco vigente não emitido	(3.944)	2.154
Comissão sobre prêmio cosseguro aceito	(11.330)	(6.718)
Comissão de agenciamento	(246)	(404)
Recuperação de comissão de cosseguro cedido	10.332	5.284
Pró labore	(113.651)	(104.600)
Outros custos de aquisição	(10.681)	(5.144)
Variação despesa de comercialização diferida	49.138	(5.810)
Total	**(236.273)**	**(201.596)**
(d) Resultado com resseguro:		
Receita com resseguro		
Indenizações avisadas	95.341	88.618
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(225)	(5.368)
Provisão despesa relacionada - IBNR	(2.840)	3.381
Despesa com resseguro		
Prêmios cedidos	(146.058)	(88.551)
Variação das provisões técnicas	(2.605)	3.137
Salvados e ressarcimento	(13.215)	(195)
Total	**(69.602)**	**1.022**

continua →★

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
(e) Outras receitas e despesas operacionais:		
Outras receitas		
Outras receitas com operações de seguros	2.168	1.454
Outras despesas		
Lucros atribuídos	(16.647)	(11.369)
Provisão de redução ao valor recuperável	(23.171)	(2.924)
Outras despesas	(5.819)	(3.516)
Total	**(43.469)**	**(16.355)**
(f) Despesas administrativas:		
Pessoal próprio	(73.154)	(76.292)
Serviços de terceiros	(53.665)	(35.993)
Localização e funcionamento	(28.680)	(21.593)
Amortização de intangível	(15.710)	(12.453)
Publicidade e propaganda	(10.817)	(6.765)
Publicações	22	(168)
Donativos e contribuições	(345)	(113)
Outras despesas	(398)	(1.303)
Total	**(182.747)**	**(154.680)**
(g) Despesas com tributos:		
Impostos municipais/federais	(1.356)	(589)
Cofins	(21.731)	(16.658)
PIS	(5.004)	(3.847)
Taxa de fiscalização	(4.129)	(3.344)
Outros tributos	(2.538)	(1.015)
Total	**(34.758)**	**(25.453)**
(h) Resultado financeiro:		
Receitas títulos privados	817	45
Receitas títulos públicos	56.577	30.154
Operações de seguros	6.163	14.560
Operações de resseguros	1.577	–
Outras receitas/(despesas)	(8.829)	(14.770)
Total	**56.305**	**29.989**
(i) Resultado patrimonial:		
Resultado equivalência patrimonial	71.569	–
Dividendos e rendimentos	50	258
Total	**71.619**	**258**

23. RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios ganhos		sinistralidade %		comissionamento %	
Linhas de negócio	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Compreensivo residencial	2.388	2.072	41	49	35	33
Compreensivo Condomínio	14.459	10.438	89	81	27	29
Compreensivo Empresarial	52.599	33.722	71	127	19	20
Lucros Cessantes	14.636	4.332	37	704	11	20
Riscos de Engenharia	31.010	15.680	50	67	19	19
Riscos Diversos	70.945	69.319	(2)	14	45	45
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	41.539	76.444	5	1	58	57
Riscos Nomeados e Operacionais	84.778	42.068	44	67	17	19
R.C. Administradores e diretores D&O	17.466	12.468	38	(3)	19	18
R.C. Riscos Ambientais	1.473	516	–	184	12	18
R.C. Geral	58.541	30.858	30	36	18	22
R.C. Profissional	19.932	11.844	73	81	23	24
Transporte Nacional	32.813	18.198	62	42	20	22
Transporte Internacional	19.921	12.679	(4)	7	28	30
Resp. Civil do Transp. de Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	8.736	7.894	49	55	22	22
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	168	130	(314)	85	29	33
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	48.311	37.932	38	47	26	24
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	24.845	19.113	64	49	26	26
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	237	162	–	–	27	54
Garantia Segurado - Setor Público	32.094	30.524	205	(38)	22	20
Garantia Segurado - Setor Privado	10.017	10.306	(81)	81	23	22
Seguro Funeral	13	10	60	35	26	25
Viagem (Coletivo)	4.706	10.532	(33)	53	31	16
Prestamista (coletivo)	886	1.003	148	134	29	26
Acidentes Pessoais	318	136	8	(40)	27	(30)
Vida em grupo	24.003	27.266	66	73	33	29
Seguro benf e prod agropecuários	12.524	674	37	14	36	34
Penhor Rural	29.348	1.444	46	12	36	34
Seguro Funeral (Individual)	2.495	2.497	20	18	42	42
Viagem (Individual)	34.979	11.627	70	109	–	–
Prestamista (Individual)	52.777	46.936	4	(1)	57	57
R.C. Facult. para aeronaves - RCF	2.034	(1)	107	(2.093)	13	(17)
Aeronáuticos (cascos)	10.326	(15)	69	(6.561)	12	15
Resp. Civil Hangar	4.782	11	3	11.255	7	(1)
Resp. Explor. ou Transp aéreo - RETA	64	(6)	67	11.364	18	19
Microseguros de Pessoas	26.542	20.526	22	31	39	36
Microseguros de Danos	17.634	17.787	1	1	45	45
R.C.Transp. em Viagem Internacional pessoas transportadas ou não - Carta Azul	4.013	2.169	62	51	21	20
Marítimos (Casco)	53.675	54.800	51	80	9	10
Riscos de Petróleo	326	–	–	–	6	–
Seguro Compreensivo para Operadores Portuários	1.490	–	4	–	13	–
Resp. Civil do Operador do Transporte Multimodal - RCOTM-C	3.153	–	(27)	–	19	–
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	509	–	–	–	10	–
Compreensivo Riscos Cibernéticos	2.024	–	4	–	15	–
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	78	–	(152)	–	1	–
Total	**875.607**	**644.099**	**42**	**44**	**27**	**31**

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Transações com partes relacionadas

A Seguradora efetua transações comerciais com partes relacionadas que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

	2022	2021
Ativo	**439.912**	**32.393**
Outros créditos a receber	**–**	**410**
AXA XL Seguros S.A.	–	171
AXA XL Resseguros S.A.	–	11
AXA Cons., Interm. de Serv. e Negócios no Brasil Ltda.	–	228
Ativos de resseguros	**439.912**	**31.984**
XL Resseguros Brasil S.A.	130.760	11.132
XL Insurance Company SE	175.327	625
AXA Global Re	27.928	20.227
Catlin RE Switzerland Ltd.	105.897	–
Passivo	**(158.007)**	**(18.698)**
Débitos de operações de resseguros	**(151.069)**	**(14.488)**
XL Resseguros Brasil S.A.	(13.783)	1.913
AXA Global RE	(13.201)	(16.401)
Catlin RE Switzerland Ltd	(38.534)	–
XL Insurance Company SE	(85.551)	–
Contas a pagar	**(6.938)**	**(4.210)**
AXA Regional	(1.264)	(1.463)
AXA GIE	(665)	–
AXA Group Solutions	–	(1.176)
AXA S/A	(3.912)	(1.272)
AXA Tech	(1.095)	(128)
AXA XL Seguros Brasil S.A.	–	(102)
AXA XL Resseguros Brasil S.A.	(2)	(69)
Total	**281.905**	**13.695**

	2022	2021
Receita	**30.128**	**398**
Operações com seguradoras	**–**	**–**
–	–	–
Sinistro de resseguro cedido	**29.728**	**(1.434)**
XL Insurance Company SE	(67)	(7)
XL Resseguros Brasil S.A.	8.071	(1.427)
AXA Global Re	11.615	–
Catlin RE Switzerland Ltd.	10.109	–
Recuperação despesas administrativas	**400**	**1.832**
XL Resseguros Brasil S.A.	–	137
AXA XL Seguros Brasil S.A.	–	327
AXA Cons., Interm. de Serv. e Negócios no Brasil Ltda.	350	1.368
XL Brazil Holdings	50	–
Despesa	**(97.976)**	**(24.830)**
Prêmio de resseguro cedido	**(97.976)**	**(15.836)**
AXA XL Resseguros Brasil S.A.	(5.164)	519
AXA Global RE	(11.035)	(16.355)
Catlin RE Switzerland Ltd.	(23.272)	–
XL Insurance Company SE	(58.505)	–
Rateio de despesas administrativas	**–**	**(8.994)**
AXA XL Resseguros Brasil S.A.	–	(198)
AXA XL Seguros Brasil S.A.	–	(195)
AXA de Todo Coração	–	(5)
AXA Regional	–	(5.760)
AXA S/A	–	(715)
AXA Tech	–	(40)
AXA Group	–	(869)
AXA GIE	–	(46)
XL Brazil Holdings	–	(1.166)
Total	**(67.848)**	**(24.432)**

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração (Presidência e Diretoria) para o exercício de 2022 foi de R$ 14.439 (R$ 9.969 em 2021). **(c) Seguros:** É política da Seguradora em manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Seguradora.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Erika Medici Klaffke — **Núria Fernandez Paris** — **Melina Andrea Cotlar** — **Gregory Anton Foulger**

DIRETORIA

Erika Medici Klaffke — **Alexander Galli** — **Antoine Paul Joseph Gerard** — **Alexandre Campos de Souza**

Rodrigo da Silva Oliveira
Contador - CRC - 1SP262494/O-9

Anelisa Fortes e Faria
Atuário Responsável Técnico - MIBA 2457

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **AXA SEGUROS S.A. -** São Paulo - SP - **Escopo da Auditoria Atuarial -** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AXA SEGUROS S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da AXA SEGUROS S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AXA SEGUROS S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AXA SEGUROS S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023
Joel Garcia - Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
AXA SEGUROS S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas auditadas	2.159.071
Total de ativos de resseguro	1.149.824
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	119.572
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2022**
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.159.071
Valores redutores auditados (b)	1.336.863
Total a ser coberto (a-b)	**822.208**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2022**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	193.731
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**193.731**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2022**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	536.920
Ajustes Econômicos do PLA	118.256
Exigência de Capital (CMR) (b)	193.731
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**343.189**
Ativos Garantidores (d)	1.190.953
Total a ser Coberto (e)	822.208
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**368.745**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2022**
0644	1.599
1433	3.732
0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0195, 0196, 0234, 0274, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0435, 0520, 0525, 0531, 0542, 0553, 0621, 0622, 0628, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0743, 0748, 0775, 0776, 0929, 0969, 0977, 0980, 0982, 0984, 0987, 0990, 0993, 1101, 1102, 1130, 1162, 1329, 1369, 1377, 1380, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391, 1417, 1528, 1535, 1537, 1597, 1601, 1602, 1734	5.000

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2022

O Comitê de Auditoria ("Comitê"), instituído pelo Estatuto Social da AXA Seguros S.A. ("Companhia"), nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, e em conformidade com as práticas de governança do Grupo AXA e seu regimento interno, é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração. A formação do Comitê foi integralmente renovada a partir de fevereiro de 2023. A consulta prévia de nomes dos membros Rosemeire Lourdes Limas Peixoto e Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho encontra-se sob análise da SUSEP. A eleição do membro David Soares dos Santos foi efetivada em Ata datada de 02 de fevereiro de 2023. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e das funções de segunda linha defesa. As competências do Comitê contemplam, ainda, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras e a implementação e supervisão das atividades de monitoramento. O Comitê atua por meio de reuniões regulares e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e pelos controles internos, da auditoria interna, dos auditores independentes e nas suas próprias análises. O Comitê mantém canal de comunicação regular com os auditores internos e independentes para avaliação do escopo, qualidade e resultado de seus trabalhos. Em 2022, o Comitê de Auditoria se reuniu por 6 (seis) vezes e promoveu entrevistas com a Diretora Presidente e demais Diretores, bem como realizou encontros periódicos com gestores de diversas áreas operacionais da Companhia e da auditoria interna, gestão de riscos e *compliance* e ouvidoria, bem como com os auditores independentes. A reunião de janeiro de 2023, ainda dentro do mandato dos membros anteriores, contou com participação dos membros atuais, ocasião em que os aspectos de relevância foram contextualizados, com vistas a facilitar a transição das investiduras e garantir a boa e adequada continuidade dos temas sob acompanhamento do Comitê. Para análise das demonstrações financeiras do exercício de 2022, além da reunião realizada com os membros anteriores do Comitê, conforme mencionado no parágrafo anterior, foi solicitado a eles avaliação da qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente Ernst & Young - "EY", assim como da auditoria interna. O Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras do exercício 2022 em reuniões com a área financeira, a área atuarial, a auditoria independente Ernst & Young - "EY" e a auditoria atuarial independente KPMG, e deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. O Comitê não registrou, em relação ao exercício de 2022, qualquer denúncia de descumprimento de normas, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência ou evidência de falhas ou erros que colocassem em risco a sua continuidade. Com base nas revisões e discussões havidas, no relato constante em notas explicativas e no parecer dos auditores independentes, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2022.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023
Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho
David Soares dos Santos
Rosemeire Lourdes Limas Peixoto

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **AXA Seguros S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AXA Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AXA Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da Seguradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 22 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre as demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Seguradora, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
SP-034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-1SP198827/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA SOB O Nº 02/2023, PARA "CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E EXAMES VETERINÁRIOS EM ESPÉCIES CANINAS E FELINAS DO MUNICÍPIO DE IPERÓ/SP" O PRAZO PARA PROTOCOLO DOS ENVELOPES SERÁ DE 24/02/2023 ATÉ O DIA 27/03/2022 ÀS 16:00 HORAS. NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, NO PAÇO MUNICIPAL, IPERÓ/SP, TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 23 DE FEVEREIRO DE 2023. JOÃO ANTÔNIO DOMINGUES DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2023, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 09/03/2023 ÀS 14 HORAS, NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, NO PAÇO MUNICIPAL, IPERÓ/SP, TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 23 DE FEVEREIRO DE 2023. JOÃO ANTÔNIO DOMINGUES DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**, OC. **102401100632023oc00005**, referente ao Processo nº **40480/2022**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL**, a realização do pregão será no dia **24 de fevereiro de 2023** à partir das **09:00 horas**. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 1261/2022 - PE 102/2023, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NA REDE INTERNA E AMPLIAÇÃO DO BACKUP DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/03/2023 – 9h30min**. O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br.**

SINDICATO DOS CLUBES DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDI CLUBES - CNPJ 60.554.417/0001-28 - **167ª Assembleia Geral Ordinária - Local:** Sede do Sindi Clube - Av. Indianópolis, 628 - Indianópolis. **Data:** 07/03/2023. **Horário:** 10h30 em 1ª convocação; 11h00 em 2ª convocação. Nos termos da letra "d" do inciso I do Art. 15 do Estatuto Social do Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo, observadas ainda as disposições do art. 6º, § 2º, inciso I, art. 9º, § 1º, incisos I e II, e art.13, § 5º, convoco os Clubes Associados com direito a voto na forma regimental, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária nos termos do Art. 13 do mencionado Estatuto, a ser realizada no dia 09/03/2022, quarta-feira, em sua Sede Social à Av. Indianópolis, 628 - Indianópolis, com a primeira convocação prevista para às 10h30 com a finalidade de cumprirem a seguinte **Ordem do Dia: I -** Abertura dos trabalhos pelo Sr. Presidente da Diretoria; **II -** Formação da Mesa Diretora dos trabalhos; **III -** Leitura, votação e discussão da ata da Assembleia Anterior; **IV -** Tomar conhecimento do relatório de atividades da Diretoria durante o ano de 2022; **V -** Discussão, deliberação e votação das contas e do balanço geral relativo ao exercício de 2022, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos auditores independentes. Na hipótese de não haver número legal para a Assembleia funcionar em primeira convocação, o será em segunda convocação às 11h, neste caso com a presença de qualquer número de associados com direito a voto. São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. **Paulo Cesar Mario Movizzo -** Presidente do Sindi Clube.

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão – 07/03/2023, às 11h30. 2º Público Leilão – 09/03/2023, às 11h30.

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp Nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **BARUC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.** - CNPJ nº 15.822.731/0001-90, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, na forma dos arts. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 06 DA QUADRA Nº 07, DO LOTEAMENTO "PARQUE DOS MANACÁS I"**, Mococa/SP. **ÁREA TOTAL DE 220,00m²**. Medidas e confrontações: com frente para a Avenida B, lado ímpar, do loteamento, medindo 10,00m; nos fundos mede 10,00m e confronta com os lotes nº 16 e 17; pelo lado direito, de quem da rua olha para o lote, mede 22,00m da frente ao fundo e confronta com o lote nº 05; pelo lado esquerdo, no mesmo sentido do observador, mede 22,00m e confronta com o lote nº 07. Matrícula nº 26.718 do CRI de Mococa/SP. Contribuinte nº 01.01.440.0060-001. Consolidação da Propriedade em 06/02/2023. **1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 177.051,29. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 42.759,34. Ônus do Arrematante: i)** pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** os débitos de IPTU correrão por conta do arrematante; **iv)** demais despesas, a partir das datas dos leilões; **v)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **vi)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vii)** custas e despesas com eventual desocupação; **viii)** Venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante **ANTÔNIO APARECIDO DOS REIS** - CPF nº 772.805.988-20, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2022 PROCESSO Nº 9744-6/2022

Tendo em vista a necessidade de **republicação** do edital de licitações, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2022** - que trata da contratação de empresa de transporte para atender às necessidades do Setor de Transporte de Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento e realização de procedimentos médicos na cidade de Ribeirão Preto/SP e no transporte de pacientes para tratamento de hemodiálise no Hospital São Marcos, sito na Av. Aristides Bellodi nº 100, Bairro Jardim São Marcos, Jaboticabal/SP, para os pacientes residentes no município de Jaboticabal/SP, **SUSPENSO** em razão da apresentação de representação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo conforme publicado no Diário Oficial da União – Seção 3, no dia 08/12/2022, página 322; no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo – Seção 1, em 08/12/2022, página 392 e no jornal "Folha de S.Paulo", edição do dia 08/12/2022, página A23; avisamos aos interessados que nos termos do §4º do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido. O **novo encerramento** dar-se-á no **dia 10 de março de 2023 às 08h30**. O edital modificado estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**

Jaboticabal, 23 de fevereiro de 2023

EMERSON RODRIGO CAMARGO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023, cujo objeto é a prestação de serviços de até 3.500 (três mil e quinhentas) horas com caminhão limpa fossa para coleta, sucção, remoção de esgoto em fossa séptica, poços de visita no caso entupimento e em estações elevatórias de esgotos, conforme demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 15 de março de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 27 de fevereiro de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: carla_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 23 de fevereiro de 2023.

Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 016/2022

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que a Concorrência acima mencionada cujo objeto é a "Prestação de serviços para construção de nova unidade da Escola das Artes nas dependências do Parque dos Lagos", cuja Sessão Pública para abertura dos envelopes "Habilitação" ocorreria no dia 27 de fevereiro de 2023, às 09:30 horas, foi suspensa por motivos insertos no procedimento licitatório. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: renato_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 23 de fevereiro de 2023.

Antonia M.S.X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A – IMA

CNPJ 48.197.859/0001-69 – NIRE 35 3 0003850 9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – AGE DA INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A – IMA – REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2023. (Elaborada em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130 da Lei 6.404/76). ORDEM DO DIA: 1) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal; 2) Outros assuntos de interesse da sociedade: a) Retificação do Prazo de Eleição dos Membros do Conselho de Administração. QUORUM DE DELIBERAÇÕES: Em todas as deliberações foi observado o quorum mínimo exigido em lei, tendo as **RESOLUÇÕES:** Aprovação unânime dos acionistas presentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Informática de Municípios Associados S/A - IMA. **APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** A presente ata foi lida, aprovada na forma prevista no *"caput"* do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, os quais constituem a maioria necessária para as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Extraordinária da IMA. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, **Luana Moisés Ferreira Maciel**, a presente ata, assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Município de Campinas

Michel Abrão Ferreira

Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A – EMDEC

Vinicius Issa Lima Riverete

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA CAMPINAS

Wladimir Correia de Mello

Companhia de Habitação Popular de Campinas – COHAB/Campinas

Arly de Lara Romeo

Rede Municipal Dr. Gatti De Urgência. Emergência E Hospitalar

Fábio dos Santos Ribeiro

Município de Valinhos

Fábio Marinho Silva de Medeiros

Informática de Municípios Associados S.A - IMA

Elias Tavares Bezerra

JUCESP Certifico o registro sob o nº 64.749/23-0 em 09/02/2023, Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2023, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 (ZERO) KM PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/., SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA DO DIA 24/02/2023 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 09/03/2023. DATA E HORA DA DISPUTA: 09/03/2023 ÀS 9 HORAS. JOÃO ANTÔNIO DOMINGUES DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

RETIFICANDO:

Encontra-se aberto na **DIRETORIA DE ENSINO-REGIÃO DE BARRETOS, PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - número 002/2023**, destinado para a prestação de serviços não contínuos de transporte de passageiros mediante fretamento, em caráter eventual para os alunos das Unidades Escolares jurisdicionadas a Diretoria de Ensino – Região de Barretos, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de 09/03/2023 no horário 09h30, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br e/ou www.bec.fazenda.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2023, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 (ZERO) KM DO TIPO PICK-UP PARA SECRETARIA DE SAÚDE" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/., SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA DO DIA 24/02/2023 ATÉ ÀS 13 HORAS DO DIA 09/03/2023. DATA E HORA DA DISPUTA: 09/03/2023 ÀS 14 HORAS. JOÃO ANTÔNIO DOMINGUES DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – à Av. Ibirapuera, n.º 981 – 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2023 – PROCESSO IAMSPE N.º 2022/08185 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00225 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR NOS CENTROS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL – CEAMAS DO IAMSPE.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 09/03/2023 às 10:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **27/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo

Rua Jorge Victor Vieira, nº 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311

Site: www.juquitiba.sp.gov.br

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que se encontra aberto nesta municipalidade Processo de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Sob nº 02/2023, cujo objeto é a Aquisição de Vibro Acabadora de Asfalto Rebocável e Espargidor de Emulsão Asfáltica a Frio. O Critério de julgamento das propostas será o menor preço por item. A apresentação dos envelopes e a abertura do Pregão será às 10h00min. do dia 08/03/2023, na Prefeitura Municipal de Juquitiba. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Jorge Victor Vieira, nº 63, Centro, Juquitiba, ou solicitar via email: licitacao@juquitiba.sp.gov.br.

Juquitiba, 23 de fevereiro de 2023.

Ayres Scorsatto - Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da empresa **EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (CNPJ: 02.302.101/0001-42)** a participarem da Assembleia Extraordinária, convocação única, nos dias, horários e locais abaixo mencionados, para deliberar sobre a seguinte "**ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, Discussão e Votação da Pauta de Reivindicações para Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, com a deliberação na modalidade de cédulas nominais para definir os seguintes temas: **a)** Legitimidade da Assembleia, **b)** Contribuição Assistencial, **c)** Deliberação da Pauta e **d)** Autorização de Acesso à informação sobre Cargos e Salários, sendo que os itens **a, b, c e d** serão votados através de cédulas individuais e apurados no ato, em escrutínio aberto; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **01/03/2023 às 08h - EMAE - Piratininga,** na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5.312 - Vila Emir - SP; **às 10h30 - EMAE - Sede,** na Av. Jornalista Roberto Marinho, 85 - Cidade Monções - São Paulo - SP; **02/03/2023 às 07h - EMAE - Henry Borden,** na Av. Bernardo Geisel Filho, 1.451 - Cubatão - SP; **03/03/2023 às 08h - EMAE - Porto Góes,** na Rodovia da Convenção Republicana, 10 - Porto Góes - Salto - SP, **às 11h - EMAE - Usina Rasgão** na Estrada dos Romeiros - km 60,5 - Pirapora do Bom Jesus - SP. **São Paulo, 23 de Fevereiro de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2023
PROCESSO N° 015/2023 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Materiais de Insumos para Diabéticos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 09/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://prefeiturapirajui.ddns.net:3390/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações,** localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 23 DE FEVEREIRO DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal SAAEJ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 - Processo nº 128/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL E DISTRITOS DE LUSIT NIA E CÓRREGO RICO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, no município de Jaboticabal/SP. Os interessados poderão consultar o edital da licitação em epígrafe, gratuitamente, através do site do SAAEJ, através do link saaej.sp.gov.br/novosite/novas-tecnologias ou, presencialmente, no Setor de Compras e Licitações, sito na Rua Jornalista Cláudio Luís Berchielli, 345, bairro Santa Mônica, na cidade de Jaboticabal/SP, das 08:00 às 16:00. **Prazo final para entrega dos envelopes:** até 14/03/2023 às 08h30min. **Abertura dos envelopes:** 14/03/2023 às 09h00min.

Jaboticabal, 23 de fevereiro de 2023

ALBERTO CLAUDIO ALMEIDA FILHO - Presidente do SAAEJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 012/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ. CONTRATADA: N. C. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM RUAS MUNICIPAIS. DATA ASSINATURA: 16/02/2023. VALOR: R$ 520.881,83

CONTRATO Nº 013/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ. CONTRATADA: N. C. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM RUAS MUNICIPAIS. DATA ASSINATURA: 16/02/2023. VALOR: R$ 212.455,57

CONTRATO Nº 014/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2022 – TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ. CONTRATADA: N. C. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM RUAS MUNICIPAIS. DATA ASSINATURA: 16/02/2023. VALOR: R$ 232.098,91

MARCELO DE SOUZA PECCHIO - PREFEITO MUNICIPAL

Edital de Convocação - Setor Farmacêutico - Pelo presente edital, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, ABRASIVOS, MATERIAL PLÁSTICO, TINTAS E VERNIZES DE GUARULHOS E MAIRIPORÃ**, por seu representante legal, **CONVOCA** os trabalhadores associados ou não, da **categoria dos trabalhadores nas indústrias de produtos farmacêuticos**, enquadrados no 10º Grupo, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, das cidades que compõem a sua base territorial, para **ASSEMBLEIAS** a serem realizadas pela direção do sindicato, de forma itinerante, entre os dias 27/02/2023 a 03/03/2023, entre as 4:00 horas até as 16:00 horas, nas portas de fábrica, e, a assembleia geral extraordinária que se realizará no dia **06 de Março de 2023**, **as 10:00, as 14:00 e as 17:00 horas**, nos locais abaixo enumerados, tendo em vista a base territorial da entidade sindical abranger mais de um município: **1) Trabalhadores do município de Guarulhos**, na Quadra Poliesportiva da Sede Social, Rua Iraci Santana nº 34 (Antigo 85), Macedo e **2) Trabalhadores dos municípios de Mairiporã, Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista, Igaratá**, **Franco da Rocha e Francisco Morato,** na Subsede, Rua José Claudino dos Santos, 122 - Jd São Francisco II Terra Preta - Mairiporã/SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato representativo da respectiva categoria econômica; **b)** Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para negociação coletiva, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, constituir comissão de negociação e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, assistido pela Federação da categoria; **c)** Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições; **d)** Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, nos horários supramencionados, as mesmas se realizarão uma (1) hora após, no mesmo dia e locais, com qualquer número de presentes, para os efeitos de direito. Informa o Presidente que, diante da situação da pandemia, a entidade providenciará todas as medidas protetivas para garantia de todos, bem como higienização das mãos com álcool em gel. Guarulhos, 24 de fevereiro de 2023. **Antonio Silvan Oliveira -** Presidente.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 06/03/2023 às 15h 2º Leilão: dia 14/03/2023 às 15h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10130741706, firmado em 19/09/2014, no qual figura como Fiduciante **SAMI DE SANT ANNA LOPES**, RG nº 292687530-SSP/SP, CPF/MF nº 278.284.908-52, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06 de março de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 659.675,26 (Seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO TIPO Nº 38, localizado no 3º andar da "TORRE 2" - "EDIFÍCIO GARDEN", integrante do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO SOUL JARDIM SUL", situado à Rua Chapada de Minas, nº 210 e Rua Canto do Rio Verde, na Vila Andrade, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área privativa de 49,530 m² e a área comum de 50,207 m², nesta já incluído o direito ao uso de 01 vaga localizada na garagem coletiva do edifício, situada nos subsolos, em lugares individuais, indeterminados e sujeitas ao auxílio de manobrista, perfazendo a área total de 99,737 m², correspondendo-lhe uma fração ideal no solo de 0,004992312. Matrícula nº 409.976 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 14 de março de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 329.837,63 (Trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 08/2023; Processo Licitatório nº 28/2023; Edital: n° 09/2023 – OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Equipamentos para atender a Coordenação da Saúde Bucal"; INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 06/03/2023 às 09:00 horas.; **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 22/03/2023 às 08:30 horas.; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 22/03/2023 às 08:35 horas.; **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 22/03/2023 às 09:00 horas.; **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado" **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon, Coronel Macedo/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 23 de fevereiro de 2023;José Roberto Santinoni Veiga. Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

PROC. LICITATÓRIO Nº 01/2023

EDITAL Nº 01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSIFICADO (MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, PINTURA, FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, ELÉTRICO, ELETRONICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO). INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 28/02/2023 às 09:00 horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 13/03/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 13/03/2023 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 13/03/2023 às 09:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado" **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações Avenida Presidente Castelo Branco, nº 180 - centro, Coronel Macedo – SP, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou pelo telefone (15) 3767-8200, ou, e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 23 de fevereiro de 2023. José Roberto Santinoni - Veiga Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 383/2022
TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará a licitação para COMPRA CENTRAL – NUTRIÇÃO ENTERAL, em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 9/3/2023, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 17/2/2023. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais – CSC/SEPLAG.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2023 – PROCESSO Nº. 239/2022 – CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO. **CONTRATADA:** RGM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME. **OBJETO:** "Contratação de empresa para reforma e adequação da Unidade Básica de Saúde de São Bernardo – Posto de Saúde Benedito Garcia Veiga "Dito Anjo"". **VALOR TOTAL:** R$ 347.007,91 (trezentos e quarenta e sete mil sete reais e noventa e um centavos). **MOD/LICITAÇÃO:** Tomada de Preço nº 015/2022. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses após a assinatura do contrato. Coronel Macedo, 23/02/2023. **JOSE ROBERTO SANTINONI VEIGA - PREFEITO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Avisos de Licitações

Pregão Presencial nº 03/2023 P.A. nº 4929/23 R.P. para aquisição de ovos de Páscoa - Disputa dia 09/03/2023 às 09:00 horas.

Pregão Eletrônico nº 03/2023 P.A. nº 1560/23 R.P. para aquisição de nutrição parental individualizada para atender mandado judicial - Disputa dia 09/03/23 às 15:00 horas.

Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba 23 de Fevereiro de 2023

Marco Aurélio dos Santos Neves

Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023; PROC. LICITATÓRIO Nº 16/2023; EDITAL: Nº 05/2023 OBJETO: "Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender a Secretaria Municipal da Saúde" INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 27/02/2023 às 09:00 horas; **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 15/03/2023 às 08:30 horas.; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/03/2023 às 08:35 horas.; **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 15/03/2023 às 09:00 horas; **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado"; **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon, Coronel Macedo – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 22 de fevereiro de 2023; **José Roberto Santinoni Veiga; Prefeito Municipal**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 03/2023; Processo Licitatório nº 08/2023; Edital: nº 03/2023 – OBJETO: "Aquisição de Material de Artesanato"; INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 06/03/2023 às 09:00 horas.; **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 27/03/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 27/03/2023 às 08:35 horas.; **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 27/03/2023 às 09:00 horas.; **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado"; **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon, Coronel Macedo/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 23 de fevereiro de 2023; José Roberto Santinoni Veiga; Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DEPREÇOS Nº 146/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202208577/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº532101530552023OC00206 - PARA AQUISIÇÃO DE: BOLSA NPP CENTRAL SMOF AMIN 50G/L C/ OL PEIXE.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 08/03/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **24/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acessoao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DEPREÇOS Nº 144/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202208163/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00054 - PARA AQUISIÇÃO DE: ABEMACICLIBE 150MG COMPRIMIDO.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 08/03/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **24/02/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acessoao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2023

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 1.000 (hum mil) Kit's Maternidade, através de Registro de Preços, objetivando realizar ações desta Secretaria voltadas para proporcionar qualidade de vida à mãe e ao bebê em vulnerabilidade social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento - P.A nº 16.393/2022.

Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço Por Item.

Recebimento e Abertura dos Envelopes: 09/03/2023 às 09:00 horas.

Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.

Esclarecimentos: endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.

Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 23 de fevereiro de 2023

Niedson Silva de Souza Filho - Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2023. Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto Municipal Regulamentar nº 7003, de 29 de junho de 2022, torna público, que realizará Pregão Eletrônico no dia **15 de março de 2023, às 08h30min**, objetivando selecionar fornecedores para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando a aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e instrumentos odontológicos para serem utilizados no CEO e nas ESF'S do município de Junqueirópolis/SP.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis: Avenida Junqueira, nº 1396 – Centro – Junqueirópolis/SP, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitações, nos dias de expediente, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 23 de fevereiro de 2023. **ISRAEL GUMIERO**, Diretor de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÕES

O MUNICIPIO DE CURITIBA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA torna público, para conhecimento dos interessados que está promovendo CONCORRÊNCIAS para contratação dos seguintes objetos:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/002/2023-SMOP/OPO

OBJETO: implantação de galeria celular no Ribeirão dos Padilhas, na rua Major Sebastião Izidoro Pereira, ente a rua Francisco Habinovski e a rua Osório dos Santos Pacheco, bairro Capão Raso – Curitiba – Paraná.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/003/2023-SMOP/OPE

OBJETO: reforma do Conselho Tutelar do Bairro Novo, localizada à rua Tijucas do Sul, 1106 – bairro Sítio Cercado, Curitiba – Paraná.

OS ENVELOPES de "**Proposta de preços**" e dos "**Documentos de Habilitação**" deverão ser protocolados simultaneamente no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, até às **09h** do dia **30/03/2023** com abertura das Propostas de Preços, no mesmo dia, às **09h15 e 10h30,** respectivamente. **OS EDITAIS** encontram-se disponíveis para "download", juntamente com seus anexos, no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à Gerência de Licitações da SMOP, sito a rua Emílio de Menezes, 450, bairro São Francisco – Curitiba – Paraná.

Rodrigo Araujo Rodrigues

Secretário Municipal de Obras Públicas

Arteris Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.801.083/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	742	1.239	Fornecedores		23	–
Contas a receber – partes relacionadas	9	–	–	Obrigações fiscais	8	458	358
Impostos a recuperar	5	779	1.049	Dividendos propostos	13	–	10.090
Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	9	3113	3.104	Juros sobre o capital próprio	9	1.646	5.369
Dividendos a receber	13	–	13.096	**Total do passivo circulante**		**2.127**	**15.817**
Total do ativo circulante		**4.634**	**18.488**	**Total do Passivo**		**2.127**	**15.817**
Não Circulante				**Patrimônio Líquido**			
Investimentos em controladas e coligadas	7	121.284	170.221	Capital social	11	73.842	73.842
				Reservas de lucros		49.949	99.050
Total do ativo não circulante		**121.284**	**170.221**	**Total do patrimônio líquido**		**123.791**	**172.892**
Total do Ativo		**125.918**	**188.709**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**125.918**	**188.709**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**73.842**	**14.768**	**34.274**	**–**	**122.884**
Lucro líquido do exercício	11	–	–	–	66.350	66.350
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal		–	–	–	(10.090)	(10.090)
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(6.252)	(6.252)
Dividendos adicionais propostos	11	–	–	50.008	(50.008)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**73.842**	**14.768**	**84.282**	**–**	**172.892**
Lucro líquido do exercício	11	–	–	–	85.428	85.428
Destinação:						
Dividendos distribuídos		–	–	(84.282)	(41.216)	(125.498)
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(9.031)	(9.031)
Dividendos adicionais propostos		–	–	35.181	(35.181)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**73.842**	**14.768**	**35.181**	**–**	**123.791**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas		(105)	(104)
Equivalência patrimonial	7	86.132	66.693
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**86.027**	**66.589**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		312	96
Despesas financeiras		(911)	(335)
		(599)	**(239)**
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**85.428**	**66.350**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Lucro Líquido do Exercício		**85.428**	**66.350**
Lucro por Ação Básico e Diluído – R$	12	**85.428**	**66.350**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	**85.428**	**66.350**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	**85.428**	**66.350**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		85.428	66.350
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	7	(86.132)	(66.693)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	5	1.579	509
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		23	–
Obrigações fiscais		(1.255)	(921)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		**(357)**	**(755)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Recebimento de juros sobre o capital próprio	7	7.412	1.069
Recebimento de dividendos	7	139.435	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		**146.847**	**1.069**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Distribuição de juros sobre o capital próprio		(11.399)	(1.181)
Distribuição de dividendos	7	(135.588)	–
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		**(146.987)**	**(1.181)**
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(497)**	**(867)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**1.239**	**2.106**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		**742**	**1.239**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Expressas em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A Arteris Participações S.A. ("Sociedade"), é uma subsidiária integral da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Controladora"), constituída em 11 de novembro de 2015 e tem como objetivo a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A constituição da Sociedade se deu através da transferência da Arteris para a Sociedade de 49% da sua participação na Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias" ou "Coligada") avaliadas através de laudo contábil cujas informações do patrimônio líquido foram baseadas na data de 30 de setembro de 2015. A Intervias é uma coligada da Sociedade, que não detém o controle da Intervias, porém possui influência significativa. A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. controladora é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos são (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC. e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("Artesp") o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Conforme determinado pelo TAM acima mencionado, de nº 14/06, em sua Cláusula Terceira, os investimentos necessários à manutenção dos níveis de serviço e os novos investimentos além dos previstos no edital de licitação original, necessários para o período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão, deverão ser estabelecidos em forma e critério a serem descritos em instrumento convocatório a ser emitido pela agência reguladora, quando necessárias aprovações técnicas e jurídicas da ARTESP e dessa forma seja estabelecido o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. Sendo assim, a Intervias vem mantendo tratativas com a respectiva agência reguladora sobre o tema e aguarda a emissão do termo convocatório pela ARTESP, a fim de, em cumprimento ao redigido na Cláusula Terceira do TAM nº 14/06, definir quais investimentos e intervenções na rodovia deverão ser realizados bem como seus cronogramas de execução e os devidos reflexos no reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. A Intervias informa também, que tais investimentos são sempre executados em forma de ciclos, e que o último ciclo previsto originalmente no contato de concessão para este tipo de serviço está sendo finalizado no biênio 2019/2020. Porém, todos os serviços relativos aos trabalhos de conserva rotineira da rodovia serão mantidos de forma recorrente, para que os níveis de serviços das rodovias que compõe o lote de concessão sejam mantidos, prezando pela segurança e conforto dos usuários, até que, conforme mencionado, ocorra a definição por parte da ARTESP dos novos ciclos de investimentos a serem realizados. Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, o mesmo aprovou a inclusão no cronograma físico – financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028. **Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Coletivo nº 02/2022** O presente TAM Coletivo tem por objetivo, de manter, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio das Concessões de 1ª e 2ª Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, desta forma, não foi autorizado a aplicação dos reajustes das tarifas de pedágio previstos e garantidos contratualmente, a partir do dia 01 de julho de 2022. Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOE-SP"), o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo. A ARTESP junto com o Governo e as Concessionárias, estudará formas de promover soluções contratuais e financeiras, a serem implementadas de imediato, a fim de mitigar qualquer desequilíbrio. Em 7 de julho de 2022, a ARTESP publicou no DOE-SP a deliberação para implementar, de maneira imediata, medidas necessárias para reequilibrar os contratos das concessionárias afetadas pela decisão anterior do Governo do Estado de São Paulo, publicada no TAM Coletivo nº 02/2022 em 30 de junho de 2022, o presente TAM Coletivo tem por objetivo, de manter, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio das Concessões de 1ª e 2ª Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, desta forma, não foi autorizado a aplicação dos reajustes das tarifas de pedágio previstos e garantidos contratualmente, a partir do dia 01 de julho de 2022. As soluções englobam: (i) a implementação do reajuste tarifário até o final do exercício de 2022, considerando a variação do respectivo indexador tarifário contratual referente ao exercício 2021-2022 no momento determinados pelos Contratos de Concessão, (ii) os pagamentos a serem realizados pelo Poder Concedente em forma de uma indenização financeira bimestral equivalente ao valor da perda tarifária, a ser calculada pela ARTESP até o 25º dia de cada mês, os pagamentos às Concessionárias afetadas deverão ser realizados até que o reajuste tarifário entre em vigência e (iii) a adoção de medidas para celebração dos termos aditivos dos contratos com as concessionárias, a fim de formalizar estas definições. O desequilíbrio econômico-financeiro será mensurado a partir da diferença entre o montante de receita bruta de pedágio auferido e o montante que teria sido arrecadado caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo índice contratual, qual seja, variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM") para o período de junho 2021 a junho 2022, cujo resultado foi de 10,72%. Em 17 de agosto de 2022 foi assinado pelas concessionárias o Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Coletivo nº 02/2022. No dia 14 de dezembro de 2022 foi publicado no DOE-SP a autorização para o reajuste tarifário de 10,72% passando a vigorar a partir da zero hora do dia 16 de dezembro de 2022. **Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Preliminar nº 03/2022:** Em 20 de setembro de 2022, foi celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente" e, se em conjunto com a Concessionária, "Partes"), com a interveniência e anuência da ARTESP, o Acordo-Preliminar conforme TAM Preliminar nº 03/2022. O Acordo-Preliminar tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente TAM da Intervias, "TAM Definitivo", em até 120 dias prorrogável a contar da assinatura do Acordo-Preliminar, que, por sua vez, terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos TAMs firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo as concessionárias Intervias, Vianorte S.A., Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sendo que os contratos de concessão dessas três últimas já foram encerrados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. O Acordo será operacionalizado em duas etapas, quais sejam: (i) na primeira etapa, o Acordo Preliminar, que ora se celebra; e (ii) na segunda etapa será celebrado o TAM Definitivo, segundo os cálculos realizados pela ARTESP e premissas definidas no acordo preliminar. Com a assinatura do TAM Definitivo serão equacionados, permanentemente, todos os créditos recíprocos entre Poder Concedente e as concessionárias que foram elencados no Acordo. A Sociedade avaliou aspectos contábeis relacionados ao TAM Preliminar nº 03/2022 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade estima que ajustes poderão ocorrer somente após a assinatura do TAM Definitivo e continuará avaliando a necessidade de ajustes no decorrer do prazo que antecede a assinatura do referido documento. Durante o referido prazo, a ARTESP fará análise das condições e premissas do termo, para realizar o encontro de contas objeto do TAM definitivo. Caso a Sociedade identifique necessidade de ajustes durante esse período, os mesmos serão refletidos nas demonstrações contábeis ou informados em nota explicativa como eventos subsequentes. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo-Preliminar e TAM Definitivo.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 16 de fevereiro de 2023. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os valores das demonstrações contábeis apresentadas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são: **3.1. Instrumentos financeiros: 3.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.1.2. Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.4. Investimentos:** O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pela Coligada nas mesmas datas-bases das demonstrações contábeis da Sociedade. A consolidação da Coligada é realizada na Arteris S.A. que é a sua Controladora. **3.5. Imposto de renda e contribuição social – correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelo valor de realização e/ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço. **3.8. Apuração do resultado:** Os resultados das operações estão apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **3.9. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. **3.10. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26); (c) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (d) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	2	1
Aplicações Financeiras*	740	1.238
Total	742	1.239

* Os recursos aplicados possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e em 31 de dezembro de 2022, possuem remuneração equivalente, na média de 83,0% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,0% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

5. Impostos a Recuperar – Estão representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	282	554
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	1
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	497	490
	779	1.045
Outros	–	4
Total	–	4
Total geral	779	1.049

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio a receber da Intervias, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.
(b) Saldo negativo referente a apurações dos exercícios findos de 2022, ao ano calendário de 2021 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal.

6. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social – A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	85.428	66.350
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(29.046)	(22.559)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	29.285	22.676
Juros sobre o capital próprio	103	910
Total	342	1.027
Impostos diferidos não constituídos *	342	1.027

* Imposto diferido não constituído referente a prejuízos fiscais.

7. Investimento – Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o investimento da Sociedade é representado pela participação na Intervias. O investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial. A movimentação do investimento é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Informações sobre a Intervias:		
Percentual de Participação da Sociedade	49%	49%
Patrimonio líquido	247.519	347.390
Lucro líquido do exercício	175.780	136.108
Saldo no início do exercicio	170.221	120.201
Equivalência patrimonial no exercício	86.132	66.693
Juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos	(135.069)	(16.673)
Saldo no final do exercício	121.284	170.221

A investida possui 4.763.110 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e respectivamente, nos exercícios de 2022 e 2021, os valores nas rubricas: Patrimônio R$247.519 e R$347.390, Ativo circulante R$176.957 e R$557.000, Ativo não circulante R$1.508.793 e R$1.460.844, Ativo total R$1.685.750 e R$2.017.844, Passivo circulante R$324.497 e R$337.210, Passivo não circulante R$1.113.734 e R$1.333.244, Passivo total R$1.438.231 e R$1.670.454, Receita liquida R$563.730 e R$493.878, Lucro líquido R$175.780 e R$136.108. Em 31 de dezembro de 2022 a Intervias distribuiu para a Sociedade o montante de R$32.338 de dividendos (R$13.096 em 31 de dezembro de 2021) e R$8.730 de juros sobre o capital próprio (R$3.577 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 o valor pago pela Intervias para a Sociedade de juros sobre o capital próprio foi de R$7.412 (R$1.070 em 31 de dezembro de 2021). Foram pagos R$ 139.435 de dividendos (em 31 de dezembro de 2021 não houve pagamento de dividendos).

8. Obrigações Fiscais – Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	290	357
Programa de integração social – PIS	30	–
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	138	1
Total	458	358

9. Transações com Partes Relacionadas – A Sociedade, é uma subsidiária integral da Arteris S.A., e tem como objetivo a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras, portanto, não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. Em 31 de dezembro 2022 o saldo de R$3.113 refere-se a juros sobre capital próprio (R$3.104 em 31 de dezembro de 2021) a receber da Intervias. Em 31 de dezembro 2022 o saldo de R$ 1.646. (R$5.369 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a juros sobre capital próprio a pagar a Controladora. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

10. Provisão – A Administração é da opinião que em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não era conhecido nenhum processo de natureza cível ou trabalhista na qual a Sociedade fosse parte e que devesse ser refletida nas demonstrações contábeis.

11. Patrimônio Líquido – Capital Social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R$73.842 compostos por 1.158 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R$73.842, pertencentes a Arteris S.A. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal na forma da lei no percentual de até 20%, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Sociedade distribuiu para Arteris S.A. o valor de R$ 84.282 referente a realização de reservas de lucros de exercícios anteriores. A Sociedade distribuiu para a Arteris S.A. o valor de R$9.031 de juros sobre capital próprio (R$6.252 em 31 de dezembro de 2021) e R$41.216 de dividendos (R$10.090 em 31 de dezembro de 2021). A Sociedade pagou para a Arteris S.A. o valor de R$1.181 de juros sobre capital próprio (R$5.440 em 31 de dezembro de 2021) e não houve pagamento de dividendos em 2022 (R$60.687 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	85.428	66.350
Base de cálculo	85.428	66.350
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	21.357	16.588
Dividendos antecipados	(41.216)	(10.090)
Juros sobre capital próprio	(9.031)	(6.252)
Dividendos adicionais propostos	(35.181)	(50.008)
	(85.428)	(66.350)
Número de ações durante o exercício	1	1
Dividendos por ação distribuído	(50.247)	(16.342)
Dividendos por ação proposto	(35.181)	(50.008)
Dividendo por ação	(85.428)	(66.350)

O cálculo básico de dividendo por ação é feito através da divisão dos dividendos, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R$73.842 compostos por 1.158 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R$73.842, pertencentes a Arteris S.A.

12. Lucro por Ação – O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico e diluído por mil ações:

	31/12/2022	31/12/2021
Básico/Diluído		
Lucro Líquido do Exercício	85.428	66.350
Número de ações durante Exercício	1	1
Lucro por ação	85.428	66.350

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

13. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2022 Contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	1	742	742	1.239	1.239
Dividendos a receber	Nível 2	2	–	–	13.096	13.096
			742	742	14.335	14.335
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	(1.646)	(1.646)	(5.369)	(5.369)
Empréstimos – Risco sacado	Nível 1	2	–	–	(10.090)	(10.090)
			(1.646)	(1.646)	(15.459)	(15.459)

(*) Mensuração:
1) Mensurados a valor justo por meio de resultado; 2) Custo amortizado
Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: O Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

14. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris. O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

Flavia Lucia Matiolli Tâmega – Diretora Jurídica
Simone Borsato – Diretora Financeiro e de Relações com Investidores
Anderson Rossi Mosna – Contador CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Arteris Participações S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arteris Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e dos responsáveis pela governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 23 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP 027.666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador
CRC 1SP 293.539/O-8

PDC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.569.107/0001-22

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	3
Total do ativo circulante		**1**	**3**
Não circulante			
Investimentos em controladas e coligadas	6	384.903	513.668
Total do ativo não circulante		**384.903**	**513.668**
Total do ativo		**384.904**	**513.671**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		–	10
Contas a pagar – partes relacionadas	5	128	76
Total do passivo circulante		**128**	**86**
Não circulante			
Total do passivo não circulante		**–**	**–**
Patrimônio líquido			
Capital social	8	608.563	608.563
Reserva de transação de capital		(78.657)	(78.657)
Reservas de lucros		(145.130)	(16.321)
Total do patrimônio líquido		**384.776**	**513.585**
Total do passivo e patrimônio líquido		**384.904**	**513.671**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. *(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro exercício líquido do período por ação básico e diluído)*

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	9	(43)	(83)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(43)**	**(83)**
Equivalência patrimonial	6	(128.765)	(12.768)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	10	(1)	(1)
		(1)	(1)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**(128.809)**	**(12.852)**
Prejuízo do exercício		**(128.809)**	**(12.852)**
Prejuízo por ação básico e diluído – R$	11	**(0,2116)**	**(0,0211)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do exercício	(128.809)	(12.852)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(128.809)**	**(12.852)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(128.809)	(12.852)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	6	128.765	12.768
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		–	5
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(10)	9
Contas a pagar – partes relacionadas	5	52	(177)
Outras contas a pagar		–	(1)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(2)	(248)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(2)**	**(248)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3	251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**1**	**3**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de transação de capital: Ágio na subscrição de ações	Perda por diluição de participação em investida	Ganho por diluição de participação em investida	Reservas de lucros: Legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembrode 2020		**608.563**	**(126.059)**	**(198.542)**	**245.888**	**1.427**	**(1.427)**	**(3.468)**	**526.382**
Prejuízo líquido do exercício	11	–	–	–	–	–	–	(12.852)	(12.852)
Aumento de capital		–	–	55	–	–	–	–	55
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**608.563**	**(126.059)**	**(198.487)**	**245.888**	**1.427**	**(1.427)**	**(16.320)**	**513.585**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**608.563**	**(126.059)**	**(198.487)**	**245.888**	**1.427**	**(1.427)**	**(16.320)**	**513.585**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(128.809)	(128.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**608.563**	**(126.059)**	**(198.487)**	**245.888**	**1.427**	**(1.427)**	**(145.129)**	**384.776**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Expressas em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A PDC Participações S.A. (“Sociedade”), criada em 9 de maio de 2012, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. A PDC Participações S.A. é constituída por capital estrangeiro, sendo o seu acionista direto a Participes en Brasil S.L. (“Participes”). Em 3 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes en Brasil S.L. (“Participes”), controladora da PDC, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A. (“Abertis”), sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL (“Brookfield”), uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da PDC, respectivamente. Em 14 de setembro de 2016 a Sociedade começou a participar na Arteris S.A. (“Arteris” ou “Investida”) por meio da subscrição e integralização de 59.415.507 ações mediante a capitalização dos créditos decorrentes do instrumento de adiantamento para futuro aumento de capital celebrado entre a Sociedade e a Arteris em 2 de junho de 2016 no montante de R$597.720, e passou a ser acionista da Arteris com participação de 12,56%, que posteriormente foi diluída para 7,95% conforme nota explicativa nº 8. A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Investida”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2023. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os valores das demonstrações contábeis apresentadas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são: **3.1 Instrumentos financeiros: 3.1.1 – Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.1.2 – Classificação e mensuração subsequente**: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Caixa e equivalente de caixa**: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Investimentos**: O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pela Investida nas mesmas datas-bases das demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a PDC participa em 7,95% do capital da Arteris, a sociedade não detém o controle acionário da Arteris S.A. **3.4. Imposto de renda e contribuição social – correntes**: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5. Provisões**: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para riscos tributários: A Sociedade é parte de processos judiciais. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**: Demonstrados pelo valor de realização e/ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço. **3.7. Receitas e despesas financeiras**: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **3.8. Apuração do resultado:** Os resultados das operações estão apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **3.9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26); (c) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (d) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23); Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	1	3
Total	1	3

5. Partes Relacionadas – A PDC Participações S.A., criada em 9 de maio de 2012, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há saldo no ativo circulante. O saldo de R$128 em 31 de dezembro de 2022 (R$76 em 31 de dezembro de 2021) no passivo circulante, refere-se a custos e despesas administrativas pagas pela Investida Arteris. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia saldos referentes a dividendos mínimos obrigatórios a pagar conforme descrito na nota explicativa nº 8. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

6. Investimento – Em 2016 a Sociedade passou a participar em 12,56% no capital da Arteris, conforme descrito na nota explicativa nº 1, por meio do aporte de R$597.720 realizado em 14 de setembro de 2016. Esse investimento é registrado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que a Sociedade e a Arteris possuem o mesmo acionista controlador, a Participes. Essa transação gerou um ágio com transação com partes relacionadas de R$126.059, proveniente da diferença entre o valor de subscrição das ações e o valor contábil do patrimônio líquido da Arteris S.A. na data da subscrição das ações, que era de R$471.661. O ágio gerado foi revertido diretamente no patrimônio líquido da Sociedade, sob a rubrica “Ágio na subscrição de ações”, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante o exercício de 2017, os acionistas fizeram aumentos de capital na Arteris por meio da emissão de 174.896.715 ações no montante de R$1.871.563. Consequentemente, a Sociedade teve seu investimento diluído de 10,77% para 8,26% em 2017. A transação gerou perda por diluição na participação da Investida, no montante de R$130.282 relacionado à redução de participação no capital de 2,51% no patrimônio líquido, e ganho por diluição com aumento de capital na Investida, no montante de R$160.805, com base em aumentos de capital realizados diretamente pelos acionistas na Arteris. Os saldos dos investimentos da controladora em suas controladas são representados como segue:

31/12/2022	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita liquida	Lucro/ (Prejuízo)
Arteris	760.338.900	8%	4.843.908	452.964	9.385.879	9.838.843	597.065	4.397.870	4.994.935	–	(1.620.478)

Em 21 de setembro de 2021 a Sociedade teve seu investimento diluído de 8,26% para 7,95% devido aumento de capital social na Arteris no montante de R$250.000 por meio de emissão de 28.857.626 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional. A transação gerou perda por diluição na participação no montante de R$56.350 relacionado à redução de participação no capital de 0,31% no patrimônio líquido da Investida.

	31/12/2022	31/12/2021
Informações sobre a Arteris S.A.:		
Percentual de participação da Sociedade	7,95%	7,95%
Patrimônio líquido	4.843.908	6.464.386
Prejuízo do exercício	(1.620.478)	(158.567)
Saldo anterior	513.668	526.380
Equivalência patrimonial no exercício	(128.765)	(12.768)
Ganho por diluição com aumento de capital em investida	–	56
Saldo final	384.903	513.668

7. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Administração não tinha o conhecimento de nenhum processo de natureza cível ou trabalhista na qual a Sociedade é parte e que devesse ser refletida nas demonstrações contábeis. Em 5 de fevereiro de 2013, foi aprovada em assembleia dos debenturistas a cessão da dívida antes pertencente a Participes en Brasil S.LA. para a Abertis Infraestructuras S.A. e para a Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL. A mudança dos devedores provocou uma novação da dívida nos termos da lei brasileira e consequentemente a nova tributação do Imposto sobre Operações Contábeis – IOF. A Sociedade depositou em juízo e provisionou o montante que atualizado em 31 de dezembro de 2022 é R$12.590 (R$11.801 em 31 de dezembro de 2021) e está discutindo judicialmente o pagamento deste imposto por entender que a transação ocorrida não caracteriza uma nova operação financeira. A provisão está sendo apresentada líquida junto ao depósito judicial e como consequência não há impacto nas demonstrações contábeis, considerando que a Sociedade é um veículo para a captação de recursos e os devedores do contrato, Abertis Infraestructuras S.A. e para a Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, são os responsáveis pelas despesas com este imposto. Em 31 de dezembro de 2022 não havia decisão terminativa referente ao mérito objeto da discussão judicial.

8. Patrimônio Líquido – Capital Social: O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$608.563, representado por 609.153.922 ações ordinárias, sem valor nominal. Reserva de transações de capital: Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, durante o exercício findo em 2021 houve uma diluição do capital na participação da Investida, no montante de R$56.350 gerando uma redução de participação no capital de 0,31% no patrimônio líquido da Investida, passando de 7,95% (8,26% em 31 de dezembro de 2020). Essas transações foram registradas diretamente no patrimônio líquido, sob a rubrica “Reserva de transações de capital”, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

9. Despesas por Natureza – Representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas:		
Serviços de terceiros	(37)	(44)
Outros	(6)	(39)
Total	(43)	(83)

10. Resultado Financeiro – Representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras:		
Despesas Bancárias	(1)	(1)
Total	(1)	(1)

11. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

Básico/Diluído	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(128.809)	(12.852)
Número de ações durante exercício	608.803	608.803
Prejuízo por ação	(0,2116)	(0,0211)

12. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2022 Contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor Justo
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa	Nível 2	1	1	1	3	3
			1	1	3	3
Passivo						
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	128	128	76	76
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	–	–	10	10
			128	128	86	86

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. A Sociedade reconheceu um prejuízo de R$129 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$13 em 31 de dezembro de 2021) e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$127 (R$83 em 31 de dezembro de 2021).

Diretoria

Flavia Lucia Matiolli Tâmega – Diretora Jurídica
Simone Borsato – Diretora Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
PDC Participações S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da PDC Participações S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PDC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 23 de fevereiro de 2023.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP 027.666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador
CRC 1SP 293.539/O-8

EUA indicam ex-CEO da Mastercard para o Banco Mundial

WASHINGTON | AFP O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, indicou o indiano-americano Ajay Banga, 63, ex-CEO (presidente-executivo) da Mastercard, para presidir o Banco Mundial, anunciou a Casa Branca nesta quinta (23).

Na semana passada, o atual presidente da instituição, David Malpass, anunciou sua renúncia, em meio a pressões para que o banco passe a priorizar questões ambientais.

Segundo comunicado oficial, Banga tem experiência para mobilizar recursos públicos e privados para enfrentar os desafios mais urgentes do nosso tempo, inclusive o aquecimento global.

Banga nasceu e foi criado na Índia, onde terminou seus estudos antes de iniciar sua carreira profissional em empresas do setor agroalimentar, como Nestlé e PepsiCo, no final do século 20, e depois passar para o setor financeiro. Desenvolveu a estratégia de microfinanças do banco americano Citigroup entre 2005 e 2009.

Em 2009, foi diretor de Operações da Mastercard, tornando-se diretor-geral um ano depois e CEO do grupo, até o fim de 2021.

Hoje, trabalha como executivo do fundo americano de capital General Atlantic e preside o conselho de administração do Holding Exor, da família Agnelli, a dinastia italiana que criou o império do grupo automobilístico Fiat.

O indiano-americano Ajay Banga, 63 Money Sharma - 5.out.17/AFP

O Banco Mundial aceita candidaturas até 29 de março e já destacou que incentiva a apresentação de candidatas.

Os Estados Unidos são o principal acionista do Banco Mundial. Por tradição, seu presidente costuma ser americano, enquanto um europeu chefia o FMI (Fundo Monetário Internacional). Uma distribuição de responsabilidades criticadas há anos por países como Brasil, China, Índia e Rússia, que querem ter mais peso nessas instituições internacionais.

Em declarações à imprensa, um funcionário do governo americano considerou que, na Mastercard e no General Atlantic, Ajay transformou em prioridade a luta contra a mudança climática e a mobilização de capital privado para impulsionar a transição verde.

Essas são experiências e prioridades que guiarão e estimularão seu trabalho nos próximos anos no Banco Mundial, disse essa fonte.

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, celebrou o anúncio da candidatura. Banga “tem as habilidades adequadas de liderança e gestão, a experiência de viver e trabalhar em mercados emergentes e a expertise financeira para liderar o Banco Mundial em um momento crítico em sua história”, afirmou a secretária.

Na opinião de Yellen, sua experiência em associar setor público e privado e organizações sem fins lucrativos vai ajudá-lo a mobilizar capital e a pressionar pelas reformas necessárias.

Ao ser questionado sobre a decisão do Banco Mundial de promover candidaturas de mulheres, uma autoridade americana declarou aos jornalistas que Banga tem uma convicção pessoal e uma excelente trajetória na promoção da diversidade.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - SETUR

TORNAR SEM EFEITO O RESULTADO DA DISPENSA EMERGENCIAL – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/23 E O NOVO AVISO DE ABERTURA, PUBLICADOS NO D.O.E Nº 23.607, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023, REFERENTES AO PROCESSO Nº 032.8091.2023.0000038-11, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE QUATRO BASES NÁUTICAS: PENHA; ITAPARICA; CACHA PREGOS E SALINAS DA MARGARIDA. SALVADOR-BA, 23 DE FEVEREIRO DE 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

CNPJ 46.596.235/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Severínia.
Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 005/2023.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL para atendimento de Diversas Secretaria Municipais.
Início do recebimento das propostas: às 17:00 horas do dia 23/02/2023.
Término do recebimento das propostas: às 08:30 horas do dia 14/03/2023.
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h:40min do dia 14/03/2023.
Poderão participar aqueles que satisfaçam as condições editalícias.
EDITAL:- O Edital Completo está disponível no site oficial www.severinia.sp.gov.br, ou através do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) pelo endereço www.bll.org.br.

Severínia/SP, 23 de fevereiro de 2023.
GLÁUCIA EMÍLIA SCATOLIN
PREFEITA MUNICIPAL

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 06/03/2023 às 15h 2º Leilão: dia 14/03/2023 às 15h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10158104308, firmado em 28/04/21, no qual figuram como Fiduciantes **JOCIGLEI RAMOS CADENA JUNIOR**, engenheiro civil, identidade CREA/RJ 2000103738, CPF 081.155.157-10 e sua mulher **DANIELE PEREIRA DA SILVA CADENA**, gerente administrativa, identidade CNH/DETRAN/RJ 03897589995, CPF 055.067.447-06, casados pelo regime da comunhão parcial de bens na vigência da lei 6515/77, brasileiros, residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06 de março de 2023, às 15:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.542.934,98 (Um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **CASA 01, situada na Rua Rômulo de Almeida (antiga Rua 01), nº 160, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ, e correspondente fração ideal de 0,50 do terreno designado por lote 8, quadra B, do PAL 45083, que mede em sua totalidade 17,50m de frente e fundos, por 33,00m de ambos os lados, confrontando à direita com o lote 09, à esquerda com o lote 07 de Milton Roitman ou sucessores e nos fundos com a gleba 7, da Quadra 1 de Antônio Florêncio de Queiroz ou sucessores. Matrícula nº 256.390 do 9º Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 14 de março de 2023, às 15:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.247.144,24 (Um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10140298804, firmado em 29/01/2018, no qual figuram como Fiduciantes **VICTOR SALLES DA COSTA**, identidade IFP 121591499, CPF 057.097.817-38, e sua mulher **DAYANA OLIVEIRA SALLES**, identidade DETRAN/RJ 206676645, CPF 101.929.937-12, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6515/77, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.328.190,74 (Um milhão, trezentos e vinte e oito mil, cento e noventa reais e setenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 702, do Bloco 2, com dependência na cobertura, situado na Rua Alexandre Ramos, nº 29, na Freguesia de Jacarepaguá, com direito a 01 vaga de garagem dupla, coberta ou descoberta, de uso indistinto no subsolo ou pavimento térreo no GRUPO B e correspondente fração ideal de 0,00650 do respectivo terreno que mede em sua totalidade 66,00m de frente e fundos, por 98,00m a direita e 102,00m a esquerda, confrontando a direita com terreno da Av. Geremário Dantas 197 do Espólio de Lins Teixeira, a esquerda com o prédio nº 39 e com os prédios nºs 193 e 197 da Rua Renato Meira Lima de Pedro Alves Ferreira e outros, Espólio de Cecilia Costa Alves Ferreira e nos fundos, com o nº 219 da Rua Renato Meira Lima de Judith Antonieta da Silveira Rocha. Matrícula nº 420.227 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 664.095,37 (Seiscentos e sessenta e quatro mil, noventa e cinco reais e trinta e sete centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10129180908, firmado em 20/03/2014, no qual figura como Fiduciante **SEBASTIÃO DIAS PEREIRA**, brasileiro, solteiro, maior, carpinteiro, RG nº 1.428.102-SSP/MA, CPF nº 292.792.913-00, residente e domiciliado em Nova Crixás/GO, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 267.813,90 (Duzentos e sessenta e sete mil, oitocentos e treze reais e noventa centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **UMA CASA TIPO RESIDENCIAL com a área de 130,50 m², com a denominação de Casa 01, contendo 03 quartos, 02 salas, 01 cozinha, 01 banheiro, 01 dispensa, 01 área de serviço e 01 área aberta, feita de tijolos, coberta de telhas de barro, piso tipo cerâmica, janelas tipo vitraux, contendo instalação elétrica e d'água e seu respectivo terreno: Um lote de terras sob o nº 04-A, da quadra 07 do LOTEAMENTO MOREIRA, da cidade de Nova Crixás/GO, situado na Rua Ana Carreiro, Setor Santo Antônio, com área de 315,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: frente 10,50m, confrontando com a Rua Ana Carreiro; fundo 10,50m, confrontando com o lote 15; lateral direita 30,00m, confrontando com o lote 04; lateral esquerda 30,00m, confrontando com o lote 15. Matrícula nº 4.913 do Registro de Imóveis de Nova Crixás/GO**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 133.906,95 (Cento e trinta e três mil, novecentos e seis reais e noventa e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, com sede na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 00061/198-08, firmado em 21/02/2019, no qual figura como Fiduciante **ORIDES GONÇALVES VASCONCELOS FILHO**, brasileiro, solteiro, protético, portador da CI nº 2593879-SSP/GO e CPF nº 946.828.951-68, residente e domiciliado na cidade de Anápolis/GO, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 159.516,64 (Cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **LOTE nº 21, da Quadra nº 10, do Loteamento denominado "VILA JOAQUIM II ETAPA", na cidade de Anápolis/GO, com as seguintes medidas e confrontações: Frente: 10,00m, confrontando com a Rua 08; Fundos: 10,00m, confrontando com o lote 06; Lado Direito: 23,50m, confrontando com o lote 22; Lado Esquerdo: 23,50m, confrontando com o lote 20, totalizando a área de 235,00 m². Matrícula nº 98.763 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Anápolis/GO.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 177.227,39 (Cento e setenta e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.bre se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.biasileiloes.com.br, o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10171063804, no qual figura como **Fiduciante LEANDRO APARECIDO DOS SANTOS,** CPF/MF nº 347.489.168-50, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de Março de 2023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.172.988,39** (Um milhão cento e setenta e dois mil novecentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos)**, o imóvel objeto da matrícula nº 84.164 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapetininga/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Um prédio residencial de dois pavimentos, com 182,15m², que recebeu o nº 24 no emplacamento da Rua Antonio Tavares da Rosa (Av.04), e seu respectivo terreno urbano, de formato irregular, constituído por parte do lote dois, da quadra D, do loteamento denominado Jardim Casa Grande, na cidade e comarca de Itapetininga, com as seguintes medidas e confrontações: pela frente em 5,00m coma Rua Antonio Tavares da Rosa/ do lado direito de quem da frente olha para imóvel, em 25,00m, com parte do lote 2; do lado esquerdo, em 25,00m, com o lote 3; e nos fundos em 5,00m com o lote 7, encerramento a área de 125,00m²".* **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20 de Março de 2023, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 586.494,20** (Quinhentos e oitenta seis mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (Abraz_2104-02)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2023 – A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto o Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada para eventuais prestações de serviços de sessões de natação, hidroginástica e hidroterapia para o atendimento de ordens judiciais e futuras demandas da Secretaria Municipal de Saúde, para a empresa DANIEL COMELI & CIA. LTDA – ME – CNPJ/MF nº. 12.614.932/0001-03, nos itens 01, 02 e 03, perfazendo o valor total de R$ 183.000,00, consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório, dia 16 de Fevereiro de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/23 - Processo nº 1723/23

Objeto: Implantação de registro de preços para recarga e aquisição de cartuchos de tinta e toner, troca de cilindro de impressão e tambor de imagem, em atendimento à Secretaria de Administração. O Pregoeiro e Equipe de apoio fazem saber que, acha-se aberta nesta Prefeitura a licitação retro citada, sendo a data de entrega e abertura dos envelopes às **08h00m** do dia **09/03/2023**, sito à Rua Elton Silva, 1000 - Centro - Jandira-SP. O edital encontra-se disponível aos interessados gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br, aba para licitações. Informações: (11) 4619-8200.
Valter Puchareli - Pregoeiro.

INTIMAÇÃO PARA PURGAÇÃO DA MORA NOTIFICAÇÃO POR MEIO DE EDITAL

GARDEN VILLE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO SPE LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.253.374/0001-84, intima a **SRA. ROSANA DE JESUS SILVA**, brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 14.857.409-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 036.959.408-83, divorciada, residente e domiciliada em Itu/SP, na Av. Vittorio Veneto, nº 50, Residencial Verona, CEP: 13313-129, devedora e proprietária compradora de um terreno urbano, situado no empreendimento denominado "Jardim Residencial Garden Ville", localizado no distrito, município de Itu e Comarca de Itu, Estado de São Paulo, correspondendo ao "lote nº 86" da "Quadra n° E", constante na matricula de nº 89.373 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Itu, Estado de São Paulo. Tendo em vista a situação de inadimplência quanto as obrigações contratuais, ficam todos intimados para que efetue o pagamento dos valores em aberto para a purgação da mora no prazo de 15 dias, a contar da publicação deste, sob pena de rescisão unilateral e aplicação das penalidades previstas em contrato por parte da Vendedora.
Barueri, 23 de fevereiro de 2023.
GARDEN VILLE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO SPE LTDA.

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10158653403, e Instrumento Particular de Retificação e Ratificação, ambos firmados em 11/05/2021, no qual figura como Fiduciante **ERICA AMARAL CUNHA MARINHO DA SILVA**, brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da carteira de identidade nº 124629411, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob nº 055.739.867-32, residente e domiciliada em Teresópolis/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 521.016,52 (Quinhentos e vinte e um mil, dezesseis reais e cinquenta e dois centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **TERRENO PRÓPRIO designado lote 7, da quadra 3, do Loteamento "JARDIM PIMENTEIRAS", em Pimenteiras, 1º distrito, medindo 15,00m de frente para a Rua 6; igual largura na linha dos fundos; e 24,00m de extensão por ambos os lados, com a área de 360,00 m², confrontando nos fundos com parte do lote 4, pelo lado direito com o lote 6 e do lado esquerdo com o lote 8. No terreno foi construído um PRÉDIO RESIDENCIAL, que tomou o nº 45, da Rua Claudio Manoel da Costa, com 138,50 m² constante de: PAVIMENTO INFERIOR: suíte, quarto, copa, cozinha, banheiro e área de serviço; PAVIMENTO SUPERIOR: 02 varandas, sala, estúdio, suíte e banheiro. Matrícula nº 646, do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Teresópolis/RJ**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 432.807,74 (Quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e sete reais e setenta e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10173120701, firmado em 31/03/2022, no qual figura como Fiduciante **ALESSANDRO ROCHA DE MOURA**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 29.370.271-8-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 288.243.518-59, residente e domiciliado em Santo André/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.528.801,80 (Um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e um reais e oitenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO DUPLEX nº 191, localizado no 19º/20º andares do "EDIFÍCIO GOLDEN GARDEN", com entrada pelo nº 179 da Rua Dr. Messuti. Possui a área privativa de 168,590 m², área comum de 142,693 m² (estando nesta incluída a área de 64, 70 m² relativa a 03 vagas de garagem e 01 depósito), perfazendo a área total construída de 311,283 m², correspondendo-lhe uma fração ideal no todo do terreno e nas demais coisas de uso comum do condomínio igual a 0,038498 ou 3,8498%, ou ainda 47,73752 m². O Edifício Golden Garden foi construído em um terreno situado no Bairro Vila Bastos, com área de 1.240,00 m², descrito e caracterizado na Matrícula nº 72.279. Matrícula 123.799 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santo André/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.450.762,51 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

CURITIBA

AVISO DE LICITAÇÕES

O MUNICIPIO DE CURITIBA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA torna público, para conhecimento dos interessados que está promovendo CONCORRÊNCIAS para contratação dos seguintes objetos, cuja caracterização, origem dos recursos e abrangência estão descritos no Edital:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/003/2023-SMOP/OPE-FMS

OBJETO: revitalização e reforma da Unidade Básica de Saúde – UBS Vila Machado, localizada à rua Laudelino Ferreira Lopes, nº 2959, bairro Pinheirinho, Curitiba – Paraná

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/004/2023-SMOP/OPE-FMS

OBJETO: reforma da Unidade Básica de Saúde – UBS Bacacheri, localizada à Avenida Prof. Erasto Gaertner, 797 – bairro Bacacheri, Curitiba – Paraná.
OS ENVELOPES de **"Proposta de preços"** e dos **"Documentos de Habilitação"** deverão ser protocolados simultaneamente no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, até às **14h15** do dia **30/03/2023** com abertura das Propostas de Preços, no mesmo dia, às **14h30h** e **15h45**, respectivamente. **OS EDITAIS** encontram-se disponíveis para "download", juntamente com seus anexos, no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à Gerência de Licitações da SMOP, sito a rua Emilio de Menezes, 450, bairro São Francisco – Curitiba – Paraná.
Rodrigo Araujo Rodrigues
Secretário Municipal de Obras Públicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023 – IPPUC-NDB

O INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **Licitação** na modalidade **Concorrência Pública**, do tipo **Menor Preço**, na forma de execução indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, visando à seleção e contratação de empresa (s) para prestação dos serviços abaixo descritos, de conformidade com as especificações que fazem parte integrante deste Edital e seus anexos.

O objeto da presente licitação é a seleção e a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de projetos executivos de Engenharia e Arquitetura, objetivando a Implantação do novo TERMINAL DE TRANSPORTE URBANO DO CAPÃO DA IMBUIA, conforme especificações contidas no **Anexo B** – Termo de Referência, no Edital e demais anexos.

O valor total máximo estimado da licitação é de R$ 858.687,78 (oitocentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).

Esta obra é integrante do Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Curitiba – Projeto de Aumento de Capacidade e Velocidade do BRT na extensão do Eixo Leste Oeste e BRT Sul, financiado pelo New Development Bank – NDB.

Os envelopes contendo a (s) Proposta(s) de Preços e os Documentos para Habilitação deverão ser entregues simultaneamente no Protocolo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, situado na Rua Bom Jesus, nº 669, Bairro Cabral - Curitiba - Paraná, Brasil, CEP 80.035-010, telefone (041) 3250 1436, até às **9h do dia 30/03/2023**. A abertura dos envelopes contendo a(s) Proposta(s) de Preços dar-se-á às 9h30 do mesmo dia no Auditório do IPPUC, no mesmo endereço.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através de "download" no site utag.ippuc.org.br, no menu transparência e no ícone NDB ou no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações". Informações adicionais sobre esta Concorrência Pública poderão ser obtidas somente junto à Comissão Especial de Licitação da UTAG, no endereço acima citado, no email utagndb@ippuc.org.br ou através do telefone (041) 3250 1436.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2023.
Luiz Fernando de Souza Jamur
Presidente do IPPUC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

Aviso de Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de 44.000 Litros de Etanol Hidratado Comum, 11.300 Litros de Gasolina "C" Comum, 155.200 Litros de Óleo Diesel S-10 e 65.000 Litros de Óleo Diesel BS-500, para o abastecimento diário da Frota no Município de Bálsamo. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 10/2023 – Processo 020/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 09/03/2023, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 009/2023 - Processo nº 009/2023

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 15 de março de 2023 às 09:00 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 009/2023, tipo "MENOR PREÇO ITEM", objetivando O **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal nº 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.
ÉDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE GETÚLIO VARGAS - CRESOL GETÚLIO VARGAS - CNPJ: 05.241.145/0001-06 - NIRE: 43400086943 - **Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Presencial** - O Presidente da Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Getúlio Vargas - CRESOL GETÚLIO VARGAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, **CONVOCA** todos os delegados, para a **"Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária"**, a ser realizada no dia **13 de Abril de 2023**, no salão Paroquial, sito à Rua João Carlos Machado, 635, centro de Getúlio Vargas/RS. A instalação da Assembleia será às 12 horas, em Primeira Convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número dos delegados em condições de votar, em Segunda Convocação às 13 horas, com metade mais um dos delegados em condições de votar, e em Terceira e Última Convocação às 14 horas, com no mínimo 10 (dez) delegados em condições de votar, para tratar da seguinte ordem do dia: **Em Regime de Assembleia Geral Extraordinária: Reforma Estatutária: 1.** Reforma Ampla e Geral do Estatuto Social para: **1.1.** adequar o Estatuto Social às alterações da Lei Complementar 130/09 introduzidas pela Lei Complementar 196/2022; **1.2.** Realizar adequações e uniformização ao Estatuto Padrão do Sistema Cresol Central Brasil. **1.3.** Alterações relevantes: **1.3.1.** Capítulo I, Art. 1º: Alteração da área de ação. **1.3.2.** Art. 2º: Alteração do objeto social da Cooperativa. **1.3.3.** Ampliação do mandato do Conselho de Administração de 3 para 4 anos; **1.3.4.** Discussão sobre alteração da composição do Conselho Fiscal conforme art. 6º da LC 130 alterado pela LC 196. **1.3.5.** Criação do Fundo de Expansão; **2.** Discussão sobre a revogação da Política de Sucessão de Administradores do Sistema Cresol Central Brasil e adesão à Política de Sucessão de Administradores do Sistema Cresol Confederação. **3.** Discussão sobre a adesão à Política de Governança do Sistema Cresol Central Brasil. **4.** Discussão sobre adesão à Política de Rescisão de Cota Capital do Sistema Cresol Central Brasil. **5.** De acordo com o art. 3º, inc. I, da Resolução CMN nº 5.051 de 25/11/2022, do Banco Central do Brasil, autorização para captar recursos dos municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, na área de abrangência da Cresol Getúlio Vargas. **Em Regime de Assembleia Geral Ordinária: 1º** - Prestação de contas exercício findo em 31/12/2022, dos órgãos da administração, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório da gestão; balanço dos dois semestres do exercício; demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e parecer das auditorias; **2º** - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, referente ao exercício findo em 31/12/2022, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Estatutários; **3º** - Eleição dos Componentes do Conselho de Administração, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027; **4º** - Eleição dos delegados da Cooperativa junto à Cresol Central Brasil e Base Regional de Serviços - Cresol Basergs; **5º** - Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédulas de presença dos Membros do Conselho de Administração e Fiscal; **6º** - Assuntos Gerais de interesse da sociedade sem caráter decisório. **NOTAS: a)** Para efeito de quórum legal, a Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Getúlio Vargas - CRESOL GETÚLIO VARGAS, declara que o número de delegados, nesta data, é de 27 (vinte e sete); **b)** Os documentos referentes ao ato assemblear, compreendendo: Demonstrativo Financeiro e Parecer do Conselho Fiscal; estarão disponíveis para visualização e download em https://www.cresolcentral.com.br/publicacoes, até dez dias antes do Ato Assemblear; **c)** Para mais informações o delegado deverá entrar em contato com a Cresol Getúlio Vargas, através do telefone (54) 3341-2124, ou pelo e-mail getuliovargas@cresolcentral.coop.br; **d)** A Assembleia se realizará no salão paroquial, sito à Rua João Carlos Machado, 635, centro de Getúlio Vargas/RS, por não haver espaço suficiente na sede social da Cooperativa.

Getúlio Vargas/RS, 24 de Fevereiro de 2023.

Jandir José Soccol - Presidente

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10168665405, firmado em 20/10/2021, no qual figura como Fiduciante **ALEX FERNANDO DE SOUZA LOPES**, RG nº 48.960.143-1-SSP/SP, CPF/MF nº 411.423.538-85, brasileiro, marinheiro fluvial, solteiro, residente e domiciliado em Birigui/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 397.009,41 (Trezentos e noventa e sete mil, nove reais e quarenta e um centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM LOTE DE TERRENO, sob nº 02, da quadra B4, situado com frente para o lado ímpar da Rua Julieta Batista Moimas (antiga Rua "C"), distante 10,00m da esquina com a Rua "K", no loteamento denominado "RESIDENCIAL ATENAS", anexo a esta cidade, distrito, município e comarca de Birigui, Estado de São Paulo, com a área de 266,95 m², medindo 10,00 metros de frente, confrontando com a citada via pública; pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 26,59m, confrontando com o lote nº 01; pelo lado esquerdo mede 26,80m, confrontando com o lote nº 03; e nos fundos mede 10,00m, confrontando com Avelino Cian Stábile, todos da mesma quadra. No terreno foi construído UM PRÉDIO RESIDENCIAL de alvenaria de blocos de cerâmica, com 104,93 m² de área construída, que recebeu o nº 90 da Rua Julieta Batista Moimas. Matrícula nº 46.549 do Oficial de Registro de Imóveis de Birigui/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 387.384,66 (Trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/03/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, lleiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10143425800, firmado em 14/01/2019, no qual figuram como Fiduciantes **CHRISTIAN DOS SANTOS CHAGAS**, consultor comercial, identidade DETRAN/RJ 10.897.573-1, CPF 089.155.217-06, e sua mulher **ALINE LIMA CHAGAS**, psicóloga, identidade DETRAN/RJ 10945790-3, CPF 055.236.587-40, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6515/77, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 03 de março de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 605.216,70 (Seiscentos e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e setenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **CASA Nº 1, do Bloco 1, situada na Estrada do Engenho Velho, nº 2.045, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ, e correspondente fração de 0,068 do respectivo terreno, designado por lote 1 do PAL 26869, que mede em sua totalidade 33,00m de frente mais 36,50m em curva interna com raio de 40,00m, concordando com o alinhamento da Av. Canal do Rio Grande, por onde mede 35,00m; 36,62m ao fundo; 83,04m à esquerda, confrontando à direita com o Rio Grande, à esquerda com o nº 681, e ao fundo com os prédios nºs 93 e 109 da Rua Antonio José de Souza Junior. O lote é atingido por uma F.N.A. Com 23,50m contados a partir do eixo natural do Rio Grande. ÁREA DE CONSTRUÇÃO: medindo 5,28m de frente; 7,83m de fundo em 03 segmentos de 1,73m mais 2,55m aprofundando a edificação mais 3,55m estreitando a edificação; 5,65m à direita e 8,20m à esquerda; ÁREA DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA: medindo 1,73m de frente e fundo por 2,55m dos lados; ÁREA DE USO COMUM DO BLOCO 1: situada nos fundos do bloco, medindo 31,28m de frente e fundo por 0,80m dos lados; ÁREA DE USO COMUM: medindo 69,50m de frente em 02 segmentos de 33,00m mais 36,50m em curva; 35,62m de fundo; 35,00m à direita e 101,04m à esquerda em 05 segmentos de 18,78m mais 9,00m estreitando o terreno mais 63,41m aprofundando o terreno mais 9,00m alargando o terreno mais 0,85m aprofundando o terreno, excluindo-se a área de construção do Bloco 3. Matrícula nº 326.003 do 9º Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ**. Obs: O Banco está providenciando a baixa da AV-15 (indisponibilidade). Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 302.608,35 (Trezentos e dois mil, seiscentos e oito reais e trinta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da **audiência pública semipresencial** para debater as seguintes matérias:

Projetos em 2ª Audiência Pública:

1) PL 822/2021 - Ver. ISAC FELIX (PL) - Dispõe sobre o recolhimento de ossos e resíduos nos estabelecimentos que comercializam carnes, e dá outras providências.

2) PL 854/2021 - Ver. MARCELO MESSIAS (MDB), Ver. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - Dispõe sobre a concessão de isenção parcial, de 50% (cinquenta por cento) no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para os imóveis localizados no trecho da rua onde esteja instalado feira livre, e dá outras providências.

3) PL 457/2022 - Ver. MARCELO MESSIAS (MDB), Ver. RODRIGO GOULART (PSD) - Dispõe sobre a criação do Hospital Público Veterinário de Cidade Ademar.

Projetos em 1ª Audiência Pública

4) PL 268/2021- Ver. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - Altera o artigo 3º do Decreto 58.401 de 10 de setembro de 2018 que regulamenta o § 2º do artigo 130 e o parágrafo único do artigo 153 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, acrescidos pela Lei nº 16.871, de 15 de fevereiro de 2018; estabelece mecanismos de denúncia sobre o descarte irregular de resíduos e respectivas sanções, previstos nos artigos 6º e 7º da Lei nº 16.871, de 15 de fevereiro de 2018.

5) PL 266/2022 - Ver. DR SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE), Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - Autoriza o direito das famílias da baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6o da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4o da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Data: 01/03/2023 (quarta-feira)
Horário: 13h00
Local: Auditório Virtual e Auditório Prestes Maia - 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

TOMADA PREÇO Nº 001/2023

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA PRAÇA MATRIZ NO MUNICÍPIO DE MONÇÕES,** na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **16 de Março de 2023**, até às **08h30min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 23 de fevereiro de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222295

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222295, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órteses e Próteses. MOTIVO: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22952022, até o dia 13/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221683

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20221683, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 16832022, até o dia 13/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230112

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230112 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1122023, até o dia 10/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 16 de Fevereiro de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222236

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222236, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Esclarecimento não respondido em tempo hábil. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22362022, até o dia 10/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE JUNDIAÍ E REGIÃO, pelo presente edital ficam convocados todos os trabalhadores administrativos e operacionais pertencentes a esta categoria profissional que prestam serviços nas empresas de Transporte de passageiros por fretamento e turismo, sediados no âmbito de sua jurisdição territorial: **JUNDIAÍ, CAMPO LIMPO PAULISTA, JARINU, FRANCO DA ROCHA, FRANCISCO MORATO, CAIEIRAS, VINHEDO, LOUVEIRA, ITATIBA, VARZEA PAULISTA, ITUPEVA E MORUNGABA**, para comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 15 de Março de 2023 às 10:00 horas, na Rua Baronesa do Japi 398/400, – Bairro: centro (Prox. Ao Terminal Central) – Jundiaí/SP- em primeira convocação. Caso não seja atingido o quórum legal a mesma será realizada uma hora em segunda convocação nos termos estatuários com qualquer número de presentes para tratar da seguinte Ordem do Dia: **1º-** Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior; **2º**-Discussão para formulação da Pauta de Reivindicações, a ser apresentada ao sindicato patronal, tendo em vista a Data Base da Categoria Profissional em 1º de Maio. **3º**- Discussão e fixação do valor da Contribuição Assistencial e ou taxa Negocial, respeitando o direito de oposição dos trabalhadores quanto à aludida contribuição; **4º**- Autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo, caso malogre a tentativa conciliatória. Jundiaí, 24 de Fevereiro De 2023 Emerson de Moraes Lopes - Presidente.

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

1ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2023

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar da 1ª Audiência Pública Semipresencial que esta Comissão realizará com a seguinte pauta:

"Prestação de Contas das Ações e da Execução Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao terceiro quadrimestre de 2022, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141/2012".

Data: 28/02/2023

Horário: 12h00

Local: Salão Nobre Presidente João Brasil Vita – 8º Andar e Auditório Virtual

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online** , e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube: **www.youtube.com/camarasaopaulo**

Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes/** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **saude@saopaulo.sp.leg.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2023

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial, para TRANSPORTE ESCOLAR - VOTUPORANGA**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **09 de Março de 2023**, até às **08h00min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 23 de fevereiro de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230001

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230001 de interesse da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Construção (marcenaria), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1382023, até o dia 13/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. NELSON ANTÔNIO GRANGEIRO GONÇALVES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230004

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230004, de interesse da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, cujo OBJETO é: Serviço de manutenção operacional com reposição total de peças, dos sistemas: CIPP – Pecém, Cumbuco, Siupé, Cauipe, Pacajus/Bermas, Ererê, Pirangi e Umburanas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1542023, até o dia 13/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230075

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230075 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, com fornecimento de equipamento em regime de comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 752023, até o dia 10/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 16 de Fevereiro de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222397

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222397, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório (Material de coleta de sangue para análise),com equipamento em comodato. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23972022, até o dia 10/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital ficam convocados todos os trabalhadores representados pelo **SINDAPORT**, empregados da **COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO**, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada na sede do **Sindicato dos Arrumadores de São Sebastião**, situada na Rua Três Bandeirantes, 144 - Centro - São Sebastião/SP, no dia **27/02/2023**, segunda-feira, às 09h00, em primeira convocação, com maioria absoluta de associados, ou uma hora mais tarde, às 10h00, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Tomar conhecimento, discutir e deliberar sobre a pauta de reivindicações a ser encaminhada à empresa, referente à data-base de 01/05/2023;
2. Autorizar a diretoria do sindicato a negociar e firmar Acordo Coletivo de Trabalho ou instaurar dissídio coletivo, se for o caso.

Santos, 24 de fevereiro de 2023

EVERANDY CIRINO DOS SANTOS
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220005

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220005, de interesse da Fundação Regional de Saúde – Gestão SAMU – FUNSAÚDE, cujo OBJETO é: Serviço de administração, gerenciamento e controle de frota para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças, acessórios, reboque e componentes recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo, maquinário, equipamento e implementos que compõem a frota da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, com implantação e operação de sistema informatizado, via internet, com tecnologia de pagamento online e real time por meio de cartão ou sistema online, nas redes de estabelecimentos credenciados por todo o Estado do Ceará, destinados à cobertura do SAMU 192 Ceará. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 19982022, até o dia 10/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) - Objeto: Aquisição de Suplementos Alimentares e afins, com entregas parceladas, visando o atendimento a diversos Mandados Judiciais, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **01/03/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **13/03/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **13/03/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **01/03/2023 à 10/03/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) - Objeto: Contratação de empresa especializada em gráfica, visando a impressão de avaliações diagnosticas de retorno (A.D.R) para a Secretaria Municipal de Educação, durante o exercício de 2.023, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **02/03/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **15/03/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **15/03/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **02/03/2023 à 14/03/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023.** Objeto: **Contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais visando a sinalização horizontal da Avenida Monte Sião – "Programa Respeito à Vida" e demais serviços, neste município, com Recursos do Termo de Convênio 070/2020 – DETRAN SP X PMAL, conforme projetos, memoriais descritivos, cronogramas e planilhas orçamentárias, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.** Encerramento para a entrega dos envelopes Nº 01 – Habilitação e Nº 02 – Proposta até **às 14h 30min do dia 23/03/2023, e reunião de Licitação às 14h e 40min.** Período de Disponibilização do Edital: **01/03/2023 à 20/03/2023** - Cadastramento até **20/03/2023.** Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos **– Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2023 - PROCESSO Nº 15/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública Registro de preços objetivando eventual aquisição de materiais descartáveis, destinados à diversos setores do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo 01 - Termo de Referência. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 14/03/2023. INÍCIO DA DISPUTA: às 09h00min do dia 14/03/2023. LOCAL: Plataforma BLL. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.

Fartura, 23 de fevereiro de 2023. Luciano Peres - Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SINTEC-SP - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo, com sede na Rua 24 de Maio, 104 - 12º andar - conjunto A e B - Centro - CEP 01041-000 - São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, Wilson Wanderlei Vieira, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Técnicos Industriais, funcionários da empresa **SABESP** em suas diversas modalidades, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** na modalidade virtual/online por meio da plataforma Zoom - link disponível no site do **SINTEC-SP** www.sintecsp.org.br - a ser realizada no dia 09 de março de 2023, às 17h00, em primeira chamada, e às 18h00, em segunda chamada, em sua sede na Rua 24 de maio, 104, 14º andar, Centro, CEP 01041-000 - São Paulo - SP, com qualquer número de técnicos conectados, para discussão e deliberação da seguinte Ordem do Dia: **a)** Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicação da Categoria para o ACT - Acordo Coletivo de Trabalho ano de 2023/2024, visando o início das negociações da data-base de 1º de maio de 2023; **b)** Fixação dos valores e autorização para os descontos da Contribuição Assistencial/Negocial; **c)** Delegar poderes para a direção do **SINTEC-SP - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo,** dar início às negociações Coletivas de Trabalho, bem como assinar Acordo Coletivo de Trabalho, requerer protesto judicial ou instaurar processo de Dissídio Coletivo perante o E. Tribunal Regional do Trabalho; **d)** Declarar a Assembleia aberta em caráter permanente; **e)** Outros assuntos de interesse dos técnicos. São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

WILSON WANDERLEI VIEIRA - Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230010 - IG No 1207774000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratação - RDC No 20230010 de interesse da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, cujo objeto é a LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EEM TIPO I – 08 SALAS, EM REDENÇÃO – CE., conforme Edital e seus anexos. Endereço, Data e Horário da Sessão: na Central de Licitações, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, na Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz, Cep: 60811-520, Fortaleza – Ceará, às 09:30 horas do dia 04 de abril de 2023. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. EXPEDITO PITA JUNIOR - PRESIDENTE DA CEL 01

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230113

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230113 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1132023, até o dia 13/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230102

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230102 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1022023, até o dia 10/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230009 - IG No 1207788000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratação - RDC No 20230009 de interesse da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, cujo objeto é a LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA RECONSTRUÇÃO DA EEM SÃO JOÃO DO PIAMARTA - EEM TIPO II, EM FORTALEZA - CE., conforme Edital e seus anexos. Endereço, Data e Horário da Sessão: na Central de Licitações, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, na Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz, Cep: 60811-520, Fortaleza – Ceará, às 09:30 horas do dia 03 de abril de 2023. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. EXPEDITO PITA JUNIOR - PRESIDENTE DA CEL 01

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210005

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20210005, de interesse da Central de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA, cujo OBJETO é: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da área de Vigilância das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA (Maracanaú–CE, Tianguá–CE e Barbalha–CE). MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 20022021, até o dia 10/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. NELSON ANTÔNIO GRANGEIRO GONÇALVES - PREGOEIRO

AVISO DE RETOMADA - LPN - LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL No 20220020 IG No 121355000

A Secretaria da Casa Civil, torna público a retomada da Licitação Pública Nacional LPN No 20220020/CIDADES de interesse da Secretaria das Cidades - Contrato de Empréstimo no 28320 - COOPERAÇÃO FINANCEIRA ALEMÃ COM BRASIL, cujo o objeto é EXECUÇÃO DAS OBRAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO COMPLEXO CAMILOS (LOCALIDADE DE CAMILOS, SÃO JOÃO E SÍTIO DAS ALMAS), NO MUNICÍPIO DE MERUOCA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS. Endereço e data da sessão para recebimento e abertura dos envelopes: Avenida Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queiroz, no dia 30/03/2023 às 9h. O Adendo 01 e seus anexos, encontram-se disponibilizados no site www.seplag.ce.gov.br ou na Central de Licitações do Estado do Ceará (endereço acima), munido de um pen drive.. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2023. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE-PRESIDENTE DA CCC

MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA/SP

Aviso de Licitação

Tomada de Preço n.º 01/2023 - Processo n.º 22/2023

A Prefeitura Municipal de Inubia Pta/SP, torna publico a quem possa interessar que se acha aberta nesse municipio, licitação do tipo **Tomada de Preços nº 01/2023**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFALTICO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES (SINALIZAÇÃO VIÁRIA), CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº SH-PRC-2022-00071-DM**. O edital e anexos encontra-se afixado no Mural do Paço Municipal, na Av. Campos Sales, nº113, Centro de Inúbia Paulista – SP, através do e-mail: licitacao.inubiapta@gmail.com ou transparencia@inubiapaulista.sp.gov.br e site: www.inubiapaullista.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone (018)–3556-9900. **Na qual será aberta no dia 10 de março de 2.023, ás 09h00 horas**, conforme prazo estipulado em Lei especifica (8.666/93 e atualizações). Informamaos que C.R.C deverá ser obtido até o terceiro dia anterior a abertura do presente processo licitatório. Inúbia Paulista, 23 de fevereiro de 2.023. João Soares dos Santos - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 007/2023 - Processo nº 007/2023

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARNES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 10 de março de 2023 às 09:00 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 007/2023, tipo "menor preço por item", objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARNES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
ATIPESP – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS TRANSPORTADORES TERRESTRES DE PASSAGEIROS
CNPJ n. 17.434.658/0001-04

A **DIRETORIA EXECUTIVA DA ATIPESP** CONVOCA todos os seus 193 (cento e noventa e três) associados com direito a voto para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada às **10 horas**, do dia **02/03/2023**, e, ambiente virtual através do link: https://meet.google.com/ita-jivv-gqq, com a seguinte ordem do dia: 1. Prestação e aprovação das contas do exercício 2022; 2. Aprovação dos Contratos firmados pela Diretoria até a presente data; 3. Aprovação das Resoluções Normativas editadas pela Diretoria até a presente data; 4. Atualização dos procedimentos jurídicos impetrados pela associação em benefício de seus associados, bem como a apresentação e aprovação para ingresso, pela associação, de novos processos judiciais, além da ratificação de todos os atos administrativos e judiciais praticados com este fulcro; 5. Deliberação sobre as contribuições associativas mensais para o exercício de 2023; 6. Remuneração da Diretoria Executiva para o exercício de 2023; 7. Outros assuntos de interesse social apontados pelos presentes. Ribeirão Preto/SP, 23 de fevereiro de 2.023.

Agnaldo Moreira da Silva - Presidente – ATIPESP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023
PROCESSO Nº 013/2023 – D.A. – D.C.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos novos (zero quilômetro) tipo Van Escolar Adaptada com Acessibilidade para o Departamento de Educação do Município de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO UNITÁRIO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Lote 01: Do dia 23/02/2023 até o dia 10/03/2023 às 09:00 horas.
Abertura das "Propostas" do Lote 01: Dia 10/03/2023 às 09:00 horas.
Início da Disputa de Preço do Lote 01: Dia 10/03/2023 a partir das 09:05 horas.
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br - www.mirassol.sp.gov.br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, CEP nº 15130-065, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 23 de fevereiro de 2023.
Edson Antonio Ermenegildo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP**, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, registrada sob nº 06/2023**, que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de locação de Banheiros químicos, seguranças, equipe de apoio, controle de acesso, Brigadista e Vigia, serviços de locação de grupo de geradores e serviços de locação montagem e desmontagem de Tendas e Gradil, para atendimento das necessidades da Administração Municipal, por tempo determinado, conforme especificado no Anexo I. A sessão de pregão dar-se-á no dia **13 de março de 2023** tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá **a partir das 09:00 horas**. O prazo para credenciamento transcorrerá impreterivelmente durante o período de 15 (quinze) minutos a partir do horário anteriormente estabelecido e, ao término deste dar-se-á a abertura os envelopes das propostas, como também, em seguida, transcorrerão os atos de classificação das propostas, interposição de lances e demais atos. Caso seja necessário, a critério do pregoeiro, o prazo de credenciamento poderá ser dilatado. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, pelo e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal de expediente. O edital de convocação, que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 23 de fevereiro de 2023.

EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

COMUNICADO – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024: "SEDESP" - SINDICATO DOS EMPREGADORES DOMÉSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CNPJ n.º 59.942.607/0001-33) – **COMUNICA TODA A CATEGORIA DE EMPREGADORES DOMÉSTICOS (PATRONAL)**, no Estado de São Paulo que, após a AGE patronal realizada no dia 03/02/2023, bem como da reunião entabulada com a FEDERAÇÃO DAS EMPREGADAS E TRABALHADORES DOMÉSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO e demais Entidades Sindicais Profissionais que negociam com o Patronal SEDESP, no último dia 15/02/2023, restaram definidos os seguintes parâmetros da CCT 2023/2024 (**Data Base: 1º de março de 2023**), a saber: a) Reajustes no percentual de 3% (três por cento) para salários e auxílio alimentação; b) Piso Salarial mínimo de R$ 1.476,74 (um mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) para o município de São Paulo, Grande São Paulo e ABC / R$ 1.460,94 (um mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) para os demais municípios (interior) do estado de São Paulo; c) Manutenção do BEN+FAMILIAR sem reajuste de valores; d) Implantação do NOVO benefício da Assistência à Saúde e Odontológica (BRASIL MEDICINA E SAÚDE PREVENTIVA "BMSP") para todos os trabalhadores da categoria, que representarão ganho real para as empregadas e trabalhadores domésticos, contudo não gerarão maiores encargos financeiros na folha de pagamento para os empregadores, eis que referidos benefícios não são passíveis de tributação. Diante de referidas deliberações, abre-se prazo de 72 horas para os empregadores apresentarem eventuais manifestações. **São Paulo, 23** de fevereiro de 2023. KARLA LEANDRA FOFFA RESENDE - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE SUSPENSÃO E NOVA DATA PARA ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Paraibuna torna público que suspende a abertura da licitação apresentada abaixo, com data para realização do certame para o dia 27/02/2023 às 09:00 horas e ***comunica abertura com nova data para o dia 08/03/2023, às 09:00 horas***. **Motivo:** Análise esclarecimento e retificação de Edital.

Modalidade: Pregão Presencial N°. 0061/2022 - Edital Nº 0153/2022. **Objeto:** Contratação de empresa especializada em fornecimento de manutenção em centrais telefônicas e seus sistemas para todos os Departamentos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Por Item. **Informações:** Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 24 de fevereiro de 2023.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

COMUNICADO – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024: "SEDCAR" - SINDICATO DOS EMPREGADORES DOMÉSTICOS DE CAMPINAS E REGIÃO (CNPJ n.º 05.198.380/0001-34) **- COMUNICA TODA A CATEGORIA DE EMPREGADORES DOMÉSTICOS (PATRONAL)** dos municípios de Adamantina, Araçatuba, Andradina, Araras, Araraquara, Altinópolis, Americana, Amparo, Assis, Atibaia, Avaré, Barretos, Batatais, Bauru, Bebedouro, Bom Jesus dos Perdões, Borborema, Botucatu, Bragança Paulista, Brotas, Buri, Buritama, Cabreúva, Cajamar, Campinas, Campo Limpo Paulista, Cardoso, Castilho, Catanduva, Conchal, Cosmópolis, Dracena, Fartura, Fernandópolis, Franca, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guapiara, Guaraci, Guararapes, Hortolândia, Ibitinga, Indaiatuba, Itapetininga, Itápolis, Itu, Itupeva, Itapeva, Itaporanga, Itatiba, Jaboticabal, Jales, Jarinu, Jaú, José Bonifácio, Jundiaí, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Louveira, Mairiporã, Marília, Matão, Mirante do Paranapanema, Patrocínio Paulista, Paulínia, Pedranápolis, Pedregulho, Penápolis, Pereira Barreto, Piracicaba, Pirapora do Bom Jesus, Pirassununga, Pompéia, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Fé do Sul, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São Pedro, São Roque, Sertãozinho, Sete Barras, Socorro, Sorocaba, Sumaré, Tupã, Urupês, Valinhos, Várzea Paulista, Vinhedo, Votuporanga, que, após a AGE patronal realizada no dia 03/02/2023, bem como da reunião entabulada com a FEDERAÇÃO DAS EMPREGADAS E TRABALHADORES DOMÉSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO e demais Entidades Sindicais Profissionais que negociam com o Patronal SEDCAR, no último dia 15/02/2023, restaram definidos os seguintes parâmetros da CCT 2023/2024 (**Data Base: 1º de março de 2023**), a saber: a) Reajustes no percentual de 3% (três por cento) para salários e auxílio alimentação; b) Piso Salarial mínimo de R$ 1.460,94 (um mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos); c) Manutenção do BEN+FAMILIAR sem reajuste de valores; d) Implantação do NOVO benefício da Assistência à Saúde e Odontológica (BRASIL MEDICINA E SAÚDE PREVENTIVA "BMSP") para todos os trabalhadores da categoria, que representarão ganho real para as empregadas e trabalhadores domésticos, contudo não gerarão maiores encargos financeiros na folha de pagamento para os empregadores, eis que referidos benefícios não são passíveis de tributação. Diante de referidas deliberações, abre-se prazo de 72 horas para os empregadores apresentarem eventuais manifestações. Campinas, 23 de fevereiro de 2023. FERNANDA MARIA DE OLIVEIRA - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, às seguintes licitações:
PREGÃO PRESENCIAL N°010/2023 - Contratação de empresa para execução de condições higiênicas e salubres das unidades escolares e unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene nas áreas internas e externas, fachadas, vidros, com disponibilização de mão de obra especializada, com apoio tecnológico (software e hardware) para fiscalização e controle dos serviços executados, gerando relatórios de bi (business intelligence) saneantes domissanitários, materiais de higiene e equipamentos, nas Unidades Escolares e Unidades Administrativas da Secretaria Municipal de Educação.
Sessão Pública do Pregão: 09 de março de 2023 à partir das 09h. Tempo para credenciamento: 15 minutos.
Local: Sala do Pregão do Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, 83 – Centro, Araras - SP
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2023 – Aquisição de fraldas, destinado a atender Processos Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 10 de março de 2023.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 10 de março de 2023.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral n° 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 23 de fevereiro de 2023.
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

Aviso de Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Gêneros Alimentícios. Modalidade: Pregão Presencial nº 03/2023 – Processo 019/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 09/03/2023, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 005/2023 - Processo nº 005/2023

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PÃES E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 09 de março de 2023 às 09:00 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 005/2023, tipo "menor preço por item", objetivando a : **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PÃES E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

ÉDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 008/2023 - Processo nº 008/2023

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 14 de março de 2023, horário: 09:00 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 008/2023, tipo "menor preço por item", objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 011/2023 - Processo nº 011/2023

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CONCRETO USINADO FCK 20 MPA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 16 de março de 2023, as: 09:00 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 009/2023, tipo "MENOR PREÇO ITEM.", objetivando O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CONCRETO USINADO FCK 20 MPA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
PROCESSO SEI Nº 2022/0022091
OFERTA DE COMPRA Nº 420030000012023OC00021
ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://www.bec.sp.gov.br

Encontra-se aberta na Defensoria Pública do Estado de São Paulo licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo escopo será a prestação de serviços de comunicação de dados por rede de telefonia móvel pessoal (smp), com acesso à internet 4G ou superior, no sistema pós-pago, mediante fornecimento, em regime de comodato, de dispositivos mini modem, de acordo com as especificações do Anexo I (Termo de Referência) do Edital. O certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, de modo subsidiário, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 ("Lei Paulista de Contratos Administrativos"). Aplica-se ainda ao certame o Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002 (regulamenta a modalidade pregão, no âmbito da Administração Estadual). Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 24/02/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 15/03/2023, às 10h00. O Edital estará disponível nos sites http://www.bec.sp.gov.br e http://www.defensoria.sp.def.br.

FPB BRASIL S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da FPB BRASIL S.A. ("Companhia") a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada por meio exclusivamente digital, através da plataforma Zoom, no dia 03/03/2023, às 17 horas, com a presença de acionistas que representem 51% do capital social com direito a voto, ou às 18 horas em última convocação, com qualquer número destes, sempre observado o art. 31 do Estatuto, para deliberar sobre a rerratificação da Ata de Constituição da Companhia quanto: a) ao **Aporte de capital - Integralização e Aquisição de ações** *dos acionistas BARAK INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/S LTDA e VIX20 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, que será alterado conforme solicitação destes; b) consequente redução do capital social da companhia; c) realocação dos tipos de ações – ordinárias e preferenciais – conforme necessidades surgidas; d) prorrogação do prazo e número de parcelas do pagamento.* **Informações gerais:** *1) Na forma do art. 39 do Estatuto da companhia maiores informações e demais orientações e os dados para conexão, incluindo a senha necessária para tal, serão enviados aos Acionistas que manifestarem interesse, por meio do e-mail contato@esdrasoliveira.com até às 17h00 do dia* **01/03/2023**; *2) O acionista que desejar se fazer representado por Procurador, deverá enviar para a Companhia até às 17h00 do dia* **01/03/2023**, *a devida Procuração com firma reconhecida ou assinatura por certificação digital, contendo poderes específicos para deliberar sobre a pauta designada. Vila Velha/ES, 22 de fevereiro de 2023 - PRESIDENTE - JOÃO MARCOS COSTA CABRAL*

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - SETUR

RESULTADO DE DISPENSA EMERGENCIAL -
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2023 - SECRETARIA DE TURISMO

A PRESIDENTE DA COPEL, no uso de suas atribuições, decide desclassificar as seguintes empresas: WTW CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA e CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA RODRIGUES LTDA, estabelecendo, ao final, a seguinte classificação: 1º - HIPERSERVE S.A.; 2º LUGAR – GURUPÉS LTDA. Decide ainda inabilitar a empresa HIPERSERVE S.A e declarar como habilitada a empresa GURUPÉS LTDA. Por fim, decide declarar vencedora dessa dispensa emergencial, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE QUATRO BASES NÁUTICAS: PENHA; ITAPARICA; CACHA PREGOS E SALINAS DA MARGARIDA, a empresa GURUPÉS LTDA, por ter atendido a todas as exigências constantes no Aviso de Chamamento e no Termo de Referência, conforme consta nos autos do processo nº 032.8091.2023.0000038-11 – BA. Prazo recursal de 3 dias úteis, nos moldes da Lei 9.433/2005. 23/02/23. ISA CRISTINA BEHRENS PINTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 010/2023 - Processo nº 010/2023

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA, QUE POSSIBILITE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, NA FORMA DEFINIDA NA LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO QUE REGULAMENTA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 15 de março de 2023 às 13:30 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 010/2023, tipo "MAIOR DESCONTO SOBRE A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.", objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA, QUE POSSIBILITE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, NA FORMA DEFINIDA NA LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO QUE REGULAMENTA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

ÉDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 05/2023

Acha-se aberta na Prefeitura de Boituva, Tomada de Preços 05/2023, Contratação de empresa para locação de caminhões e máquinas pesadas. Os envelopes "Documentação", "Proposta" serão recebidos no setor de licitações até as 10h00 do dia 13/03/2023, com abertura prevista para as 10h05 min do mesmo dia. Maiores informações estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura sita Av. Tancredo Neves, n° 01 Centro – Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas, pelo telefone (015) 3363-8812 ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 23 de fevereiro de 2023. Francisco Lucielton Martins Secretário de Trânsito e Manutenção Urbana.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 06/2023

Acha-se aberta na Prefeitura de Boituva, Tomada de Preços 06/2023, Construção da Casa da Mulher Os envelopes "Documentação", "Proposta" serão recebidos no setor de licitações até as 10h00 do dia 14/03/2023, com abertura prevista para as 10h05 min do mesmo dia. Maiores informações estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura sita Av. Tancredo Neves, n° 01 Centro – Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas, pelo telefone (015) 3363-8812 ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 23 de fevereiro de 2023. Bruna Maria Dalmazzo Nogueira BíscaroSecretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Inclusão.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PE 04/2023

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; Pregão Eletrônico 04/2023 MODALIDADE: Pregão Eletrônico: AQUISIÇÃO DE PAR DE TABELA DE BASQUETEBOL MODELO NBA/NBB, PAR TRAVE OFICIAL FUTSAL PARA O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DA PREFEITURA DE BOITUVA E PAR DE TRAVE OFICIAL SOCIETY; ENCERRAMENTO: 08/03/2023 as 09h00min. O edital completo poderá ser acessado www.bbmnetlicitacoes.com.br ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 23 de fevereiro de 2023. Rafael Correa Alves Secretário de Esportes.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; OBJETO:contratação de empresa especializada para o serviço de poda, supressão e destocamento de árvores de logradouros públicos, vias públicas, áreas verdes, institucionais e outras pertencentes e de responsabilidade da Administração Municipal. ; MODALIDADE: Pregão Presencial; ENCERRAMENTO: 07/03/2023 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação, na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 23 de fevereiro de 2023. Carlos Rodolfo Araújo Cruz Secretário de Meio Ambiente, Parques e Desenvolvimento Sustentável.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.111/2023 – PEC.00354/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSULINA – DETERMINAÇÃO JUDICIAL - Abertura do Pregão em 09/03/2023 às 14:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2598/2022
COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de revitalização de pavimentação asfáltico na rua Japão no Jd. das Nações, no município de Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. A Comissão Permanente de Licitação comunica a SUSPENSÃO da referida licitação para adequações na Planilha Orçamentária. Os interessados deverão acompanhar o tramite do processo pelo site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br – licitação.

Estância Turística de Salto, 23 de fevereiro de 2023.
Pedro Henrique Roger Floriano - Presidente Suplente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 06/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, Estado de São Paulo, faz saber que se acha aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico – preferencialmente para participação de ME/EPP; tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos especializados de: Médico Pediatra, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Ultrassonografista; Médico Psiquiatra; Médico Cardiologista e Médico Ortopedista nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Óleo/SP, pelo período de 12 (doze) meses prorrogável em conformidade com o art. 57, da Lei 8.666 e alterações posteriores. **Recebimento das propostas –** 07.03.2023 às 08h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos). **Início da sessão de Disputa de lances** 07.03.2023 às 09h00min (Nove horas). Edital completo e outras informações: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua ngelo Vidoto, 95, VI Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras.

Óleo/SP, 23 de fevereiro de 2023.
Jordão Antônio Vidotto - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 006/2023 - Processo nº 006/2023

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE HORTIFRUTI PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 09 de março de 2023 às 13:30 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 006/2023, tipo "menor preço por item", objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE HORTIFRUTI PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES
Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12492/2022
COTA RESERVADA PARA ME/EPP

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento de café e açúcar para os departamentos da Prefeitura da Estância Turística de Salto, conforme especificações e quantidades relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 09 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 27/02/2023 até as 08h30min do dia 09/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 09/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 09/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 23 de fevereiro de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Concorrência Pública nº 04/2022 – Processo Administrativo nº 8200/2022
Julgamento de Habilitação

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de contenção em cortina de estacas pranchas atirantadas na margem do rio Jundiaí à rua Marechal Deodoro da Fonseca, entre a ponte da praça Largo São João e ponte Vicente Schivitaro em Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e o Projeto anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Turismo. A Comissão Permanente de Licitação declara **INABILITADAS** as concorrentes Cunha & Cunha Eventos e Negócios Ltda, que deixou de atender o item 8.1.4 "c" e o item 8.1.3 "b" do edital; Penascal Engenharia e Construção Ltda, que está declarada inidônea, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no item 2.3 "e" do edital e deixou de atender o item 8.1.3 "b", referente aos serviços Estaca prancha metálica, fornecimento e cravação até 12,00m, Perfuração para tirante com diâmetro de até 120mm, Tirante permanente protendido D=32mm, fornecimento e instalação e Pintura epóxi bi-componente, em estruturas metálicas, fornecimento e execução e **HABILITADA** a concorrente Revide Serviços Técnicos de Engenharia Ltda pelo atendimento integral da fase de habilitação, conforme documentação anexa ao referido processo. Nos termos do art. 109, I "a" da Lei 8.666/93, fica aberto o prazo de 05(cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos.

Salto (SP), 23 de fevereiro de 2023.
Pedro Henrique Roger Floriano - Presidente Suplente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 002/2.023 - EDITAL Nº 008/2.023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha aberta CONCORRÊNCIA PÚBLICA pelo critério de menor preço global, para a Contratação de empresa especializada para execução de reforma e ampliação da CEMEI Clívia Pereira Machado, localizada na Avenida Ermando Guimarães, 294, no bairro Jardim Ipanema, Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão de obra; conforme memorial descritivo, memorial de cálculo, orçamento, cronograma físico-financeiro e projetos. ABERTURA às 09:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de março de 2023. O EDITAL COMPLETO e maiores informações serão fornecidos no Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita, em horários de expediente: das 08h00 às 17h00; pelo telefone 17-3465-0150, site: www.fernandopolis.sp.gov.br. ou pelo e-mail: compras@fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis-SP., 23 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230037

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230037 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 372023, até o dia 13/03/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento convida o público interessado para participar da Audiência Pública Semipresencial com o objetivo de debater o seguinte tema:

Metas fiscais do 3º quadrimestre de 2022
(Atendendo ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.).

Data: 28/02/2023
Horário: 10h00
Local: Auditório Virtual e Salão Nobre Presidente João Brasil Vita - 8º andar - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo.**

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da vídeoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **financas@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **financas@saopaulo.sp.leg.br**

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Aviso de alteração. Ref. Pregão Eletrônico 001/2023 - Proc. 004/2023. Registro de Preços para compra eventual de veículos leves destinados a municípios consorciados ao CIVAP. Tipo: menor preço. Regência: Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993 e demais aplicáveis à matéria. Comunica alteração no edital. A nova sessão pública será realizada no dia 09 (nove) de março de 2023 a partir das 09h00m. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital. Edital modificativo e de origem disponíveis em www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368. Assis, 23 de fevereiro de 2023. José Benedito Camacho - Presidente.

Laissez-faire imobiliário e o racismo ambiental

Deslizamentos e suas implicações sociais são obra de um modelo econômico excludente

André Roncaglia
Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

O desastre natural que atingiu o litoral norte do estado de São Paulo já deixou pelo menos 50 mortos, 38 desaparecidos e milhares de famílias desalojadas. O temporal se deve possivelmente ao aquecimento global, mas os deslizamentos e suas implicações sociais são obra de um modelo econômico excludente.

Sob o peso do teto de gastos, o esvaziamento de capacidades estatais em prevenção e planejamento econômico agravou problemas estruturais no Brasil. A proteção da riqueza concentrada —como a isenção tributária sobre lucros e dividendos, iates e helicópteros etc.— contrasta com o apagão de políticas públicas em diversas áreas a partir de 2016.

No seu clássico "A Grande Transformação", Karl Polanyi mostrou que o livre mercado (laissez-faire) foi planejado; o planejamento estatal, não. No caso da tragédia em São Sebastião, a especulação imobiliária se relaciona intimamente com as políticas municipais (isenções tributárias e planos diretores permissivos). Já o planejamento que previne desastres e oferece infraestrutura ficou para trás, uma vez que depende de lutas sociais descoordenadas e localizadas. O jogo é duro.

A tese de doutorado de Luiz Antonio Chaves de Farias analisa a segregação socioespacial no litoral paulista. Tudo começa com a intensificação da especulação imobiliária na Baixada Santista, amparada por "legislações urbanísticas instituídas, quase que explicitamente, para atender aos interesses desse mercado". Resultado: 100% dos imóveis em áreas mais próximas à praia de Santos são de uso ocasional, chegando a 50% no litoral norte.

O avanço da especulação imobiliária atraiu mão de obra para a construção civil e gerou demanda por serviços às mansões e hotéis de luxo no litoral norte. A ausência de uma política habitacional gerou a ocupação em áreas de risco nas encostas da serra do Mar. Segundo o Cemaden, 10 milhões de pessoas vivem em área de risco Brasil afora. A maior frequência de desastres naturais nos últimos 14 meses ilustra o tamanho do desafio.

Contudo, a atenção a esse tipo de ocorrência vem caindo na última década. Desde 2014, a União reduziu sistematicamente o orçamento destinado à prevenção de desastres naturais, de R$ 11,5 bilhões orçados em 2013 para R$ 1,2 bilhão previstos pela PEC da Transição, a qual dobrou o valor que Bolsonaro orçou para 2023. Esse corte de 90% com relação ao pico vale para os recursos destinados a estudos e projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e ao subfinanciado Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O governo paulista, que ostentava R$ 32 bilhões em caixa em 2022, aplicou ao longo da década apenas uma fração das somas orçadas para prevenção de desastres. Por sete anos o governo estadual adiou a urbanização da Vila Sahy, onde nem sequer havia sirenes de alerta para os moradores. É preciso apurar a responsabilidade de cada nível de governo nessa tragédia.

Além da prevenção, a redução de danos ambientais e humanitários da crise climática exige redirecionar riquezas no território e reformar o padrão de ocupação do solo. A crise climática justifica o empreendimento estatal em áreas pouco atrativas ao setor privado. Atuando como empregador em infraestrutura física e humana, o Estado pode melhorar a qualidade do emprego, induzir investimentos privados e mitigar desigualdades.

O Brasil padece da tragédia do horizonte: um desafio de longo prazo se depara com a miopia das elites econômicas. Sem a liderança do Estado, o negacionismo climático continuará validando o racismo ambiental e as tragédias se sucederão, com os mesmos perdedores de sempre.

Concluo com o apelo da banda BaianaSystem, na canção "Lucro (Descomprimindo)": "Tire as construções da minha praia, não consigo respirar ... /Especulação imobiliária e o petróleo em alto-mar / Subiu o prédio, eu ouço vaia...".

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | **SÁB. Marcos Mendes,** Rodrigo Zeidan

Ovo com fone, Harry Potter e Barbie são apostas para Páscoa

Fábricas esperam aumento nas vendas mesmo com reajuste de preços

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Personagens, brindes, diversidade de preços e mais atenção às barras de chocolates são algumas das apostas da indústria de alimentos para a Páscoa deste ano. No varejo, supermercados já começaram a montar suas parreiras de ovos, mas a campanha para a data só começa agora, depois do Carnaval.

O consumidor deverá encontrar ovos mais caros neste ano, na comparação com 2022. Os fabricantes não abrem o quanto mais precisaram cobrar no varejo, mas confirmam que custos de produção mais altos obrigaram o repasse desses aumentos.

A estratégia, então, é ter à disposição do consumidor opções em todas as faixas de preços e mais atenção aos chocolates em barra e bombons, e aos brindes, modelo já consolidado entre os produtos pascais.

Segundo a Abicab (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas), a produção extra nas fábricas para atender a Páscoa gerou 7.900 vagas de trabalho temporário, entre empregos diretos e indiretos.

"As mudanças na forma em que o brasileiro consome chocolate fizeram com que a indústria se moldasse ao longo dos anos. Seja criando produtos, seja adaptando os existentes, o setor está sempre atento e pronto para atender a demanda do mercado da melhor maneira possível", diz o presidente da associação, Ubiracy Fonsêca, em nota.

A Cacau Show projeta um crescimento de 40% nas vendas. A produção foi aumentada em cerca de 30% para dar conta de 13,5 mil toneladas de chocolate. Somente em ovos, serão 23 milhões de unidades.

Para cumprir a alta expressiva, a marca aposta em dois lançamentos, um ovo recheado com creme de pistache, da linha La Nut, e os produtos licenciados em parceria com empresas como Warner e NBA.

"Nos licenciados, a gente fala muito com as crianças. Temos ovos com chaveiros de personagens e de times", diz Túlio Freitas, diretor comercial da Cacau Show. Na categoria ovos com brindes, há pelúcias dos Ursinhos Carinhosos, do Harry Potter e do Frajola e pantufas de Tom e Jerry.

Freitas diz que os aumentos de preços, na comparação com a Páscoa do ano passado, foram inevitáveis para amortecer a alta de custos de produção. "Mas ainda vamos ter produtos em todas as faixas de preços", afirma.

A Cacau Show já começou a incluir nas lojas os produtos de Páscoa. Parte da comunicação da empresa com o consumidor é o da compra para presentear, tendência que, de acordo com Freitas, ganhou tração depois da pandemia.

Enquanto o ecommerce não passa 3% das vendas do período, a Cacau Show vê crescer as vendas diretas por revendedoras, em um modelo em que o produto é levado na casa do cliente. Essas negociações já respondem por quase 10% dos resultados da empresa.

Na Lacta, os ovos da Barbie terão, pela primeira vez, três modelos, com sereias de cores diferentes de cabelo e pele.

A aposta de Álvaro Garcia, vice-presidente de marketing da Mondelez, dona da Lacta, é a que os recém-lançados sticks de Sonho de Valsa e Ouro Branco, dois dos mais populares chocolates da marca, estarão entre os destaques da Páscoa deste ano, ao lado dos ovos.

Vendidos tradicionalmente como bombons unitários, os sticks são um pouco menores que uma barra e mais parecidos com pequenos tubos.

A Lacta constatou, diz Garcia, que o perfil de consumo da Páscoa vem mudando, alcançando toda a categoria de chocolates. Um dado interno usado pela companhia aponta que um terço dos consumidores não presenteia com ovos na data, mas compra chocolates.

Outra novidade da marca para a data é uma caixa de variedades Oreo, com diversas apresentações do biscoito recheado. Desmontada, a caixa vira um tabuleiro de jogo.

Para este ano, a Lacta lançou um canal para atender compras corporativas, aquelas feitas por empresas para presentear seus funcionários. Os pedidos serão feitos pela internet.

Segundo Garcia, o canal para empresas foi criado para atender uma demanda percebida no ano passado, por meio dos clientes. "Tem a conveniência de encontrar o volume que ele precisa e saber quando vai receber", diz.

As vendas via internet têm participação pequena sobre o total, mas a Lacta espera que cresçam neste ano. A expectativa geral é vender até 15% mais do que em 2022, em todos os canais. A Lacta não releva números sobre o total produzido.

Na Arcor, a Tortuguita é a embaixadora da campanha de Páscoa. Dos cinco lançamentos da marca para a data, dois trazem a personagem, como o ovo Tortuguita 7Belo, unindo a popular bala ao chocolate em forma de tartaruga.

O resultado deste ano deverá ser, segundo as projeções da empresa, 10% maiores do que no ano passado.

Segundo Anderson Freire, diretor de marketing, pesquisa e desenvolvimento da Arcor do Brasil, haverá ainda os ovos com headphones e headsets (fones que são presos à cabeça).

"São brindes de qualidade e alto valor agregado, seguindo a tendência de posicionarmos a personagem com mais proximidade ao público jovem", diz. "Em total sinergia com o mundo gamer e também com o home office."

A Nestlé não divulga projeções para os resultados de vendas na data, mas diz que a expectativa é positiva. O volume de ovos das marcas Nestlé e Garoto produzidos neste ano é quase 10% maior do que o fabricado em 2022. Ao todo, 12 milhões de ovos estão prontos.

Para a Páscoa de 2023, a marca levará ao mercado seis inovações. O ovo Opereta voltou a ser produzido; também entram nas novidades os ovos Baton, KitKat Dark, Alpino extra cremoso, Crunch e a caixa de Alpino recheado.

O Empório Nestlé, site que concentra a operação de ecommerce da fábrica, tem sido, segundo a empresa, um importante aliado para a antecipação das compras para a data. Em 2023, a Nestlé espera aumentar em 20% as negociações por esse canal na comparação com 2022.

Ovos do Harry Potter, da Cacau Show, e da Arcor, com fone; sereia da Barbie que virá em produto da Lacta Fotos Divulgação